

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

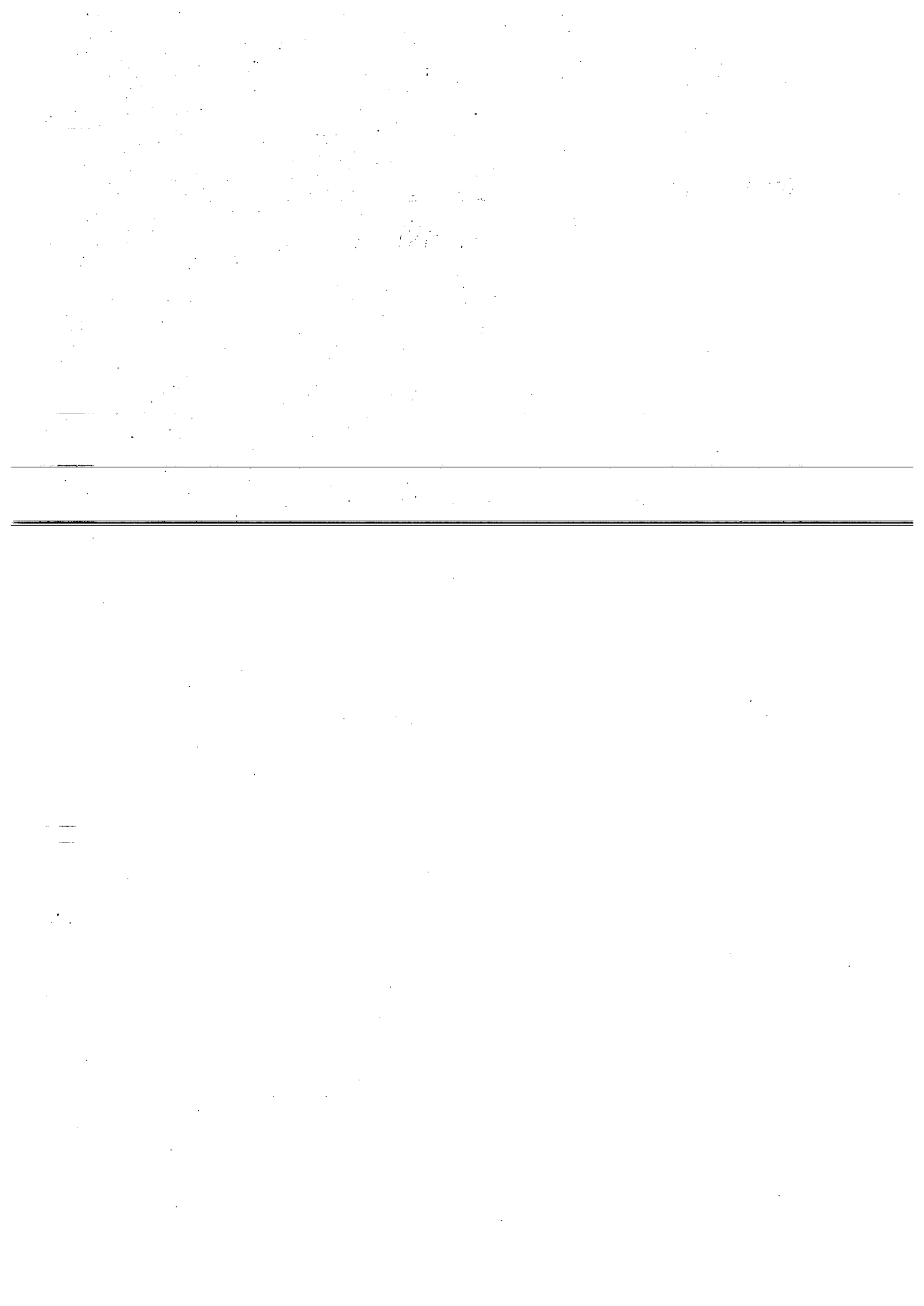
A ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PORTUGAL

1965/1971: UM PERÍODO CHARNEIRA

Maria Manuela Castro Coutinho

TESE ELABORADA NO ÂMBITO DO
MESTRADO EM ECONOMIA E POLÍTICA SOCIAL

LISBOA, 1993





A ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PORTUGAL

1965/1971: um Período Charneira

	Página
APRESENTAÇÃO	5
1. <u>Introdução</u>	7
<hr/>	
2. <u>A Política de Assistência Social</u>	12
<hr/>	
- <u>As Ideias, os Projectos</u>	
2.1 Os Primórdios do Século XX:	15
- Posição da Igreja Católica	
- Novas Concepções de Política Económica	
2.1.1 A "Questão Social"	17
2.2 Os 'Projectos' Europeus	21
2.3 A Dinâmica da Oposição em Portugal: um papel fundamental	27
Notas - Capítulos 1.e 2.	33
3. <u>A Europa e os Esforços Empreendidos</u>	37
<hr/>	
- Para Superar as Consequências da Guerra e Prosseguir com a Paz.	
3.1 Fases Históricas do Processo	38
3.2 Novas Formas de Pensar e Objectivar a Política Social	40
3.2.1 O Plano Marshall	40
3.2.2 Política Social	43
- Política Agrícola/Política Regional: estratégias preliminares	46
3.3 Abertura de Portugal à Europa	51
3.3.1 O Planeamento	53
- Primeira Etapa - 1953/1958: A Programação dos Investimentos	
- 1959/1964: Abertura ao Comércio Externo	53
- 1965/1967: Primeira Intenção de Correção dos Desequilíbrios Regionais	55
- 1968/1973: Desenvolvimento / Regionalização	56
- 1974/1979: O Plano Anunciado	57
Notas - Capítulo 3	61



4. <u>A Assistência Social:</u>	65
História de Intervenção Político-Social	
4.1 Os Projectos de Desenvolvimento Comunitário:	
uma escolha fundamental de intervenção	73
4.1.1 Experiências Precursoras	75
- A Equipa de Estudo e Experimentação de Desenvolvimento Comunitário (EEEDC)	
- As Experiências do Bário e da Benedita	76
4.1.2 Os Projectos de Desenvolvimento Comunitário	77
Notas - Capítulo 4.	85
<hr/>	
5. <u>Os Actores da Assistência Social: 1965/1974</u>	89
5.1 O seu Testemunho: documentos essenciais	89
5.1.1 - Questões metodológicas	90
5.1.2 - Os Actores Políticos em presença	91
5.2 Avaliação das Entrevistas	96
- Modelo de Análise	98
5.2.1 Rigor Técnico/Participação	101
5.3 A Formação dos Actores em Debate	105
5.4 1971: Criação do Instituto da Família e Acção Social (IFAS)	108
6. <u>Conclusão</u>	112
Notas - Capítulos 5. e 6.	117
BIBLIOGRAFIA	
I - Bibliografia Geral	119
II - Fontes	
i) Relatórios de Avaliação Anual realizados nos Serviços:	
EEEDC / SPSC / SCF / CPP	128
ii) Outros documentos de trabalho	129
iii) Diplomas Legais	132
GLOSSÁRIO	133
ANEXOS	



Índice dos Quadros

	Página
Capítulo 2.	
2.1 - Decreto Lei 35 108 de 7 de Novembro de 1945	
- Reorganização da Assistência Social, criação de IAF	14
2.2 - Contabilidade Nacional: Elementos sobre o seu Percurso Histórico	19
2.3 - Instituto de Serviço Social de Lisboa: alguns elementos da sua evolução.	25
2.4 - Instituto Superior de Economia e Gestão: elementos da sua evolução.....	26
Capítulo 3.	
3.1 - Política Económica / Assistência Social na Europa dos anos 1960	39
3.2 - Política Social Europeia: clausulas que fundamentaram a sua evolução...	44
3.3 - Política Agrícola Europeia: momentos históricos que antecederam e	
acompanharam a sua implementação	47
3.4 - Antecedentes da Política Regional Europeia	50
3.5 - Quadro Comparativo: Planos de Fomento / Assistência Social	54
Capítulo 4.	
4.1 - Acções de Formação Realizadas em Colaboração:	
CPP / SPSC / SCF - 1966 a 1969	72
4.2 - Experiências de Promoção Social Comunitária no Bário e na Benedita...	78
4.3 - Serviço de Promoção Social Comunitária: 1965 / 1969	80
4.4 - Projectos de Promoção Social Comunitária: 1965 / 1969	81
Capítulo 5.	
5.1 - DGA: Aspectos da sua Evolução - competências legais	92
5.2 - IAF: Alguns aspectos da sua evolução.....	93
5.3 - Primeira Caracterização dos Actores Entrevistados	97
5.4 - Aspectos Relevantes expressos pelos Actores, relativamente ao tipo de	
intervenção	102
5.5 - Formas de Trabalhar, Bloqueios e Apoios sentidos ao nível da Intervenção	
pelos Actores	103
5.6 - DGA: Participação In-Institucional	106
5.7 - SCF: uma Intervenção 'Pedagógica'	106
5.8 - SPSC: um Serviço que 'Fez Escola'	106

Índice dos Gráficos

	Página
Capítulo 4.	
Gráfico I - Organograma da DGA	70
Gráfico II - Organograma do SCF	70
Gráfico III - Organograma do SPSC	71
Capítulo 5.	
Gráfico IV - Quadro Analítico I (para análise das entrevistas)	98
Gráfico V - Quadro Analítico II (para análise das entrevistas)	104
Gráfico VI - Organograma do IFAS.....	109

Índice dos Anexos

Anexo I - O Serviço de Cooperação Familiar

Anexo II - Actividades do Centro de Preparação de Pessoal: 1965/1972

Anexo III - Sumário de um programa realizado em 1968 aquando da integração orgânica de técnicos e técnicos auxiliares no SPSC

Anexo IV - Guião utilizado para as entrevistas

Anexo V - Entrevistas

APRESENTAÇÃO

O trabalho que agora apresento é o primeiro passo para uma investigação que pretendo continuar e cujas raízes assentam, por um lado, nas preocupações que constantemente surgem na minha prática profissional, enquanto técnica superior de serviço social e, por outro, na forma como no decorrer das aulas que constituíram a parte escolar do Mestrado em Economia e Política Social as fui questionando.

Comecei por abordar a *Política da Assistência Social em Portugal*, as ideias e os projectos que desde 1945 vêm influenciando a sua concepção e o seu funcionamento, para me ocupar dos actores e de como se posicionaram informando estratégias de intervenção peculiares.

O percurso tornou-se extenso, deixando em aberto muitas questões que espero vir a poder retomar, já que a insatisfação do que fica por conhecer se vai avolumando à medida que se pretende dar por acabada cada etapa.

Foram dois anos de trabalho nos quais nunca me faltaram encorajamentos, muito em especial dos meus pais, meu marido e meus três filhos, a quem privei da minha companhia.

Se ao longo do Mestrado beneficiei, da dispensa do dever de assiduidade ao serviço e de apoios institucionais e pessoais, uma palavra muito especial de apreço devo a todos aqueles que tive como professores, colegas e amigos e que, desde início, demonstraram a sua confiança e me incentivaram para a investigação. Distinguirei, no entanto, o Prof. Dr. José Pereirinha, professor e coordenador do Mestrado e a Dra Maria Júlia Botelho, Chefe de Divisão de Acção de Social do Centro Regional de Segurança Social de Viana do Castelo.

No que directamente respeita ao trabalho, devo uma palavra de gratidão ao Prof. Dr. Joaquim Ramos Silva que aceitou orientá-lo e à Dra Manuela Silva, a cujo conhecimento da matéria muito devo o que aprendi, para além de todo o material indispensável à tese que me forneceu.

Ao longo da investigação tive a necessidade e o privilégio de entrevistar alguns dos actores da Política da Assistência Social do período 1965/1971. A abertura e prontidão do seu apoio obrigam-me a transmitir o meu agradecimento. Dra Nasciolinda Goes, Dra Isabel Maria A. Flora e Dra Maria Justina Imperatori - que me cederam relatórios à época datados e, inclusivamente, documentos seus de trabalho que me ajudaram a abrir caminho na análise pretendida - Dr. Neto de Carvalho, Dr. Carvalho da Fonseca, Dr. Fernando Maia, Dra Raquel Ribeiro, Dr.

Pedro Loff, Dra Graciete Ferreira, Dra Isabel Evangelista, Arq. Manuel Garrido, Dra Teresa Abrantes, Dra Maria José Viana e Prof. Dr. Francisco Pereira de Moura; a todos se fica a dever a riqueza do trabalho.

Por último, dever-se-á assinalar que sem o contributo do Centro de Documentação e Investigação da Segurança Social e das bibliotecas do ISEG e do CRSS de Viana do Castelo, não seria possível dispor de bibliografia e outros documentos indispensáveis para empreender este estudo.

Maniz Manuel Castro Coelho

A ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PORTUGAL

1965 /1971: um Período Charneira

1. INTRODUÇÃO

Não constituirá novidade para a maioria dos leitores que os anos 60 representam uma época de "irreverência" relativamente ao poder e duma intervenção política que lhe deu corpo e a caracterizou. Constituindo-se como período de contestações e crescimento, as suas aquisições figuram por todo o lado. Foi uma década ao longo da qual as ideias foram sendo objecto de aprofundamento teórico e de realizações e cuja presença, ao nível da intervenção política e social, é ainda tão central que ora é posta em causa, ora é redefinida.

Onde reside o seu paradigma? Porque optamos pela Política Assistencial para sua abordagem?

Foram, de certa forma, estas as questões que nos abriram caminho para uma reflexão sobre os princípios que influenciaram políticos e todo um grupo que com eles partilhou experiências de intervenção até hoje não comparáveis ao nível da Política Social. Por outro lado, ao optarmos pela Política Assistencial, tivemos em mente duas preocupações: o estigma que paira sobre o tema e a sua conceptualização e, paradoxalmente a originalidade da sua legitimidade política.

Decorridas as primeiras pesquisas em que periodizamos e analisamos os diplomas legais relativos à Assistência Social, nos anos 1945/1991, e em que tentamos um primeiro reconhecimento, genérico embora, de quem foram os seus actores, demo-nos conta de que o período entre 1965/1971 encorajou e fez despoletar novas energias. Assim, lançamos a nós próprios um desafio: partir para uma reflexão, em termos estratégicos da década de 60, no sentido de entendermos onde assentou a sua especificidade, através dos seus actores, fazendo relevar a importância da interrelação entre um determinado contexto histórico, económico e social e a história dos indivíduos nele presentes e activos.

Assim, e tal como de início referimos, os anos 60 foram marcados, internacionalmente, por uma certa "irreverência" que se deveu, essencialmente, ao choque provocado pelas novas concepções e à procura de novos valores. Portugal não foi alheio a este processo que, considerado pertinente pelos actores, se tornou

visível ao pôr em jogo determinado modo de funcionamento institucional e mesmo determinadas fontes de poder.

O que constitui, de facto, novidade, neste momento, é a metodologia utilizada para compreensão e fundamentação da forma como progressivamente fomos tentando identificar a matriz que nesta década fez emergir, através de determinados indivíduos, formas de intervenção social muito peculiares.

Ao abordarmos a Política Assistencial, a forma como foi concebida e como foram cumpridos os seus propósitos, não pudemos omitir certas questões de fundo que lhe estão subjacentes, como por exemplo a atitude dos seus actores para alcançar os objectivos específicos a que se propuseram. Desde já podemos afirmar que partimos do princípio que o conhecimento do comportamento dos vários actores e da sua diferenciação na forma de se relacionarem com a informação e de intervirem na sociedade, em suma, a percepção de como desenvolveram as suas atitudes é decisiva para um conhecimento correcto de todo o processo histórico. Urge, desta forma, que se levante o véu sobre os fundamentos reais das suas acções: as ideias e os projectos veiculados.

É neste quadro que formulamos a hipótese central da presente investigação: a formação e experiência profissional dos actores, bem como a sua capacidade para partilhar dos paradigmas que dominaram as novas preocupações a nível da Política Social, deram cariz às políticas que foram implementadas ao nível da Assistência. Esta perspectiva vem, sem dúvida, trazer um factor complicado a um exercício já por si complexo. Ao examinar os vários aspectos até agora referidos, e que constituem a *vertente estrutural objectiva e exterior* (1) dos factos em análise, pretende-se trazer à Assistência Social o que consideramos ser o seu principal ponto de referência: *avertente do actor, subjectiva e interior* (2).

Neste contexto, e na tentativa de nos apercebermos do significado de cada momento lançamo-nos numa reflexão crítica sobre certas escolas de pensamento que consideramos terem influenciado profundamente. Pretendemos assim compreender o modo como se constituíram e se afirmaram, o seu quadro de referência, e realçar alguns elementos teórico-ideológicos presentes na sua génese. Um plano histórico retrospectivo, sublinhando o conteúdo em que assentaram certas análises, permitiu-nos compreender melhor porque é que teorias houve que se tornaram fundamentais ao nível da Assistência Social e na forma como foi perspectivada a sua evolução.

Surgiram, ao longo do trabalho, momentos que obrigaram a que recorressemos a uma abordagem directa (entrevista) dos próprios actores. A informação que obtivemos constituiu, em nosso entender, um aspecto fundamental ao descrever e explicar determinados fenómenos e ao expressar as preocupações e o

rigor que caracterizaram as estratégias de intervenção da Assistência Social, à data, muito embora, nunca se tenham traduzido em normas legais, ou tenham sido expressas como vontade politicamente definida (3).

Por outro lado, o recurso à entrevista, apesar de moroso, pelo tipo de informação que forneceu, enriqueceu consideravelmente o texto e permitiu a utilização de uma metodologia de análise concordante com os objectivos inicialmente definidos. Paralelamente, foi-nos dado compreender porque é que, sendo um período de tempo curto, as suas influências figuram ainda tão claras na memória dos que nele participaram.

Obtidos, ao longo do trabalho, os conhecimentos que consideramos fundamentais, esperamos ter conseguido alicerçar, com a clareza necessária, os elementos indispensáveis para a compreensão do objecto em debate.

O período 1965 / 1971 tornou-se representativo, ao nível da Assistência Social portuguesa pelas novas experiências que visavam a promoção do bem estar social e humano. No essencial, houve três elementos que influenciaram:

- a abertura de Portugal à Europa, que aumentou as interdependências e trouxe a consciência das diferenças cada vez maiores entre regiões;
- as novas concepções de Política Económica, que deixa de ser concebida autonomamente para se integrar numa política social global;
- o aparecimento de uma elite política que pretendeu transformar radicalmente as funções do Estado no domínio da Assistência.

Assim, tentou-se ao longo do trabalho uma progressão na análise que se dividiu em quatro partes. Na primeira definiram-se as grandes linhas do quadro conceptual conjunto: ideias e correntes teóricas e ideológicas que foram essenciais para a criação das políticas da Assistência, de então, mesmo que limitadas por uma série de outros factores, particularmente o impacto da concepção de política económica trazida por Keynes - que teve como mérito a formulação de soluções susceptíveis de serem aplicadas procurando responder às necessidades de diferentes contextos, a abertura tendencial da Igreja para que os grupos de católicos adoptassem uma posição de partilha de intervenção na esfera política, os ideais de que eram portadores os projectos europeus na primeira metade do século XX e a dinâmica da oposição em Portugal, que teve um papel fundamental ao nível das políticas da Assistência Social (capítulo 2.).

Na segunda parte procurou-se, duma forma sintética, expor as principais mutações em curso originadas pelos esforços empreendidos a nível europeu (no sentido de se superarem as consequências da guerra e de se avançar no prosseguimento da paz), e o impulso decisivo que trouxeram para a caracterização

de momentos que se pretenderam de mudança. Novas ideias vieram alimentar novas discussões - pelo que se insistiu, particularmente, nos processos que se considera terem influenciado de sobremaneira a forma de objectivar e planear a Política Social, como seja o Plano Marshall, a Política Agrícola e a Política Regional e o despoletar de preocupações com a adequação do Planeamento económico ao social: hipóteses de reflexão importantes, porque subjacentes à forma como foi implantada a política da Assistência (capítulo 3.).

No quarto capítulo, ao abordar a Assistência Social, enquanto Política de Intervenção Social, procurou demonstrar-se como se revelaram as influências até agora referidas, em termos de funcionamento e definição de objectivos - o encorajamento surgido, contraditoriamente ao regime de então, que levou ao avanço de estratégias de intervenção política flexíveis e ousadas. Trouxemos à discussão: os Projectos de Desenvolvimento Comunitário, o Serviço de Cooperação Familiar, o Centro de Preparação de Pessoal e a criação do Gabinete de Estudos Sociais enquanto marcos referenciais duma nova aposta no desenvolvimento.

Na quinta parte (capítulo 5) partilhando com F.X.Merrien (4) a ideia de que *les décideurs prennent des mesures sociales en se fondant avant sur les représentations idéologiques et culturelles qui définissent la situation d'une certaine manière et les solutions susceptibles d'être appliquées*, tentar-se-á tornar explícita a razão fundamental da nossa escolha e do trajecto de pesquisa utilizado. Pretende-se fornecer a apresentação dos principais elementos, orientações e escolhas que foram oferecidas a Portugal por um grupo comprometido politicamente que pretendeu modificar as margens de intervenção, tanto na escolha dos objectivos como dos instrumentos a nível da Assistência Social:

- Quem foram, em que assentava a sua formação, quais as suas experiências de vida e de trabalho;
- O respeito que impuseram por uma Política Social coerente e global;
- As escolhas fundamentais de intervenção.

Foram para este fim, como já referimos, efectuadas algumas entrevistas, no sentido de ligar os eventos históricos aos homens que os protagonizaram, já que se reconheceram as limitações e a insuficiência das análises de tipo macro que privilegiam o colectivo, e examinadas as estratégias de intervenção utilizadas pela Direcção Geral de Assistência. Política de Assistência Social houve, de facto, integrada na Política Social global; a sua dimensão, em função do desenvolvimento do país esteve no centro do debate ao nível dos actores e as próprias estratégias de intervenção se tornaram um actor importante ao nível nacional.

Entrados na década de 1970, a participação activa ao nível da definição de estratégias políticas recuou, desarticulando-se e desencorajando o despoletar de

novas energias, já que se (re)aplicaram no seu funcionamento máquinas burocráticas fora de uso, que, inadaptadas, acabaram por desvirtuar o próprio passado. De facto, a sua anterior aplicação (até 1965) justificava-se: vinha dar vida a esperanças e projectos políticos considerados prementes. A partir daí, havia que dar o salto - que foi dado - cumprir as exigências sinérgicas dum determinado período - que foram cumpridas - e conseguir evitar um posterior desencorajamento à inovação, à contestação e ao partenariado.

A dificuldade a partir de 1971 em reconciliar estratégias de intervenção com uma Política Social nacional coerente, dado o surgimento de pressões tendentes para uma política de segurança social, e dado o serviço ter sido desmembrado dos elementos charneira, bloquearam o seu prosseguimento e retiraram-lhe o seu papel de actor.

Conscientes de que a presente investigação não foge à polémica que caracteriza qualquer processo histórico, na medida em que constitui, no seu conjunto, o resultado acumulado de tramas e interrelações sociais, económicas, políticas e individuais, procuramos pôr a debate a parte viva do processo histórico real.

Foi a nossa aposta que, apesar de repleta de expectativas, coexistiu sempre com a insatisfação do que ainda falta conhecer.

2. A Política de Assistência Social

- As ideias, os projectos.

Os debates sobre Política Social encontram-se hoje bastante generalizados. Ao termos no entanto como pano de fundo a Assistência Social, em Portugal, decorre desde logo a necessidade de a definirmos conceptualmente enquanto sistema que objectiva uma promoção social determinada. Só desta forma conseguiremos alcançar um critério aferidor da forma de intervenção dos organismos estatais em diferentes momentos. Servirá ainda como elemento fundamental para percebermos porque se organizou duma determinada maneira visando assegurar que objectivos, através de que tipo de comunicação e controlo. De facto, parafraseando Crozier, nenhuma organização existe no abstracto. Faz parte duma dada sociedade, que atingiu um certo desenvolvimento técnico, económico e cultural, que é caracterizado por uma certa estrutura social e que 'carrega' certos valores aos quais os seus membros estão mais particularmente ligados (5).

O estudo da Política Assistencial, e mais concretamente do período que pretendemos destacar coloca à partida duas questões metodológicas: o que se entende por Assistência e onde está a sua génese. Neste contexto, convém remontarmos aos seus primórdios colocando-se-nos uma nova questão: até onde vão? Como nos refere Amaral Frazão (chefe de secção da Direcção Geral da Assistência, desde Maio de 1932), estes ligavam-se, em Portugal, às consequências da guerra: *e essas consequências aliadas às dificuldades económicas que nunca podemos deixar de atravessar em épocas normais. avolumam os esforços oficiais no sentido de lhes dar remédio e de os levar a procurar meios que vão ao encontro desse remédio e impelem este a ultrapassar a craveira da mediocridade (6).* A Assistência Social consistia assim *no auxílio material, moral, jurídico, médico, ou outro, dado a quem experimentasse uma necessidade transitória ou permanente, auxílio que visava dar ao necessitado um simples paliativo ou a reintegrá-lo no seu meio social (7).* Desta feita, a resolução da chamada 'questão social' era até 1945 entregue à igreja ou às Misericórdias e dirigida muito em especial para a família, como 'célula fundamental', fenómeno que sucedia duma forma geral por toda a Europa. O próprio Serviço Social que *se foi estabelecendo sobre a preocupação do caso individual e do apoio à personalidade ... encontrava semelhanças profundas ... ou até identidade entre ele e a caridade cristã... (8).*

A valorização da família - elemento reprodutor das relações sociais - foi a ideia considerada certa, enquanto elemento político primário de conservação da

disciplina e progresso do país. O sistema de valores por ela defendido era o referencial da acção.

- A estabilidade familiar condicionada pela função económica da família, baseada na fidelidade feminina e na inferioridade da mulher;

- A família considerada sagrada, não só porque o acto que a originou era de origem religiosa, mas porque as suas relações transcendiam a natureza social: a devoção dos filhos para com o pai (que representava Deus).(9)

É de salientar que Salazar provinha duma educação assente nos princípios da Democracia Cristã, preconizada por Leão XIII (a que adiante faremos referência), com acentuadas tendências anti-socialistas. A sua prática política caracterizava-se por um autoritarismo de Estado e a 'Questão Social' estava essencialmente ligada à ideia de assistência aos operários. Aquando do incentivo à reorganização da indústria nacional, gerou-se a nível das famílias uma certa desestruturação, assim como problemas de incapacidade de adaptação às novas realidades. O modelo de Assistência de então propunha-se "socorrer" os "males" gerados pelo crescimento económico e "esbater" a pobreza e os conflitos sociais.

É assim que em 1945 (através do Dec.Lei nº 35 108 de 7 de Novembro) é reorganizada a Assistência Social, integrada no Ministério do Interior, e criado o primeiro serviço, oficialmente organizado, de assistência ao social, o Instituto de Assistência à Família (IAF). Estávamos no pós II Guerra Mundial, confrontados com a derrota do fascismo nazi e no Estado Novo, em que um dos aspectos da sua legitimação era precisamente a corporação - organismo intermédio entre o indivíduo e o Estado.

Implementado o IAF a Assistência aparece pois, em última análise, e depois de estabelecer a hierarquia das necessidades, como um problema de administração: a adaptação dos meios disponíveis - financeiros ou técnicos - aos fins a atingir através da orientação e da coordenação de esforços das pessoas que têm de os manejar (10).

Ao reconhecer-se em Portugal a importância das recomendações da OIT que em 1947, ao representar a directa projecção social da Paz de Versalhes, colocava o seguro dos trabalhadores no primeiro plano das suas preocupações, concluiu-se que haveria sempre um estrato social que nunca seria abrangido: todos os que se colocavam à margem da lei. Várias estratégias institucionais existiam já ao nível da Previdência, para cobertura de riscos da classe trabalhadora, no sentido de lhe garantir direitos fundamentais. Não cabendo aqui analisar a questão da Previdência Social, é de certo interesse a abordagem de algumas implicações que a responsabilização do Estado na garantia de medidas de protecção social comportou. Deve notar-se que, a partir do fim da II Guerra Mundial, houve um interesse

crescente de incorporação nas legislações nacionais do chamado Seguro Social, que fundamentava então a Previdência. *Nesta perspectiva* - subordinada à Previdência - *a Assistência viria* (mantendo um espírito de caridade voluntária) *completar e corrigir as deficiências do seguro social* (11), oportunizando desde o seu aparecimento um ambiente institucional fechado e pouco assumido (porque unidireccionado e pré-determinado) face aos grupos para que se dirigia. Com uma prática moldada por uma determinada noção de pobreza, *os serviços do IAF eram de natureza assistencial, embora se utilizasse também o recurso a outros serviços do meio, empenhando-os na colaboração. Não havia na altura esquemas que assumissem a doença, o desemprego, a invalidez - tudo isso ia buscar uma cobertura na Assistência* (12). A definição do seu papel revela-se com particular acuidade nos objectivos definidos pelo decreto-lei de 1945 que a institucionalizou e que tentamos registar sumariamente através do quadro 2.1.

Quadro 2.1

Decreto Lei 35 108 de 7 de Novembro de 1945 - Reorganização da Assistência Social, criação do IAF -

Estrutura Orgânica	Objectivos	Destinatários
<u>Ministério do Interior</u> - Secretaria da Assistência Social Direcção Geral de Saúde Direcção Geral da Assistência Comissões Munic. de Assist. - Institutos Coordenadores Inst. Maternal Inst. de Assist. a Menores Inst. de Assist. a Inválidos Inst. de Assist. Nacional aos Tuberculosos Inst. de Assistência à Família - IAF- Serviços Centrais Delegações Distritais Secções Concelhias	<i>A Assistência Social não deve limitar a sua acção a minorar ou curar os sofrimentos provenientes da doença ou da miséria, pois cumpre-lhe combater na medida do possível as suas próprias causas através da luta contra os flagelos sociais e da melhoria das condições de vida da população</i> <i>IAF...favorecer a família na sua constituição e promover a melhoria das suas condições morais, económicas e sanitárias.</i>	- Indivíduos em situação de carência, ou com disfunções. - Família - Grupos mais vulneráveis: Idosos Deficientes

Se, a II Guerra Mundial e os esforços envidados no sentido da Integração Europeia constituíram, de facto, marcos importantes no sector da Assistência, já que esboçavam medidas de intervenção no social, algo antecedeu,

coexistiu e fundamentou todo este protagonismo cujos efeitos não podem ser estudados independentemente de certas escolas de pensamento.

Assim, partindo de dois momentos que consideramos chave: o posicionamento da Igreja a partir de Leão XIII e a revolução no pensamento económico expressa na teoria geral de Keynes, tentaremos apresentar elementos que estruturaram por um lado a forma de se pensar a 'Questão Social', normalmente remetida para uma resposta assistencial casuística, e os que foram decisivos na formação de uma elite política comprometida com uma Assistência que gozando de autonomia, representava uma *via específica de realização da Política Social* (13). Achou-se oportuno pôr conjuntamente em debate os dois autores, já que se tornaram marcos referenciais ao nível das ciências políticas; não só porque desbravaram novas metodologias teóricas de pensamento, mas influenciaram profundamente escolas e grupos de intervenção.

2.1. Os Primórdios do Século XX

- Posição da Igreja Católica

- Novas concepções de Política Económica

"L'éthique, c'est l'agir humain en tant qu'il se réfère à un sens, ce sens étant à la fois significatif et direction. ...

Ce sont les finalités poursuivies qui donnent du sens à une action ... En situations historiques pluralistes ses finalités et ses valeurs ne sont plus donnés par l'État, le milieu social, ou par une institution idéologiquement dominante. Elles font l'objet de convictions qui peuvent être communes à beaucoup d'hommes, les droits de l'homme par exemple, mais que sont fondées différemment." (14)

"Les fondateurs de la science économique l'appelaient économie politique. Sage denomination, plus pertinente que jamais à l'heure où non seulement, on s'interroge sur le caractère scientifique de ce savoir, mais aussi sur la place qu'y tient le système politique." (15)

...Ao findar o século XIX, em consequência do novo género de economia que se ia formando e dos grandes progressos da indústria em muitas nações, aparecia a sociedade cada vez mais dividida em duas classes: de um lado uma pequena em número, a gozar de quase todas as comodidades ... de outro lado, outra, composta de multidão imensa de operários a gemer na mais calamitosa miséria, esforçando-se em vão por sair da miséria em que se debatia (16). Foi precisamente numa época de transformações radicais em que a actividade económica era considerada suprema no seu papel regulador das relações entre os homens, as condições de trabalho eram desumanas, o espectro do desemprego pairava ao nível das classes trabalhadoras e o Estado se abstinha de tomar posição, que Leão XIII publica a encíclica *Rerum Novarum* (1891), lançando ao mundo uma mensagem

sobre o problema social fundada nas necessidades da própria natureza humana e em harmonia com os preceitos e os princípios sagrados do Evangelho (17). Igualmente em *Lumen in Caelo* o Sumo Pontífice proclamava o primado do homem sobre as coisas, o respeito que lhe era devido como filho de Deus, o direito a uma vida suficiente e digna, a irmandade natural dos ricos e dos pobres e os deveres mútuos de uns e outros (18).

No domínio da Acção Católica estas alusões representaram o estalar dum debate de nível internacional sobre a miséria que, derivada duma deficiente organização económica, provocava a degradação material, intelectual e moral. Tornava-se claro que o que importava transformar era a organização económica e social; restava saber em que moldes promovê-la, garantindo a harmonia social.

A tomada em consideração destas mutações sociais é levantada também por Keynes: *Les deux vices du monde économique où nous vivons sont le premier que le plein emploi n'y est pas assuré, le second que la répartition de la fortune et du revenu y est arbitraire et manque d'équité* (19). Economista contemporâneo de Leão XIII (1883-1946), tinha um conhecimento prático das realidades políticas o que o levou a provocar certas inflexões teóricas relativamente aos estudos dos seus antecessores. Paralelamente, este teórico recebeu grandes influências de professores como Alfred Marshall, Pigou e Neville Keynes, que encaravam a economia como uma ciência moral (20). Para Marshall, por exemplo, *o que importava era interrogar os factos de forma a apreender a maneira como actuavam as causas isoladas e combinadas, aplicando esse conhecimento na construção do corpo (organon) da teoria económica, para então, com a ajuda do tal corpo, se lidar com o lado económico dos problemas sociais* (21).

O Keynesianismo trouxe a debate preocupações com o bem estar humano, os problemas ligados com as determinantes do emprego e o ciclo económico. No desenvolvimento da sua tese Keynes tinha em confronto uma análise minuciosa dos factos sociais de então e a incapacidade analítica das teorias económicas tradicionais para os explicar, razão porque, apesar de educado por uma doutrina económica 'imutável', tentou lançar a controvérsia em postulados até então considerados inalteráveis. A própria definição de crescimento económico passou a obrigar à utilização de medidas globais e sintéticas da actividade económica e consequentemente à definição de noções como os agregados (22) e a contabilidade nacional (23), que embora não se pudessem considerar totalmente novas, não tinham até então uma definição precisa. Com o avanço da industrialização e do desemprego há uma perturbação da ordem económica e social e o Keynesianismo torna-se uma peça chave ao nível da nova "filosofia económica e social" (24):

- Rejeita a ideia de se poder confiar na acção de qualquer mecanismo automático para se manter o pleno emprego, ou para o restaurar após uma fase descendente do ciclo - rejeição da 'mão invisível';

- Considera que a curto prazo o nível de emprego é determinado pelo nível de produção, dependendo este da procura efectiva. Nesta perspectiva a verdadeira questão é compreender o que a determina.

- Considera ainda que a escassez de gastos em obras públicas é também responsável pelas crises de desemprego.

...D'une manière générale, le volume réel de la production et de l'emploi dépend, non de la capacité de production ou du niveau pré existant des revenus, mais des décisions courantes de produire, lesquelles dépendent à leur tour des décisions d'investir et de l'estimation actuelle des montants de la consommation courante et futur (25).

~~Numa altura em que ao Estado não competia ainda qualquer função~~
económica, chamar a atenção para a importância do seu papel de actor nesse domínio, obrigou à emergência de novas teorias (a que Keynes deu corpo), despertadas pelos novos problemas com que o mesmo se confrontava - apelo que se dirigia também aos economistas, para que assumissem uma postura de intervenção.

Utilizando campos teóricos diferentes quer Leão XIII quer Keynes tinham um objectivo comum: entender a génese dos problemas sociais. A precocidade dos seus conceitos deixaram o mundo surpreso e tornaram-nos controversos. No entanto, os fundamentos das políticas sociais que se lhes seguiram tinham sido por eles 'anunciadas'. Isto é, os esforços empreendidos no(s) pós Guerra(s) pertenciam às suas preocupações, que tornaram visível a interdependência entre o desenvolvimento social e a forma como o mesmo passou a ser empreendido para que fosse eficaz.

2.1.1. A 'Questão Social'.

"Tout problème social est en dernière analyse une lutte entre le passé et l'avenir".
(26)

Assente nas preocupações até agora referidas foram feitos apelos, pelo Papa Leão XIII, para que se constituíssem associações, sindicais ou não, separadas ou mistas, como meio eficaz para a solução da 'questão social', que definia como a *condição miserável dos operários*. Apesar de ter consciência dos 'novos' problemas trazidos pela industrialização, ao referir-se à forma de os ultrapassar, Sua Santidade, tinha subjacente na sua evocação as teorias produzidas pelos autores clássicos liberais - de não intervenção do Estado no mundo do trabalho: ... e não se apele para a providência do Estado, porque o Estado é posterior ao homem, e antes que

ele pudesse formar-se já o homem tinha recebido de natureza o direito de viver e proteger a sua existência (27). Mais tarde, em *Motu Proprio*, Pio X completava o pensamento escrevendo: *...era pois urgente que todos os católicos unissem as suas forças para opor um dique a tão grande mal, que arrastava tantas almas para a perdição eterna, e minava os fundamentos da ordem social, preparando a ruína dos povos e das nações* (28). Pese embora o apelo a uma não intervenção do Estado, Leão XIII não a condenava, antes a colocava como tarefa social a ser exercida em coexistência com outras forças actuantes: *Façam os governantes uso da autoridade protectora das leis e das instituições; lembrem-se os ricos e os patrões dos seus deveres; tratem os operários, cuja sorte está em jogo, dos seus interesses pelas vias legítimas...* (29) - todos eram chamados a exercer o seu papel de actores.

Para Keynes, a 'questão social' emergia, como já foi referido, do ~~desemprego já que *le chômage effectif et même la simple menace de chômage sont pour les travailleurs une cause d'aliénation et de démoralisation ... la main d'oeuvre ... ne peut être pleinement indépendante de ses employeurs. ... Les secours pécuniaires peuvent aider matériellement le chômeur, mais ils ne sauraient apaiser le sentiment qu'il éprouve de son inutilité sociale*~~ (30). Consciente de que entrava em conflito com as teorias do século XIX que eram contrárias a qualquer intervenção do Estado nas instituições económicas (considerando-a uma infracção aos princípios individualistas), era precisamente a este que Keynes imputava parte da responsabilidade para a resolução destas questões. A própria despesa pública com a Assistência Social diminuiria, em seu entender, com um aumento de emprego. Considerava ainda o autor que se o governo desejava o pleno emprego, não se podia contentar com uma espera passiva; tinha que empreender acções precisas para ter investimentos bastantes e consumo suficiente para que esse objectivo prosseguisse (31) - *En ce qui concerne la propension à consommer, l'État sera conduit à exercer sur elle une influence directrice par sa politique fiscale, par la détermination du taux de l'intérêt et peut être aussi par d'autres moyens* (32). Vivendo, como foi já referido numa sociedade com grandes taxas de desemprego, Keynes punha assim em causa as teorias tradicionais pela sua incapacidade para explicar dum forma pertinente o fenómeno (tal como hoje a sua teoria não funciona para explicar os problemas actuais). Tinha como preocupação o planeamento económico que, segundo viria a afirmar em carta dirigida a Hayek, em Junho de 1944, deveria verificar-se ao nível de cada comunidade, de forma a que *o número de pessoas tanto líderes como liderados compartilhassem integradamente da posição moral liberal assumida* ... (33). Ao 'saltar' dum visão micro-económica para o estudo do sistema económico no seu conjunto e dum forma planeada Keynes quase se poderia considerar um precursor dos novos modelos de desenvolvimento que só nos finais

de 50 começaram a fazer parte das preocupações dos políticos europeus. Distinguindo-se dos clássicos que consideravam o rendimento global como uma variável fixa, na sua teoria este é identificado como uma variável independente essencial.

Outros dos seus estudos, nomeadamente a discussão dos vários princípios para a construção dos números índices, influenciaram irreversivelmente técnicas e metodologias de investigação, intervenção, previsão e simulação dos efeitos de políticas alternativas. A noção fundamental aqui presente é a de contabilidade nacional que tinha já história, foi retomada por Keynes e se tornou num instrumento de análise e avaliação do desenvolvimento económico imprescindível a partir de então, ao nível da pesquisa científica. O quadro 2.2 estabelece um percurso que reconstitui os vários momentos e põe a descoberto que a ~~evolução da ciência não é, de facto, obra de acaso: responde fundamentalmente a~~ necessidades de intervenção política, económica e social.

Quadro 2.2

Contabilidade Nacional: Elementos sobre o seu Percurso Histórico

<p><u>1758</u> - F. Quesnay publica o seu Quadro Económico (<i>Tableau Économique</i>) que é prenúncio dos quadros actuais.</p>
<p><u>1791</u> - Lavoisier dá um conteúdo estatístico ao quadro (<i>De la Richesse Territoriale du Royaume de France</i>).</p>
<p><u>Séc. XIX</u> - Doutrinas Liberais despertam o desejo de conhecer e classificar as actividades e as produções de um país</p>
<p><u>1941/1947</u> - OCDE, ONU e Plano Marshall obrigam os países membros a estabelecer sistemas de contabilidade nacional o mais homogéneos possível.</p>
<p><u>1953</u> - Criado o SCN (Sistema de Contabilidade Nacional) das Nações Unidas.</p>
<p><u>1968</u> - Revisto o SCN</p>
<p><u>1969</u> - Criado o SEC (Sistema de Contabilidade Económica).</p>

Fonte: LESOURD (Jean Alain) e GÉRARD (Claude), *Nouvelle Histoire Économique*, Tome I, le XIXème siècle, Ermand Colin Éditeur, Paris, 1976,1992.

Keynes pretendia ainda fazer compreender a natureza diferente dos problemas que a Guerra de 1914 despoletou e as crises da II Guerra Mundial precipitaram, os quais teriam que ser pensados e modelizados duma forma diferente e específica. Considerava que não era só o estado actual da economia que afectava

2

as decisões políticas, como por exemplo a do investimento, mas que havia que considerar também as perspectivas que os decisores podiam conceber quanto à forma como as coisas poderiam evoluir para o futuro. Este carácter dinâmico tornou-se o personagem central e deu à economia um papel significativo: sublinhou a importância da formação; da pesquisa e do planeamento e reclamou a sua importância na forma de pensar estrategicamente a Política Social.

A este propósito salientem-se também os estudos realizados por L.J. Lebrét (34), que remontam a 1940, e os seus projectos sobre economia e humanismo. Lebrét, partindo de investigações suas sobre marxismo, integrava na tradição do catolicismo social, a que pertencia, as dimensões de economia que estavam ausentes: as forças produtivas, o progresso técnico, as capacidades criadoras do homem colectivo, as relações de produção e as forças sociais em tensão. ~~Foram momentos que vieram revolucionar as relações existentes entre o~~ Estado e a economia e permitiram a elaboração de conceitos que mudaram o modo de olhar para o mundo.

Mais tarde com o Concílio Vaticano II - anunciado por João XXIII em 1959 e encerrado por Paulo VI em 1965 - em que, numa tentativa de abertura aos novos conceitos políticos e económicos da Europa Ocidental, o ateísmo deixa de ser considerado um acto de hostilidade à Igreja, sendo antes aceite como um posicionamento do homem face ao mistério de Deus, abria-se uma via de comprometimento dos cristãos em favor do socialismo. A este propósito refira-se Paulo VI na Carta Encíclica *Populorum Progressio* que ao falar sobre desenvolvimento escrevia: *não aceitamos que o económico se separe do humano, nem o desenvolvimento das civilizações em que se inclui* (35) *e se o desenvolvimento é o novo nome da paz, quem não deseja trabalhar para ele com todas as forças? Sim, a todos convidamos Nós a responderem...* (36).

Seguindo estes critérios os anos 60 aparecem como um tempo revolucionário. Alimentada por ideias que fazem surgir tentativas ambiciosas para criar uma nova sociedade, esta época leva a que elementos inteiramente novos se venham a incorporar na história da Europa Unida.

Do que acabamos de expor podem tirar-se algumas breves e importantes conclusões. A crise da separação entre o económico, o social e o ideológico é despoletada progressivamente à medida que se tenta compreender a essência das chamadas 'questões sociais', cuja interpretação se vai tornando cada vez menos submissa a orientações pré-estabelecidas. Por seu lado, as escolas e os movimentos sociais, na sua qualidade de porta-vozes, que buscam veicular conceitos e metodologias cada vez mais aperfeiçoadas, foram partilhando dos novos ensinamentos e levando a que comprometimentos teóricos inicialmente propostos,

fossem informando 'à posteriori' formas de intervenção permanentemente inacabadas. Em contrapartida, aos actores do seu tempo coloca-os numa posição dinâmica e de busca de acções inovadoras e criativas. Não é por acaso que os anos 60 foram acompanhados por projectos sociais duma amplitude e duma perícia sem precedentes, facto que nos faz retomar a nossa tese: porque foram os actores de então capazes de implementar políticas dinâmicas, numa altura em que as verdades elementares da ciência e de vivência políticas se tornaram tão questionadas? Foi verdadeiramente o terem ultrapassado um posicionamento puramente crítico, a refutação do económico como principal responsável pelo caos social e a oportunização do poder de expressão aos excluídos, que os tornou diferentes.

O IAF foi sendo ao longo da sua evolução tradutor destas influências ~~que em determinados momentos a par de contextos sócio-políticos rígidos e repressivos originavam o crescendo da insatisfação, e tornavam cada vez mais nítidas as limitações das políticas formalmente implantadas. Exercendo, particularmente, uma influência crescente sobre determinados grupos que partilhavam ideais comuns de actuação política, os novos conceitos foram-se tornando objecto de estudo de especialistas que faziam reflectir o seu esforço num plano teórico e prático. O próprio Serviço Social, enquanto corpo teórico com implicações directas ao nível da Assistência, passou a apoiar-se no conhecimento científico do social e nos marcos teóricos interpretativos proporcionados pelas ciências sociais e económicas. *Caminhava-se ... intimamente embora, para a adaptação do trabalho ao homem e acompanhava-se todo o período do renascer da psicologia industrial com a importância dada aos pequenos grupos e à sua dinâmica, com o estudo dos postos de trabalho,...*(37).~~

2.2. Os 'Projectos' Europeus.

"L'Europe est par essence initiative politique ...si les progrès ...sont évidents, les questions politiques qu'elle soulève et les changements structurels qu'elle entraîne, incitent à s'interroger sur la signification des processus en cours, sur les nouvelles alternatives et les nouveaux cadres de pensée qui s'élaborent, notamment à travers les recherches communautaires."(38)

É difícil atribuir lugar de maior destaque a uns ou outros autores, já que todos se caracterizam pelo corte com a ordem única do 'destino inevitável' que caracterizava a sociedade nos princípios do século e se preocuparam com o redimensionamento do indivíduo enquanto homem total! Todos se tornaram importantes e influentes na história do socialismo internacional e mais concretamente europeu, influenciaram mesmo todo o tipo de relações sociais que

imprimiram à Europa uma especificidade própria; quer na forma como se estruturaram as relações industriais, assentes em movimentos sindicais, quer nos fundamentos dos sistemas de solidariedade social.

Inicialmente portador de um projecto de luta da classe operária, o socialismo foi-se transformando em grupos de interesses segmentados e particulares, irrompendo cada um com as suas ideias e as suas formas de acção. *Au tournant du XIX^{ème} siècle ... la classe ouvrière était un facteur influent dans l'État ... mais quand les tensions entre les classes s'aggravèrent, un danger vient menacer la société elle même ... On usait et abusait des deux fonctions vitales de la société, la politique et l'économique* (39). As próprias convicções, sentimentos e lutas se desarticulam, fruto do despoletar da crise dos valores industriais, dos novos conhecimentos e tecnologias e da renúncia à ideia de que o crescimento e a elevação de nível de vida, medidas em capacidade de aquisição de produtos *mercantis, estão assegurados para sempre* (40). Tendo subjacente a luta da classe operária e a necessidade do Estado ultrapassar os obstáculos ao desenvolvimento económico, o socialismo define-se, essencialmente, como uma resposta a necessidades históricas bem definidas temporal e culturalmente. Régis Debray, considerando a França como um país onde privilegiadamente se desenvolveu o socialismo, já que a sua história industrial partilhou desde muito cedo uma ideia revolucionária, define todo o processo como tendo partido duma revolução *jacobina, depois guesdista e, finalmente, comunista, de luta contra o Estado, a força e a arrogância deste, a grandeza das suas tradições militares, especialmente napoleónicas, a influência da Igreja Católica...a superioridade das grandes escolas...relativamente a universidades...*(41). Desta forma se exprime a vontade assumida em preservar a diversidade no interior da Europa e se associa o mundo do trabalho com a intervenção do Estado e o ideal de um determinado progresso social, que a evolução técnica, económica e política influenciam grandemente - *Dans la période de croissance continue des années soixante, un cercle vertueux "productivité-croissance-salaires" ce que l'on a appelé le compromis Keynésien, avait pu s'établir la politique salariale devenant, à coté de la régulation monétaire, l'un des principaux instruments d'intervention économique de l'État. ...la théorie de la régulation avait pu formaliser le rôle et la place de l'État dans la marche de l'économie* (42).

Foi sobretudo através das ideias de Keynes, que supõe como *objectivos de intervenção estatal a realização da democracia social e económica* (43), e Beveridge, e o seu célebre Plano publicado em 1942 baseado nos princípios fundamentais da Segurança Social, numa altura em que se pretendia manter um crescimento produtivo, que os mecanismos colectivos de protecção social se

intensificaram e deram lugar ao desenvolvimento do Estado Providência, alargando a cobertura dos riscos sociais. A nível europeu este tipo de intervenções teve um cariz muito específico e provocou situações algo controversas: a redistribuição exerceu uma certa pressão psicológica em favor dum crescimento de rendimentos directos a um ritmo superior ao do PIB e certas despesas sociais cresceram a um ritmo mais rápido que o PIB (despesas com saúde, devido aos progressos científicos, envelhecimento da população, etc) (44).

No pós II Guerra Mundial, o desemprego e a situação dos desempregados não era motivo de preocupação senão para os trabalhadores das grandes cidades. Do seio da Confederação Internacional dos Sindicatos livres e da Confederação Internacional dos Sindicatos cristãos emergem agrupamentos europeus ~~cujo objectivo é representar os interesses dos trabalhadores no seio das instituições~~ da já anunciada Europa unida. No entanto, com as transformações do aparelho produtivo surgem as desigualdades de emprego e, conseqüentemente, de 'status' social bem como de posicionamento das diferentes classes face a uma acção colectiva que provoca diferenças que se tornam perigosas, quando traduzidas por falhas substanciais de nível de vida. As privações aumentadas dos desempregados, as reformas de miséria, etc, transportavam o preço exigido pelo florescimento da indústria e levavam à perda das liberdades constitucionalmente definidas. Os operários foram-se diluindo enquanto grupo de intervenção - *même s'ils ont été appuyés par les proclamations radicales d'intellectuels se sont vite transformés en groupes de pression aux objectifs limités* (45) - e deram lugar a que, aos poucos, fossem emergindo grupos que se marginalizavam pelo empobrecimento e exclusão social: os idosos, os inactivos, os desqualificados; transformações que alteram por completo determinadas consciências políticas e fazem despoletar grupos de intervenção que combinam responsabilidades políticas, económicas e sociais.

As Nações Unidas começaram precisamente nos finais de 50 a pôr a claro os efeitos perversos provocados por projectos de desenvolvimento industrial em zonas subdesenvolvidas que operavam independentemente da transformação da mentalidade das populações e da devida atenção aos aspectos da vida humana das colectividades. Não é por acaso que a 4 de Novembro de 1950 é assinada a Convenção Europeia para protecção dos direitos do homem e das liberdades fundamentais. Começava a tornar-se evidente a necessidade da participação das populações nos planos de investimento/desenvolvimento. O próprio conceito de progresso entra em crise e passa a ser posto em causa. Urge pensá-lo por etapas, específicas e peculiares, e definir hierarquicamente os objectivos visados - *já não se*

acredita num progresso unilinear (46). Por outro lado, os modelos macroeconómicos mostram-se insuficientes dado reconhecer-se a falta de estabilidade dos seus parâmetros.

Os anos 60 foram então marcados, sobretudo em países com economia aberta, por choques internos perante os quais foi necessário adoptar medidas de adaptação. Paralelamente, os movimentos estudantis fizeram descobrir as universidades como agentes de conflito que procuram uma definição para si próprias. Emerge um certo tipo de acção política que liga valores culturais e movimentos sociais num espírito de crítica constante que os torna fortes: é o surgimento dum nova cultura, dum explosão contestatária extremamente confiante num projecto de intervenção política. A mobilização de tensões e movimentos obriga à renovação de estilos e linguagens e à invenção criativa dum futuro colectivo. Futuro construído por variáveis múltiplas, que vão da cultura de uma determinada sociedade, às suas características sociológicas, ao estado de conflitualidade e à própria capacidade de participação entre os parceiros. Aparecem os problemas da educação, da saúde e da segurança social como necessidades básicas a garantir que invocam o recurso à ciência e ao pensamento crítico. É o próprio Alain Touraine que no seu posicionamento crítico sobre a ideia de progresso (47) nos refere que este passa a ocupar *une place intermédiaire, centrale, entre l'idée de rationalisation et celle de développement ... elle annonce l'application de la science à la politique et donc identifie une volonté politique à une nécessité historique*. As escolas, as correntes teóricas utilizadas e os novos grupos de reivindicação e contestação ligados às universidades (que por natureza desenvolvem a sua identidade numa determinada sociedade) pretendem então ser mais organizados, de acordo com as exigências das intervenções (48).

A este propósito atente-se nos quadros 2.3 e 2.4 que ajudam a clarificar o papel transmissor de que foram portadores o ISSSL (Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa) e o ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão), os quais, entre outros, tiveram responsabilidades sobre a modernização que transformou as estratégias de intervenção da Assistência na segunda metade da década de 60, já que alguns dos seus actores saíram destas escolas, ou nelas intervieram enquanto docentes (ponto 5.1). Ao olharmos para o quadro 2.3, em que se pretendeu dar uma ideia da evolução das matérias escolares no ISSSL, não podemos deixar de referir que ao tempo da formação deste não havia em Portugal escolas de Enfermagem de Saúde Pública ou de Educadoras de Infância. Assim, os primeiros cursos pretendiam responder a estas lacunas, razão porque se verifica um fluxo de matérias ligadas à Saúde e à Psicologia. Já em 1960, em que a intervenção da Assistência

Quadro 2.3

Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa : alguns elementos da sua evolução

<p><u>1935</u> - Criação do ISSL (Dec. Lei nº30 135 de 14/12/1939)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento particular de <u>Ensino Feminino</u> (confiado na sua direcção e ensino a ordens religiosas femininas de origem francesa) ... <i>Promover o estudo e vulgarização do Serviço Social à luz da <u>doutrina católica</u> e da <u>caridade cristã</u>...</i> <p><u>Matérias Escolares</u> (1):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vida física e mental e suas perturbações - Estudo da vida mental e moral - Funcionamento prático do Serviço Social <ul style="list-style-type: none"> * Contabilidade e Dactilografia * Assistência Social e Corporativismo * Organização Social da Indústria e Higiene Industrial * Organização Social Agrícola - Estágios em serviços de: Cirurgia, Medicina, Pediatria, Puericultura
<p><u>1956</u> - O ensino do Serviço Social evolui de uma formação de natureza filosófica, jurídica e paramédica para uma formação que consente o lugar das <u>ciências sociais</u>.</p> <p>... <i>Conseguir uma correspondência mais perfeita às exigências da <u>evolução social portuguesa</u>...</i></p> <p><u>Matérias Escolares:</u> mantem-se ainda a atenção sobre a patologia social</p> <p><u>1960</u> - O Serviço Social vai sofrer <u>profundas alterações</u> devido:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Transformação doutrinal da Igreja (pontificado de João XXIII e Concílio VaticanoII) - Alteração do papel dos cristãos no mundo contemporâneo - Desenvolvimento teórico e metodológico do Serviço Social - Realce dado ao Serviço Social de Comunidades <p><u>Ensino teórico:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução das disciplinas de carácter médico e de direito - Incremento do ensino nas áreas de <u>Ciências Humanas e Sociais</u> - <u>Metodologia de Intervenção</u> em Serviço Social - Reorientação dos estágios para uma actividade própria (<u>não assistencial</u>) <p><u>1972</u> -</p> <p><u>Ensino teórico :</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>Serviço Social Integrado</u> - Intensificação do estudo de <u>Economia, Política Social e Planificação Social</u> - Introdução de actividades de pesquisa e reflexão sobre a realidade social portuguesa

Fonte: FERNANDES (Ernesto), "Evolução da Formação dos Assistentes Sociais no Instituto de Lisboa", Intervenção Social, nº2/3, Dezembro de 1985, ISSSL.

(1) "...Na época em que entrei para o ISSL, não havia enfermeiras de saúde pública, não havia Educadoras de Infância, de maneira que nós tínhamos que ser preparadas para lançar mão a uma pluralidade de actividades que depois acabaram por se ir perdendo... andávamos na frente de uma série de coisas... íamos pescando o que precisávamos..." (Maria José Viana, entrevista nº14)

Quadro 2.4

Instituto Superior de Economia e Gestão: elementos da sua evolução

<p><u>1949</u> - Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras</p> <p>- Dec. Lei 37 584 de 17 de Outubro:</p> <p><i>"...proceder à reforma dos estudos", no sentido de "preparar profissionalmente técnicos económico financeiros e acentuar a finalidade superior económica do Estado, estudando os seus problemas mais instantes e pondo consciência na sua acção". "Sem se esquecer que os alunos ...precisam de tempo para o estudo a fazer individualmente, para desenvolverem as suas faculdades de análise e de espírito científico..."</i></p> <p><u>Matérias Escolares:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Matemáticas - Cálculo Actuarial - Economia - Política Económica Industrial
<ul style="list-style-type: none"> - História dos Factos e das Doutrinas Económicas - Direito - Finanças - Contabilidade <p>obs: eram professados 2 cursos: Curso Superior de Economia / Curso Superior de Finanças</p> <p><u>1970</u> - Decreto nº 512/70 de 30 de Outubro</p> <p><i>"Alternam-se... as relações da Universidade com a sociedade, abrindo-se perspectivas e exigências legítimas de reforma universitária..."</i></p> <p>Introduzida nas <u>matérias escolares</u> logo no 1º ano</p> <ul style="list-style-type: none"> - Introdução às Ciências Sociais <p><u>1971</u> - Instituto Superior de Economia</p> <p>Dec. Lei 520/72 de 15 de Dezembro:</p> <p><i>"...o progresso das ciências económicas não só as conduziu à sua crescente diversificação, como tem sido acompanhado pelo de outras ciências sociais, cuja importância se tem vindo a acentuar nos últimos anos..."</i></p> <p>Nesta perspectiva, passaram a ser comuns os planos de estudo dos dois primeiros anos dos cursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Economia (do ISE) - Organização e Gestão de Empresas (do ISE) - Bacharelato em Ciências do Trabalho e em Economia (do ISCSPU) - Ciências Sociais (do ISCSPU) - Ciências do Trabalho e de Organização e Gestão de Empresas (do ISCTE) <p>Introduzido nas <u>Matérias Escolares:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Metodologia Geral das Ciências Sociais - Demografia, Povoamento e Recursos Humanos - Informática - Desenvolvimento Regional ou Integração Económica

Social se afirma mais em termos de promoção do pleno desenvolvimento do indivíduo, com a participação deste, o Serviço Social obrigou-se a uma definição em termos de Metodologia de Intervenção. Aliás, pela primeira vez aparecem serviços da Assistência, sem carácter supletivo, que não dispensaram a inclusão de profissionais de várias áreas das Ciências Sociais, de forma a responderem correctamente ao equacionamento dos múltiplos aspectos da problemática social. Foi o culminar da convergência dos domínios económico e social. Época em que paralelamente as Ciências Sociais vão despoletar críticas intensas e tornar transparentes as razões pelas quais a interdisciplinaridade urge tornar-se realidade, para a resolução dos problemas sociais. É interessante verificar no quadro 2.4 que em 1971 vários cursos, ao nível das Ciências do Trabalho, Económicas e de Organização e Gestão de Empresas, passam a ter nos dois primeiros anos matérias escolares comuns.

2.3. A Dinâmica da Oposição em Portugal

"Les intérêts naissent d'une action systématique de l'environnement sur le sujet et représente son rapport actif à cet environnement. Ils témoignent clairement de la position sociale du sujet en question notamment de sa position économique, de son origine sociale, de son éducation, de ses relations de travail, de son travail et aussi de son non-travail."(49)

Em Portugal, fruto dum contexto institucional rígido, subsistiu durante longos anos um Decreto Lei de 1935 (50) que fazia perdurar ideologias que o pós II Guerra Mundial, em 1945, varria do mapa. Ao nível da informação, pouco mais era permitido transmitir que não fossem os discursos oficiais e as notícias condicionadas pela censura governamental. A principal repercussão era mantermo-nos como um país onde o cidadão era desprovido de direitos.

Como se traduziu então ao nível da Assistência a influência das correntes teóricas até agora referidas?

Para Braga da Cruz, *as relações entre o Estado e a Igreja assumem no salazarismo uma importância que ultrapassa amplamente o mero aspecto institucional, sabido como é que Salazar foi, antes de ser chamado para o governo, dirigente do Partido do Centro Católico e um dos seus mais proeminentes doutrinadores e que o salazarismo foi buscar a sua principal inspiração ideológica e os seus principais dirigentes ao movimento católico* (51). Miller Guerra vem de encontro a esta situação quando em 1971 refere na sua qualidade de deputado que *a Igreja em Portugal gozou longos séculos de preponderância social que lhe vinha da conformidade com o poder civil na manutenção comum do legalismo, da autoridade, do 'ordo'*. Mas o deputado continua...*esta situação experimentou uma grande estabilidade no Estado Novo, mas começou a vacilar há alguns anos. À*

imobilidade sucederam inquietações e dúvidas provocadas pelas convulsões do mundo contemporâneo e pelo espírito desassombrado do grande papa João XXIII (52) - O direito à liberdade na pesquisa da verdade...direito à liberdade na manifestação e difusão do pensamento (53)

Até que ponto existiu (ou não) em Portugal uma simbiose entre o regime e os católicos e até que ponto a forma como ambos conviveram foi importante?

Recuando um pouco na história, vimos a dar conta que no seguimento de um apelo de Pio XI (54), de *restauração social no terreno económico (55)*, os bispos portugueses decidiram organizar a Acção Católica Portuguesa, em Abril de 1932, cujas bases foram aprovadas em Novembro de 1933. Dentro de um contexto internacional, a Acção Católica visava não só abranger a classe operária mas *fazer o possível para que as leis e instituições fossem tais ... que da própria organização do Estado dimanasse espontaneamente a prosperidade da Nação e dos indivíduos (56)*.

Produzia-se desta forma uma corrente favorável à formação duma elite política actuante, assente numa acção concertada, entre leigos e eclesiásticos, de intervenção social. Consideravam-se de absoluta necessidade duas coisas: a reforma das instituições e a *emenda dos costumes (57)*. A primeira decorrente dos efeitos perversos provocados pelo facto de recair sobre o Estado a responsabilidade de assegurar os serviços sociais, quando muitas dessas tarefas deveriam ser confiadas a associações de carácter particular; a *emenda dos costumes* passaria pela reconstituição dos corpos profissionais, das associações livres e das corporações.

Totalmente contrária a associações de piedade e caridade a Acção Católica torna-se extremamente aberta e actuante na vida social; anuncia uma nova sociedade, através da forma como se posiciona, comandando práticas e análises concretas:

- através dos organismos operários que se debatiam com problemas sociais concretos,
- através de organismos independentes e intelectuais, que mais directamente se sentiam ligados à intervenção política mas que, sobretudo a partir de 1949, se deparavam com barreiras postas pelo Estado.

Na sequência destes acontecimentos os anos 50 caracterizam-se pela organização duma oposição que se dota, diríamos, duma fachada pública. Surge o Movimento de União Democrática (MUD) que reagrupa:

- opositores eventuais;
- membros do Partido Comunista (único partido da oposição formalmente organizado na clandestinidade);
- católicos liberais.

Acompanhando estes movimentos de intervenção, há interesses que começam a brotar governados por uma geração que reclama uma acção sistemática sobre o social; testemunha claramente novas correntes de pensamento económico e sócio político e um posicionamento diferente dos actores sociais que acabam por experimentar novas experiências de vida, novas relações sociais de trabalho.

Não é por acaso que na década de 50 se vão suceder acções organizadas pela Acção Católica, no sentido de deixar transparecer as graves questões sociais, que levaram a atitudes por parte do Estado de repressão e censura, e que tornam transparentes as razões pelas quais a partir de 1960 surge uma elite comprometida politicamente. E vejamos:

- Em Dezembro de 1950, organizado pelo Padre Abel Varzim foi levado a efeito o I Congresso dos Homens Católicos onde foram feitas intervenções de crítica social, sobretudo por militantes da Acção Católica; em 1955 no I Congresso da JOC foi interdita a leitura pública das moções adoptadas para encerramento (58); por ocasião das eleições presidenciais em 1958, D. António Ferreira através duma carta aberta a Salazar expõe as suas apreensões sobre a situação política e religiosa portuguesa - e Salazar remete-o para o exílio que só terminou em 1969 (59).

Como resultado desta atitude de Salazar, grupos de cidadãos 'sem partido' começaram mais publicamente a manifestar-se contra o regime. Em 1961 *há uma eclosão de acontecimentos em Malange, Angola, que desencadeia uma posição muito clara de revolta dos meios intelectuais. Com a guerra colonial começa a tornar-se consciente a necessidade de uma mudança de poder político e...*(60) surgem mesmo candidatos católicos da oposição às eleições para a Assembleia Nacional: Lino Neto e António Alçada Baptista, pertencendo este último à democracia cristã europeia(61); em 1964 é fundada e dirigida por católicos a "Cooperativa Pragma" que, acusada de subversiva, é encerrada em 1967 e presos os seus dirigentes: Nuno Teotónio Pereira, João Gomes, António Maceira da Costa, Ana Maria Lowndes Marques e Nuno Silva Miguel (62); em Outubro desse mesmo ano, dirigindo-se ao Estado, através da Carta Pastoral, os bispos dizem que *será de louvar todo o esforço dispendido no sentido da prossecução de uma Política Económica que por uma distribuição mais equitativa da riqueza nacional e por melhor rendimento de trabalho, subtraia o maior número possível de famílias à condição proletária em que se encontram, garanta a habitação condigna e o possível desafogo económico necessários ao cumprimento das suas obrigações morais* (63); em 1965 um grupo de católicos, muitos pertencentes à Acção Católica, denunciam mesmo:

- o desprezo que sentem pelos princípios democráticos:

- o desrespeito pela informação e direito de associação;
- os processos arbitrários da polícia política;
- a hostilidade do Estado face à ONU;
- a forma como estava a decorrer a política ultramarina.

Por detrás de todo este movimento de relação conturbada, entre o Estado e a sociedade civil, existiu, sim, um grupo que não obedecendo a um comando total, nem a uma estrutura piramidal, reunia elementos:

- do MUD (raiz católica);
- do Movimento Estudantil Universitário (raiz não católica);
- da JEC e da JAC;
- dos Movimentos Associativos dos Liceus;
- sindicalistas católicos;
- elementos dos Dominicanos.

Considera-se, no entanto, que houve um foco de inspiração: a comunidade de Padre Alberto Neto que, em sua casa, albergava um grupo de estudantes *...era professor de moral no Pedro Nunes e os alunos tinham por ele uma admiração enorme; depois foi nomeado capelão da Capela do Rato e aí, começou a experiência de renovação... começou a construir-se uma visão cristã renovadora e empenhada...* (64). Não havendo nenhum suporte hierárquico da Igreja, havia uma preocupação determinada e comum: obter informação sobre os vários sectores e difundi-la - facto que torna o grupo numa das organizações mais fortemente contestatárias do regime. Este movimento teve o seu auge na noite de 31 de Dezembro de 1972 em que vários fiéis ficaram na Capela do Rato em Lisboa. Tinham como objectivo rezar e reflectir sobre a guerra, manifestação organizada na perspectiva duma jornada de paz desejada por Roma, na linha das recomendações do Papa Paulo VI. No grupo figuravam para além de padres, professores da universidade, altos funcionários e mesmo estudantes: Carlos Sangreman Proença, Francisco Pereira de Moura, José Augusto Neto, Ludovina Esteves, Luís dos Santos Moita, Gabriela Ferreira, Maria Isabel Rodrigues, Maria Luísa Pereira da Silva, Maria Regina Santos, Nuno Teotónio Pereira, Francisco Louçã, etc. Na manhã seguinte foram desalojados pela polícia e a 2 de Janeiro de 1973 o Governo decidiu excluir da sua função todos os que de entre eles eram funcionários públicos (65).

A par de todas as implicações políticas da elite da ACP, e outros intelectuais que se opunham ao regime e com eles partilhavam ideias, na sua vontade de pôr a claro a repressão existente no regime de Salazar, que frustrava o verdadeiro acesso ao desenvolvimento, os anos 60 viram emergir novos modelos ao nível da Política Social, fruto da tomada de consciência (por parte das camadas que

tinham acesso a este tipo de informação) do fosso que se alargava entre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

A Igreja nessa altura teve um papel importante ao nível, por exemplo, do movimento sindical onde estavam empenhados o Partido Comunista e os católicos... Havia também os Centros Paroquiais que eram uns oásis onde se podia falar (66).

Este período não se pretendia conjuntural; pretendia sim, atingir estruturas de produção, mecanismos políticos, valores de civilização.

Começava, neste contexto, a tornar-se controversa a forma paternalista de suporte dos serviços assistenciais e o seu modo de funcionamento era mesmo posto em questão por profissionais que a sentiam inadaptada e incapaz de dar respostas. A Assistência Social passava a ter que se posicionar numa forma integrada, para evitar a sua alienação, como organização estatal burocrática, à sociedade civil. Tornava-se necessário pensar os serviços (até então rígidos) como momentos de um processo de intervenção na comunidade; como função colectiva, procurando fazer incidir a sua actividade na promoção da autonomia e capacidade das populações.

* * *

Será no decurso dos anos de 1960 que explosões contestatárias e extremamente confiantes num projecto de intervenção sistemática sobre o social tornam emergente uma viragem profunda no domínio da Assistência. O reconhecimento de que a acção que impuseram não obedecia a conceitos pré fixados, mas ousava delinear novas ideias, numa altura em que tal não era pacífico em Portugal, levou-nos a uma reflexão crítica sobre os principais autores e actores que, de certa forma, foram precursores das ideias então veiculadas.

Assim, recorreremos, entre outros, a Keynes cuja originalidade terá residido na sua preocupação em conseguir que a política económica obedecesse a um planeamento determinado, que o Estado tivesse uma intervenção directa nesta matéria e que os economistas assumissem um papel de intervenção e colocassem o seu saber na procura de soluções adequadas aos problemas sociais.

A abertura da Igreja, a partir dos anos 50, para um comprometimento dos católicos na esfera política, constituiu também um momento privilegiado de redimensionamento do homem ao torná-lo corresponsável pelas transformações da sociedade.

Por toda a Europa surgiram, aliás, acções inovadoras assentes em novas concepções de sociedade e de organização da mesma.

A nível nacional houve escolas que, por excelência, foram veículo transmissor dessas ideias, as quais se vieram a traduzir, no sector da Política da Assistência, em intervenções pertinentes. Intervenções que chamaram a atenção para a necessidade constante de se desencadearem processos de acção sobre o social que acompanhassem coordenadamente a evolução económica (capítulo 4), e de que um grupo de actores foi capaz ao impulsionar a criação de canais de participação, quer entre si como elementos de uma organização, quer entre si e o exterior (capítulo 5).

NOTAS - Capítulos 1. e 2.

(1) HERNANDEZ (Francesc), "El Relato Biográfico en Sociologia", Revista Internacional de Sociologia, vol. 44, fascículo 3, Julho/Setembro de 1986, p.278.

(2) Idem, p.278.

(3) É interessante verificar este facto, tanto mais que as realizações, à data, ao nível da Política da Assistência, para além de não estarem legalmente definidas, não fizeram nunca parte das discussões da Assembleia Nacional. Paralelamente, a leitura de todos os relatórios e avaliações de trabalho efectuados pelos novos serviços, transmite, precisamente, a preocupação constante para que fosse levada a cabo a reorganização do Ministério da Saúde e Assistência, vontade aliás expressa por Neto de Carvalho (então Ministro), desde 1963.

(4) MERRIEN (F.X.), "L'État et les Politiques Sociales, les Origines Sociales et Politiques des Mesures de Protection Sociale en Europe", in DURAND (Michelle) (coord.), Politiques Économiques et Sociales en Europe, Logiques Sociales, l'Harmattan, Paris, 1992, p.223.

(5) CROZIER (Michel) e FRIEDBERG (Erhard), L'Acteur et le Système, Éditions du Seuil, 1977, p.111.

(6) FRAZÃO (Amaral), Assistência Social e suas Bases Reguladoras, Ed. Gráfica Portuguesa Ltd, Lisboa, 1984, p.15.

(7) CORREIA (Fernando da Silva), Boletim da Assistência Social, nº1, 1943.

(8) CARDOSO (Fernando Magalhães), "Conceitos Fundamentais de Assistência Social, Boletim de Assistência Social, nº119/120, Janeiro/Junho de 1955, p. 68.

(9) Ideias retiradas do livro Fascismo em Portugal, Actas do Colóquio da Faculdade de Letras, Março de 1980, Lisboa.

(10) CARDOSO (Fernando Magalhães), "Conceitos Fundamentais de Assistência Social, Boletim de Assistência Social, nº119/120, Janeiro/Junho de 1955, p.79.

(11) A Segurança Social dos Trabalhadores Através do Seguro Social, Exposição feita por Sua Ex^a o Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Dr. António Júlio de Castro Fernandes, na 1ª sessão do Conselho Superior da Previdência Social, em 23 de Dezembro de 1946, Ed. do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, nº27, 1947.

(12) Maria Júlia Botelho, entrevista nº15.

(13) MIRANDA (Jorge), "Aspectos Institucionais de Promoção Social Comunitária", Informação Social, Lisboa (18), Abril/Junho de 1970, p.33.

- (14) PUEL (Huges), L'Économie au Défi de l'Étique, Éssai d'Éthique Écinomique, Éthique & Société, Paris; Ed. Cujas, 1989, p.9/10.
- (15) idem, p. 63.
- (16) ACÇÃO SOCIAL CRISTÃ, A Igreja e a Questão Social, Encíclicas de Leão XIII, Pio X e Pio XI (texto completo) e outros documentos pontifícios, 3ª edição, Lisboa 1945, p.129/130.
- (17) S.S. JOÃO XXIII, Mater et Magistra, Ed. Aster, 1963.
- (18) CARDOSO (Fernando Magalhães), "Conceitos Fundamentais de Assistência Social", Boletim de Assistência Social, nº119/120, Janeiro/Junho de 1955.
-
- (19) KEYNES (J.M.), Théorie Générale de l'Emploi, de l'Intérêt et de la Monnai, PBP, Paris, tradução de Jean Largentaye, 1969, p.366.
-
- (20) MOGGRIDG (D.E.), As Ideias de Keynes, Mestres da Modernidade, Cultrix, S.Paulo, 1976, p.21.
- (21) CARDOSO (José Luís), "Reler Alfred Marshal no Centenário dos *Principles of Economics*", Vol.X, nº3, Abril /Junho de 1990, p.257.
- (22) Agregados: *résultats numériques établis en totalisant l'ensemble des comptes relatifs à toutes les opérations effectuées par les agents économiques, individus, sociétés privées, collectives publics*, in: LESOURD (Jean Alain) e GÉRARD (Claude), Nouvelle Histoire Économique, Tome I, le XIXème siècle, Armand Colin Éditeur, Paris 1976, 1992, p. 41.
- (23) Contabilidade Nacional: *La nation, ses habitants et leurs activités étant considérés comme un tout, une commission nationale est chargée d'établir les comptes de la nation...*, idem, p. 41.
- (24) STEWART (Michel), Keynes, Éditions du Seuil, 1967, p. 50.
- (25) DURAND (Micelle) (coord.), Politiques Économiques ey Sociales en Europe, Logiques Sociales, l'Harmattan, Paris, 1992, p. 7.
- (26) TOURAINE (Alain), O Pós-Socialismo, Ed. Afrontamento, 1981, p. 81.
- (27) ACÇÃO SOCIAL CRISTÃ, A Igreja e a Questão Social, Encíclicas de Leão XIII, Pio X e Pio XI (texto completo) e outros documentos pontifícios, 3ª edição, Lisboa, 1945, p.33.
- (28) idem, p. 125 - Carta da Sagrada Congregação do Concílio do Arcebispo de Lille, em 5/6/1929.
- (29) idem, p. 80.

(30) KEYNES (J.M.), Théorie Générale de l'Emploi, de l'Intérêt et de la Monnaie, PBP, Paris, tradução de Jean Largentaye, 1969, p.18-nota de Jean Largentaye(1968).

(31) STEWART (Michel), Keynes, Éditions du Seuil, 1967, p. 120.

(32) KEYNES (J.M.), Théorie Générale de l'Emploi, de l'Intérêt et de la Monnaie, PBP, Paris, tradução de Jean Largentaye, 1969, p. 374.

(33) MOGGRIDGE (D.E.), As Ideias de Keynes, Mestres da Modernidade, Cultrix, S. Paulo, 1976, p. 35.

(34) PUEL (Huges), L'Économie au Défi de l'Éthique, Éssai d'Éthique Économique, Éthique & Société, Paris, Ed. Cujas, 1989, p. 136.

(35) S.S. JOÃO XXIII, Pacem in Terris, União Gráfica, Lisboa 1963, cap.II, parág.14.

(36) idem, 'Apelo Final', parág.87.

(37) FERREIRA (Dinah), "A importância dos Estágios na Formação em Serviço Social", Intervenção Social, nº2/3, Dezembro de 1985, ISSSL, pp.63/67, p. 64.

(38) DURAND (Micelle) (coord), Politiques Économiques et Sociales en Europe, Logiques Sociales, l'Harmattan, Paris, 1992, p. 12.

(39) PISANI (Edgar), La Main et l'Outil, Le Développement du Tiers Monde et l'Europe, Éditions Robert Laffont, Paris, 1984, p. 183.

(40) TOURAINE (Alain), O Pós Socialismo, Ed. Afrontamento, 1981, p. 15.

(41) idem, p. 39.

(42) DURAND (Micelle) (coord.), Politiques Économiques et Sociales en Europe, Logiques Sociales, l'Harmattan, Paris, 1992, p.14.

(43) CARVALHO (Anabela), e MOURO (Helena), Serviço Social no Estado Novo, Centelha, 1987, p. 51.

(44) MAILLET (Pierre), La Politique Économique dans l'Europe d'Après 1993, PUF, 1992, p. 244.

(45) TOURAINE (Alain), Critique de la Modernité, Fayard, 1992, p. 190.

(46) BARRÈRE (Alain), Déséquilibres Économiques et Contre Révolution Keynesienne, Economica, 1979, p. 48.

(47) TOURAINE (Alain), Critique de la Modernité, Fayard, 1992, p. 82/83.

(48) BARRÈRE (Alain), Déséquilibres Économiques et Contre Révolution Keynesienne, Economica; 1979, p. 143.

(49) PUEL (Huges), L'Économie au Défi de l'Éthique, Éssai d'Éthique Économique, Éthique & Société, Paris, Ed. Cujas, 1989 - citação de Ota Sik in La Troisième Voie, La théorie Marxiste Léniniste et la Société Industrielle Moderne, NRF, Gallimard, Paris, 1974.

(50) Dec. Lei 25 317 de 1935.

(51) CRUZ (Manuel Braga da), "Notas para a Caracterização do Salazarismo", Análise Social, vol XVIII, 72/73/74, 1982, 3º,4º,5º, p. 201.

(52) Diário da Sessões, nº222

(53) S.S. JOÃO XXIII, Pacem in Terris, 1963.

(54) Aquando da celebração do Rerum Novarum

(55) ACCÇÃO SOCIAL CRISTÃ, A Igreja e a Questão Social, Encíclicas de Leão XIII, Pio X e Pio XI (texto completo) e outros documentos pontifícios, 3ª edição, Lisboa 1945, p. 130.

(56) idem, p. 138.

(57) idem, p. 165.

(58) SERRÃO (Daniel) e Oliveiras MARQUES, Portugal e o Estado Novo / 1930 - 1960, Ed. Presença, Lisboa, 1971, p. 213.

(59) idem, p. 216.

(60) Pedro LOFF, entrevista nº3

(61) SERRÃO (Daniel) e Oliveira MARQUES, Portugal e o Estado Novo / 1930 - 1960, Ed. Presença, Lisboa, 1971.

(62) idem.

(63) FREIRE (José Geraldes) Resistência Católica ao Salazarismo - Marcelismo, Telos, Porto, 1976, p. 190.

(64) Francisco Pereira de MOURA, entrevista nº 9.

(65) MARCADÉ (Jacques), Le Portugal au XXème Siècle - 1910/1985, PUF 1988, p. 114.

(66) Maria Teresa Abrantes, entrevista nº8.

3. A Europa e os Esforços Empreendidos:

- Para superar a guerra
- Para prosseguir com a paz

" Le fait essentiel était que la paix régnait en Europe Occidentale. Les gens savaient instinctivement que les États situés dans cette partie du monde ne se feraient plus jamais la guerre. |... | Toujours est-il qu'aucun des grandes auteurs de l'histoire passée, France, Angleterre, Allemagne notamment, n'avait plus de revendication territoriale à l'égard des autres (1).

O desenvolvimento industrial que progredia já desde finais do século XIX, provocava no interior de cada nação uma resistência à internacionalização, que começava a aparecer como inevitável, na salvaguarda duma cultura nacional. Esta resistência levou ao avanço de medidas políticas de discriminação e dominação, sendo um dos exemplos mais significativos o nazismo na Alemanha.

~~Aliás governos fascistas estenderam-se por toda a Europa e sendo~~ diferentes de país para país, tinham um traço comum: não estavam dependentes de manifestações populares e desnaturavam o indivíduo, tornando-o incapaz de funcionar como unidade responsável do corpo político (2), assim como à classe trabalhadora era privado qualquer tipo de influências. Ao mesmo tempo, representavam um obstáculo a qualquer forma de cooperação internacional, o que, de certa forma, era uma ameaça permanente ao desenvolvimento nacional. Como consequência geravam-se nitidamente transformações sociais no interior das nações, por parte de grupos organizados que se opunham às regulamentações limitativas da liberdade.

De certa forma poderemos dizer que a política de Integração Europeia vem informada de todos estes movimentos que acabaram por ter um papel predominante na forma como se foi desenrolando a Política Social.

Comment ne pas voir que le monde moderne industriel n'est pas une vaste machine, mais une constellation de nations dominantes et dominées, confiantes ou méfiantes dans leurs chances de garder leur identité tout en participant davantage aux échanges mondiaux? (3). A principal mensagem expressa nesta citação traduz, de certa forma, as ideias controversas que giravam no interior de cada país: a resistência e o avanço do universalismo. Até que ponto não terá residido aqui a vontade duma Integração Europeia que mobilizasse particularmente os recursos de cada país e conseguisse ultrapassar barreiras e tradições culturais, uma vez que era já reconhecido que, em termos estratégicos, estas alterações modificavam totalmente certas representações?

É precisamente no meio destes conflitos que no período pós II Guerra Mundial surge o projecto de Integração: a Europa Ocidental tenta reorganizar-se

económica e politicamente e procura a paz - *A l'intérieur, il s'agit de renforcer et maintenir la stabilité d'un continent qui a trop connu de tensions et de déchirements internes ... A l'extérieur, il s'agit pour l'Europe de faire entendre sa voix, pour défendre ses propres intérêts certes, mais aussi ... pour être un facteur de paix et apporter une contribution au développement mondial* (4). Os países estavam cansados da guerra, das sequelas que deixava no desenvolvimento das populações e dos regimes absolutistas que tinham imperado durante tantos anos. Tornava-se urgente fazer frente aos vícios que esse tipo de regime criara perante o peso das tradições e alterar estruturalmente as linhas de força dos países europeus habituados que estavam nos anos 20 e 30 a resolver os seus problemas independentemente de qualquer tipo de cooperação internacional.

Várias foram as medidas tomadas por cada país para se adaptarem a essa transformação. ~~A peculiaridade política e social de cada um fez com que se~~ manifestassem diferentemente no que se refere à sua aderência à Integração. A própria Assistência Social foi reflectindo estas diferenças através da definição diversa de prioridades de intervenção, que tentamos colocar comparativamente através do quadro 3.1. A partir de finais dos anos 60 começou a ser preocupação a acção combinada dos governos: *A ajuda deverá ser encarada como um fim comunitário e representará um dos pontos seguros da construção europeia* (5).

3.1. Fases Históricas do Processo

Numa tentativa de formar um governo supranacional que fizesse frente à Rússia e à Alemanha, e após um período que se caracterizou pelo desenvolvimento duma cooperação intergovernamental (criação do Conselho da Europa) surge a vontade de reagrupar numa unidade política nova - supranacional - certos países da Europa Ocidental que produzissem em quantidade carvão e aço (6). O carvão, apelidado de 'pão negro' da indústria, era matéria prima para o desenvolvimento desta e o aço, essencial quer para a indústria, quer para o armamento, obrigava a uma enorme concentração de capitais. A este respeito refere Van Helmont (7), *les six gouvernements se donnent donc pour objectif immédiat, la mise en commun des productions de charbon et de l'acier et l'institution d'une Haute Autorité nouvelle, dont les décisions lieront la France, l'Allemagne, la Belgique, l'Italie, le Luxemburg et les Pays Bas ... Ensuite seulement ils entreprendront de négotier le Traité instituant la Communauté Européenne du charbon et de l'acier*. A integração da Alemanha, tornava-se desta forma fundamental, já que era um exportador importante, sobretudo de carvão. Tendo em conta todas as tendências de crescimento económico desejadas, um projecto de integração europeia financeiro e

Quadro 3.1

Política Económica / Assistência Social na Europa dos anos 1960

Situação Política e Económica (1)	Assistência Social (2)
FRANÇA	
<ul style="list-style-type: none"> - Queria reafirmar o seu papel político no mundo - Confrontava-se com os efeitos da Revolução Industrial orientada para a produção e expansão - Dificuldades económicas imputáveis essencialmente às despesas ocasionadas pela guerra com a Argélia - Estava contudo capaz de enfrentar a competição 	<ul style="list-style-type: none"> - Formas de Assistência Complementar - Abonos eventuais e periódicos - Medidas de reconstrução e pedagogia social
RFA	
<ul style="list-style-type: none"> - País em franca expansão económica, com ritmos de progressão satisfatória e inflação limitada 	<ul style="list-style-type: none"> - Concessão de auxílios vários (habitação, vestuário, aquecimento) - Assistência Médica - Formação escolar/profissional
ITÁLIA	
<ul style="list-style-type: none"> - A ajuda acordada pelo Plano Marshall e a sustentação da OECE contribuíram para uma evolução favorável - Relativa eliminação de cargas fiscais e de regulamentação social 	<ul style="list-style-type: none"> * Tradição Proteccionista - Assistência Pública feita através de estabelecimentos da Assistência, ao nível da comuna, para ajudar os que por qualquer razão eram incapazes de prover às suas necessidades
PAÍSES BAIXOS	
<ul style="list-style-type: none"> - Preocupação essencial com a reconstrução e dissolução do Império colonial 	(- Idêntica à da França-)
BÉLGICA	
<ul style="list-style-type: none"> - Preocupação essencialmente política para que a Bélgica adquirisse maior credibilidade ao nível da política mundial 	Assistência Social: 1 - Administração do património e dos serviços hospitalares 2 - Luta contra a miséria
LUXEMBURGO	
<ul style="list-style-type: none"> - Vontade de ultrapassar a sua situação de vítima dos conflitos bélicos Franco / alemães 	<ul style="list-style-type: none"> - Auxílios concedidos aos necessitados - Fundo Nacional de solidariedade para idosos e incapazes

(1) in: GROBEN (Hans Von der), *Combat pour l'Europe*, la construction de la Communauté Européenne de 1958 à 1966. Bruxelles, 1984

(2) in: DGA, *Informação Social*, n.º 10, Abril/Junho de 1968.

técnico fazia acreditar num 'boom' siderúrgico que traria à Europa um lugar de supremacia, então ameaçado pelas circunstâncias da guerra.

Tal passo exigiria, no entanto, no domínio económico o desaparecimento das barreiras à livre circulação dos homens, das mercadorias e dos capitais; conseqüentemente, teria influência não só na indústria, mas no comércio e na agricultura, pretendendo-se que viesse a gerar uma melhoria gradual das condições de vida das populações - tipo de medidas que foram muitas vezes acusadas de serem fundamentalmente económicas, já que objectivavam um desenvolvimento harmonioso das actividades económicas dentro da comunidade.

Tendo presente que Jean Monet, Robert Shuman e R. Marjolin foram actores decisivos, reconhece-se que tinham implícitas as ideias dos economistas do pós-guerra que, pretendendo evitar a estagnação, apostavam essencialmente no crescimento económico, motivo porque a problemática do desenvolvimento social não merecia ainda uma atenção primordial. No entanto, a partir de meados de 60, quando começaram a ser feitas avaliações sobre os resultados das políticas de integração europeia, estas tornavam claro que qualquer medida punha em causa conjuntamente as actividades económicas e sociais da comunidade.

Assim, de acordo com este processo muito genericamente descrito e confrontados com a diversidade das situações e exigências sociais, o percurso a que nos propusemos, em termos duma análise mais directamente implicada com a Assistência Social, concentrar-se-á sobre a 'vocação social' do Plano Marshall, da Política Agrícola Comum (esta com influência directa no quotidiano das populações) e da Política Regional, tendo em conta os requisitos percorridos no âmbito dos programas de acção estabelecidos, enquanto áreas de intervenção estratégica da Política Social europeia. A elaboração de alguns quadros permitiu-nos melhor clarificar os seus contextos.

Reforce-se ainda que, em nosso entender, o fluxo das suas ideias, e a forma como directa ou indirectamente se reflectiu, teve influência nas convicções dos actores dirigentes, ao nível da Assistência Social.

3.2. Novas Formas de Objectivar e Planear a Política Social

3.2.1. O Plano Marshall.

"The foundations of regional economic co-operation were laid during the reconstruction period. The initiative and the money came from the Americans, in form of the Marshall Plan." (8)

Em 12 de Julho de 1947 dezasseis países europeus lançaram o PRE, Plano de Recuperação da Europa, que, assente na preocupação de que o problema

da Europa era uma produção inadequada, fruto das consequências da guerra, tinha como objectivo principal criar um tipo de economia que a tornasse capaz de subsistir por si própria - *to raise the mass living standard of Europe ... requires a European Recovery Plan buttressed by United States financial and commodity assistance and by United States economic policy in Germany* (9). Assim, o PRE tinha como premissas fundamentais (10):

- Promover a produção e reconversão;
- Maximizar o comércio intra europeu e o potencial de produção;
- Cobrir uma segurança satisfatória que permitisse fixar limites nos fundos que iriam ser utilizados pelos Estados Unidos;
- Conseguir uma reconversão no período de tempo mais curto possível e ao mais baixo preço.

~~A situação económica dos países da Europa agravou-se no inverno de~~
1946/47 que foi duro e levou a que as produções agrícolas e industriais se tornassem insuficientes. Neste contexto, tornou-se de extrema importância o chamado 'Plano Marshall' que, definido publicamente a 5 de Junho desse mesmo ano, traduzia precisamente o posicionamento político da América objectivando a recuperação da Europa. Influenciado pela doutrina económica partilhada por Alfred Marshall, já desde 1885, *...l'acte par lequel un individu s'enrichi...doit aussi enrichir la communauté tout entière,...car...il est incontestable que la somme des accroissements nets de la richesse des individus est exactement égale à l'accroissement global net de la richesse de la communauté* (11). Tinha como objectivo o estabelecimento de uma ordem económica mundial que eliminasse os reflexos das tensões internacionais. A ideia chave, lançada pelo general Marshall, era de que não haveria reconstrução do mercado mundial sem um reforço prioritário de certos blocos regionais da Europa; a sua originalidade residia no facto de ser exigida uma acção concertada aos países que iriam beneficiar da ajuda que a América se propunha oferecer - *Notre politique ... n'est pas dirigée contre un pays ou une doctrine, mais contre la faim, la pauvreté, le désespoir et le chaos. Son but doit être le rétablissement de l'activité économique dans le monde ainsi que la réalisation de conditions économiques et sociales dans lesquelles les institutions libérales puissent exister* (12).

Considerava-se que a dimensão das respostas nacionais no emprego dos fundos Marshall seria sempre insuficiente, enquanto não houvesse uma coordenação dos planos nacionais, uma vez que havia aspectos institucionais do problema a resolver. Por outro lado, a ênfase colocada na necessidade de crescimento de produção do pós guerra, debatia-se com a ausência da percentagem necessária de força de trabalho, dado o aumento de homens e mulheres deficientes e acabavam

por criar maiores assimetrias em determinados estratos da população. Neste sentido a Organização Europeia de Cooperação Económica (13), formada em Abril de 1948 com o objectivo de "guiar" a Europa no seu restabelecimento, apelava a que os países se tornassem conscientes dos seus recursos e das suas necessidades, para poderem partilhar do lançamento de um programa comum, já que a reconversão da Europa albergava problemas que combinavam desequilíbrios estruturais, cíclicos ao nível dos bens e dos factores, e seculares. Esta linha de actuação tornou-se uma alavanca à inovação, já que tinha implícito um certo respeito pela especificidade de cada estado. Foi um plano que provocou grande cepticismo ao nível internacional, mas que se efectivou, levando nesse ano à constituição do Comité de Cooperação Económica Europeia (C.C.E.E.), em que se pretendia um programa que traduzisse um esforço de produção máxima e que cobrisse os anos de 1948 / 1952, período ~~previsto para accitação da ajuda americana.~~

Em 1950 nasce a União Europeia de Pagamentos (U.E.P.) que, visando a liberalização do comércio europeu, regulava os pagamentos intraeuropeus bilaterais:

- Os países que tinham débitos tinham-nos frente à União;
- Os credores eram credores da União.

Quer a OCDE quer a UEP respondiam a premissas da ajuda preconizada pelo Plano Marshall, cujo principal objectivo era *...to achieve a more effective use of money given and also promote the economic and political integration of the old continent* (14), facto que levou a que R. Marjolin (15), considerasse o Plano Marshall como o principal impulso ao desenvolvimento económico da Europa, na medida em que a preparara para o aumento da eficiência da afectação de recursos. Este impulso, que havia sido já preconizado por Keynes após a I Grande Guerra prolongou-se até 1973 e traduziu-se numa das épocas mais dinâmicas já que obrigou os vários países que dele colhiam benefícios a um enquadramento devidamente planeado.

O Tratado de Roma assinado em Março de 1957, entra formalmente em vigor a 1 de Janeiro de 1958 e na opinião de alguns autores só com a chegada de De Gaulle (actor da política francesa também importante em todo este processo) ao poder, em 1958, e muito embora este criticasse vivamente a ideia da supranacionalidade - *un pays ne peut être lui même, ne peut maintenir son unité, ne peut affirmer sa présence dans le monde, s'il n'est mû par un sentiment national puissant* (16) - foram realmente criadas as condições necessárias à gestão do Mercado Comum:

Desde o início do Mercado Comum foi instituído o Conselho Económico e Social, que tinha um carácter fundamentalmente consultivo; *este último teve entre*

outros méritos. o de associar estreitamente à política da Comunidade os representantes das organizações patronais, dos sindicatos, das organizações dos agricultores e das classes médias (17) - primeiro passo que, porque visou a negociação e o partenariado, não deve ser subestimado enquanto tal; releva, de facto, a importância das relações entre a Comunidade e os "parceiros sociais" para garantir que a realização dos objectivos sociais não fique comprometida. Atente-se ainda que expressava já o respeito pela individualidade de cada país, no acompanhamento do movimento de Integração Europeia, respeito que teve um papel catalizador na evolução das concepções de Política Social e Económica e se veio a traduzir, bastante mais tarde, na questão da Subsidiariedade, consagrada no Acto Único (1986).

~~... le niveau idoine d'exécution d'une fonction reste le niveau le plus décentralisé auquel celle-ci peut efficacement être exécutée, ce qui signifie en clair qu'il ne s'agit pas de faire un plan européen ce qui peut être mieux effectué à l'échelon local, régional, national (18).~~

O Plano Marshall, cujos sucessos e insucessos é difícil serem avaliados, enquanto plano idealizado e operacionalizado afigura-se-nos como um promotor sem precedente numa determinada forma de pensar a Política Social: planeada e atenta às peculiaridades sociais, económicas e históricas de cada país. A sua concepção ambivalente de reconversão económica e expansão de produção dentro dos limites praticáveis e possíveis imprimiu aos programas que se lhe seguiram uma dinâmica pioneira de promoção do desenvolvimento económico.

3.2.2. Política Social

"Les problèmes posés par le passage de la population active des secteurs primaires de l'économie, dont l'agriculture fait partie, dans les secteurs secondaires et tertiaires ne peuvent être résolus que si la politique agricole, la politique régionale et la politique structurelle sont harmonisées entre elles dans le cadre d'un concept macro-économique." (19)

Aquando da assinatura do Tratado de Roma (base jurídica fundamental da Comunidade Europeia), em 1957, estava já em marcha o projecto dum espaço Europeu assente numa soberania partilhada. A construção numa economia comunitária, num quadro de cooperação política, fazia germinar uma nova forma de pensar a reconstrução da Europa, objectivando a melhoria das condições de vida e do emprego. A dimensão social de todo este processo ganhava corpo na definição de determinadas cláusulas; em especial na garantia da livre mobilidade dos trabalhadores (assegurando-lhes os seus direitos fundamentais), no contexto das políticas de transportes e agrícola e no que se refere à criação de pólos de financiamento: Fundo Social Europeu (FSE) e Banco Europeu de Investimentos (BEI) (quadro 3.2). No entanto, a diversidade dos níveis e concepções de

desenvolvimento sócio-cultural, tornaram-se impedimento para que estes direitos fossem iguais e coordenadamente partilhados e levaram à emergente acentuação das disparidades regionais.

Quadro 3.2

Política Social Europeia: cláusulas que fundamentaram a sua definição

<p><u>O Contexto</u></p> <p>No Pós II Guerra Mundial a idealização duma soberania partilhada tornou necessária a elaboração de uma Política Social, negociada passo a passo, que prosseguisse objectivos conjugados com as realidades económicas e políticas nacionais.</p>
<p><u>Documentos/Base fundamentais</u></p> <p>1951 - Assinatura do Tratado da CECA 1957 - Assinatura dos Tratados da CEE e da CEEA 1965 - Tratado de Fusão dos Executivos (que liga instituições inicialmente separadas)</p>
<p><u>Tratado da CEE</u></p> <p>Política Agrícola: traz à luz preocupações de ordem social e regional próprias do sector - Art.39º 'Livre Circulação' dos Trabalhadores: necessidade de ser um processo progressivo - Art. 48º a 51º Política de Transportes: preocupações assentes no desenvolvimento das trocas intracomunitárias - Art.75º</p> <p>A nível da Política Social é posta em evidência a necessidade de se conjugarem estratégias específicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adopção duma Política Comercial comum, tendo em conta que os problemas do desenvolvimento exigiam um tratamento comum - Art. 111º - Adopção de medidas 'anti-dumping' - Art.113º - Harmonização dos Sistemas Sociais - Art.117º e 118º - Elaboração de relatórios sobre problemas específicos respeitantes à situação social - Art. 122º - FSE - chamada de atenção para que, em especial, se atentasse o desenvolvimento das regiões - Art. 125º - BEI - A sua criação visava facilitar o financiamento de determinados projectos sem prosseguir qualquer fim lucrativo - Art. 130º - Emergência progressiva dos Actores Sociais, exigida pela tendência geral para a descentralização das decisões em matéria social - Art. 137º

Discuter de l'Europe Sociale pose en effet d'emblée le problème de la subsidiarité dans les domaines fortement marqués par la diversité des cultures et des institutions nationales (20).

Estas questões não foram de todo em todo descuradas já que, atenta às dimensões culturais do desenvolvimento e ao ritmo desejável das mudanças e cooperações, a CEE desde o seu início pôs em prática programas de inquérito, consciente de que a forma como as referidas mudanças estavam estruturados e decorriam tinha fundamentos históricos e era a expressão de modos de vida diferentes que se não podiam suprimir (21). Exigia antes, o avançar duma dinâmica de compreensão e adaptação. De facto, foi-se tornando cada vez mais nítido que a diferente forma como o mesmo tipo de problemas se apresentava em cada país, em cada região, dificultava o alcance de um consenso e gerava controvérsia no que se refere à extensão dos regulamentos sociais.

As alterações sociais que a integração europeia provocava, exigiam assim uma atitude dinâmica, convergente e progressiva.

O conceito de subsidiariedade (definido no Acto Único em 1987) não estava ainda em discussão, apesar de se assumirem já na comunidade tarefas subsidiárias, de forma a garantir a precaução necessária sobre a extensão dos poderes comunitários, o ajustamento das intervenções à evolução de cada região (quadro 3.4). Neste domínio, o contributo mais importante foi a chamada de atenção para o facto destas questões exigirem cuidados metodológicos, em termos da determinação dos objectivos sociais, políticos e económicos a atingir, já que se tornou clara a inexistência de respostas objectivas. Tornava-se necessário construí-las através de estudos que, objectivamente, avaliassem os seus efeitos. Assim, não havia só que atentar às diferentes especificidades sociais e culturais, mas também às diferentes prioridades a definir.

Todo este percurso conceptual e prático, que gerou preocupações no que se refere ao planeamento económico e social, foi partilhado por Portugal. Salientem-se, a este propósito, os estudos efectuados a partir dos anos 60 pela OCDE, relativamente à pesquisa de indicadores sociais, que levou à criação, em 1965, do Gabinete de Estudos Sociais (GES, a que aludiremos mais adiante). Segundo Neto de Carvalho (então Ministro da Saúde e Assistência), a sua criação tornou-se uma necessidade: *era preciso conhecer as famílias portuguesas...mas...acontecia que se estava pouco à vontade por não se possuírem os elementos estatísticos, e outros, que o estrangeiro pedia...Não tínhamos, mas eles eram considerados uma exigência...*(22). As experiências de Promoção Social Comunitária (capítulo 4), que tiveram início em 1961, revelam a preocupação de uma elite que, reduzida embora, conseguiu avançar com um plano de intervenção político-social devidamente estruturado. Segundo referência de Maria Justina Imperatori, *em Portugal 'sempre' se soube programar. Neste período a novidade foi agir programadamente coordenando as acções locais com o programa nacional* (23).

Embora a Política Social Europeia exigisse, para uma compreensão profunda da sua especificidade, um estudo da interrelação das suas regulamentações, privilegiamos duas das suas áreas: a Política Agrícola e a Política Regional. Por um lado porque estavam também em discussão entre nós no período em análise, por outro, porque a nível dos seis países membros 1/5 da população era agrícola e, por último, porque dão bem exemplo da necessidade de um concerto constante entre políticas sectoriais.

**- Política Agrícola / Política Regional:
estratégias preliminares**

"Pas de CEE sans politique agricole commune certes, ni sans politique commerciale, mais pas de Communauté sans politique de développement." (24)

A efectivação do Tratado de Roma dividiu-se, segundo Marjolin, em dois períodos. No primeiro - 1958 / 1962 - em que se desencadeou um certo esforço no sentido de um bom entendimento entre países membros e instituições e um período económico bastante favorável com taxas de crescimento elevadas, 4,8% entre 1960/70 (25), sistema monetário internacional estável e subida lenta de preços. Somente no período 1961/ 1962, com as negociações da PAC, houve momentos de controvérsia. Controvérsia porque, sendo uma política de intervenção, com um lugar essencial na economia comunitária, dada a percentagem da população agrícola, deveria cumprir especificidades muito próprias; não podia ser levada a cabo numa forma isolada, mas somente enquanto parte integrante numa política económica geral comum cuja preparação deveria passar pela coordenação das políticas económicas nacionais (26). Reforce-se, neste contexto, a oposição de De Gaulle à supranacionalidade - *les institutions supranationales étaient certes utiles, mais devaient être limitées aux questions techniques, tandis que l'ensemble des décisions politiques devaient être prises par les gouvernements nationaux* (27) - o que levou a fazer prevalecer os interesses nacionais franceses relativamente à PAC, tendo sido a França um dos maiores beneficiários.

Muito embora a PAC conduzisse a um desenvolvimento considerável das trocas intracomunitárias e a uma certa estabilização do rendimento agrícola, teve também como efeito a acentuação das disparidades entre produções, entre tipo de explorações e entre regiões, já que promovia essencialmente explorações de grandes culturas. De certa forma, transportava e 'alimentava' alguns dos problemas básicos do Tratado de Roma - a livre circulação dos factores e a união económica e monetária que nunca seriam pacificamente conseguidas com desequilíbrios regionais.

Sendo uma das mais importantes políticas comuns, a sua elaboração foi difícil, pelo que tentamos através do quadro 3.3 periodizar alguns momentos da negociação que antecederam e acompanharam a sua implementação.

Posta em marcha pelos seus fundadores, S. Mansholt e E. Pisani, a PAC tinha na sua essência finalidades que, sendo essencialmente materiais, visavam objectivos diferentes (artigo 39º do Tratado de Roma):

Quadro 3.3 Política Agrícola Europeia: momentos históricos que antecederam e acompanharam a sua implementação

<p><u>1950</u>: Ministro da Agricultura dos Países Baixos, Sicco Mansholt, propõe ao Conselho da Europa a criação dum organismo europeu soberano para baixar as barreiras aduaneiras e fixar os preços agrícolas.</p>
<p><u>1951</u>: Governo francês envia um memorando aos países membros do Conselho da Europa e à Austria, à Suíça e a Portugal para que entrassem nas negociações do trigo, produtos leiteiros, açúcar e vinho.</p>
<p><u>1952</u>: Reune-se em Paris uma conferência que agrupa 15 países. Entre outras opções, a referir: Países Baixos - Desejavam uma política supranacional relativamente a todos os países; Grã Bretanha - Dava preferência aos produtos do Commonwealth; Suécia, Noruega e Irlanda - preferiam uma simples associação.</p>
<p><u>1953</u>: A conferência rejeita o princípio duma autoridade supranacional agrícola.</p>
<p><u>1955</u>: É criado o comité ministerial, da agricultura e da alimentação que visava confrontar ideias e fazer estudos.</p>
<p><u>1957</u>: Em 25 de Março é assinado o Tratado que institui a CEE e implementada a PAC, primeira política comum definindo os seus objectivos e as formas para o seu desenvolvimento.</p>
<p><u>1958</u>: A Conferência dos Estados Membros define em Stresa as directises da PAC</p>
<p><u>1960</u>: A Comissão da CEE propõe a adopção duma política agrícola comum baseada em:</p> <ul style="list-style-type: none">- Livre circulação dos produtos agrícolas entre os seis;- Organização dos mercados por produtos com preços progressivamente unificados e garantidos;- Preferência Comunitária;- Solidariedade Financeira.
<p><u>1961</u>: Adoptado pelo Conselho de Ministros a livre circulação e os preços comuns.</p>
<p><u>1962</u>: Criação do FEOGA, com um regulamento financeiro extensível até 1965. (susceptível também de intervir nas economias regionais)</p>
<p><u>1963</u>: É instalado um sistema de preços assente no princípio da "Preferência Comunitária"</p>
<p><u>1965</u>: Tenta-se substituir o financiamento pelos Estados, por recursos próprios da comunidade, através da fusão dos fundos: CECA/CEEA/CEE.</p>

Fonte: GERBET (Pierre), La Construction de l'Europe, Notre Siècle. Imprimerie Nationale. Paris. 1983, pág. 147, 148 e 254.

- Aumento da produtividade agrícola, para preservar a independência - objectivo estratégico;
- Melhoria do rendimento individual dos agricultores - objectivo político;
- Estabilização dos mercados - objectivo económico;
- Garantia de aprovisionamento e baixos preços aos consumidores - objectivo social.

Pretendia-se desta forma organizar os mercados agrícolas europeus, de forma a cobrir as necessidades da Europa Ocidental (em especial no que se refere ao trigo, à carne e ao açúcar). A sua elaboração tornou-se contudo difícil ao nível da harmonização das políticas agrícolas entre os diferentes países, uma vez que os países exportadores dos produtos agrícolas seriam os primeiros a beneficiar. Goeben ~~adianta mesmo que os verdadeiros problemas duma política agrícola comum, a~~ saber, a orientação racional da produção, o equilíbrio entre a oferta e a procura, a prevenção dos excedentes ..., são os problemas regionais e sociais postos pela adaptação da agricultura à sociedade industrial moderna, que foram relegados para segundo plano, face à necessidade de alcançar um compromisso para manter as bases políticas da CEE (28).

Portugal fazendo, de certa forma, parte integrante do 'Bloco Latino', funcionava essencialmente como reservatório de mão de obra, bem patente, aliás, no seu alto nível de emigração. Esta questão vai constituir um dos problemas sociais que influenciará a situação política e económica portuguesa, contribuindo para um agravamento das assimetrias regionais, dado o aumento quer da população urbana 'desenraizada', quer da miséria do sector agrícola que, totalmente à margem das estratégias da PAC, influencia negativamente o desenvolvimento ulterior dos meios rurais. Surgem as chamadas regiões problema excessivamente dependentes duma actividade económica que não consegue assegurar uma produtividade e que, nessa condição, necessitam de reformas estruturais importantes.

Se olharmos à periodização referida no quadro 3.3 verificamos que, em especial no que se refere aos anos 1960/61, a política pensada para o sector agrícola tinha subjacente que o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos seria visível através da sua capacidade de participação nas alterações internacionais. Aconteceu no entanto que se, no domínio agrícola, a política comum permitiu o aumento espectacular da produtividade, porque não foi acompanhada por reformas estruturais levou a que as disparidades regionais se acentuassem, tendo passado a partir de 1965 a ser várias vezes alvo de discussão parlamentar.

Atenta a esta situação a Comissão pronunciou-se sobre os objectivos da Política Regional - redução das disparidades, ligação política da estrutura agrícola e

da política de emprego, entre outros - e sublinhou a necessidade de estabelecer programas regionais e criar pólos de desenvolvimento nas grandes regiões afastadas dos centros industriais; preconizava a criação de centros de actividade nas regiões predominantemente agrícolas e pronunciava-se sobre a coordenação das acções entre Estados Membros (29). Foi quanto a nós a emergência de um novo modelo de desenvolvimento para que fossem explorados os recursos naturais e humanos que melhor conviessem às necessidades materiais e culturais de cada região. A política agrícola comunitária tendo sido das primeiras a consagrar-se como estratégia de política social, nunca seria fecunda se não interligada com a realidade de cada país, como ponto de partida, e a sua adaptação constante aos resultados obtidos. Na prática, em determinadas regiões, problemas sociais e económicos, porque deixados entregues a si próprios, provocaram o aparecimento de bolsas de pobreza e fizeram ~~nascer graves constrangimentos ao desenvolvimento. Os entraves registavam-se não~~ só nas zonas rurais, mas também substancialmente nas zonas urbanas e suburbanas para onde afluíram populações, mobilizadas pelo mito da industrialização que anunciava riqueza.

A Política Regional, que se foi afirmando através do desenvolvimento de movimentos espontâneos e relativamente à qual não há referência explícita a não ser na definição de alguns propósitos nos Tratados da CECA e da CEE (quadro 3.4.), parece, no entanto, ser a que melhor garantiria uma coerência em termos de Política Social. Refira-se, por exemplo, o Fundo Social Europeu que foi sendo objecto de diversas reformas que punham cada vez mais em relevo a regionalização das suas operações e o Banco Europeu de Investimentos que tendeu, desde a sua criação em 1958, para o financiamento de projectos que visassem as regiões menos desenvolvidas.

Desta feita, o emergir duma política prioritariamente regional traduz precisamente uma nova filosofia de desenvolvimento: não sectorizado, não somente dirigido para o desenvolvimento agrícola, mas na busca da flexibilidade necessária entre sectores, no sentido de respeitar, duma forma global, as pequenas individualidades das regiões e satisfazer as necessidades específicas de cada população abrangida.

Em Portugal fez-se eco destas preocupações. A partir de 1961, relativamente à "Política de Bem Estar Rural", passou a fazer parte do discurso político a necessidade de pôr o *... maior cuidado no estudo das necessidades locais e das petições formuladas pelos municípios interessados, acompanhado sempre pela definição de critérios de prioridade atentamente ponderados ...*. Neste sentido, afirmava-se que *a política financeira de melhoria das condições de vida das*



Quadro 3.4

Antecedentes da Política Regional Europeia

Tratado da CECA, 18/04/1951: Disposições Económicas e Sociais

Investimentos e Auxílios Financeiros

Artigo 54º: ... Para favorecer um desenvolvimento coordenado dos investimentos, a Alta autoridade pode obter, nos termos do artigo 47º, a comunicação prévia dos programas individuais...

Artigo 56º: Se... a introdução de novos equipamentos tiver como consequência uma redução anormal das necessidades de mão de obra... e se isso implicar ... dificuldades especiais na reabsorção de mão de obra...

b) Pode facilitar ... o financiamento dos programas por ela aprovados, destinados à criação de novas actividades economicamente sãs e susceptíveis de assegurar novo emprego...

Tratado da CEE, 25/03/1957: Os Princípios

Artigo 2º: A Comissão tem como missão promover ... aproximação progressiva das Políticas Económicas dos Estados membros, um desenvolvimento harmonioso das actividades económicas no seio da ~~Comunidade, uma expansão económica contínua e equilibrada...~~

A Agricultura

Artigo 39º: Na elaboração da Política Agrícola Comum... tomar-se-á em consideração:

- a) A natureza particular da actividade agrícola decorrente da estrutura social da agricultura e das disparidades estruturais e naturais entre as diversas regiões agrícolas;
- b) A necessidade de efectuar gradualmente as adaptações adequadas;

Os Transportes

Artigo 75º: ...

- 3 - ... as disposições que incidam sobre o princípio do regime dos transportes e cuja aplicação seja susceptível de afectar gravemente, quer o nível de vida e o emprego em certas regiões... serão adoptados pelo Conselho ... tomando em consideração a necessidade de adaptação ao desenvolvimento económico que vier a resultar do estabelecimento do Mercado Comum.

Artigo 80º: ...

- 2 - A Comissão... analisará os preços e condições... tomando designadamente em consideração... as exigências de uma política regional adequada, às necessidades das regiões subdesenvolvidas e os problemas das regiões gravemente afectadas por circunstâncias políticas...

Os Auxílios Concedidos pelos Estados

Artigo 92º: ...

- 3 - Podem ser compatíveis com o mercado comum:
 - a) Os auxílios destinados a promover o desenvolvimento económico das regiões em que o nível de vida seja anormalmente baixo ou em que exista grave situação de subemprego;

O Fundo Social Europeu

Artigo 128º: O Conselho... estabelecerá a execução de uma política comum de formação profissional capaz de contribuir para o desenvolvimento harmonioso tanto das economias nacionais como do mercado comum.

O Banco Europeu de Investimentos

Artigo 130º: ... o BEI facilitará... o financiamento dos seguintes projectos, em todos os sectores da economia:

- a) Projectos para a valorização das regiões menos desenvolvidas;

populações dos campos fora entre nós precursora da política de desenvolvimento regional... (30). Tendeu-se, a nível da Assistência, para uma política concertada com os objectivos e as directrizes definidas pelos Planos de Fomento. Os Projectos de Desenvolvimento Comunitário, como já referimos, provocando uma inflexão relativamente ao funcionamento dos restantes aparelhos administrativos centrais (normalmente absorvidos por pôr em prática a política governamental), procuraram respeitar o homem no seu ambiente concreto e corresponder às necessidades a satisfazer. Expressavam uma visão global do futuro das populações, assente no desenvolvimento dos homens e das suas capacidades, apoiados por organizações colectivas e locais. No entanto, e porque vai de encontro à nossa tese inicial, acresce pôr em evidência que o então oportuno estabelecimento de programas deveu-se a um grupo de actores sociais, cuja troca de experiências entre si e outras realizações internacionais foi um factor que inequivocamente reclamou uma nova dinâmica. Portugal, de país fechado, rural, marginal, olhou-se como área com lugar próprio ao nível mundial. No entanto, a especificidade da sua ruralidade: pequena propriedade, grande peso de agricultura de subsistência, falha na introdução de novas tecnologias e novas culturas, desertificação e envelhecimento das zonas rurais e falta de programas alternativos para potenciar os recursos naturais existentes, torna-o um país em situação de assimetria relativamente à restante Europa.

Os projectos de promoção social comunitária, então fomentados pelo IAF, deram bem conta da tomada de consciência desta questão por parte daqueles que os conceberam e promoveram, já que, utilizando trabalhos de pesquisa científica e aplicando novas técnicas de intervenção colocaram-nos ao serviço do desenvolvimento; pretendiam o despoletar de pólos de desenvolvimento endógeno, no sentido do mesmo se tornar mais cimentado e com o chamado 'efeito multiplicador'.

3.3. Abertura de Portugal à Europa

Os anos 40 sofreram mudanças de grande dimensão ao nível da política económica, tendo sido a evolução da política portuguesa condicionada por factores externos à própria sociedade, a referir entre outros:

- A II Guerra Mundial;
- O Plano Marshall;
- A fundação da NATO e da ONU.

Antecedendo todos estes acontecimentos, até meados de 40, Oliveira Salazar era Ministro das Finanças, Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros,

dirigindo, portanto, no contexto da crise geral europeia os ministérios essenciais; condicionava à partida a evolução política interna e externa do país.

No contexto desta evolução em finais de 40 Portugal vivia num sistema extremamente fechado relativamente ao exterior. Havia como que uma 'carcaça' de proteccionismo que visava internamente abafar as tensões sociais. Uma peça importante do sistema era, aliás, a Polícia Política. Assim sendo, e porque não havia lugar ou sequer referência explícita a qualquer estrutura de planeamento e de participação, Portugal não partilhava das ideias de concertação social, de promoção do factor humano e de introdução do económico no social num contexto internacional, ideias que vigoravam já noutros países e obrigavam à utilização de metodologias de planeamento. Em 1949 torna-se, no entanto, membro fundador da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), dando, desta feita, entrada no concerto das Nações.

Já em 1958, aquando da assinatura do Tratado de Roma (e lembremos que estavamos no final do período relativo ao I Plano de Fomento), o ministro das Corporações e Previdência Social evocava o corporativismo português como o melhor para que Portugal se defendesse das 'tendências estatizantes'. A organização corporativa era *por certo um instrumento eficiente para o desempenho de quaisquer missões destinadas a promover o desenvolvimento harmonioso das actividades económicas e a melhoria do nível de vida, bem como o estreitamento de relações entre os Estados que acordassem para progressiva harmonização da sua política económica, segundo as próprias expressões do artº 2º do Tratado de Roma* (31). Fazia-se então sentir ao nível do discurso um veicular de ideias relativas à maximização do crescimento económico, tendo subjacentes opções de carácter social e político.

Entre outros elementos os Planos de Fomento, tradutores de modelos de desenvolvimento determinantes, poderão ser olhados como primeiro esforço de planeamento económico que punham, ou deveriam pôr, a descoberto os recursos nacionais e o reinventar do futuro de Portugal, tendo em conta os princípios que eram invocados. Nesta perspectiva, pretendemos, em simultâneo, um duplo objectivo: a evolução do planeamento económico em Portugal e em que medida acompanhava, ou não, e duma forma própria, ou não, as preocupações expressas a nível europeu. No que se refere aos Planos de Fomento, de 1953 até à segunda metade dos anos 70, delimitamos as cinco grandes fases de referência.

3.3.1. O Planeamento

1953 / 1958: Programação dos Investimentos

Os anos 50 vão provocar uma certa inflexão na história do regime salazarista. Com o I Plano de Fomento (32) Portugal deixa de se olhar como um país meramente rural e quer industrializar-se. O Plano era considerado "misto", já que era *imperativo no tocante aos investimentos exclusivamente públicos; simples plano programático no que respeita aos investimentos de iniciativa privada* (33). Era dada prioridade às infraestruturas, daí o avançar da Política das Obras Públicas, de industrialização (mais precisamente, 52% do investimento total foi para a indústria, comunicações e transportes) e elevação dos salários, esta última impulsionada essencialmente a partir de 1955 quando, por acordo entre as grandes potências, se tornou possível a entrada de Portugal na ONU. O Plano apontava essencialmente para investimentos pontuais, repartidos pelos sectores da agricultura, indústria, transportes e comunicações e escolas técnicas, sem qualquer preocupação de integração económica e social global - *Não se pretendeu,...., fixar rigidamente um ritmo e modalidades de execução ainda indefinidos em muitas minúcias, mas apenas fazer uma primeira ordenação de recursos e possibilidades que constituísse o padrão em face do qual os inevitáveis ajustamentos de pormenor pudessem operar-se sem perder de vista o confronto e portanto, sem risco de alteração substancial dos dados globais que o condicionam* (34).

1959/1964: Abertura ao Comércio Externo

O II Plano de Fomento(35) esboçava como principais opções o crescimento do produto nacional e do nível de vida. Muito embora prevalecendo o carácter de investimentos públicos, apareceram orientações que visavam a melhoria do nível de vida, a ajuda ao problema do emprego, o aumento do produto nacional e o equilíbrio da balança de pagamentos, ultrapassando-se a incidência prioritária ao nível das infraestruturas e abrindo já as portas ao crédito externo.

A par disto, no tempo de Marcelo Caetano, enquanto Ministro da Presidência, em 1957/58, deu-se a formação de equipas de economistas, engenheiros agrónomos e juristas a trabalhar nos Planos de Fomento. Esses conjuntos, que trabalhavam nos chamados planos sectoriais, começaram a ter maior abertura para os problemas sociais e a tentar penetrar um bocadinho no mundo da Assistência Social (36).

Por outro lado, em 1959 Portugal aderiu à EFTA, preocupado em não perder parte dos mercados europeus e procurando aproximar-se economicamente dos outros países da Europa ocidental. Tendo em conta que até final dos anos 50 Portugal tentou manter-se à margem das orientações da economia internacional (muito embora tenha sido membro fundador da OECE em 1948), este constituiu um

primeiro passo na transição de Portugal para a participação no processo de integração dos mercados europeus.

Estes dois primeiros Planos de Fomento, porque essencialmente perspectivados em função do desenvolvimento industrial, não tinham verdadeiramente objectivos definidos relativamente ao desenvolvimento do ponto de vista sócio-económico (quadro 3.5). Havia, fundamentalmente, competências definidas com um carácter económico, contemplando-se em especial os projectos cujos laços com a produção económica eram mais visíveis.

Quadro 3.5

Quadro Comparativo: Planos de Fomento / Assistência Social

Planos de Fomento	Objectivos da Assistência
<p>I e II Planos de Fomento - Lei 2058 de 1952/12/29 Base II Lei 2094 de 1958/11/25 Base IV</p> <p>- <u>Competências do Governo:</u> 1º- Aplicar os saldos das contas de anos económicos findos... 2º- Realizar operações de crédito... 3º- Promover o investimento em títulos do Estado... 4º- Utilizar as somas disponíveis... 5º- Coordenar as emissões de títulos e as operações de crédito. 6º- Promover e encorajar a poupança individual...</p>	<p>Dec. Lei 35 108 de 1945/11/07</p> <p>...favorecer a família na sua constituição e promover a melhoria das suas condições morais, económicas e sanitárias...</p> <p><u>Destinatários:</u> Indivíduos em situação de carência ou disfunção Grupos vulneráveis</p>
<p>Plano Int. de Fomento - Lei 2123 de 1964/12/14 Base II</p> <p>- <u>Objectivos</u> 1. a) Aceleração do ritmo de Acréscimo do Produto Nacional. b) Repartição mais equilibrada do rendimento Nacional. 2. ...Deverá atender-se ...às exigências das correcções dos desequilíbrios.</p>	<p>Lei 2120 de 1963/07/19</p> <p>Combate à doença e prevenção e reparação das carências dos indivíduos e dos seus agrupamentos sociais. ...proteger os indivíduos contra os efeitos das doenças e disfunções pessoais ou familiares...</p> <p>Despacho de 1965/09/25</p>
<p>III Plano de Fomento - Lei 2133 de 1967/12/20 Base III</p> <p>- <u>Objectivos:</u> a) Aceleração e acréscimo do produto nacional. b) Repartição mais equilibrada do rendimento. c) Correção progressiva dos desequilíbrios regionais.</p>	<p><u>Destinatários</u> - Comunidades - Famílias - Grupos específicos, segundo as áreas de intervenção</p>

No II Plano de Fomento, constataram-se assim as seguintes transformações de carácter social:

- aumento dos assalariados industriais;
- aumento das taxas de escolaridade;
- progressiva concentração urbana;

- melhoria nas condições de vida e do trabalho.

As questões da Assistência mantiveram ainda um certo cariz de complementaridade relativamente aos restantes sectores. Havia, no entanto, um grupo de profissionais *que estavam mais ligados à técnica, digamos à necessidade de transformar a infra-estrutura agrária ... em todos eles a preocupação era sobretudo social* (37). De referir, por exemplo, que ao nível da política rural e no campo da assistência estavam previstas essencialmente *construções para fins assistenciais* (38).

1965 / 1967: Primeira Intenção de Correção dos Desequilíbrios Regionais

O Plano Intercalar de Fomento (PIF) (39) incluía já uma perspectiva social - *repartição mais equilibrada do rendimento nacional e atenção às exigências de correção dos desequilíbrios regionais* (40) - e era *concebido como instrumento de programação global do desenvolvimento económico social de todo o espaço português, isto é, como grande quadro orientador da evolução da economia e da vida social do país* (41). Pela primeira vez foi dada atenção individualizada aos vários sectores (Habitação, Saúde, etc) e prioridade à educação e à investigação, como elementos base do progresso. É importante a referência, nesta altura, da criação de duas comissões:

- Comissão *Interministerial para orientar superiormente a elaboração de um estudo de conjunto sobre as necessidades de investigação científica e técnica em função do desenvolvimento económico-social, em ordem a preparar o planeamento daquela investigação* (42), coordenada pelo Ministério da Educação e com a qual se previa a celebração dum acordo desta com a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (O.C.D.E.).

- Comissão *Interministerial de Planeamento e Integração Económica* (43), esta já directamente ligada à elaboração do Plano de Fomento e que, de certa forma, encerrava uma vontade de modificar a metodologia de planeamento e *aconselhava a aproveitar o triénio da sua aplicação para aperfeiçoar a orgânica e os métodos de planeamento, em ordem a lançarem-se as bases institucionais que permitissem a elaboração e execução a partir de 1968, de um novo plano de fomento hexenal, de mais largos horizontes e ambições* (44) a partir dum secretariado com orgânica própria.

A existência de um sistema de planificação nacional começou a ser sentida como imprescindível para o 'desenvolvimento comunitário', expressão que já desde 1950 era utilizada pelas Nações Unidas e os seus organismos especializados

para designar: *processos através dos quais os esforços duma população se associam aos do seu governo para melhorar as condições económicas, sociais e culturais das comunidades, integrar estas na vida do país e permitir-lhes contribuir plenamente para o progresso nacional* (45). A título de curiosidade e interesse poderemos referir que em 1958 a definição utilizada pelas Nações Unidas foi revista, sendo a seguinte: *desenvolvimento comunitário é o processo através do qual o próprio povo participa na planificação e na realização de programas que se destinam a elevar o seu nível de vida. Isso implica a colaboração indispensável entre os governos e o povo, para fazer esquemas eficazes de desenvolvimento, viáveis e equilibrados* (46).

O PIF, traduzindo a preocupação desta 'nova corrente' de economistas que não acreditava que a elevação dos povos, em situação de subdesenvolvimento e pobreza, se resolvia automaticamente com acelerações da vida económica, vinha finalmente, partilhar as ideias de desenvolvimento dos organismos internacionais.

... Todas as movimentações dos anos 60, a candidatura de Delgado, os Planos de Fomento, a afirmação dos engenheiros e economistas (quer de Lisboa, quer do Porto) como grupo novo, com ideias novas, com projectos de planeamento e de desenvolvimento, tudo isso teve influência e projecção. Eles traziam para Portugal as novas ideias estrangeiras (47).

1968 / 1973: Desenvolvimento / Regionalização

O III Plano de Fomento (48) para cuja preparação foi criada uma estrutura orgânica própria de planeamento regional, assentava nos princípios gerais que norteavam a acção governativa de Marcelo Caetano (49), como sendo:

- a) Fomentar e equilibrar o desenvolvimento económico do conjunto do país, protegendo particularmente as camadas mais desfavorecidas;
- b) Dinamizar toda a acção política e administrativa tendo em vista tornar cada português consciente da parcela de responsabilidade que lhe cabe na tarefa de obter a concretização das aspirações colectivas nos mais curtos espaços de tempo;
- c) Contactar directamente as terras e as gentes para melhor conhecer os seus problemas e a todos transmitir a palavra de ordem do Governo Central. O Plano obrigava-se a incluir *as orientações em que deveria assentar o planeamento regional* (50).

É assim que o III Plano de Fomento, primeiro a autonomisar a planificação regional, considerou também domínio prioritário de acção o estabelecimento de um programa de promoção comunitária e veio chamar a atenção para a importância de não esquecer as aspirações locais na formulação e na execução de providências de política regional (51). Em termos gerais considerava, no entanto, que deveria ser dada primazia ao ritmo de acréscimo do produto nacional, já que considerava não ser possível *obter mais ampla e equitativa*

distribuição dos rendimentos, nem promover o desenvolvimento das regiões desfavorecidas, se as fontes de produção não permitissem dispor de bens acrescidos para uma melhor repartição pessoal, e regional, da riqueza criada (52).

Muito embora retomando os objectivos centrais dos planos anteriores, havia já um apelo à promoção do desenvolvimento económico e social e ao equilíbrio entre o crescimento e as condições de vida das regiões. Pela primeira vez os problemas ligados ao bem-estar das populações rurais deixaram de se restringir à electrificação, criação e abastecimento de água, para contemplarem também, entre outros, *equipamento e manutenção das actividades de saúde e assistência, equipamentos de serviços de carácter público, ...instalação de centros de preparação de empresários agrícolas, ... construção de centros de extensão familiar rural, ... escolas...* . Era então da competência do Ministério da Saúde e Assistência a promoção da *participação das populações na consecução dos melhoramentos locais...* . Nestas circunstâncias os projectos comunitários surgiram como garante da sua mentalização e dinamização .

É crescente a convicção de que a transformação sócio económica ... não conduz só por si a um desenvolvimento mais harmonizado ... sobretudo as regiões mais atrasadas não logram entrar no processo de desenvolvimento sem que para elas se prevejam programas especiais ... (52).

Se olharmos esta questão com a pertinência que lhe é devida deparamos desde logo com o salto metodológico que, a nível da Política Social, é dado num contexto em que se procuram integrar os vários sectores na definição das linhas orientadoras dos convenientes programas de fomento regional.

No que respeita à integração europeia reconhecia-se que a *C.E.E. enquanto Comunidade económico-comercial, na sua expansão, vinha tornar comuns determinadas questões de natureza sócio-económica e originava novos problemas sociais específicos (54)*, pelo que era necessária uma *adaptação gradual da economia portuguesa aos condicionalismos decorrentes da sua integração em espaços económicos mais vastos (55)*. De entre outros problemas poderemos referir:

- rarefacção dos trabalhadores não qualificados e paralelamente
- escassez de mão de obra especializada,
- disparidade dos salários médios relativamente aos praticados na Europa Ocidental,
- adaptação lenta das estruturas de produção às necessidades decorrentes da abertura dos mercados exteriores.

A evidência da interdependência entre o social e o económico era cada vez mais nítida o que ultrapassava a *anacrónica querela de prioridade ou do económico ou do social (56)* e confirmava a necessidade de continuar a intensificar

o processo de desenvolvimento, a fim de que se atenuassem as desigualdades e se alargassem cada vez mais a todos os indivíduos, os benefícios já alcançados. Assim sendo, as medidas de rendimento deveriam coordenar-se com medidas sociais no sentido de (57):

- Elevar o nível de vida das populações;
- Ter em conta as necessidades dos grupos mais vulneráveis;
- Atingir o pleno emprego dos recursos humanos e naturais, enquanto geradores por excelência dos rendimentos

A este propósito diz-nos com bastante pertinência Hugues Puel (58): *c'est l'économie humaine un acte: les besoins des populations sont analysés avec leur participation; des spécialistes des sciences de la société préparent les décisions dans une coopération qui respect les méthodes de chacun mais qui nécessairement les adapte à un objet qui n'est pas théorique mais pratique puisqu'il s'agit d'améliorer le cadre de vie des populations. Priorité aux besoins essentiels dans la recherche des solutions, enquête et interdisciplinarité dans la mise en oeuvre des connaissances découlent logiquement de cette dynamique de l'économie humaine .*

Partilhando destas preocupações o Ministério da Saúde e Assistência, nomeadamente, a Direcção Geral de Assistência criou nesta altura o Centro de Preparação de Pessoal com o objectivo de organizar cursos de aperfeiçoamento para os funcionários e actualizar métodos de trabalho. Estes cursos tinham, frequentemente, um âmbito internacional. Para além disso desde Dezembro de 1966 foram mesmo entregues estimativas para o III Plano de Fomento sobre as verbas a dispender quer com os cursos de promoção, quer com as restantes iniciativas de Promoção Social Comunitária e aberta a participação nas reuniões destinadas ao acompanhamento do III Plano de Fomento.

A elaboração de programas de acção no domínio da promoção social dos indivíduos e das famílias e a sua participação na vida da comunidade era considerada, entre outros, um dos objectivos mais importantes no sector da Acção Social. A este propósito saliente-se a referência no III Plano de Fomento de que: *sempre que possível é na região onde a pessoa reside que devem surgir as condições de vida desejáveis, a fim de evitar deslocações, que, em geral põem em causa valores essenciais, quer sob o ponto de vista individual, quer social (59).*

É de referir nesta altura a criação do Conselho Superior de Acção Social que visava institucionalizar as ligações entre dois departamentos das Corporações e Previdência e da Saúde e Assistência, estruturando órgãos que permitissem o contacto assíduo entre os responsáveis pelos diversos serviços, em torno dos problemas comuns. Os dois ministérios referidos passaram, obedecendo a

esta óptica, a ser chefiados por Baltazar Rebelo de Sousa, médico por formação (que tinha sido secretário do professor Marcelo Caetano quando Ministro das Colónias - 1944 / 1947), cujas preocupações políticas traziam de certa forma 'ecos' das ideias políticas europeias, como sendo: alargamento e aperfeiçoamento da Previdência, melhoria das condições de regresso e de ensino dos emigrantes, melhoria das condições de trabalho, respeito pelos sindicatos, etc (60).

1974/1979: O 'Plano Anunciado'

A preparação do IV Plano de Fomento - para 1974/1979 - que não chegou a entrar em vigor, veio tornar clara a falta de transparência de procedimentos por parte dos governantes por não aceitarem, na prática, um processo de planeamento de acção integrada. O esquema de trabalho estabelecido obrigava a que se procedesse a um vasto estudo de análise regional, de forma a detectar e equacionar a estratégia de desenvolvimento mais vasta para cada região. Destacavam-se nos relatórios desenvolvidos as propostas de acção concretas visando um conjunto de projectos coerentes com os objectivos previstos e bem assim a sua compatibilização com o plano global de desenvolvimento. Para além do desenvolvimento económico, que se pretendia fosse processado a uma taxa de crescimento cada vez mais elevada, a diferença que nos separava da restante Europa impunha que os benefícios conseguidos fossem equitativamente distribuídos entre as pessoas. Ora, o pôr a claro os estrangulamentos e as dificuldades sentidas a nível de cada sector e o propor medidas de actuação, punha em causa todas as directrizes e estratégias metodológicas de actuação política, vigentes no Portugal de então.

* * *

O planeamento económico em Portugal, a partir de 1953, constituiu um marco de referência relevante no conjunto da nossa história económica, política e social. Uma nova matriz estruturante vinha condicionar e coordenar a definição de estratégias sócio-económicas, num período em que o comportamento da Europa, na gestão dos conflitos gerados pelo aumento de situações de assimetria regional, redefinia bases gerais.

Paralelamente, a Europa tentava reorganizar-se económica e politicamente - procurava a paz e ultrapassar as sequelas deixadas pela guerra.

Apesar de, a nível comunitário, e tal como referimos, a definição explícita de objectivos tendentes para o desenvolvimento social não merecer desde início uma atenção prioritária, surgiram programas cujo âmbito de acção estabelecido tinha subjacentes opções de carácter social (em especial o Plano

Marshall, a PAC e a Política Regional), os quais se reflectiram directamente nas convicções dos actores políticos da Assistência Social portuguesa.

De facto, viveu-se uma era importante de viragem e evolução económica e social e do próprio regime. A salientar neste contexto, as tensões a nível da elite política que partiram da assinatura da Concordata em 1940 e se foram avolumando até os anos 60, década a partir da qual tiveram uma expressão mais saliente. Foi nítido o seu empenhamento no exercício de acções intersectoriais, planeadas e coordenadas e numa intervenção promocional ao nível do social, de que os Projectos de Desenvolvimento Comunitário (capítulo 4.) são exemplos por excelência.

NOTAS - Capítulo 3.

(1) MARJOLIN (Robert), Le Travail d'une Vie - Mémoires 1911-1986, Éditions Robert Laffont, Paris, 1986, p. 175.

(2) POLANY (Karl), La Grande Transformation, Aux Origines Politiques et Économiques de Notre Temps, nrf, Éditions Galimard, 1983, p. 305.

(3) TOURAINE (Alain), Critique de la Modernité, Fayard, 1993, p. 164.

(4) MAILLET (Pierre), La Politique Économique dans l'Europe d'après 1993, PUF, 1992, p. 49/50.

(5) DGA, Informação Social, nº10, Abril/Junho de 1968, p. 88.

(6) Etapa que se tornou realidade a partir de 9 de Maio de 1950, aquando da instauração do Plano Schuman.

(7) VAN HELMONT (Jacques), Options Européennes 1945-1985, Perspectives Européennes, Commissions des Communautés Européennes, Luxemburgo, 1986, p.28.

(8) TSOUKALIS (Loukas), The New European Economy, The Polis and Economics of Integration, Oxford University Press, 1992, p. 13.

(9) KINDLEBERGER (Charles P.), Marshall Plan Days, Boston, Allen & Unwin, 1987, p. 9.

(10) idem, p. 12.

(11) KEYNES (J.M.), Théorie Générale de l'Emploi, de l'Intérêt et de la Monnaie, PBP, Paris, Tradução de Jean Largentaye, 1969, p. 46.

(12) GERBET (Pierre), La Construction de l'Europe, Notre Siècle, Imprimerie Nationale, Paris, 1983, p. 77/78.

(13) OECE, que mais tarde vem a ser a OCDE, aquando da entrada dos países industrializados ocidentais.

(14) TSOUKALIS (Loukas), The New European Economy, the Polis and Economics of Integration, Oxford University Press, 1992, p. 13.

(15) MARJOLIN (Robert), Le Travail d'une Vie - Mémoires 1911-1986, Éditions Robert Laffont, Paris, 1986, p. 277.

(16) idem, p. 307.

- (17) LALOIRE (Marcel), "Objectivos e Dificuldades de uma Política Social Europeia", Análise Social, vol I, nº4, Outubro de 1963, p. 528.
- (18) GOETSCHY (Janine), "L'Europe Sociale Entre Deux feux, Force du Marché Unique et Fragilités des Acteurs Supranationaux", DURAND (Michelle) (coord.), Politiques Économiques et Sociales en Europe, Logiques Sociales, l'Harmattan, Paris, 1992, p. 150.
- (19) GROEBEN (Hans Von der), Combat pour l'Europe, La Construction de la Communauté Européenne de 1958 à 1966, Bruxelles, 1984, p. 75.
- (20) TAVITIAN (Roland), Le Système Économique de la Communauté Européenne, E.A.P., 1990, p. 201.
-
- (21) GROEBEN (Hans Von der), Combat pour l'Europe, La Construction de la Communauté Européenne de 1958 à 1966, Bruxelles, 1984, p. 72.
-
- (22) Neto de CARVALHO, entrevista nº 11.
- (23) Maria Justina IMPERATORI, entrevista nº 1.
- (24) PISANI (Edgar), La Main et l'Outil, le Développement du Tiers Monde et l'Europe, Édition Robbert Laffont, Paris, 1984, p. 19.
- (25) TAVITIAN (Roland), Le Système Économique de la Communauté Européenne, E.A.P., 1990, p. 9.
- (26) GROEBEN (Hans Von der), Combat pour l'Europe, La Construction de la Communauté Européenne de 1958 à 1966, Bruxelles, 1984, p. 99.
- (27) idem, p. 99.
- (28) idem, p. 170.
- (29) idem, p. 241/242.
- (30) Diário das Sessões, Secretaria da Assembleia Nacional, nºI, 29/11/1961.
- (31) MINISTÉRIO DAS CORPORACÕES E PREVIDÊNCIA SOCIAL, Alguns Princípios da Política Social e Corporativa Portuguesa, Biblioteca Social e Corporativa, Publicação nº 10, Lisboa, 1958, p. 24.
- (32) Aprovado pela Lei nº 2 058 de 29/12/1952.
- (33) PRESIDÊNCIA DO CONSELHO, III Plano de Fomento para 1968-1963, vol. I e II, p. 26.

(34) PRESIDÊNCIA DO CONSELHO, I Plano de Fomento, Fundo de Fomento Nacional, Lisboa, 1954.

(35) Aprovado pela Lei nº 2 094 de 25/11/1958.

(36) Francisco Pereira de MOURA, entrevista nº9.

(37) idem.

(38) Lei nº 2059 de 29/12/1952, art. 16º, alínea e.

(39) Aprovado pela Lei nº2123 de 14/12/1964.

(40) Lei nº 2123, Base II, 1,2.

(41) PRESIDÊNCIA DO CONSELHO, III Plano de Fomento para 1968/1973, p.27.

(42) Despacho nº 21570 de 14/10/1965.

(43) Dec. Lei nº 44652 de 27/10/1962.

(44) PRESIDÊNCIA DO CONSELHO, III Plano de Fomento para 1968/1973, p.28.

(45) EGG (Ezequiel Ander), Metodologia y Prática del Desarrollo de la Comunidad, Humanitas, Buenos Aires, 1976, p. 28.

(46) idem, p. 26.

(47) Francisco Pereira de MOURA, entrevista nº9.

(48) Aprovado pela Lei nº 2133 de 20/12/1967.

(49) DIRECÇÃO GERAL DE INFORMAÇÃO, Segundo Ano de Acção do Governo de Marcelo Caetano, 1970.

(50) PRESIDÊNCIA DO CONSELHO, III Plano de Fomento para 1968/1973, p.4.

(51) MIRANDA (Jorge), "Aspectos Institucionais de Promoção Social Comunitária", Informação Social, Lisboa (18), Abril/Junho de 1970, p. 46.

(52) PRESIDÊNCIA DO CONSELHO, III Plano de fomento para 1968/1973, p.38.

(53) SILVA (Maria Manuela), "Trabalhos Preparatórios do III Plano de Fomento - Desenvolvimento Comunitário" (documento cedido)

(54) FERREIRA (Maria Margarida Ponte), Alguns Aspectos dos Sistemas de Segurança Social na CEE, Série "Relatórios e Análises", nº1, Ministério das Corporações e Previdência Social, Gabinete do Planeamento, Lisboa, 1973, p. 4.

(55) PRESIDÊNCIA DO CONSELHO, III Plano de Fomento para 1968/1973, p.39.

(56) CPCISS, "Desenvolvimento e Política Social num Contexto Económico de Mudanças Aceleradas e Contínuas - Papel da Acção Social", XVI Conferência Internacional da Acção Social, The Hague, Agosto 13 - 19, 1972.

(57) PRESIDÊNCIA DO CONSELHO, III Plano de Fomento para 1968/1973, Vol. I e II, p. 402.

(58) PUEL (Huges), L'Économie au Défi de l'Éthique, Éssai d'Éthique Économique, Éthique et Société, Paris, Ed. Cujas, 1989, p. 137.

(59) Capítulo IV, p. 338.

(60) SOUSA (Baltasar Rebelo de), "Batalhas de Acção Social", entrevista concedida ao jornalista Alves Fernandes e publicada em O Século, nos dias 6 e 7 de Abril de 1973.

4. Assistência Social em Portugal: História de Intervenção Político Social

A abundante literatura existente sobre esta problemática, nomeadamente ao nível das escolas de Serviço Social e todo o esforço por nós produzido ao longo destas páginas, justifica que aqui nos não detenhamos demasiado. Por outro lado, a visão que tentamos articular das várias vertentes teóricas e de evolução político social serve de base para explicar as correntes de opinião e mesmo de intervenção que vieram a ser fundamentais no redimensionamento da Assistência Social em Portugal.

O lugar ocupado pela Assistência Social, em 1945, que veio, como pudemos atrás verificar, a tornar-se num processo evolutivo irreversível, constituía ~~para os actores de então um meio eficaz para resolver dificuldades temporárias.~~

Segundo Maria Leonor Correia Botelho, então Chefe de Serviço Social, perante a insuficiência das respostas de assistência particular, o Estado viu-se obrigado, *como promotor do bem comum dos cidadãos e entidades a quem incumbe em última análise, a prestação da assistência, a preencher o vazio, e porque se não tornava possível só pelo estímulo conseguir neste campo o imediato desenvolvimento da Assistência particular, ...a desenvolver serviços oficiais para além do que se desejaria* (1).

Na institucionalização do IAF foi inequívoco o empenhamento dos católicos não só em matéria de orientação política, como no domínio social. Estes eram aliás, já de longa data *porta vozes de reivindicações sociais aos poderes públicos* (2). Por essa razão, e muito embora se tendesse já para uma certa especialização dos técnicos que iriam trabalhar no terreno, o IAF aproveitava ainda a assistência das Instituições Particulares, das Conferências de S. Vicente de Paulo e de outros grupos com funções de assistência que trabalhavam em regime de voluntariado.

O Instituto será dirigido por um director e terá os delegados, médicos, assistentes sociais, visitadoras e informadores que a extensão dos serviços tornam indispensáveis.

O Instituto poderá requisitar dos serviços oficiais de assistência, das autarquias locais, das Misericórdias e mais instituições de assistência o concurso que julgar conveniente ao exercício da sua missão. (3)

Dispunha, no entanto, de toda uma estratégia de acção centralizada, já que todos os poderes de decisão se situavam num só ponto. A forma como foi regulamentado o Instituto(4) é disso um bom exemplo pela minúcia com que é definida a actuação de cada agente de intervenção.

É interessante verificar, através da leitura dos diplomas legais, que os vários membros do governo que constituíam o Ministério do Interior antes de 1945 tinham uma formação em Direito e se mantiveram nas mesmas funções após essa data o que implica a manutenção duma determinada forma de funcionamento; funcionamento concordante com a ditadura salazarista: *uma ditadura de direito, sem dar grandes asas ao poder pessoal* (5). A direcção do IAF foi, por seu turno, da competência de Assis Gonçalves, um tenente oriundo de Vinhais que no período de 1931 a 1939 foi secretário pessoal de Oliveira Salazar. Sabendo-se embora que era uma pessoa da inteira confiança do então Presidente do Conselho, já que lhe era totalmente submisso a ver pela leitura dos relatórios que lhe enviava(6), dispunha de um poder de decisão bastante limitado. Assis Gonçalves obrigava-se a submeter *directamente a despacho ministerial todos os assuntos referentes à prestação de assistência individual e familiar e a remeter à Direcção Geral de Assistência os restantes, nomeadamente os que respeitassem à tutela dos estabelecimentos, ao pessoal, a orçamentos e à realização de despesas que nos termos das leis de contabilidade carecessem de despacho ministerial* (7). Este facto torna claro o papel do IAF no sistema político da altura. Traduzindo a sua intervenção em métodos terapêuticos e curativos, os actores desempenhavam um papel fundamentalmente adaptativo, referenciando-se com experiências passadas, e os destinatários um papel passivo. Estes primeiros projectos de Política Assistencial tiveram um grande impacto impondo um ritmo e uma forma de actuação estratégica que se manteve ao longo dos anos 50, período que se caracterizou, no entanto, por um peso maior de pessoal especializado em Serviço Social. Aliás, houve mesmo na altura uma preocupação em aumentar e uniformizar os vários cursos existentes nessa área.

Muito embora em 1958 a formação do Ministério da Saúde e Assistência traduzisse a preocupação governamental pelos dois males - pobreza e falta de saúde - responsáveis pelas situações de vulnerabilidade de certas camadas da população, a sua forma de intervenção pontual e casuística manteve-se. Sendo então nomeado para dirigir o referido Ministério Henrique de M. V. Martins de Carvalho, formado em Direito, este fez-se rodear dos mesmos profissionais à excepção do director do IAF que foi então Romano e Castro (formado em Histórico-Filosóficas).

A nível internacional esta dinâmica era já diferente. A partir da II Guerra Mundial começa a ser usada a expressão 'desenvolvimento comunitário', cuja finalidade é a *educação do povo considerado como agente do seu próprio progresso... ver melhores cidadãos empenhados em melhores condições de existência* (8). Esta intervenção específica emergiu de um conjunto de práticas antecedentes (há referência a projectos piloto desde 1939) *que visavam determinados objectivos*

bem específicos: a educação de base, a extensão agrícola, a educação sanitária e os pequenos melhoramentos locais (9). Em 1953 foi instituído pelo Comité das Nações Unidas e das organizações especializadas um grupo de trabalho que se dedicou à análise do problema mundial (a degradação humana) sob os ângulos político, económico, sociológico, psicológico, médico, social e administrativo. ... a expressão desenvolvimento comunitário entrou na linguagem internacional...(10). Dentro deste espírito de abertura, visando incentivar a cooperação entre países, em 1956 o secretariado Regional para a Europa e Médio Oriente da Conferência Internacional de Serviço Social convidou o Ministério da Saúde e Assistência a fazer-se representar na 8ª Assembleia que, em Munique, analisou o tema *Industrialização e Serviço Social*. Nele estiveram presentes três Assistentes Sociais do IAF (11).

~~Fazendo eco deste tipo de preocupações o programa das Nações Unidas,~~
para o decénio de 1962 / 1972 assenta o seu conceito sobre desenvolvimento em três questões fundamentais (12):

- Dimensão simultaneamente económica e social;
- Valorização humana como objectivo de todo o desenvolvimento;
- Programação - técnica para melhor aproveitamento dos recursos.

Desta feita é posto ênfase no desenvolvimento comunitário como técnica de progresso social.

A adopção em Portugal, a partir de 1965, da definição das Nações Unidas de desenvolvimento comunitário, enquanto *conjunto de processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorar a sua situação económica, cultural e social e bem assim integrar-se na vida da nação e para o progresso nacional geral* (13), traduz uma mudança de orientação ao nível da política da Assistência que, pensada na sua múltipla dimensão, se organiza dentro dum espírito de multidisciplinaridade.

A inovação mais marcante foi a intervenção do Estado com uma actividade própria, regida por critérios de Justiça Social, planeamento da acção, participação das populações, organização/gestão dos serviços garantindo operacionalidade, trabalho de equipa, participação dos técnicos em estruturas de consulta e de preparação da decisão, formação de recursos humanos a vários níveis...(14).

A par desta alteração na forma de trabalhar dos serviços públicos, a nível dos Centros paroquiais e da SCML, que era a entidade que fazia (e faz) a Acção Social na zona de Lisboa, incrementou-se toda uma vontade de contacto. Houve inclusivé uma montagem de serviços, no sentido de se ultrapassarem as planificações pontuais (15).

Cortando com uma visão tradicionalista de economia que era considerada um campo a estudar separadamente das restantes ciências sociais e humanas, diferentes especialistas - Economistas, Assistentes Sociais, Médicos, etc -

tentaram a partir de 1965 pôr fim a uma prática de 'assistencialismo a grupos marginais'. Este comprometimento vem também informado pelas propostas de Pio XI e mais tarde João XXIII e Paulo VI que apelavam a que se actuasse também pela partilha duma estratégia política económica e social global.

Neste contexto se estruturou um organismo de Estado que permitiu o entrosamento das várias profissões implicadas no social, reformulando a concepção de Assistência e a própria categoria de 'assistido' que, até então considerado como figura burocratizada, passa a ter um estatuto humano com direitos próprios e interferência na sociedade de que faz parte.

Até meados de 60 o IAF mantinha uma atitude pouco rigorosa quanto ao valor da metodologia de actuação, desprezando a investigação científica e interiorizando uma visão administrativa. No modelo proposto, a partir de 1965 e desenvolvido até 1971, a Assistência passou a habilitar-se de especialistas múltiplos.

Para além disso, exprimindo-se numa simbiose entre os objectivos da ACP, a abertura a uma economia política e social e uma permanente reivindicação dos direitos então vedados, este grupo de actores consegue fazer reflectir as suas aspirações, ciosos de levar avante o desenvolvimento que a ausência duma política global ameaçava.

O estudo e aplicação de programas de "Promoção Social Comunitária", dominante a partir de 1965, corresponde a um renegar das práticas paternalistas, inaugurando um período de participação e liberdade. A Assistência assume-se como parte integrante da estratégia global de Política Social, impondo-se, inclusivamente, uma nova concepção:

Assistência Social é a colaboração da sociedade com as pessoas para a intervenção activa destas na vida social e mediante a remoção de carências, o suprimento de disfunções e o estímulo ao exercício ordenado das faculdades físicas intelectuais e morais (16).

...Os dois aspectos mais salientes que aconteceram em termos duma nota clara de renovação de serviços, objectivos e até de concepções e práticas de trabalho foram, a criação de novos serviços ...que procuravam justamente exercer os seus fins numa óptica claramente de prevenção das situações de necessidade e promoção dum papel individual e comunitário na melhoria das condições de vida, individual, familiar e das próprias comunidades, o que significa que a componente propriamente reparadora e paliativa da Assistência tradicional foi dando os seus passos novos no sentido de um enriquecimento (17).

De facto, assistiu-se neste período à criação dos serviços de "Promoção Social Comunitária" (PSC), de "Cooperação Familiar" (CF) e de "Preparação de Pessoal" (CPP), que se propunham responder duma forma mais eficaz às exigências sociais. A promoção humana era um dos aspectos principais dos seus programas. A

Assistência altera-se nitidamente no sentido de atribuir novas ou diferentes responsabilidades ao Estado, às autarquias e às populações.

Através dos gráficos I, II e III damos conta da orgânica destes três serviços, a nível da Direcção Geral da Assistência, e da forma como estavam disseminados pelo país.

O SPSC tinha, como podemos ver, uma implantação geográfica bastante mais alargada e obrigava-se, pelos serviços pretendidos, a socorrer-se de técnicos especializados. A participação, o estudo de meio e a formação dos técnicos eram considerados como fundamentais na acção.

Muito sumariamente, podemos definir os três serviços, como segue:

- A PSC, pretendia servir uma política de *desenvolvimento regional, integrando-se nela e informando-a ...*(18). Desta feita as suas acções passariam pela *elaboração de planos regionais de desenvolvimento que, tendo na devida conta a situação inicial, com o que ela comporta de estrangulamentos e potencialidades de desenvolvimento, estabeleça a estratégia adequada à eliminação ou redução das primeiras e ao aproveitamento máximo das segundas*. Deverá ainda empenhar-se na *...estruturação de medidas concretas de aperfeiçoamento das infraestruturas locais e alargamento de serviços colectivos e bem assim projectos apropriados à criação de relações de vizinhança e entreajuda* (19).

- A CF pretendia-se um serviço de âmbito nacional com actividades de promoção e objectivava *exercer uma actuação social e educativa que preservasse e fortalecesse a estabilidade das famílias para que pudessem desempenhar de forma equilibrada as suas diversas funções e papeis* (20). A sua acção localizou-se a nível das comunidades paroquiais e das comunidades funcionais (Anexo I).

- O CPP teve como objectivo *servir, mas servir preparando, informando e formando pessoal, mentalizando, abrindo novos horizontes, através de uma preparação de base, quando esta não exista ainda ou, através de formas de aperfeiçoamento, para aqueles profissionais cuja formação esteja já inicialmente assegurada por cursos dependentes deste ou de outros Ministérios* (21). Dirigia-se em especial para *a preparação do pessoal dos serviços e estabelecimentos oficiais e particulares, dependentes da DGA, quer directamente, quer através dos institutos coordenadores* (22). A sua actuação pretendia abarcar *os dirigentes dos Serviços e das Instituições, encontrar com eles novos rumos e novas perspectivas, colher da sua experiência ...e, ao mesmo tempo tornar-lhes acessíveis os meios técnicos e a linguagem um tanto hermética, que o mundo moderno, em crescente especialização, torna por vezes inutilizáveis pelos não iniciados* (23) (Anexo II).

Este tipo de reorganização da DGA, apesar dos serviços serem independentes entre si, em termos de direccionamento e metodologia de

Gráfico I Organograma da Direcção Geral da Assistência

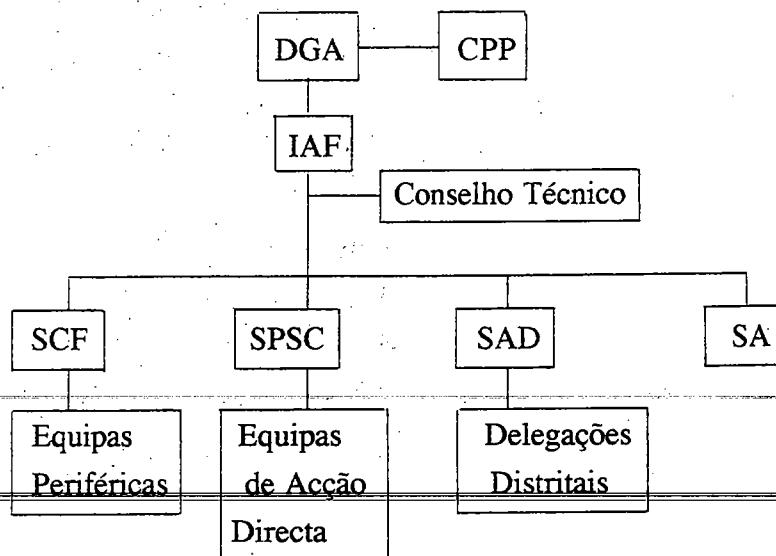


Gráfico II Serviço de Cooperação Familiar

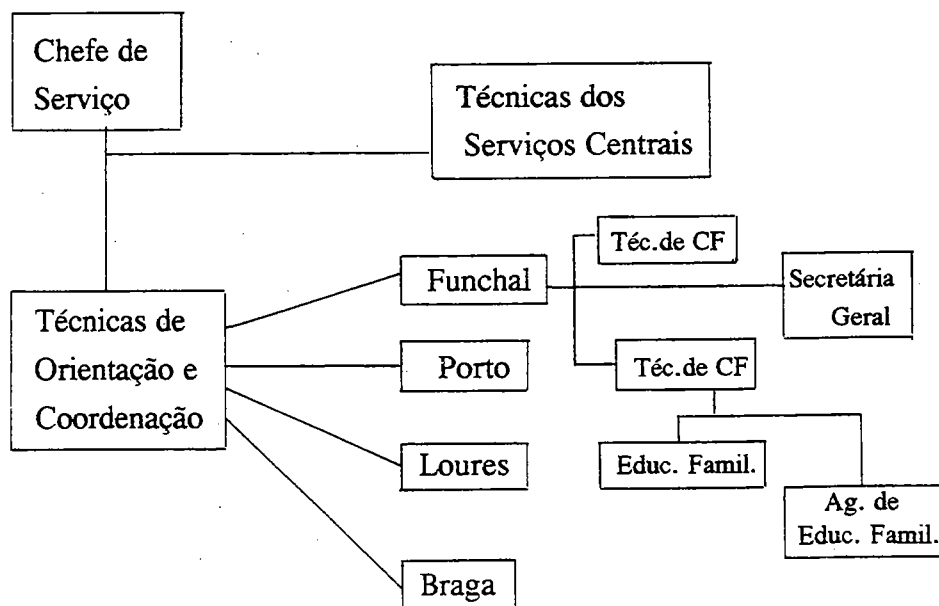
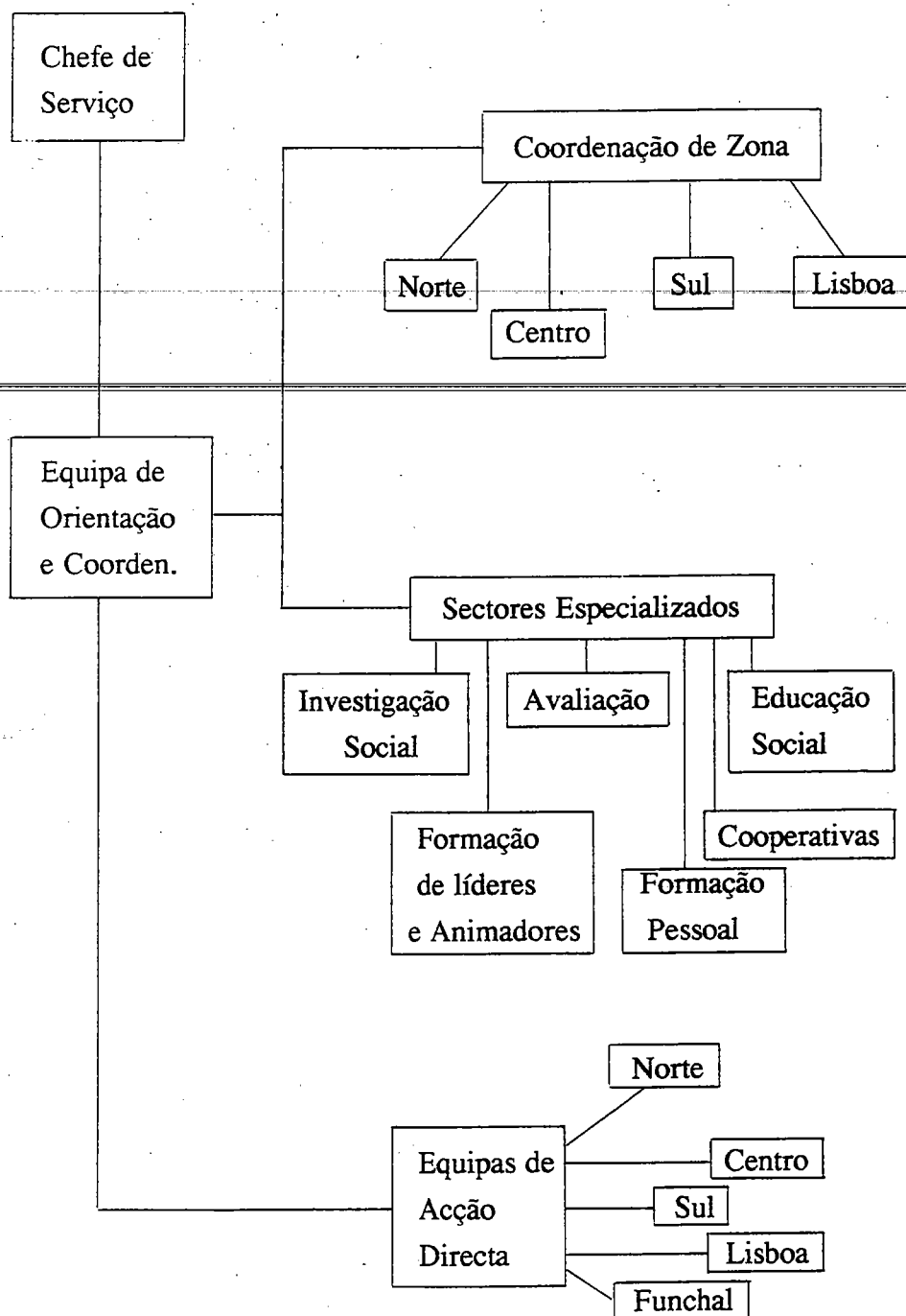


Gráfico III Serviço de Promoção Social Comunitária



intervenção, levou a que se estruturassem acções de colaboração de que o "Encontro de Superiores e Maiores das Ordens e Congregações Religiosas com Actividades de Saúde e Assistência", em Fevereiro de 1966, é um bom exemplo. A própria preparação do pessoal foi em alguns casos pensada e orientada duma forma conjunta, como podemos ver pelo quadro 4.1.

**Quadro 4.1. Acções de Formação Realizadas em Colaboração:
CPP / SPSC / SCF - 1966 a 1969**

<u>1966</u>	<p><u>CPP/SPSC</u>: Reuniões para estudo de um plano de preparação de agentes de nível médio</p> <p><u>CPP/SCF</u>: Reuniões para estudo do Plano de Integração no serviço das equipas da Madeira e do Porto.</p>
<u>1967</u>	<p>CPP/SPSC: Necessidade urgente sinalizada pelo SPSC de preparar pessoal, de Câmara de Lobos e do Caniçal, que se ocupasse das actividades directas com as crianças, sob a orientação de uma educadora de infância.</p> <p><u>CPP/SCF</u>: Integração de novas equipas no serviço. Estruturação do estudo do meio e investigação de campo da equipa da Lousã. Análise de tipos de pessoal necessários ao sector.</p>
<u>1968</u>	<p><u>CPP/SPSC</u>: Estágios de Ajudantes de Jardim de Infância no Porto. Estágios para Ajudantes de Actividades de Tempos Livres na Baixa da Banheira.</p> <p><u>CPP/SPSC/SCF</u>: Cursos de Agentes de animação Rural no Funchal.</p>
<u>1969</u>	<p><u>CPP/SPSC</u>: Cursos de Agentes de Animação Rural no Funchal. Sessões de integração e formação de técnicos do SPSC. Formação de Técnicos de Educação Social. Participação da directora do CPP no curso sobre 'Líderes Locais' em Vila Franca de Xira.</p> <p><u>CPP/SCF</u>: Estágios para Ajudantes de Tempos Livres. Formação de Agentes de Formação Familiar Urbana.</p>

Fonte: CPP, relatórios anuais: 1966/7/8/9 (documentos cedidos)

Dá nessa altura entrada na cena política um grupo de actores com formação diversificada, cuja filosofia de actuação passa pelo reinventar da intervenção do IAF. O Ministro Francisco N. Pereira de Carvalho, formado em Direito, tinha Carvalho da Fonseca, economista, como Director Geral da Assistência e permitiu uma certa autonomia de actuação quer ao director do IAF, Peixoto do Amaral, quer aos chefes dos vários serviços. De referir, Manuela Silva, economista, chefe dos serviços de PSC e Nasciolinda Goes e Isabel Athayde Flora dirigentes respectivamente do serviço de CF e do CPP que eram Assistentes Sociais. Reconhecemos que foram elementos que marcaram uma grande ocasião histórica que, se totalmente satisfeita, tinha provavelmente modificado o curso da história.

...Para quem lida com... o social, em que os resultados da acção não são visíveis a curto prazo, um processo de alguma frustração pode nascer, precisamente porque os resultados não os vemos, de imediato, não sabemos se alguma vez os chegaremos verdadeiramente a ver... nós, e esta é uma nota importante, nessa fase vimos os resultados (24).

4.1. O Desenvolvimento Comunitário: uma escolha fundamental de intervenção.

" Que les populations soient associées à l'étude de leur milieu et à l'analyse des moyens de sa transformation n'est pas moins scientifique que la recherche purement extérieure et 'objective' même armée des techniques quantitatives les plus sophistiquées; elle est plus scientifique dans la mesure où elle est plus proche de l'intervention sociale et plus efficace pour l'action.

... en même temps que scientifique cette démarche est anti technocratique. Elle est potentiellement subversive, car elle trouble le jeu des notables, des socio-professionnels et des politiciens en place." (25)

A PSC propôs-se a apresentar linhas flexíveis de solução para problemas que, tendo características peculiares, não eram exclusivos do nosso país. Os seus responsáveis partilhavam preocupações que ao nível da política social europeia traziam acima questões como o agravamento da desigualdade de desenvolvimento e o aumento dos níveis de pobreza em populações que, vindas de meios rurais, se implantavam na periferia das grandes cidades, sem quaisquer condições sociais e infraestruturais, situação que lhes impunha a entrada num ciclo de degradação física e humana. Dada a polidimensão dos problemas assim gerados, não é possível ignorar que a multidisciplinaridade teve uma incidência directa e imediata sobre o tipo de intervenção social; intervenção que se pretendia fosse essencialmente obra da colectividade coordenada pelo aparelho de Estado e na qual estavam integrados peritos e técnicos vários num espírito de inter-ajuda.

Entre 1965 e 1969 houve intervenção em cerca de 13 projectos de desenvolvimento comunitário, que passou a ser uma técnica de intervenção no âmbito do IAF e que pretendia (26):

- *Fomentar o desenvolvimento das comunidades,*
- *Prestar a colaboração de técnicas de PSC em programas de desenvolvimento e organização comunitária,*
- *Participar na elaboração e realização de programas de desenvolvimento regional ...que se ajustassem às necessidades sentidas pela comunidade de base...*
- *Realizar programas de educação social,*
- *Facultar o apoio técnico indispensável as iniciativas...que prosseguissem fins de PSC,*
- *Promover a criação de 'Centros Sociais Comunitários',*
- *Proporcionar o devido enquadramento técnico a voluntários,*

- Fomentar o intercâmbio e a coordenação de esforços entre diferentes serviços e entidades.

Os projectos posicionavam-se numa forma prospectiva e de avaliação constante: apoiavam-se no conhecimento científico do social e nos marcos interpretativos proporcionados pelas ciências sociais. Eram experiências que privilegiavam a relação com as entidades responsáveis do meio, a identificação e formação dos líderes naturais (para que dinamizassem, coordenassem e solidificassem cada acção), os empreendimentos económicos em curso, a revitalização das organizações locais de participação e que impunham a responsabilização dos técnicos pelos vários sectores. Esta responsabilização era visível através de constantes avaliações.

As reuniões, planos e relatórios sistemáticos (anuais, de sector, por actividade, por projecto) tanto a nível central, como regional e local levavam à cooperação em todos os sentidos. Havia supórtes para cada tipo de trabalho que eram sistematicamente avaliados e modificados quando era caso disso...(27)

Aliás é de salientar que entre 1965 e 1971 era periodicamente publicada a revista Informação Social, pelo Gabinete de Estudos Sociais (GES), de que era directora Manuela Silva. Esta revista dá-nos conta das constantes preocupações dos actores em acompanharem estudos internacionais, nomeadamente sobre o esforço de desenvolvimento então exigido a todos os países, a Assistência Social no Mercado Comum, etc.

Ao GES cabia *uma função de investigação aplicada no domínio dos problemas com interesse para a fundamentação e definição da política a seguir pela Direcção Geral de Assistência e Institutos técnicos dependentes; competia-lhe igualmente a difusão das ideias e das técnicas mais relevantes para o sector* (28).

Para além de um serviço de biblioteca e documentação e da redacção e distribuição da revista, o GES prestava *apoio técnico nas tarefas de execução dos Planos de Fomento na sector da Saúde e Assistência* (29). Pretendia-se assim um conhecimento das necessidades reais do país, através da criação duma estrutura de investigação social, de forma a resolver os problemas actuando sobre as suas causas.

4.1.1. Experiências Precursoras

- A Equipa de Estudo e Experimentação de Desenvolvimento Comunitário -

" O método de desenvolvimento comunitário, porque procura uma uma visão simultânea de todos os aspectos da vida humana numa colectividade, conjugando a análise económica com as técnicas psicológicas, prepara a população para desejar o progresso, realizá-lo e mantê-lo." (30)

Constituída em Abril 1962, a Equipe de Estudo e Experimentação do Desenvolvimento Comunitário (EEEDC) albergava em si algo que ultrapassa qualquer tipo de análise meramente factual. Formada por dois economistas, dois assistentes sociais, um licenciado em direito, dois arquitectos, um engenheiro agrónomo, uma médica e uma enfermeira de saúde pública, tinha como intenção principal dirigir a sua acção a uma população bem definida no sentido de mudar as suas condições de vida - tendo em conta as suas necessidades, através da mobilização dos seus recursos e da dinamização dos serviços. No suporte material da experiência contou especialmente com o Centro de Estudos de Economia Aplicada da Associação Industrial, de que Francisco Pereira de Moura era director, com a Junta de Colonização Interna e com o Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Gulbenkian, organismo que financiou estágios de assistentes sociais.

Se os seus intentos faziam emergir o fluxo das ideias, experiências, concepções e ideologias de actores que, a partir do entrosamento de várias áreas científicas, pretendiam obter o desenvolvimento aproveitando as potencialidades de cada comunidade, traduziam também, e muito em especial, a intenção determinada de Manuela Silva que protagonizou, por excelência, o empenho nas acções que puseram em marcha as experiências. Reunindo na sua pessoa uma formação em economia, a preocupação com o social, um conhecimento prático do mundo do trabalho e a frequência dum curso em Paris, em 1960, sobre Desenvolvimento Comunitário (DC), propôs-se dar corpo a uma intervenção que, a curto prazo, fornecesse matéria prima para averiguar dos resultados das técnicas de DC.

Para além da experimentação estava também em vista a *expansão da técnica de DC e a criação de condições para um DC à escala nacional* (31), razão porque foram continuamente levadas a cabo iniciativas para formação e mentalização dos técnicos. Entre 1963 e 1965 realizaram-se cerca de sete seminários e um ciclo de conferências cuja frequência rondou as 45 presenças. A vinda de técnicos como o professor Ponsioen do Instituto de Estudos Sociais de Haia e dum técnico da OCDE, Mr.G.N.N.Nunn, touxeram momentos de formação e avaliação importantes enquanto pontos de partida para novos esquemas de actuação. Um dos membros da Equipa encarregou-se de preparar um relatório sobre o assunto a ser

incluído no Plano Intercalar de Fomento, para que viesse a ser incluído no III Plano do Fomento (1968/1975) um programa eficiente de Desenvolvimento Comunitário. O referido relatório acabou, no entanto por não ser integrado no Plano, razão que levou a que no final da sua acção a EEEDC lançasse a hipótese de uma equipe de apoio técnico a projectos de DC no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho(32), que permitisse um diálogo entre os diferentes departamentos sectoriais. Desta forma tornar-se-ia possível criar condições de investigação de princípios e técnicas de DC aplicáveis ao caso português. Apesar do esforço só em 19/08/69 os gabinetes departamentais foram criados, através do Dec. Lei 49 194 - *Nos departamentos governamentais com responsabilidades na preparação e execução dos planos de fomento serão criados gabinetes de planeamento destinados a assegurar e coordenar o exercício dessas funções nos respectivos sectores e a estabelecer as convenientes ligações com os órgãos centrais e interministeriais de planeamento* (33). No que se refere ao Ministério da Saúde e Assistência o referido gabinete só foi efectivamente implementado em Agosto de 1970 - *No Ministério da Saúde e Assistência é criado... o Gabinete de Planeamento, órgão técnico directamente dependente do Ministério destinado a assegurar e coordenar a sua actuação na preparação e execução dos Planos de Fomento e a estabelecer as convenientes ligações com os órgãos centrais e interministeriais do planeamento* (34).

Acresce ainda referir que, muito embora os profissionais da Equipa pertencessem a serviços públicos ou privados e tivessem responsabilidades nos vários sectores, enquanto equipa eles conseguiram um cunho especial de autonomia. Esta situação exigiu a sensibilização e o interesse das várias entidades oficiais e particulares para que os mesmos conseguissem a flexibilidade de horário necessária para assegurar a participação no projecto. Pretendeu-se desta forma *afastar o amadorismo e o carácter benévolo do trabalho a prestar* garantindo aos técnicos um 'estatuto profissional.

- As Experiências do Bário e da Benedita -

Dado o seu carácter pioneiro e de experimentação, a escolha da zona de intervenção obedeceu a algumas exigências:

1- Aproveitamento de estudos já realizados localmente que serviriam de fundamentação para a acção, podendo referir-se desde já um estudo orientado pelo professor Castro Caldas "Zona a Oeste da Serra dos Candeeiros" e um feito por uma assistente social sobre a freguesia da Benedita;

2- Zona onde estivessem representados os vários tipos de actividades e que não fosse totalmente fechada ao progresso;

3- Que se encontrasse relativamente próxima de Lisboa para facilitar deslocações e para rapidez de transmissão pública dos resultados obtidos.

Foram assim escolhidas duas freguesias de Alcobaça: Benedita e Bárrio. Esta última com uma população muito fechada sobre si mesma, enquanto que a primeira apresentava já esforços no sentido do associativismo e da cooperação através do lançamento de pequenas indústrias artesanais.

Muito embora as avaliações da experiência reconheçam as diferenças fundamentais: quer a nível das características de cada freguesia, quer da dinâmica e resultados obtidos, tentou-se no quadro 4.2 sintetizar de alguma forma as necessidades definidas por sectores de intervenção e os recursos a obter no sentido da sua satisfação.

Como resultados práticos e visíveis desta experiência podemos destacar, entre outros (35):

- Plantação de novos pomares, criação de uma associação de criadores de porcos, modernização da gestão das explorações;
- Construção duma fábrica moderna de calçado e outra de cutelaria (ainda hoje em funcionamento);
- Construção dum Instituto cooperativo de Ensino e cultura.

É importante assinalar que o trabalho teve como preocupação principal o contacto com autoridades e identificação dos líderes locais. As necessidades detectadas dividiam-se por oito sectores de intervenção (quadro 4.2) e a sua satisfação, para além da dinamização dos recursos locais, exigia a cooperação e participação das populações.

Em Janeiro de 1966 a EEEDC dissolveu-se, considerando que tinham sido atingidos os seus objectivos e conseguidos os efeitos de repercussão a nível de organismos da Administração Pública. O mais importante foi a criação do SPSC em Agosto de 1965 que assegurava a articulação entre as intervenções de animação / organização locais e o desenvolvimento regional.

4.1.2. Os Projectos de Desenvolvimento Comunitário

Na Promoção Comunitária *a formação humana, o estreitamento de laços sociais inorgânicos e a adaptação ou renovação administrativa têm que ter rumos convergentes de acção* (36).

E foi um facto: ao nível institucional o funcionamento da Assistência alterou-se - era ao nível central que se definia e planeava a política a seguir, mas

Quadro 4.2. - Experiência de PSC no Bárrio e na Benedita

Sectores de Intervenção	Deteccção das Necessidades	Recursos conseguidos
INFRAESTRUTURAS	<ul style="list-style-type: none"> - Abastecimento de água precário - Rede viária deficiente - Falta de dispositivos sanitários - Energia eléctrica deficiente 	<ul style="list-style-type: none"> - Abastecimento de água às povoações mais populosas - Melhoria das principais fontes públicas - Estabelecimento duma rede de esgotos domésticos - Melhoria do acesso aos aglomerados populacionais
AGRICULTURA	<p><u>Bárrio</u>: Economia baseada na exploração fam. da terra</p> <p><u>Benedita</u>: solo pobre por dificuldade de irrigação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Organização deficiente do mercado; - mecanização insuficiente; - mão de obra excedente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Curso ambulante de Extensão Familiar Agrícola no Bárrio - Curso de Extensão Familiar Agrícola na Benedita - Centros de Gestão Agrícola - Actividades de tipo associativo - Criação de exploração/piloto - Criação duma equipa de ens. e cult.
INDÚSTRIA	<p><u>Bárrio</u>: Poucas condições para alargamento da Indústria.</p> <p><u>Benedita</u>: Indústrias de calçado e cutelaria que trabalhavam em condições rudimentares</p>	<p>Bárrio-Apoio para alargar a dimensão duma serração de madeira</p> <p>Benedita-Criação da SICABE e da CABEL (indústrias de calçado) e da ICEL (indústria de cutelaria)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curso intensivo de formação de empresários e dirigentes.
EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa instrução - Pouca preparação para adequar a vida à evolução 	<ul style="list-style-type: none"> - Curso de Formação Familiar - Sessões de cinema - Encontros de jovens, conferências - Formação duma cooperativa de ensino cooperativo na Benedita: Escola de Ensino Secundário Técnico
HABITAÇÃO		<ul style="list-style-type: none"> - Organização de Estaleiros de obra - Utilização de mão de obra proveniente de sub-emprego - Trabalho de mulheres e crianças para certas tarefas específicas
SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> - Baixo nível sanitário - Grande percentagem de tuberculose - Inexistência local de farmácia - Alta taxa de mortalidade infantil 	<ul style="list-style-type: none"> - Campanhas de vacinação - Cursos de 1ºs socorros - Programa de protecção materno-infantil - Luta contra a tuberculose <ul style="list-style-type: none"> *Educação sanitária *Criação duma farmácia *Criação dum dispensário materno-infantil e duma maternidade, casa foi cedida por um elemento da comunidade
SERVIÇO SOCIAL	Papel fundamental no relacionamento com as populações e com os líderes locais. para respostas mais pertinentes às necessidades detectadas.	
INVESTIGAÇÃO E AVALIAÇÃO SOC.	Acompanha todo o processo desde a sua fase inicial; Fornece à direcção e aos técnicos sectoriais elementos de informação actualizados	

Nota: elementos retirados de: IMPERATORI, "Desenvolvimento Local - Caminho possível para a criação de um outro tipo de sociedade", documento de trabalho fotocopiado, Lisboa, Abril de 1984.

estas decisões estavam fundamentalmente ligadas a orientações globais. Apontava-se para que os serviços dos vários Ministérios se articulassem entre si e estabelecessem vias de colaboração permanente, de forma que a política nacional fosse executada com unidade e coerência. Por outro lado o desenvolvimento de *projectos em várias zonas do país com âmbitos e tónicas diferentes segundo as realidades de cada uma, procurando uma articulação entre as intervenções locais e o desenvolvimento regional que então se procurava implementar no país* (37), apelava para que qualquer decisão de intervenção fosse estratégica, isto é, *de excepção* (38), dependendo sempre do contexto.

Com efeito, à medida que se caminha para uma estruturação da Política Social em bases científicas e técnicas, ganham progressiva acuidade as tarefas de estudo e documentação... Mais do que a resolução de casos individuais surgidos no momento, importa à Política Social contemporânea a elaboração de programas de acção de longo e médio prazo nos quais se prevêem fundamentalmente alterações das causas determinantes das situações indesejáveis (39).

A nível institucional a PSC englobou quer serviços públicos, quer entidades privadas e voluntariado responsável. Geograficamente estabeleceu-se por pólos de intervenção localizados em várias zonas, mas bem delimitados. Dos 13 projectos atrás referidos: em 9 a actividade económica principal era a agricultura, em 3 era a indústria e num coexistia a agricultura e a pesca (quadro 4.3).

Nos serviços centrais havia sectores por temas (avaliação, liderança, animação...) e responsáveis por zona. Cada Projecto tinha a sua Equipa com um coordenador. Consoante a fase do projecto e o tipo de acções os sectores "temáticos" eram chamados a intervir...

A nível local a intervenção era feita com as diferentes entidades, outros projectos de PSC, com a(s) Igreja(s), com grupos mais ou menos formais, com as actividades económicas existentes, ou em projecto, etc (40).

Estas intervenções privilegiavam a relação com entidades responsáveis do meio, os empreendimentos económicos em curso, a revitalização das organizações locais de participação e impunham a responsabilização dos técnicos pelos vários sectores. Responsabilização que era visível através das constantes avaliações.

Não cabendo no âmbito do presente trabalho fazer uma análise devidamente circunstanciada do processo metodológico desenvolvido, de entre os elementos comuns a todos os projectos tentaremos realçar (quadro 4.4):

- O tipo de intervenção;
- As estruturas de participação;
- Os resultados obtidos.

A busca de pontos estratégicos, como alavanca para o sucesso de cada projecto, constituía uma preocupação constante para os técnicos. As avaliações

Quadro 4.3. - Serviço Promoção Social Comunitária 1965/1969

Projectos/ Âmbito de Acção	Activid. Económica Principal	Iniciativa	
		Porquê	De quem
Mirandela/Cachão 3 Concelhos	Agricultura	Complexo Agro Industrial do Cachão	SPSC
Terras de Bouro 1 Concelho	Agricultura	Modernização Agrícola Educ. Social	Câmara
Viana do Castelo 3 Freguesias	Agricultura	Centro Social	Pároco
Ponte de Lima 6 Freguesias	Agricultura	Emparcelamento da Estrutura Fundiária Centro Social	Junta de Col. Interna
Vale do Lis 13 Freguesias	Transição	Obra de rega Desenvolvimento Integrado	Junta Hidráulica Agrícola
Vale do Lena 8 Concelhos	Agricultura/ Pesca	Desenvolvimento Integrado	EEEDC
Oliveira de Frades 1 Concelho	Agricultura	Educação Social	Pároco
Cadaval 1 Concelho	Agricultura	Promoção Social	Grémio da Lavoura
Alcanena 1 Concelho	Indústria artesanal	Modernização da Indústria dos Cortumes	Câmara
Vila Franca de Xira 1 Concelho	Indústria	Habitação	Câmara
Baixa da Banheira 1 Freguesia	Indústria	Crescimento Demográfico	Câmara
Mira e Roxo Parte de dois concelhos	Agricultura	Obra de Rega Desenvolvimento Integrado	Junta Hid. Agrícola
S. Vicente(Funchal) 1 Concelho	Agricultura	Desenvolvimento Integrado	?

Quadro 4.4

Projectos de Promoção Social Comunitária(PSC)
1965/1969

Projectos	Intervenção/Tipo	Estruturas de partic.	Resultados
Mirandela/ Cachão	- Organização da Comunidade - Equipamento Social		Caracteriz./agricultur. Melhoramentos locais
Terras de Bouro	-Educação Sanitária - Estudos/Diagnóstico - Infra-estruturas-Educação Sanitária-Equipamento Social - Actividades/Jovens	Câmara	Caracteriz/agricultur. Caracteriz/Indústria Melhoramentos locais
Viana do Castelo	-Org.de grupos /agricultores -Activ/crianças/Jovens/mulheres	Centro Paroquial	Projecto de emparce- lamento
Ponte de Lima	-Criação duma assoc.de PS -Apoio a empreendimentos	Junta Col.Interna/Párocos/ Voluntariado	Deteção da imagem que a população tem de desenvolvimento
	-Equip.social-Infraestruturas -Educação Sanitária		
Vale do Lis	-Infraestrut.-Equip.Social -Comissões de cultura e recreio - Colóquios sobre desenvolvim. -Activ/Jovens/Mulheres	Extensão agrícola/Assoc.dos Regantes/JHA	Dinamização da rela- ção:agricultores/ Ass. de regantes Coop.de produção
Vale do Lena	-Estudos c/grupos/agricultores -Formação/líderes-Apoio a em- preendim-Criação de coop. -Valorização Profiss.-Infraest. -Educ.sanit-Comiss.de cultura -Formação animadores -Activid/Jovens/Mulheres		Animação de grupos Coop. de produção Estudo participado Abertura de Centro S. Melhoramentos locais Alfabetização
Oliveira de Frades	-Equip.Social-colóquios/desenv. -Activid/Jovens/Mulheres-Apoio a empreend.-Associação de PS	Extensão agrícola/ Voluntariado/Paróquia	Associação de PS Organ. de recolha e comercializa.do leite
Cadaval	- Activid/crianças/Jovens/mulh. -Educ.sanitária-Valoriz. profiss -Formação/animadores	Grémio da Lavoura/ J.Freguesia	Desenvolvimento e apoio a coop. de produção
Alcanena	-Estudosc/operários-Formaç.líderes -Formaç.profiss.-criação coop. -Activ/crianças/Jovens/Mulheres	Câmara/J.Freguesia/ Sindicatos	Dinamização/sindicato Coop. de consumo
Vila Franca de Xira	-Estudo/diagnóstico-Equip.social -Criação de uma APS	Câmara	Ass.de PS-Jardim/Infân. Centro Social/Urbaniz.
Baixa da Banheira	-Estudos/diagnóstico-Criação APS -Formaç./líderes-Equip.Social -Activid./crianças/Jovens/Mulheres	Câmara	Associação de PS e form. dos seus elementos Fomento:creche/J.Inf./ ATL
Mira e Roxo	-Estudos/Diagnóstico-Definição de prioridades	JHA	Estudos sobre:mulher na sociedade/emigração
Funchal	-Estudos/diagnóstico-Equip.Social -Educação Sanitária	Comissão Dist. de Assistênc. G.Civil/IPSSs/Inst.Maternal	Estudos sobre:saúde/ Escolaridade/Agricult.

permitted the consolidation of useful knowledge that allowed the constant renewal of coordinated action.

In a brief analysis of the 4.4 framework we conclude that in all localities the process begins, through participation, by structuring the social space. Thus, the evolution of the local participation structure unfolds with the development of the process: a process that is slow because it addresses problems and conflicts and follows a determined line of maturation.

A participação das populações no próprio desenvolvimento é o ponto fulcral das técnicas de desenvolvimento comunitário. Esta participação determina uma mudança de atitudes por parte de todos: faz com que cada pessoa aumente a confiança que tem em si própria e acredite no seu poder de realização (41).

De facto, foram as formas de gestão assumidas localmente as mais desenvolvidas. O empenho ao nível operacional de investimento em equipamentos sociais, na criação de Associações de Promoção Social, os encontros com grupos, a formação de líderes, etc, traduzem a vontade explícita de identificar o espaço colectivo: pertença de toda a colectividade que nela participa e não só daqueles que a gerem.

Procurávamos fazer ponte com tudo quanto era instituição e organismo existente na comunidade...: embora isso muitas vezes se tornasse mais numa situação formal. Apesar deste aspecto, pouco agradável, continuávamos a apostar nessa implicação para vincular as instituições a estes projectos (42).

In relation to the results obtained it is verified that alongside the effort of dynamization and sensitization coexisted the organization of production cooperatives or consumption centers, opening of social centers, literacy courses, installation of gardens for children and infrastructure improvements, from which it is inferred that a better state of affairs is based on local dynamism.

Além das infraestruturas criadas em muitos locais, foram vividas experiências decorrentes dos programas de Educação Social e, especialmente, de processos de organização que constituiram acontecimentos marcantes para as comunidades que os viveram, tendo-se estabelecido associações e cooperativas em diversas áreas que sobreviveram à extinção dos serviços (43).

It is perhaps pertinent to question ourselves about the adequacy of education and sensitization activities for each community. *Se ela é fundamental num programa de desenvolvimento, será inútil se tiver o seu fim em si mesma, isto é, se não estiver enquadrada num programa global do qual, essencial embora, não é mais do que um dos seus elementos (44).* In a certain way we can say that it was based on this conception of education that the intervention of the Community Development (DC) proceeded. According to Maria Justina Imperatori, education of base must (45):

- Ser global;
- Formar novas perspectivas;
- Desenvolver o sentido da:
 - cooperação
 - participação
 - entreatajuda
 - dependência comunitária
- Ser de carácter funcional.

Nesta perspectiva a educação só é útil se, respeitar aqueles que nela participam, e a sua capacidade para descobrirem uma nova forma de estar na vida - essencialmente, acreditarem que têm potencialidades para alcançar uma condição humana superior.

Da reflexão sobre este facto surgiu a temática dos '*Centros de Interesse*' (46) que influenciou os próprios programas comunitários. Assim, a partir dos interesses detectados definiam-se os mais adequados para a transmissão de conhecimentos, de forma que os próprios planos viessem a adaptar-se à vontade das populações.

Todo este tipo de preocupações levava a que o SPSC pusesse grande empenho na formação (essencialmente feita em serviço), na coordenação dos seus técnicos e na 'animação de base'. Desde o momento da integração se exigia um certo rigor, facultando-se *ao pessoal a admitir uma visão certa, tanto no que se refere às finalidades a prosseguir como quanto à sua maneira de operar. Desejava-se ainda facultar aos técnicos e técnicas auxiliares uma visão dos conhecimentos necessários ao desempenho das respectivas funções* (47) (Anexo III). Aliás, no início de cada ano eram calendarizados os programas de formação de pessoal técnico, estagiário ou voluntário. Por outro lado, a 'animação de base' era considerada importante enquanto estrutura de educação e participação permanente, ao serviço do desenvolvimento - *si la base est animée et organisée de façon participante, elle pourra faire entendre sa voix pour que les procédures de participation régionale et les équipes de techniciens qui en assurent la responsabilité, fassent place à cette dimension de participation* (48)

A intervenção e a forma como estava organizada a Assistência representava por si só uma nova forma de olhar as situações de pobreza.

*O Projecto de PSC na Madeira teve um impacto importante...
 ...uma mudança de hábitos era decisiva em termos de mudança das
 condições de vida das populações. Em Câmara de Lobos a natalidade
 atingia níveis elevadíssimos ... o quadro de pobreza generalizada era
 acentuado ... as tradições herdadas de muitos anos não libertavam as
 pessoas ...
 ...o Projecto fez nascer o primeiro Jardim de Infância, os primeiros
 Centros de Animação Comunitária ... o primeiro Lar de Idosos, ...
 deram-se os primeiros passos na criação de iniciativas de Planeamento
 Familiar... (Fernando Maia, entrevista 12)*

* * *

Os primeiros projectos de Política Assistencial portuguesa, surgidos em 1945 com a criação do IAF, adoptaram, de acordo com o regime ditatorial então em vigor, uma actuação institucional unidireccionada e pré-determinada face aos grupos a que se dirigia - os indigentes, os pobres - impondo-se através de um papel fundamentalmente adaptativo. Este tipo de actuação política manteve-se até 1965.

No entanto, internacionalmente havia já metodologias de intervenção que traduziam mudanças ao nível da definição de Política Social, ao serem organizadas dentro de um espírito de multidisciplinaridade e ao impor a adopção de um rigor científico.

Entre nós, só a partir de 1962 se registaram experiências pioneiras nesse domínio. Uma equipa pluridisciplinar de estudo e experimentação do Desenvolvimento Comunitário (EEEDC) levou a cabo projectos, em locais bem definidos (no Bário e na Benedita) que visavam fomentar a melhoria das condições de vida das populações, tendo em conta as suas necessidades, mobilizando os seus próprios recursos e dinamizando serviços locais. De entre as suas pretensões, registava-se ainda o lançamento em Portugal dos princípios e técnicas do Desenvolvimento Comunitário e a sua integração nos Planos de Fomento, o que viria a dar à Assistência Social o lugar e a importância que lhe eram devidos.

Neste contexto, a partir de 1965 o IAF passou a habilitar-se de especialistas múltiplos e procurou criar estruturas de actuação e investigação científica rigorosas, de forma a responder adequadamente a uma intervenção constante no social que desse capacidade às populações para evoluírem no sentido da sua promoção, tendo em conta a evolução e tendências da Política Económica e Social global.

A Assistência Social reorganiza-se através de vários serviços a que um grupo de actores deu corpo; um grupo que os criou e se responsabilizou pelo seu funcionamento (capítulo 5.).

Notas - Capítulo 4.

- (1) BOTELHO (Maria Leonor Correia) e Armando Carvalho da Fonseca, Boletim de Assistência Social, ano 10º, nº 107 a 110, Outubro de 1951, p. 110.
- (2) CRUZ (Manuel Braga da), "Notas para Caracterização do Salazarismo", Análise Social, vol. XVIII, 72/73/74, 1982, 3º, 4º, 5º, p. 562.
- (3) Dec. Lei 35 108 de 7/11/1945, "Dos Orgãos de Coordenação da Assistência", Secção II, Art. 124º.
- (4) SUBSECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, Regulamento do Instituto de Assistência à Família, Aprovado por Despacho do Subsecretário de Estado da Assistência Social, de 4 /6/1952.
- (5) CRUZ (Manuel Braga da), "Notas para Caracterização do Salazarismo", Análise Social, vol XVIII, 72/73/74, 1982, 3º, 4º, 5º.
- (6) GONÇALVES (Assis), Relatórios para Oliveira Salazar - 1931/1939, Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, Agosto de 1981.
- (7) SUBSECRETARIADO DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, Regulamento do Instituto de Assistência à Família, Aprovado por Despacho do Subsecretário de Estado da Assistência Social, 4/6/1952, cap. II, Secção II, art.6º.
- (8) "Le Développement Communautaire: Idées et Tendences Actuelles", Revue Internationale de Service Sociale, nº6, Março de 1960 (documento cedido).
- (9) SILVA (Manuela), "O Desenvolvimento Comunitário como Técnica de Aceleração do Desenvolvimento Sócio-económico", Janeiro/Fevereiro de 1965 (documento cedido).
- (10) BRITO (Maria Anita Quintela), "A Avaliação Social: Processo Básico de Desenvolvimento Comunitário", Informação Social, vol.I, nº1, Janeiro/Março de 1966, p. 24.
- (11) Idem, p. 87.
- (12) SILVA (Manuela), "Aspectos Novos da Cooperação Internacional", Análise Social, vol.I, nº2, Abril de 1963.
- (13) SILVA (Manuela), "Fases de um Processo de Desenvolvimento Comunitário", Análise Social, vol.I, nº4, Outubro de 1963, p. 543.
- (14) Nasciolinda GOES, entrevista nº1.
- (15) Maria Teresa ABRANTES, entrevista nº 8.

(16) ~~XXXX~~ (Jorge), "Aspectos Institucionais da Promoção Social Comunitária", Informação Social, Lisboa (18), Abril/Junho de 1970.

(17) ~~XXXX~~, entrevista nº12.

(18) ~~XXXX~~, "Oportunidade do Desenvolvimento Comunitário em Portugal", Informação Social, número especial comemorativo do cinquentenário do ISCEF, 2º semestre de 1964, Lisboa, p. 505.

(19) ~~XXXX~~, "O Serviço de Promoção Social Comunitária", Encontro dos Superiores das Ordens e Congregações Religiosas com Actividades de Saúde, Lisboa, Fevereiro de 1966, p. 299.

(20) ~~XXXX~~ (Ada), "Serviço de Cooperação Familiar", Informação Social, nº 4, Janeiro de 1966, Lisboa, p. 112.

(21) ~~XXXX~~ (Maria Athayde), "O centro de Formação de Pessoal, seus Objectivos", 1966 (relatório cedido).

(22) Informação Social, Informação Social, vol.I, nº1, Janeiro/Março de 1966, Lisboa.

(23) ~~XXXX~~ (Maria Athayde), "O centro de Formação de Pessoal, seus Objectivos", 1966 (relatório cedido).

(24) ~~XXXX~~, entrevista nº12.

(25) ~~XXXX~~, L'Économie au Défi de l'Éthique, Éssai d'Éthique Économique & Société, Paris, Ed. Cujas, 1989, p. 92/93.

(26) ~~XXXX~~, "O Gabinete de Estudos Sociais", Encontro dos Superiores Maiores e Congregações Religiosas com Actividades de Saúde e Assistência, Fevereiro de 1966, p. 301/302.

(27) ~~XXXX~~ IMPERATORI, entrevista nº1.

(28) ~~XXXX~~, "O Gabinete de Estudos Sociais", Encontro dos Superiores Maiores e Congregações Religiosas com Actividades de Saúde e Assistência, Fevereiro de 1966, p. 305.

(29) ~~XXXX~~

(30) ~~XXXX~~ Investigação, experimentação e Divulgação das Técnicas de desenvolvimento Comunitário: sua oportunidade no processo de desenvolvimento económico, o contributo da EEDC", Janeiro de 1963 (documento cedido).

(31) "Avaliação/Síntese sobre a EEEDC, no âmbito dos objectivos a que se propusera" (documento cedido).

(32) SILVA (Manuela), "Trabalhos Preparatórios do III Plano de Fomento - Desenvolvimento Comunitário" (relatório cedido).

Foram apresentadas as seguintes sugestões:

a) Que seja criado no Secretariado Técnico da Presidência do Concelho uma equipa de apoio técnico a projectos de desenvolvimento comunitário;

b) Que da equipa acima referida façam parte representantes qualificados das seguintes entidades:

- Secretariado Técnico da Presidência da República
- Banco de Fomento Nacional
- Direcção Geral dos Serviços Agrícolas
- DGA
- Direcção Geral dos Serviços Industriais
- Direcção Geral de Saúde
- Direcção Geral dos Serviços de Urbanização
- Gabinete de Estudos e Serviço de Planeamento de Acção Educativa
- Habitações Económicas - Federação das Caixas de Previdência
- Instituto Nacional de Investigação Industrial
- Junta Central das Casas do Povo
- Junta de Colonização Interna

c) Que a equipa acima referida desempenhe as seguintes funções:

- Estudo da viabilidade e oportunidade de acções de desenvolvimento comunitário;

- Apoio técnico a projectos em curso;
- Coordenação interserviços de acções a realizar nos vários sectores;
- Avaliação dos resultados dos projectos;
- Aprofundamento e difusão das técnicas do desenvolvimento comunitário.

(elementos retirados duma avaliação/síntese sobre a acção da EEEDC no âmbito dos objectivos a que se propunham, Janeiro de 1963 - doc. fotocopiado)

(33) Dec. Lei 49 194 de 19/8/1969, art.1º- 1.

(34) Dec. Lei 397/70 de 8 de Agosto, art.1º.

(35) IMPERATORI (Maria Justina), "Desenvolvimento Local - Caminho possível para a criação de um outro tipo de sociedade", Lisboa, Abril de 1984 (documento cedido).

(36) MIRANDA (Jorge), "Aspectos Institucionais da Promoção Social Comunitária", Informação Social, Lisboa (18), Abril/Junho de 1970.

(37) IMPERATORI (Maria Justina), "Desenvolvimento Local - Caminho possível para a criação de um outro tipo de sociedade", Lisboa, Abril de 1984 (documento cedido).

(38) MINTZBERG (Henry), Structure & Dynamique des Organizations, Les Éditions d'Organizations, Paris, 1982, p. 77.

(39) SILVA (Manuela), "O Gabinete de Estudos Sociais, seus Objectivos", Encontro dos Superiores e Maiores das Ordens e Congregações Religiosas com Actividades de Saúde e Assistência, Lisboa, Fevereiro de 1966, p.308.

(40) Maria Justina IMPERATORI, entrevista n° 1.

(41) "O Auto Inquérito", EEEDC (documento cedido).

(42) Isabel EVANGELISTA, entrevista n°5.

(43) Graciete FERREIRA, entrevista n°2.

(44) IMPERATORI (Maria Justina), "Educação de Base num Processo de Desenvolvimento Comunitário", comunicação apresentada num seminário sobre 'Desenvolvimento Comunitário', levado a efeito pela EEEDC, Viseu, 1965.

(45) idem.

(46) IMPERATORI (Maria Justina), "'Centros de Interesse', um método ao serviço da Educação Social", IAF, Lisboa, 1969 (documento cedido).

(47) Despacho de 16/8/1968, IAF/Promoção (documento cedido).

(48) - DGA, GES, "Techniques d'Animation de Base en vue du Développement Socio-Economique", Résumé de la 4^{ème} séance du Séminaire, "L'Action de l'Animation sur les Structures" de Mr. R.Collin, 1966 (relatórios cedidos).

5. Os Actores da Assistência Social: 1965/1971

5.1. O seu Testemunho: documentos essenciais.

"The merit of oral history is not that it entails this or that political stance, but that it leads historians to an awareness that their activity is inevitably pursued within a social context and with political implications"(1).

A partir de 1965, e tal como vem sendo dito ao longo do trabalho, elaborou-se em Portugal uma concepção totalmente nova da Assistência e das suas funções. Pretendia-se que, de intervenção paliativa e caritativa, esta fosse progressivamente cedendo lugar à promoção do desenvolvimento comunitário. Tal transformação radical do funcionamento da Assistência assentava a sua legitimidade numa nova concepção de desenvolvimento: um desenvolvimento coordenado intersectorialmente, ligado a uma política económico-social nacional, onde tivessem lugar sinergias, conflitos e participação, elementos fundamentais para que fosse ~~posto em marcha um desenvolvimento promocional.~~

As progressões nesta data a nível dos Planos de Fomento, traduziam já motivações de novas formas de actuação política em prol do desenvolvimento social. Paralelamente, os movimentos internacionais de promoção do desenvolvimento social comunitário pressionavam também a que, na década de 60, a Assistência se actualizasse. No entanto, a sua concretização, dado todo o ambiente político português, de repressão, deveu-se, essencialmente, à vontade, motivação, preocupações e postura dos especialistas que tomaram a dianteira do processo. Quando em 1965 Neto de Carvalho propõe a Manuela Silva a responsabilidade de formar e dirigir um Gabinete de Estudos Sociais (GES), a nível da Direcção Geral de Assistência, é-lhe colocada, por esta, uma contra-proposta: criar o gabinete e lançar uma estratégia de intervenção no domínio do Desenvolvimento Comunitário.

Abrindo as portas a experiências, cujas directivas de ordem económica se pretendia que avançassem paralelamente ao desenvolvimento social, o então ministro da Saúde e Assistência, permitiu que especialistas em diferentes matérias - economistas, engenheiros agrónomos, médicos, assistentes sociais, arquitectos - entrassem no seio político, dando-lhes poder de decisão e intervenção.

Foi, então, criada uma estrutura orgânica no IAF, através dum despacho ministerial, de 25/09/1965, que deu corpo, como atrás referimos, aos serviços de Promoção Social Comunitária e de Cooperação Familiar. Estes serviços funcionaram em regime de instalação e vieram a ser extintos em 1971, sem qualquer despacho legal.

A nível da Assistência Social, as experiências dos anos 60 tenderam precisamente a demonstrar ligação entre a esfera política e o empenho de certos

Até que ponto poderemos nós utilizar os actuais testemunhos para caracterizar um período passado, os actores nele intervenientes e a forma como agiram? Recorrendo a Ferraroti, *le problème consiste en la construction d'une nouvelle historicité plus large et plus riche qui ne soit pas purement diachronique et e pur sommet; mais parallèlement, le problème est aussi la non deshistorisation des phénomènes humains* (3). Tendo em conta que partimos, precisamente, duma análise macro e assente na malha social e institucional onde os actores da Política da Assistência Social desempenharam o seu papel, as suas proposições virão agora fundamentar e retratar a forma como foram vividas situações de facto.

- Os Actores Políticos em presença

"Le langage adopté par chacun de ceux qui accepte de parler de leurs pratiques économiques d'un point de vue éthique ne sera pas nécessairement le même. Cela tient à la double diversité des expériences vécues et des positions religieuses, philosophiques et culturelles qui ont façonné les personnes"(4)

Lançados que foram os elementos que consideramos úteis para descobrir o universo onde estavam inseridos os actores políticos da Assistência nos anos 60, trata-se agora de acordar a nossa imaginação para verificar a hipótese de pesquisa a que nos propusemos e de enriquecer toda a informação até agora conseguida.

Neste sentido, e sem aprofundarmos demasiado o terreno complexo das competências formais de cada instância política, tentamos no quadro 5.1 sintetizar algumas definições retiradas dos diplomas legais, no sentido de fazer emergir os elementos conceptuais subjacentes. Construído em paralelo o quadro 5.2, onde se pretenderam identificar os principais actores, fica lançado o debate que constitui a fase crucial da nossa pesquisa - os Actores da Assistência Social entre 1965 e 1971. Debate que pretende clarificar: quem foram, onde residiram as suas aquisições mais importantes, qual o conteúdo da sua forma de actuação!

Em 1965...a DGA era um núcleo administrativo que tinha vários institutos técnicos: o da Assistência a Menores, o da Assistência à Família, o Maternal, o Instituto Nacional de Assistência aos Tuberculosos, o de Assistência aos Inválidos e o de Assistência aos Leprosos...os institutos despachavam directamente com o Ministro...e tinham sobretudo falta de quadros técnicos...

O IAF ficou com o sector da PSC, da CF ...e com o resto ...aqueles subsídios que se davam, procurando arranjar-se critérios ...mas era sempre a "sobra" (5).

Este registo de Armando Carvalho da Fonseca (então Director Geral da Assistência), despertou-nos para a escolha dos elementos a entrevistar. Isto porque, se houve sectores completamente novos na então Direcção Geral, eles coexistiram com os tradicionais. Os primeiros acabaram em 1971 por ser extintos e os outros,

grupos sociais. Uma vez responsabilizados pela elaboração de uma nova política, exerceram um verdadeiro poder de criação e escolha cuja interpretação analítica ultrapassa o simples estudo do contexto histórico e institucional.

5.1.1 - Questões Metodológicas

"Or la biographie devenant un instrument sociologique semble promettre cette médiation de l'acte à la structure, d'une histoire individuelle à l'histoire sociale. Elle semble impliquer la construction d'un système de relations et la possibilité d'une théorie non formelle, historique et concrète de l'action sociale."(2)

Ao analisar esta questão deparamo-nos com as diversas perspectivas em que a mesma pode ser abordada. Optamos pelo recurso à entrevista que, sendo embora uma metodologia algo controversa, pareceu revestir uma particularidade: deu vida à própria pesquisa.

Para além de proporcionarem a caracterização do momento histórico, os entrevistados, ~~porque participantes activos na época e na matéria em análise, foram~~ fontes de informação por excelência e trouxeram a riqueza do detalhe.

Foi assim seleccionado um grupo de actores, cuja escolha justificaremos de seguida, em que o elemento comum é terem intervindo na Assistência Social entre 1965 e 1971, de uma forma directa ou indirecta.

A abordagem pelos próprios de práticas vividas, para além de vir completar a informação escrita recolhida em documentos à época datados, desperta a imaginação do investigador que, ao apreender a percepção que os actores têm da situação e das suas possibilidades de intervenção nas lógicas institucionais e políticas em que estiveram inseridos, mais exigência sente na precisão do sentido das suas atitudes. Por outro lado, obriga-se a fazer cumprir o respeito que é devido a cada um que consigo colaborou e a traduzir cada discurso sem lhe alterar o conteúdo: aqui reside a principal dificuldade.

Este tipo de pesquisa sociológica, através de materiais bibliográficos primários, ao ter integrada a participação do investigador, tem elementos específicos que interessa referir, já que terão que estar presentes no momento da avaliação determinados factos:

- 1 - O entrevistador com maior ou menor subtileza acaba por influenciar e encaminhar um determinado discurso;
- 2 - A maior parte das noções ou detalhes qualitativos não se podem tipificar, são personalizados;
- 3 - A reflexão sobre os elementos recolhidos acaba por recriar um outro personagem, segundo o objectivo pretendido.

Quadro 5.1 Direcção Geral de Assistência (DGA): Aspectos da sua evolução - Competências Legais

	Decreto Lei 35 108 de 7/11/1945	Decreto Lei 413 de 27/09/1971
DGA/DGAS(1)	<p>Fomentar e coordenar a acção das instituições de assistência ... Proceder a estudos ou inquéritos destinados ao conhecimento das necessidades e promover planos que visem a sua satisfação ... coordenar e tutelar os organismos de assistência particulares e oficiais ... administrar dotações orçamentais ... orientar a formação técnica do pessoal ... Su-perintender na publicação do Boletim da Assistência Social.</p>	<p>Coordenar todos os serviços de desenvolvimento comunitário e promoção social ... Promover, dirigir, fiscalizar a execução de actividades da assistência ... Promover a valorização da família ... assegurar a tutela social dos assistidos ... Tutela administrativa das instituições particulares de assistência.</p>
IAF/IFAS(1)	<p>Coordenar a acção das instituições... na defesa da família ... Exercer acção educativa junto da família ... actuar no sentido da melhoria das condições de habitação ...</p>	<p>Elaborar programas de acção no domínio da prom.soc. executar os trabalhos de prospecção social ... coord. acção e instituições ... proceder à avaliação social dos projectos de desenvolvimento ... promover a integração de grupos vulneráveis a vida da comunidade</p>
Serviço Social	<p>... assistir aos beneficiários da assistência por ele dispensada e respectivas famílias e proceder aos inquéritos que lhe foram determinados (D.L.40974 de 11/01/1957)</p>	
GES (1965/1970)	<p>(2) Função de investigação aplicada no domínio de problemas com interesse para a função e definição da política a seguir pela DGA e institutos dela dependentes...</p>	
SPSC(1965/1970)	<p>(2) Fomentar o desenvolvimento das comunidades, tendo em conta a situação inicial e estruturando medidas concretas e apropriadas à potencialização dos recursos existentes ...</p>	
SCF (1965/1970)	<p>(2) Exercer uma acção social e educativa que preserve e fortaleça a estabilidade das famílias para que possam desempenhar, de forma equilibrada, as suas diversas funções e papéis... colaborar com os serviços que desenvolvam programas com finalidades semelhantes.</p>	<p>fortaleça a estabilidade das suas diversas</p>
CPP/CFAP (1)	<p>(2) Preparação do pessoal dos serviços e estabelecimentos oficiais e particulares</p>	

(1) - A partir de 1971(Dec.Lei 413 de 27/09/1971); (2) - Definidos por despacho ministerial de Agosto de 1965

Quadro 5.2 IAF : Alguns Aspectos da sua Evolução

Estrutura Orgânica	Actores / Formação
<p><u>1945/1963</u></p> <p>Serviços Centrais</p> <p>Delegações Distritais</p> <p>Secções Concelhias</p>	<p>Directores do IAF</p> <p>- 1945 - Tenente Assis Gonçalves</p> <p>- 1958 - Romano e Castro/ Histórico-Filosóficas</p> <p>Chefe de Serviço Social</p> <p>- Maria Helena C. Botelho/A.Social</p> <p>Directores da DGA</p> <p>- Guilherme Possolo e Agostinho J. Pires/ Direito</p>
<p><u>1965</u></p> <p>IAM</p> <p>IAI</p> <p>INAT</p> <p>IAT</p>	<p>Secretário de Estado</p> <p>- Martins de Carvalho/Direito</p> <p>Director Geral da Assistência</p> <p>- Carvalho da Fonseca/Direito</p> <p>Director do IAF</p>
<p>IAF :</p> <p>SPSC</p> <p>SCF</p> <p>DGA :</p> <p>CPP</p> <p>GES</p>	<p>- Peixoto do Amaral/ Histórico-Filos.</p> <p>Chefe da PSC</p> <p>- Manuela Silva/ Economista (até 1969)</p> <p>Chefe da CF</p> <p>- Nasciolinda Gois/ Assistente Social</p> <p>Directores do CPP</p> <p>- Isabel Athayde/ Assistente Social</p> <p>- Joana Veloso/ Matemática (1969/71)</p> <p>Director do GES</p> <p>- Manuela Silva/ Economista</p>
<p><u>1971</u></p> <p>IFAS:</p> <p><u>Serviços Centrais</u></p> <p>CFAP</p> <p>Centro de Obser. e Orient. Médico Pedagógica</p> <p>Serviço de Acção Familiar e Social</p> <p>. Div. de Acolhim. e inf.</p> <p>. Div. de Prom. do Bem Estar Familiar e Social</p> <p>Serviço de Protecção à Infância e Juventude</p> <p>Serviço de Reabilitação...</p> <p><u>Serviços Distritais de Acção Directa - SADs</u></p>	<p>Sub-Secretário de Estado</p> <p>- Teresa Lobo/vinda dum banco</p> <p>Director do IFAS</p> <p>- Peixoto do Amaral/ Direito</p> <p>Director dos Serviços de Promoção</p> <p>- Fernando Maia/ Ciências S.e Pol. (de 1969 a 1971, data a partir da qual passa para Director do Gab.de Estudos e Planeamento)</p> <p>Director Geral da Assistência Social</p> <p>- Raquel Ribeiro/ Assistente Social</p>

melhor dizendo, a sua metodologia de intervenção manteve-se. Procurou-se assim contactar os intervenientes dos vários sectores para perceber porquê.

Porque houve aspectos de facto salientes, em termos duma nova prática e conceptualização da Assistência Social, que se traduziram na criação de novos serviços, já atrás referidos (cap. 4.), pensou-se numa primeira fase entrevistar somente aqueles que tiveram responsabilidades na sua criação e desenvolvimento. Aconteceu, no entanto, que, qual bola de neve, estes contactos sugeriram a recolha de testemunhos de outros cuja prática profissional influenciou também na Assistência Social, à data, quer directamente nos novos serviços, quer noutros, pelo que nos poderiam dar o contributo da sua interpretação e percepção dos acontecimentos.

Tratou-se de "pôr à mesa" Neto de Carvalho, Carvalho da Fonseca, Manuela Silva, Nasciolinda Goes, Isabel Athayde Flora, Fernando Maia, Raquel Ribeiro, Pedro Loff, Maria Justina Imperatori, Graciete Ferreira, Isabel Evangelista, Manuel Garrido, Teresa Abrantes, Maria José Viana, Maria Júlia Botelho e Francisco Pererira de Moura.

Pedro Loff foi director do IFAS em 1976, não pertencendo propriamente à Assistência no período em análise, enquanto professor do ISSSL foi nela influente. É o próprio que nos refere que, quando leccionou *sempre ficou ligado à parte de Estatística, Técnicas de Investigação e Direito do Trabalho, porque...notava-se que as pessoas tinham um curso essencialmente virado para a prática*. Aliás, a entrada no IFAS em 1976 foi para Pedro Loff um momento interessante, já que *era um local privilegiado de estágios de Serviço Social* (6).

Maria Justina Imperatori foi responsável pelo sector da Educação Social no SPSC, Graciete Ferreira, coordenadora dos projectos de PSC na zona Centro e Isabel Evangelista trabalhou também na PSC, a nível local, na Madeira.

O arquitecto Manuel Martins Garrido foi responsável pelo sector dos Idosos e Inválidos no IAI (Instituto de Assistência a Inválidos). Tendo integrado em 1961 as *Brigadas Técnicas de Obras (BTO) então criadas pelo Ministério da Saúde e Assistência ...em 1965/69 ...desenvolve uma intensa e diversificada actividade no que respeita à criação de equipamentos sociais...* Mais tarde, *no IFAS as BTOs começaram a funcionar como serviço de apoio directo aos SADs e de programação de equipamentos em colaboração com os técnicos das especialidades* (7). Manuel Garrido foi, portanto, um técnico que percorreu momentos que antecederam, presenciaram e sucederam o período em análise.

Teresa Abrantes, assistente social, na época a trabalhar em bairros sociais e na DGA em 1969/73, na Formação de Pessoal. Na altura em que trabalhou nos Bairros Sociais teve ligação *essencialmente com a SCML, que era a entidade que fazia (e faz) a Acção Social na zona de Lisboa... na altura houve inclusivé uma*

montagem de serviços... porque até aí as acções eram muito pontuais... Trabalhou imenso com a agricultura, os Serviços de Extensão Rural... (8).

Maria José Viana foi Chefe de Serviço Social dos Hospitais até 1966, em 1966/67 esteve a dirigir um Centro Social que cobria a área do Bairro Alto à Mouraria. De 1967 a 1972 trabalhou na Junta Central da Casa dos Pescadores. Em 1972/73 foi Delegada da DGAS da zona Norte.

Maria Júlia Botelho desde 1955 teve funções de coordenação no IAF, tendo sido durante muitos anos delegada distrital. Esteve afastada desse Instituto precisamente entre 1966 e 1969, época áurea da PSC, pelo que teve oportunidade de presenciar o seu início e sobretudo, no final, a reintegração das técnicas vindas da Promoção: *... entraram como pessoas com um tratamento de privilégio, tinham carro para se deslocar, tinham mais 'pulso livre', não tinham tanta sujeição... (9).* Paralelamente testemunhou o retomar, sem choques, duma certa forma de conceber a Assistência Social, totalmente alheia a todo o percurso inovador que tinha sido conseguido. Estas últimas trabalharam portanto no IAF, serviço então considerado tradicional, ~~por funcionar ao arrefecimento das técnicas inovadoras em ebulição.~~ Foi contudo extremamente rico o seu testemunho, não só em termos da prática profissional, mas para a própria história do Serviço Social, e enquanto tal da Assistência Social em Portugal.

Francisco Pereira de Moura, embora nunca tivesse ocupado um lugar expresso e formal a nível da Assistência constituiu um elemento estratégico na alavanca que desencadeou a génese de todo o processo de Desenvolvimento Comunitário, através da Associação Industrial (como foi já referido). Para além disso teve responsabilidades quer em termos de Serviço Social - leccionou no ISSL até 1974 - quer a nível da economia onde é professor (ISEG) desde 1950. Referindo-se a um professor americano que dizia que *o ensino da economia no 1º ano é a coisa mais importante que um economista pode fazer para influir na sociedade (10)*, Francisco Moura veio, em nossa opinião, tocar num ponto chave, já que consideramos que um elemento fundamental em 1965/71 foi a intervenção da economia, com o seu espírito crítico, a sua preocupação com o Planeamento e a busca de critérios de avaliação para as diversas intervenções sociais. Parafraseando Manuela Silva, que vem, de certa forma, complementar a ideia, muito embora na altura os cursos tivessem ainda uma menor componente social do que o que hoje acontece, a formação em economia, de alguns dos actores da Assistência, foi um instrumento valioso, enquanto ciência que *permite compreender os mecanismos económicos de produção e de correcção das injustiças sociais (11)* e agir sobre eles.

Ao "chocar" com o praticismo do Serviço Social, essencialmente incidente sobre a patologia social, a economia procurou impor-se introduzindo uma metodologia científica de intervenção

5.2. Avaliação das entrevistas

Par-delà la mesure des variables ou l'étude de l'organisation formelle d'une institution, il fallait parvenir à la compréhension des attitudes et des valeurs individuelles, et de la manière dont chaque individu traduit dans son expérience concrète les logiques institutionnelles auxquelles il est soumis (12).

Na nossa investigação pretendeu-se com as entrevistas o conhecimento da formação dos entrevistados, assim como outros vectores que tivessem influenciado a sua atitude, enquanto actores da Assistência Social. Assim, tendo presente todo o contexto social, político e intelectual descrito e os elementos que consideramos úteis recolher, tentamos estruturar um guião (Anexo IV) com a lista dos temas a tratar. Porque fizemos grande apelo à flexibilidade das respostas (até porque a variedade dos protagonistas a isso obrigava), tal exigiu o uso de um gravador, no sentido de sermos fiéis ao que foi sendo transmitido (só três das entrevistas não foram gravadas). Depois de transcritas foram, na sua maioria, remetidas a cada um para que corrigisse ideias porventura enviesadas, ou que necessitassem de algum esclarecimento.

A leitura dos textos recolhidos foi feita em três fases: na primeira tentou-se sistematizar - quem foram, qual a sua formação, escolas onde porventura foram vectores influentes nas matérias leccionadas (e enquanto tal, na forma como as mesmas foram apreendidas), o período em que estiveram ligados à Assistência Social e o tipo de vínculo (quadro 5.3); na segunda fase tentou-se já reunir uma série de elementos ligados à sua forma de intervir, no sentido de fazer emergir um certo confronto entre os acontecimentos e a realidade política, social e institucional que os incorporou; por fim tentaram organizar-se os elementos recolhidos numa forma coerente, colocando-os em confronto com a hipótese de partida.

...De alguna manera, el método científico debe avanzar buscando uniformidades en los procesos que estudia y reduciendo la compleja realidad en modelos manejables en el camino investigador (13).

Importa referir que a utilização do método da entrevista foi, em nosso entender, positivo. Não só pelos factos em si, nela relatados, mas pelo entusiasmo com que cada um falou da sua experiência. A recolha das várias perspectivas profissionais trouxe uma vez mais a lume a riqueza e a importância da

Quadro 5.3

Primeira Caracterização dos Actores Entrevistados

Actores da Assist. Social	Formação						Período (1)	Vínculo		Escolas em que leccionaram		
	Direito	Econom	Srv Soc	Ciên Soc	Arquit	Histór		Chefia	Técnico	Econom	Srv Soc	Arquit
Neto de Carvalho	*						1963/69	*			*	
Carvalho Fonseca		*					1965/71	*				
Manuela Silva		*					1965/71	*		*	*	
Masciolinda Gois			*				1965...	*	*		*	
Isabel A. Flora			*				1965/69	*			*	
Fernando Maia				*			1969...	*				
Raquel Ribeiro			*				1949/88	*	*			
Pedro Loff	*						1977/80	*			*	
M ^{te} Justina Imperat						*	1968/71		*			
Graciete Ferreira			*				1966...		*		*	
Isabel Evangelista			*				1967/71		*			*
Manuel Garrido					*		1961...		*			*
Teresa Abrantes			*				1969...		*		*	
M ^{te} José Viana			*				1972/74	*			*	
M ^{te} Julia Botelho			*				1963/93	*	*			
Francisco Moura		*					---	---	---	*	*	*

(1) Período em que estiveram na Assistência Social

interdisciplinaridade, ao pôr a descoberto a tomada de posição de cada um e a forma como participou no momento em análise.

Ao longo das entrevistas tentaram explorar-se as prioridades que cada um colocou na sua intervenção e o seu confronto com as normas políticas e institucionais vigentes. Apesar do fluxo de temas que as mesmas alcançaram e que acabaram por dificultar toda a análise, conseguimos fazer emergir conceitos de Assistência, por vezes subentendidos, algumas noções do que foi a intervenção e uma certa leitura crítica da situação.

Chaque récit d'un acte ou d'une vie est à son tour un acte, la totalisation synthétique d'expériences vécues et d'une interaction sociale ... c'est une action sociale à travers laquelle un individu retotalise synthétiquement sa vie... (14)

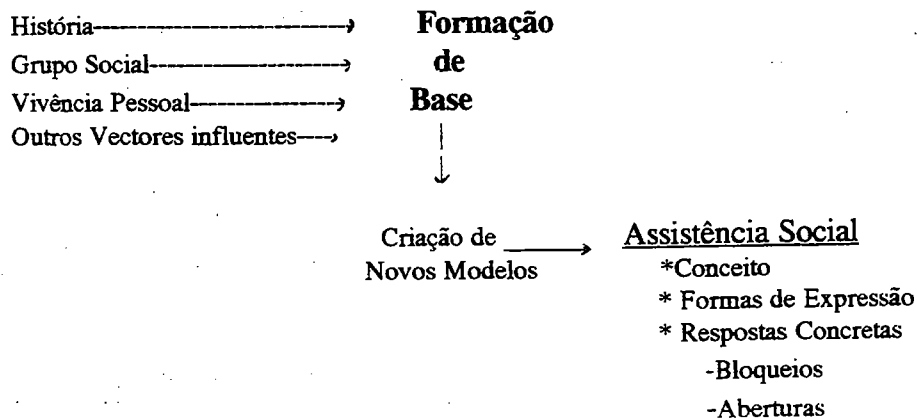
- Modelo de análise

Coloca-se agora o problema da elaboração do modelo de análise que responda à hipótese desde o início lançada e à forma como os seus interlocutores a puseram em evidência.

Se é ponto assente que a época histórica em que cada um fez a sua formação influenciou a prática profissional, através dos valores que lhe foram transmitidos pela escola e pela sociedade, o certo é que se viveu também uma época de grande afirmação em termos das ciências utilizadas na análise do social. Tanto assim, que tal foi posto em evidência por todos. A formação demonstrou ser uma variável em torno da qual giraram uma série de vectores que determinaram a sua identidade própria e fizeram nascer novos modelos de intervenção (gráfico IV).

Gráfico V

Quadro Analítico - I



Chegados a este ponto da pesquisa, tratou-se de descobrir o sentido e a forma como foi na prática afirmada esta relação de dependência, o que traz consigo mais a inferência de intervenções sociais concretas, do que o estudo genérico de um determinado tipo de intervenção.

Ao efectuar a leitura das transcrições tentou-se fundamentalmente apreender a experiência de cada um, no sentido de lhe dar uma nova dimensão e tornar possível a sua interpretação objectiva. Assim, e na sequência desta, tentaremos desenhar um certo trajecto/análise das várias entrevistas.

No final dos anos 50 e nos anos 60, e de acordo com a abordagem histórica elaborada nos primeiros capítulos do trabalho, vivia-se em Portugal um período de crescimento económico que coexistiu com uma política extremamente rígida, com um poder executivo forte, um corporativismo vertical e uma repressão institucionalizada. Apesar de na altura nenhuma palavra se poder insurgir contra o regime, movimentos de oposição encontram respostas favoráveis junto dos vários sectores e passam a desenvolver uma contestação política teórica e prática.

Neste contexto, as escolas, enquanto actores com uma dinâmica específica, participaram de uma maneira complexa e activa em todos os momentos e foram conseguindo, apesar de todas as condicionantes e do desgaste a que foram submetidas, partilhar de todo um fluxo de ideias e concepções teóricas vindas do exterior, informando currículos e técnicas de intervenção.

A nível intelectual é a época em que as várias ciências sociais se coordenam e aproveitam do seu saber para partir para uma nova óptica de fazer Política Social (em referência no ponto 2.2).

Todo este desabrochar de inovação convivia a nível da Assistência Social com formas de intervir variadas, segundo a data de formação dos técnicos e a sua forma de estar na vida que, por se afirmarem diferentemente, não colocaram por isso menos exigência na sua actuação. Todos aqueles com quem contactamos expressaram preocupações com o rigor metodológico da intervenção e a busca de apoios nesse sentido. Aliás, feita através do quadro 5.3 uma primeira caracterização dos actores e os vectores através dos quais influenciaram a época - não só através dos serviços de Assistência, mas das próprias escolas (63% leccionaram) - este facto leva-nos a depreender que existiu um posicionamento crítico constante à metodologia de intervenção social.

Outro aspecto importante a relevar é o facto de as pessoas poderem, à data, escolher o seu trajecto profissional, o que levava a que a filosofia de vida de cada um se transpusesse na sua didáctica quotidiana: *os aspectos materiais não eram, de facto, os que mais contavam* (15).

A Assistência Social ligada ao aparelho de Estado, comungando embora, através dos seus actores, de todos estes momentos, afirma-se significativamente através duma nova elite, capaz de liderar um processo inovador, assente numa forma de trabalhar exemplar que conseguiu sobrepor-se à rigidez e seguidismo políticos. Dizíamos exemplar porque científica, levando à definição de uma concepção de intervenção no social que ainda hoje faz parte de discussões ao nível da Acção Social. Assim, passamos a destacar quatro pontos que consideramos terem sido essenciais e responsáveis pela projecção que este período teve até hoje:

1 - Apoiava-se em trabalhos de pesquisa científica.

O GES era responsável ... nos períodos apropriados, pela elaboração dos Planos de Fomento, no capítulo respectivo. Isso levou a um aperfeiçoamento grande a nível da própria gestão, nomeadamente na elaboração de Indicadores de controlo de execução dos Planos, do reconhecimento das necessidades, o diagnóstico das situações... (16)

2 - Pôs em prática uma intervenção planeada e programada.

Procurávamos conhecer bem o PIF, discutindo com os responsáveis. As nossas actividades eram desenvolvidas de acordo com o Plano (17).

Quando se iniciava o estudo de qualquer equipamento é porque se previa que houvesse financiamento para a obra (18).

Do ponto de vista organizacional é de realçar: uma preocupação em planear a actividade do sector na sua interrelação com o contexto económico-cultural (19).

3 - A intervenção foi acompanhada de constantes momentos de formação e actualização de técnicas, aproveitando-se inclusive a colaboração de especialistas estrangeiros como G.N.N.Nunn, M. Pierre Vellas e R. Colin, entre outros. A vinda destes elementos era essencialmente promovida pelo GES. Era ainda fomentada a participação em reuniões de âmbito internacional e no contexto do Programa Europeu de Bem Estar Social.

As pessoas iam visitar, ver como funcionavam os serviços, colher novas técnicas, uma vez que os sectores estavam em evolução constante... (entr.20)

O Dr. Carvalho da Fonseca considerava a formação de tal maneira importante que uma das suas primeiras decisões foi criar um Centro de Formação de Pessoal para preparar os quadros e o restante pessoal para as tarefas que iriam desempenhar nos estabelecimentos... (entr.21)

4 - A avaliação era constante, levando ao cumprimento do rigor que a intervenção no social exige.

A formação era dada no início sob a forma de programas de integração, seminários de formação e, sobretudo uma prática de trabalho continuamente reflectida, sob a forma de relatórios e reuniões de coordenação regulares...

...havia uma grande confiança nas pessoas, mas também a certeza dum 'feedback'. Criavam-se instrumentos de avaliação bastante rigorosos... (22)

Todo este percurso nos levou a que no quadro 5.4 sistematizássemos detalhes relevantes e acções que sugeriram atenção. O quadro 5.5, pretendendo completar o anterior, aborda os bloqueios e as aberturas ou apoios que cada um sentiu enquanto responsável pelo seu projecto de intervenção.

A forma activa como se posicionaram, a atitude de corresponsabilização com todo o processo, proporcionou-nos tornar mais nítidos os fundamentos da nossa tese. O quadro analítico II sistematiza e visibiliza o trajecto de análise seguido.

5.2.1 Rigor Técnico / Participação

"L'acteur n'est pas celui qui agit conformément à la place qu'il occupe dans l'organisation sociale, mais celui qui modifie l'environnement matériel et surtout social dans lequel il est placé en transformant la division du travail, les modes de décision, les rapports de domination ou les orientations culturelles" (23)

Houve 'escolas' que se formaram a nível da Assistência Social. O facto de se ter procurado o rigor técnico, para dar respostas às necessidades do desenvolvimento, levou à criação de estruturas flexíveis, mas sólidas, comprometidas e geradoras de participação.

Neste sentido, a questão da participação merece ser trazida à discussão enquanto elemento que obrigou ao cumprimento de determinadas exigências para se tornar um facto. A participação como princípio fundamental, quer ao nível das comunidades, quer dos próprios serviços e entidades públicas ou privadas, criou uma malha de corresponsabilização destes na prossecução dos objectivos definidos; alterou padrões de vida, acelerou a promoção de recursos, latentes ou manifestos, e a criação de novas pistas de acção adequadas às necessidades específicas. De facto, o que aconteceu é que a participação activa dos actores sociais na vida pública evitou que se instalasse a dominação dum elite política sobre a população em geral e enfraqueceu a sobrevivência do regime totalitário. Multiplicaram-se as parcerias que acabaram por reforçar as suas posições e imprimir capacidade de acção; as comunidades, que foram objecto de intervenção, adquiriram uma capacidade de acção sobre si próprias tal, que se lançaram na construção da nova sociedade, tornando-se força viva de transformação. Por outro lado, este assumir de responsabilidades teve sucesso, porque apoiado por uma aprendizagem e uma prática experimentais que permitiram criar todo um clima de '*motivação para*'. Foi esta aliás a preocupação, por excelência, do SPSC, que acabou por engendrar progressos úteis, rápidos e visíveis, o que é difícil, mas motivador, em termos de

Quadro 5.4 Aspectos relevantes expressos pelos Actores, relativamente ao tipo de Intervenção

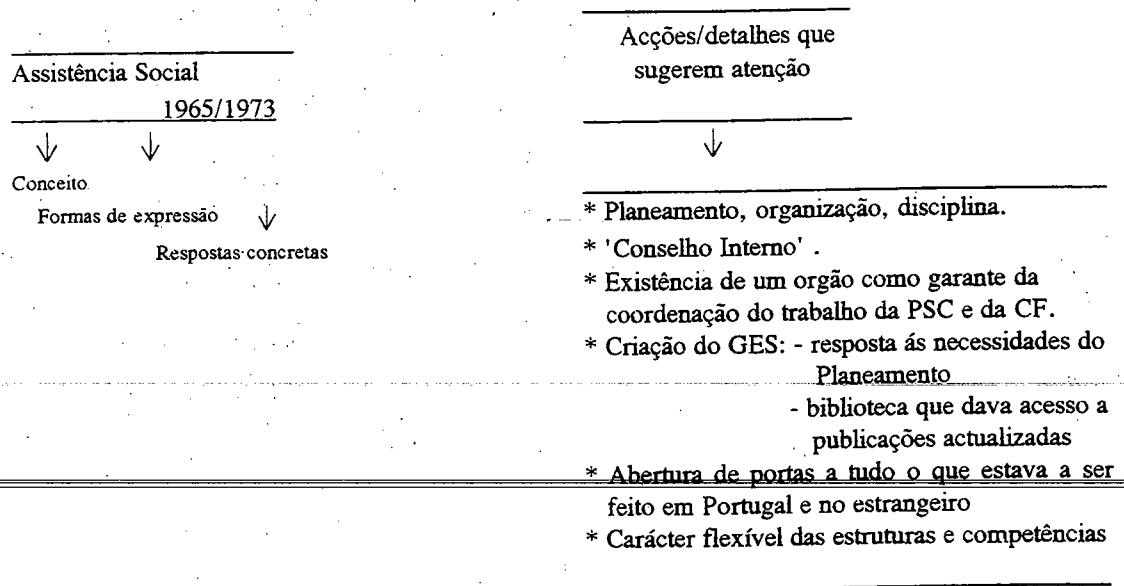
Como traduziram o 'porquê' do seu empenhamento e entusiasmo	Prioridades que colocaram na sua intervenção
<p><u>Neto de Carvalho</u> - Os princípios da solidariedade são muito exigentes em qualquer lugar devo dar o que posso.</p>	<p>Criar um GES: era preciso conhecer as famílias portuguesas; Construir hospitais, de acordo com as necessidades; Dar lugar a que o MSA fosse incluído nos P.F. Criar instituições necessárias para acolher crianças sudas mudas, privilegiando o regime ambulatório.</p>
<p><u>Carvalho da Fonseca</u> - Na época havia uma equipa a trabalhar que não estava agarrada a conceitos e ideias pré-concebidas.</p>	<p>Recuperação dos deficientes; Melhoramento do funcionamento das Instituições através da formação do seu pessoal, entre outros.</p>
<p><u>Manuela Silva</u> - A minha postura perante a vida e a convicção de que é possível trabalhar pela transformação das estruturas sociais no sentido duma sociedade mais justa e mais fraterna.</p>	<p>Dar lugar ao exercício de acções preventivas quer na Saúde, quer no Social O SPSC procurava, fundamentalmente, aproveitar os serviços que existiam para os colocar junto das populações e prepará-las para que os utilizassem bem.</p>
<p><u>Nasciolinda Gois</u> - O Director Geral confiava nos saberes específicos e capacidades das equipas técnicas</p>	<p>Planear as actividades do sector, na sua interrelação com o contexto económico-cultural; criar condições de garantia de qualidade da intervenção junto das famílias, grupos e instituições.</p>
<p><u>Isabel A. Flora</u> - Havia um Director Geral que estava empenhado e que era um homem extraordinariamente activo, respeitador e humano.</p>	<p>Preparar técnicos para as várias actividades nas instituições; ensiná-los a pensar os seus problemas.</p>
<p><u>Fernando Maia</u> - Foi uma época em que não se aceitou o conformismo da rotina.</p>	<p>O SPSC e o SCF marcaram precisamente a viragem do conceito de Assis-tência Pública para Assistência Social: criação de pólos de desenvolvimento local...de outras vivências...de outras formas de vida.</p>
<p><u>Mª Justina Imperatori</u> - O SPSC era inovador e nós tínhamos uma honra enorme nisso.</p>	<p><i>O papel do profissional...é levar os grupos ao aprofundamento da consciên-cia sobre cada situação, das suas capacidades/responsabilidades na mudan-ça e o de criar condições para a utilização, pelo grupo, dos instrumento s adequados para cada problema.</i></p>
<p><u>Graciete Ferreira</u> - Existia na DGA um clima de grande coerência entre os fundamentos/conceitos da Assistência Social e a experiência vivida nos próprios serviços; a participação era um vector da prática no trabalho do dia a dia.</p>	<p>A Assistência Social era perspectivada tendo em conta a realidade estrutural no seu espaço sócio económico, para aí intervir potenciando a dinâmica da evolução que qualquer espaço, constituído por indivíduos e grupos sempre contem no seu interior.</p>
<p><u>Isabel Evangelista</u> - Na altura pretendíamos mudar as coisas e ao preten-der mudar, cada um procurava o seu caminho.</p>	<p>Trabalhar com a comunidade no sentido de, com as pessoas, se identifica-rem os problemas, para que estas crescessem e fossem capazes de tomar nas mãos o seu próprio destino.</p>
<p><u>Manuel Garrido</u> - O Director Geral coloca à frente dos serviços gente nova, dinâmica e com uma enorme qualidade técnica</p>	<p>Prioridades ligadas à criação de equipamentos sociais: melhoria de saúde das crianças, apoio às mães trabalhadoras e aos seus filhos, criar estruturas capazes de apoiar condignamente os idosos.</p>
<p><u>Teresa Abrantes</u> - Os anos 60 foram uma época áurea em que toda uma geração começou a acordar e a tentar formas de luta contra o regime.</p>	<p>Nos bairros sociais tentávamos funcionar com todos os recursos existentes.</p>
<p><u>Mª José Viana</u> - O ter sido pioneira em Serviço Social foi entusiasmante pelo ritmo e empenhamento que gerou no trabalho, uma vez que era uma profissão que tinha que se afirmar</p>	<p><i>Fui para o ISSL para ser útil aos outros, para o contacto directo com os outros...era uma forma de projecção da minha vida, sobre a vida dos outros.</i></p>
<p><u>Mª Júlia Botelho</u> - Os dirigentes da Assistência Social foram quase sem-homens muito empenhados e sensíveis para as questões sociais.</p>	<p>A não cobertura, em termos de Previdência das situações de doença, inva-lidez e desemprego, levava a que fossem os serviços de Assistência a fazê-la</p>

Quadro 5.5 Formas de Trabalho, Bloqueios e Apoios sentidos ao nível da Intervenção pelos Actores

Formas de Trabalho	Bloqueios	Apoios
<p><u>Neto de Carvalho</u> - Foi essencial no período: Planeamento, Organização, Disciplina</p> <p><u>Carvalho da Fonseca</u> - Era essencial o contacto com organizações internacionais e a frequência de cursos. A nível interno, trabalhávamos com um Conselho Interno, onde toda a gente que estava a nível central participava.</p> <p><u>Manuela Silva</u> - Em termos de funcionamento dum serviço como o SPSC, foi necessário dispor de um órgão que garantisse a consciencialização e dinamização das populações, a formação dos quadros locais e a organização da comunidade para o desenvolvimento. O GES criou uma dinâmica para responder às necessidades do Planeamento. Havia reuniões mensais com todos os chefes de serviço.</p> <p><u>Nasciolinda Gois</u> - A DGA desenvolveu uma política de gestão dos recursos humanos, no sentido da sua valorização. Desenvolveu-se no serviço um sistema de registo do trabalho. Havia reuniões periódicas, encontros inter-equipas, reuniões periódicas de estudo e uma equipa de apoio a nível central.</p> <p><u>Isabel A. Flora</u> - Fazer formação sim, se as instituições o pedissem, ou abrissem as portas, mas nunca por imposição nossa</p>	<p>Um Ministério das Finanças onde não há dinheiro; Uma Assistência Social com um lugar de 2º plano; Falta de pessoas com preparação necessária para determinados cargos e com capacidade para funcionar e gerir.</p> <p>A partir de 1970: geraram-se desconfianças na forma como trabalhávamos.</p> <p>A Câmara de Loures, levou a fazer cessar a actividade da CF nesse Concelho.</p> <p>Em 1970 surgem decisões quanto ao não desenvolvimento de novos projectos e à não admissão de novas unidades de pessoal.</p> <p>Falta de estruturas físicas / Não garantia de recursos financeiros.</p>	<p>Havia muitos incentivos para que se aproveitasse das iniciativas, quer das NU, quer outras provenientes, que servissem de contributo à formação.</p> <p>Dado o Serviço ter sido criado com a intenção de introduzir novas formas de actuação, senti-se todo o apoio superior, manifestado no acompanhamento e avaliação feitos pelo próprio Director Geral.</p> <p>Havia muito a perspectiva de que as pessoas se promovessem para terem capacidade para trabalhar com os outros</p>
<p><u>Fernando Maia</u> - Aproveitando disponibilidades dos primeiros PF, partiu-se para o arranque daquilo que é hoje a rede de equipamentos sociais... o que se fazia era o resultado duma identificação de necessidades e de prioridades, depois de um trabalho feito com as próprias comunidades locais.</p>	<p>As novas metodologias de intervenção suscitaram desconfianças.</p>	
<p><u>Mª Justina Imperatori</u> - Na área da formação tentava-se abrir as portas para saber tudo o que estava a ser feito em Portugal e no Estrangeiro. O serviço organizou-se, para responder ao trabalho. Tudo era feito com sistemáticas acções de formação, com os considerados melhores especialistas nacionais e estrangeiros em cada área.</p> <p><u>Graciete Ferreira</u> - As estruturas integradoras das competências tinham um carácter flexível e moviam-se/transformavam-se de acordo com a evolução do trabalho que se ia desenvolvendo no terreno.</p> <p><u>Isabel Evangelista</u> - A DGA tinha a preocupação que as pessoas se dessem a conhecer, dissessem dos seus problemas, tivessem reuniões técnicas, etc.</p> <p><u>Manuel Garrido</u> - Trabalhávamos sempre com técnicos. Todo o trabalho resultava de uma enorme colaboração. Quando se iniciava um estudo para um equipamento é porque se previa que houvesse financiamento para a obra.</p>	<p>A situação política</p> <p>A partir de 1970 os serviços não tinham a confiança política do governo.</p> <p>As circunstâncias políticas.</p> <p>No Funchal o Serviço despertava muitas desconfianças.</p>	<p>A TV e a rádio colaboravam. Os apoios, organização, estruturas logísticas, apareciam naturalmente.</p> <p>Capacidade de dirigir do Director Geral. Criação de Estruturas de Participação interna. Clima de coerência entre fundamentos e conceitos de Assistência Social.</p> <p>Havia apoios na realização de projectos que, nitidamente tinham um carácter social. /CPP apoiou a formação dos técnicos que iam para as instituições.</p>
<p><u>Mª Teresa Abrantes</u> - Houve uma reflexão técnica entre os técnicos dos vários sectores, que foi importante, inclusivé pela participação que houve.</p> <p><u>Mª José Viana</u> - Tínhamos grande preocupação em humanizar as coisas. Ter a certeza que cada um era conhecido por si próprio.</p> <p><u>Mª Júlia Botelho</u> -</p>	<p>Carência de profissionais devido a certas profissões não se terem ainda desenvolvido</p> <p>As pessoas que trabalhavam connosco eram de variadíssima formação, mas havia muitas que tinham a 4ª classe, o liceu, o curso de visitadoras sanitárias.</p>	

Gráfico V

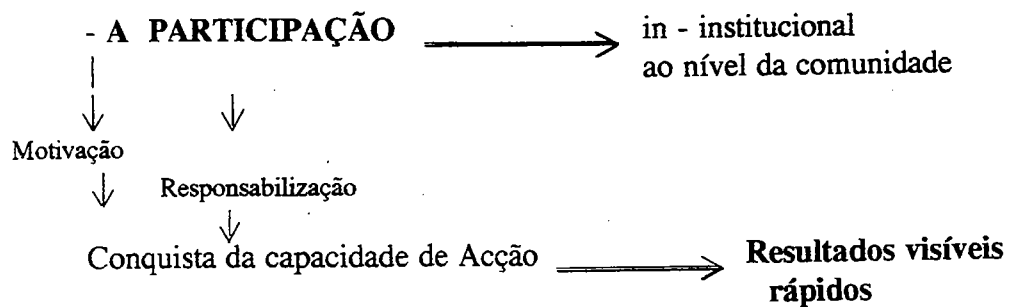
Quadro Analítico - II



↓

UMA FORMA PEDAGÓGICA DE TRABALHAR

- Utilização de trabalhos de pesquisa científica
- Utilização de técnicas e estratégias de intervenção ao serviço do desenvolvimento
- Período que cria estruturas:
 - * relativamente aos equipamentos sociais
 - * relativamente à investigação



Acção Social. Procuramos nos quadros 5.6, 5.7 e 5.8, transcrever elementos pertinentes e que melhor testemunham toda a forma de trabalhar tão ao arpejo da política que até então vigorava.

Uma outra questão pertinente prende-se com o facto do serviço social do IAF, nas delegações distritais, ter mantido o seu cariz tradicional. Este elemento é interessante, tanto mais que não foram referidos ao longo das entrevistas momentos de confronto entre aqueles que seguiam os serviços tradicionais e os que conseguiram liderar processos novos. Os primeiros eram caracterizados como mecanismos do poder político, pouco interventores: *cooperavam através do subsídio...em situações completamente deprimidas, como eram as das pessoas que viviam em casas - casebres - completamente miseráveis...* (24). Foram, no entanto, os que, precisamente porque legitimavam uma situação persistiram a partir de 1971. Aí o confronto surgiu e os novos serviços, ainda que bem estruturados não conseguiram resistir ao poder político. É bastante significativo o testemunho de Isabel Evangelista, então a trabalhar no Funchal: *...houve colegas que, 'recuperadas' pelos dirigentes, foram ao Funchal com um corpo de técnicos e fizeram um trabalho nitidamente 'kafkiano', porque, juntando as assistentes sociais todas, passaram o tempo a bombardear as colegas do SPSC: "porque tinham deixado de ser assistentes sociais para serem técnicas de PSC, portanto, tinham sido umas traidoras à profissão"* (25).

5.3. A Formação dos Actores em Debate

'A formação e experiência profissional dos actores, bem como a sua capacidade para partilhar dos paradigmas que dominaram as novas preocupações a nível da Política Social deram cariz às políticas que foram implementadas ao nível da Assistência Social'

Entre 1965 e 1971 a Assistência Social foi desenvolvendo uma nova identidade através de formas de trabalhar pedagógicas, como referimos, fundamentalmente através da intervenção de profissionais qualificados. Este percurso não foi, de todo em todo, feito de uma forma isolada, já que, fazer face aos problemas sociais emergentes da acentuação das assimetrias regionais, que incluem quer aspectos económicos e materiais, quer sociais, gerou a necessidade de criar novos esquemas de trabalho e implicou:

- A aplicação de novas técnicas de desenvolvimento;
- O estudo e actuação profunda sobre as necessidades de formação do pessoal;
- A habilitação de técnicos e populações no equacionamento dos problemas dos indivíduos ou das famílias dentro da solução própria de cada comunidade.

Quadro 5.6 DGA: Participação In-Institucional

... A capacidade de dirigir do Director Geral da Assistência, criativo, incentivador, organizador, democrático, criou estruturas de participação internas de que destaque o 'Conselho Interno'...

...a participação era, na realidade, um vector da prática no trabalho do dia a dia.

... A DGA, nesse período, foi uma instituição pedagógica de trabalho singular e inesquecível:

- provou-se ser possível libertar o potencial e empenhamento de centenas de técnicos:
 - * que se articulavam em equipas
 - * com objectivos claros e interiorizados
 - * com espaço para discussão de ideias, fundamentos e práticas

(Graciete Ferreira entrevista 2)

... Houve na altura a possibilidade de realizar um trabalho em equipa, com técnicos especializados e com o próprio Director Geral que acompanhava de perto todos os trabalhos... (M. Garrido ent.13)

Quadro 5.7 SCF: Uma Intervenção Pedagógica

- * Desenvolveu experiências de acordo com convicções e suportes científicos
- * Estruturou a sua actividade de modo a criar condições de garantia da qualidade de actuação
- * Possuía uma base/suporte para análise/avaliação em reuniões de equipa
- * Realizou encontros anuais inter-equipas
- * Realizou periodicamente reuniões de estudo
- * Reforçou o estudo através da participação em acções no exterior
- * A nível central tinha uma equipa com funções técnico normativas

Quadro 5.8 SPSC: Um Serviço que "Fez Escola"

Do ponto de vista da organização e funcionamento estou ainda a viver à custa do que aprendi na altura (não avancei, pelo contrário...); do ponto de vista dos princípios e filosofia tenho-os aprofundado e adaptado a cada realidade, mas são ainda exactamente os mesmos.

...criaram-se condições excepcionais na minha vida, que ultrapassaram o trabalho, pela exigência de consciência de cada passo, tendo marcado o rumo da minha carreira profissional posterior...

(Maria Justina Imperatori entrevista 1)

... Nós, enquanto SPSC, nas nossas acções de formação podíamos discutir experiências com gente esclarecida, nomeadamente do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, na altura do Planeamento ... sentíamos que a questão da economia era fundamental para que os projectos não ficassem bloqueados... (Isabel Evangelista, entrevista 5)

... A PSC e a CF formaram muita gente. Os técnicos que trabalhavam na PSC conseguiram um esquema mental dum certa análise sociológica, económica e de como fazer uma planificação e uma intervenção comunitária ao nível dum área...

... a PSC criou uma perspectiva interdisciplinar que, aliás, foi fundamental para o Serviço Social - o confronto com outros técnicos e outros profissionais - e deu uma abordagem global das situações... (Maria Teresa Abrantes, entrevista 8)

O Desenvolvimento foi neste contexto encarado como o objectivo principal a prosseguir, tendo-se iniciado toda uma programação caracterizada por uma reestruturação funcional dos serviços mais consentânea com os objectivos pretendidos.

A nível internacional as novas exigências colocadas ao desenvolvimento eram tema da actualidade, determinando uma interacção entre ciências sociais.

É neste cenário que poderemos clarificar o papel desempenhado pelos actores e a importância decorrente da sua formação.

A Economia ao tentar obter uma percepção alargada das formas de correcção das injustiças sociais proporcionou instrumentos de análise neste domínio para actuarem na prossecução dos interesses sentidos e transformou os seus princípios em objectivos sociais e políticos. Ao afirmar-se como ciência política obriga ao enquadramento devidamente planeado de estratégias de intervenção, que Keynes preconizara já e que estavam então em debate por toda a Europa. A procura de critérios interpretativos do desenvolvimento económico tornou-se imprescindível para a investigação em ciências sociais.

Essa preocupação a nível da Assistência Social consagrou-se por um esforço, único até à data na história da Política Social portuguesa, consubstanciou-se na criação duma rede de apoio, quer institucional, quer de reforço do serviço à comunidade e introduziu o espírito científico e crítico num espaço até aí dominado por intervenções arbitrárias. Desta feita, afigura-se-nos que a formação em economia do Director Geral da Assistência e da Chefe do SPSC foi, aliada a toda uma postura dinâmica perante a realidade social, responsável pela forma inovadora de estruturação dos serviços do IAF.

Paralelamente o Serviço Social vivia uma época de afirmação técnica e foi marcado neste período por um esforço de todos aqueles que internamente exigiam a redefinição dos seus objectivos. Foi a época da afirmação do Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade, enquanto técnicas de intervenção no social. As chamadas de atenção para os problemas inerentes à formação de pessoal de Serviço Social aos vários níveis provocaram quer o alargamento da sua conceptualização, quer uma maior exigência na forma dos técnicos equacionarem o problema dos indivíduos ou das famílias, integrada na solução própria de cada comunidade.

Acresce ainda referir que a nível internacional estas questões estavam na ordem do dia e havia uma continuada e constante preocupação do sector em se manter informado. O SCF e o CPP foram precisamente informados desta nova óptica de intervenção, através daqueles que os dirigiram.

A Assistência Social na época caracterizou-se pela identificação dos actores enquanto forças criadoras. Foi-nos dado perceber que o trabalho, tal como foi realizado, provocou uma dinâmica e uma forte cooperação, participação e consciencialização dos profissionais que souberam paralelamente aproveitar das iniciativas trazidas dos exterior e aplicá-las no sentido dum desenvolvimento global. Aproveitaram ainda a colaboração oportuna de outros profissionais (inseridos ou não em departamentos do Estado), o que se reflectiu positivamente no desempenho da acção.

5.3. 1971: Criação do Instituto da Família e Acção Social (IFAS)

"Ce sont les idées et non les intérêts constitués qui, tôt ou tard, sont dangereuses pour le bien comme pour le mal".(26)

"La Transformation suppose chez les membres de la société un changement de leur mobile d'action...(27).

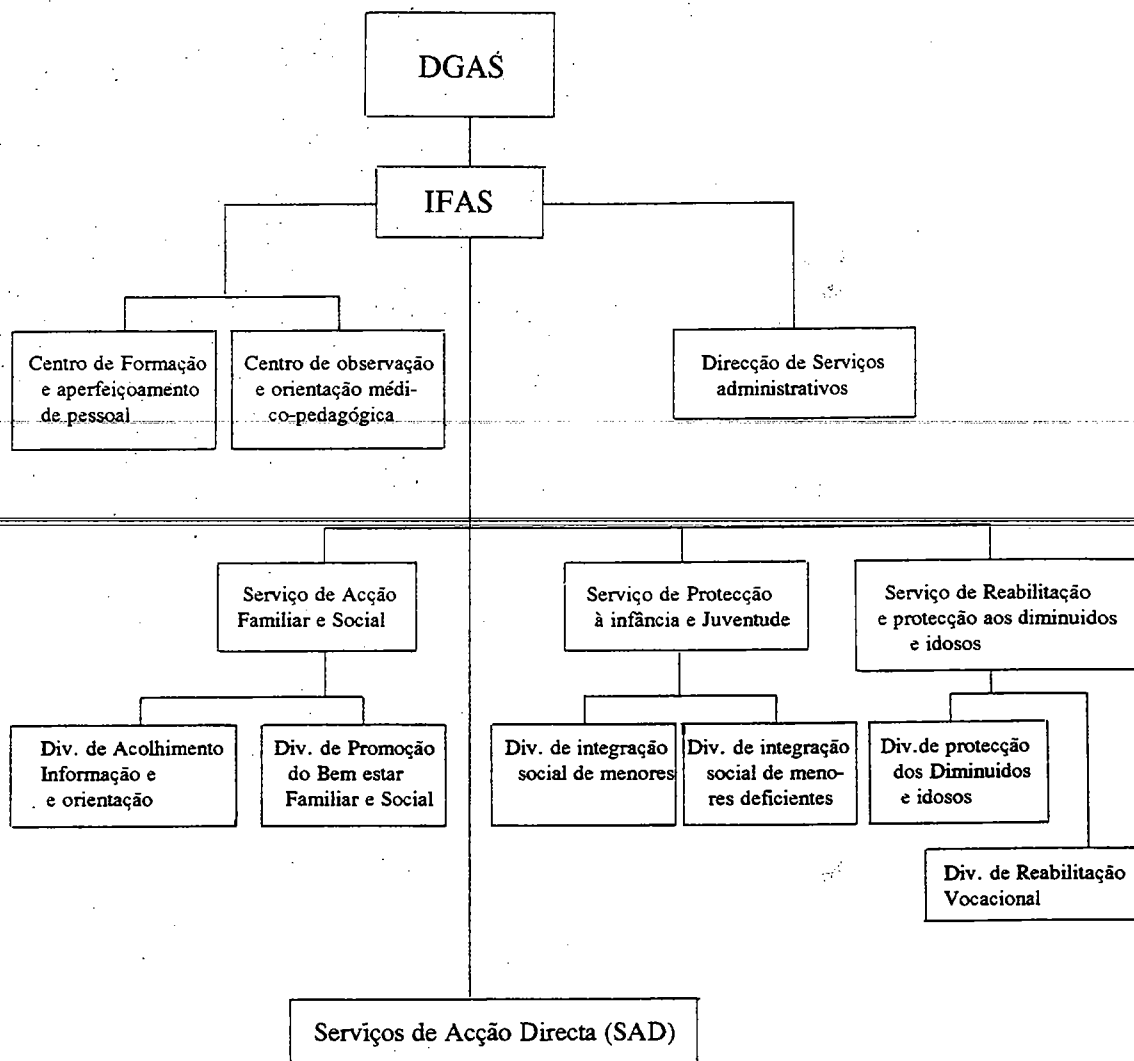
~~Por tudo o que até agora foi referido se verifica que em 1969 a PSC~~ atingia um alto grau de desenvolvimento. No entanto, a contradição existente entre este tipo de intervenção e a forma de actuação dos poderes públicos provoca certa inquietação política. A partir de 1971, com a reorganização do Ministério através do Dec.Lei 413 de 27/09/1971, pretendem perspectivar-se novas coordenadas para a Assistência Social, concordantes, digamos, com o projecto social da época. As suas intenções expressas no preâmbulo - *Atender à instante necessidade de intensificação e desenvolvimeto das actividades de Saúde Pública e de Promoção Social* - pretendiam privilegiar e regulamentar a forma de intervenção ao nível da *integração social da infância, juventude e população idosa ou diminuída ... e o incremento da promoção comunitária e social da população ...* (28).

Admitia-se que com a criação dos serviços de Acção Directa (SADs) no IFAS (gráfico VI) se criariam condições mais favoráveis às populações, na medida em que, junto destas, promoveriam a sua participação, um estudo constante e uma coordenação da acção das instituições de âmbito assistencial. No entanto, e ao arrepio de toda esta filosofia a intervenção no social muda o seu carácter e recuam todas as suas formas de acção.

A Promoção Social Comunitária acaba abruptamente, porque a par de toda a repressão exercida pela polícia política, segundo Baltasar Rebelo de Sousa (Ministro de então) era a população que devia ir ter com os técnicos e não estes com a população (29):

- Desaparecem as estruturas de participação da população;

Gráfico VI

Instituto da Família e Acção Social (IFAS)(*)

(*) Novo Instituto Coordenador que passa a partir de 1971 a integrar todos os anteriores Institutos

- Há indefinição quanto aos objectivos da intervenção do IFAS, que contrasta com a explicitação elaborada dos objectivos definidos para cada projecto de PSC;

- Aos poucos a acção desenvolvida reduz-se à manutenção dum certo tipo de funcionamento dos serviços e do equipamento e a população passa de actor a utente e tem que aceitar os planos que lhe são dirigidos.

- A normalização e standardização das actividades provoca inclusive uma pressão crescente sobre os actores, que acaba por destruir a sua própria autonomia.

O SPSC termina em 1971...Desde 1970 os Serviços estavam paralisados, porque não tinham a confiança política do governo. A participação das populações e a organização das mesmas para os programas de desenvolvimento despertavam dinamismos e movimentos ameaçadores ...o Governo recebeu não poder controlar a situação...(30).

Houve, ou pretendeu-se consagrar em termos legais uma nova óptica de trabalho (31)(gráfico VI) que mexeu com algo de essencial, já que o que havia de imperativo no período de 1965 / 1971 - a participação - enfraqueceu limitado pela burocracia e a população passou a ter que aceitar os planos que lhe eram dirigidos. Aliás, segundo Carvalho da Fonseca, *...é muito difícil reestruturar um serviço como a PSC, porque o que havia eram experiências locais que não era possível generalizar ao país, porque nem havia recursos para de repente o fazer. Tinha que se colher mais experiência e tinha que haver flexibilidade (32).*

O progresso social, então olhado através duma racionalização funcional, acabou por empobrecer a sua própria imagem ao confrontar-se com resistências cada vez maiores a uma flexibilidade da prática. As regras organizacionais de intervenção tornaram-se menos frágeis e menos capazes de gerar complexidades, conflitos e mudanças.

Caiu-se num Serviço Social sectorizado (33). O SPSC foi destruído pelo que, ao invés do que aconteceu com a EEEDC, não houve avaliação de resultados, tendo-se mesmo tentado (e conseguido) que a memória do trabalho desaparecesse ao nível institucional...Ficou pessoal bem preparado que hoje influencia diferentes áreas...(34).

* * *

1965/1971 assinala na história da Assistência Social portuguesa um período de viragens significativas, ao nível do seu funcionamento e da sua concepção; período que teve projecção em termos de futuro.

Se até 1971 permaneceu, em termos de determinações legais, o que fora definido em 1945, o certo é que Setembro de 1965 representa uma etapa a evidenciar.

A criação do SPSC, do SCF e do CPP traduziam a motivação para formas de intervenção em prol do desenvolvimento social. Uma forma de actuação política que vinha influenciada pelas progressões dos Planos de Fomento e as definições de desenvolvimento comunitário trazidas pelos movimentos internacionais e que imprimia a exigência de novas atitudes de intervenção.

Precisamente nos anos 1965/1971, com a entrada de um grupo de actores, apostado em levar avante a promoção do desenvolvimento humano, através do cumprimento do rigor técnico e metodológico que a intervenção no social exige, desenham-se tendências de diferente orientação para a Assistência Social. É a época em que a economia coloca nas mãos dos actores instrumentos de acção, marcando o fim de uma certa arbitrariedade de intervenção, e o serviço social se afirma e redefine técnica e metodologicamente.

O recurso à entrevista, no sentido de recolhermos o seu testemunho, faz-nos admitir que, em especial, a sua busca constante de rigor, o saber levar avante uma forma de trabalhar interdisciplinar e participada, o aproveitar de relações de um grupo comprometido num trabalho de colaboração e o ter tido capacidade para se deslocar entre vários níveis sociais, políticos e religiosos, consagraram realmente o período. Período cujo fim (Março de 1971) se deveu ao recrudescimento da oposição do governo a uma forma de trabalhar participada e à reposição de limitações que levaram a Assistência, que então passa a denominar-se "Acção Social", a isolar-se, devido a uma certa incapacidade para agir adequadamente, já que ficou obrigada ao cumprimento rígido das novas disposições legais.

Paralelamente, registe-se, já que foi um dos elementos de reflexão importante na nossa pesquisa, na nova "Acção Social", a nível da formação dos actores verifica-se o retomar de tendências anteriores: Direito. Como excepção havia a Directora Geral da Assistência Social, Raquel ribeiro, Assistente Social, e o Director do Gabinete de Estudos e Planeamento, Fernando Maia, formado em Ciências Sociais e Políticas.

6. Conclusão

A Assistência Social foi assumida politicamente em Portugal em 1945. O Instituto então criado para lhe dar corpo, Instituto de Assistência à Família (IAF), albergava um espírito de caridade cristã como principal afirmação e funcionava, essencialmente, como instrumento de poder político; funcionamento que supunha uma certa organização da sociedade onde, por definição, imperava a ausência de conflitos e se procurava encobrir todo o tipo de comportamentos gerados quer por situações disfuncionais, quer de carência económica, de indigência, etc.

Assim sendo, trazer esta questão a debate, ainda que limitados a um determinado espaço de tempo (1965/1974), colocou-nos num lugar onde, por excelência, se misturam definições de sociedade e capacidade, ou não, para se empreenderem críticas sociais e a partir delas se construírem progressões políticas determinadas.

O pós II Guerra Mundial trouxe o ressurgimento da ciência e do progresso e escolas houve em Portugal que o acompanharam. No entanto, em termos de filosofia e prática políticas este manteve-se latente.

Passados vinte anos (1945/1965), de uma política Assistencial cuja intervenção, ousaremos dizer, se caracterizava por uma certa arbitrariedade de acção, já que as suas estratégias enfermavam de um certo impasse, o ano de 1965 assinala na história portuguesa o início de uma das épocas mais ricas. Foi a consideração da sociedade em todas as suas dimensões, o que se reflectiu em práticas sociais e económicas adequadas e sobre a própria concepção de desenvolvimento.

No entanto, residiu nos novos técnicos e nos novos actores a responsabilidade de um desempenho criativo de formas de intervenção mais elaboradas. Assim, considerou-se desde o início que, falar da Assistência Social em Portugal na década de 60, reduzindo-a aos factos e experiências que se efectuaram no país, sem dar a palavra aos seus actores, seria um modo empobrecedor de considerar a história. História da qual fizeram parte processos que a capacidade de um grupo tornou possível. A sua originalidade em tomar a dianteira e adoptar estratégias de intervenção alheias ao regime repressivo de então, foi bem reveladora do empenhamento num projecto de mudança social. O que resultou das suas propostas, e da efectivação das mesmas, exprime-se hoje pela actualidade dos seus trabalhos, ainda utilizados como ponto de partida para discussões amplas em matéria de Acção Social.

A dinâmica gerada pela Integração Europeia foi levantando cada vez mais preocupações, dadas as consequências sociais que a mesma ia provocando. A

experiência comunitária confirmava que os países subdesenvolvidos se afastavam cada vez mais das categorias com capacidade para participar no sistema económico mundial, tornando-se fechadas e destituídas de toda a capacidade de intervenção política e de contestação social.

Assim, as primeiras avaliações dos resultados sociais da Integração despertaram preocupações, já que tornavam claro que qualquer medida supranacional punha em causa conjuntamente actividades económicas e sociais e o próprio bem estar das populações em geral. Salientem-se a este propósito os estudos efectuados nos anos 60 pela OCDE, relativamente à pesquisa de indicadores sociais. Aqui a Assistência Social foi pioneira já que através do Gabinete de Estudos Sociais (GES), *permitiu que houvesse uma biblioteca através da qual os serviços iam tendo acesso a publicações estrangeiras. Obras notáveis da época chegaram...foi um espaço de informação e debate* (35). O GES permitia a Portugal ter capacidade de resposta aos pedidos da OCDE, relativamente aos indicadores sociais e era responsável, nos períodos apropriados, pela elaboração dos Planos de Fomento no capítulo respectivo.

Paralelamente a emergência de uma política regional, que, apesar de latente em termos normativos até 1975, foi sendo alvo de debate ao nível das várias instâncias do contexto europeu, relevou entre nós a definição de prioridades e estratégias no domínio da Política Social

Afigura-se-nos também como importante, o facto de nesta época os movimentos de oposição ao regime terem tido um papel importante no sentido de tentar formas de luta, que acabaram por informar toda uma geração. A influência dos 'católicos progressistas', comunistas e outros foi forte, ao expressarem expectativas e confiança no futuro e ao denunciarem a guerra colonial e a pauperização que aniquilava os indivíduos.

A criação de novos serviços no Ministério da Saúde e Assistência, no ano de 1965, consagrou-se por um esforço, singular na história, em levar cada indivíduo a cumprir o seu direito de cidadania, a sua missão de actor social. No seu centro colocava-se a vontade em promover o desenvolvimento das populações, pelo que se caracterizaram pela adopção de programas através dos quais as comunidades locais, constituídas pelas suas populações e instituições próprias, tivessem cada vez mais capacidade para introduzir nas suas escolhas a sua identidade, à medida que lhes ia sendo permitido satisfazer necessidades elementares expressas, e portanto enquadradas no seu *status* tradicional.

Uma análise dos acontecimentos revelou-nos, de facto, e de imediato, o lugar dominante e essencial que ocupava para os serviços - SPSC, SCF, CPP - uma prática de intervenção para o desenvolvimento. Esta aposta, perspectivada através da promoção humana, *tendo em conta a realidade estrutural e o seu espaço sócio-económico para aí intervir potenciando a dinâmica da evolução que qualquer espaço, constituído por grupos e indivíduos, sempre contem no seu interior* (36), foi um facto:

- *Porque todo o percurso conduziu à definição de responsabilidades mútuas assumidas pelo Estado e pelas Instituições, substituindo-se assim* (37) a uma Assistência Caritativa e que pressupõe passividade dos indivíduos (38). O indivíduo deixou de ser pensado como assistido, para ser um Actor Social com potencialidades próprias, linguagem própria - é redefinido o seu papel na sociedade;

- *Porque os profissionais, vistos como agentes de mudança tinham como premissa de actuação levar os grupos ao aprofundamento da consciência sobre cada situação, das suas capacidades/responsabilidades na mudança e criar condições para a utilização pelo grupo, dos instrumentos adequados a cada mudança* (39);

- *Porque se soube aproveitar de todo um feixe de relações pessoais de forma a constituir equipas* (40), cujo sucesso de actuação foi, de certa forma, responsável, à data, por todas as alterações no funcionamento da Assistência Social.

A par de tudo isto o cumprimento de um rigor técnico e metodológico de intervenção criou estruturas que, se não resistiram ao poder político, fizeram desabrochar expectativas: criaram escola a cujo merecido valor pretendemos, ao longo do trabalho, fazer justiça.

A forma como funcionaram os SPSC marcou as pessoas que por lá passaram não só no plano de concepção do social e da forma de intervenção no social, como também em método de trabalho, de exigência e de rigor (41).

No amplo debate que à volta das entrevistas se gerou, ressaltou que as intervenções protagonizadas corresponderam também ao fluxo das concepções e das novas preocupações políticas, então em ebulição. Foi, como ousamos afirmar, a desinstitucionalização, em termos de funcionamento da DGA:

...na DGA trabalhava-se com um Conselho Interno onde toda a gente a nível central participava e onde se discutiam todos os assuntos...estava-se também em regime de instalação, o que permitia admitir pessoas e actuar com certa liberdade de gestão... (42).

Os seus actores, que se afirmaram através dum trajecto profissional bem definido, tiveram a arte de saber colocar a sua formação ao serviço dos objectivos de intervenção a que se propunham numa forma pertinente.

A preocupação em colocar técnicos especializados e competentes em cada área e em desenvolver acções planeadas e programadas foi um ponto, por excelência, estabelecido, que tinha subjacente o reconhecimento da multidimensionalidade dos problemas sociais. Assistiam-lhe assim razões sociais, culturais e económicas. A política da Assistência Social ultrapassava os eixos administrativos com cariz paliativo e favorecia a promoção e efectivação de projectos/apostas no desenvolvimento, tendo-se a economia afirmado enquanto ciência de análise social.

A introdução duma Política Social Planificada reintroduzia valores num serviço "adormecido" pela rotina, que foram, antes de mais, inovação. A busca da criação no serviço de formas de resposta adequadas às populações fez diminuir certas distâncias sociais, tornando-o num actor essencial. Foi a ruptura entre o 'macro-serviço' formalizado e coincidente com as decisões governamentais e um 'serviço micro' assente em estudos científicos, directamente dirigidos aos objectivos a que se propunha, elementos que marcaram uma ruptura ainda mais completa com as experiências dos anos precedentes.

Se foi um facto que uma certa elite intelectual pretendeu construir um espaço cultural, no qual cada um aparecesse como actor, o que fez dela inovadora foi o ter-se desamarrado de tradicionalismos e trabalhado profunda e cientificamente. Não se tratou de tornar racional uma determinada técnica de intervenção social, mas de mobilizar recursos económicos e não económicos para assegurar um desenvolvimento espontâneo e endógeno.

Esta atitude de reencontro das várias ciências, muito em especial da Economia e do Serviço Social (que então procurava uma identidade própria), com um grupo empenhado em impor um determinado percurso de mudança teve um papel central. Não foram só as ciências propriamente ditas, mas toda a forma como as souberam impor coordenadamente que identificou o período. Houve mais traços comuns que de oposição: procurou-se construir uma determinada forma de trabalhar, que cumprisse o rigor científico concordante com a peculiaridade de cada contexto social, económico e cultural.

O principal ponto de chegada que pretendemos com a presente pesquisa é que as ciências, podendo tornar-se estranhas ou mesmo hostis, podem também unir-se e o fruto desta união é a mudança que acredita no desenvolvimento. União que nunca se rompe, nem nunca se atinge totalmente e a qual só a sabedoria dos

actores sabe manter aberta se apostados numa determinada lógica de Política Social global.

Notas - Capítulos 5. e 6.

- (1) THOMSON (Paul), The Voice of the Past, Oxford University Press, Walton Street, Oxford, 1978, p.X.
- (2) FERRAROTI (Franco), Histoire et Histoires de Vie, La Méthode Biographique dans les Sciences Sociales, Meridiens, Klincksieck, Paris, 1990, p. 81.
- (3) idem, p. 96.
- (4) PUEL (Huges), L'Économie au Défi de l'Éthique, Éssai d'Éthique Économique, Éthique & Société, Ed. Cujas, 1989, p. 15.
- (5) Armando Carvalho da FONSECA, entrevista n° 10.
- (6) Pedro LOFF, entrevista n° 3.
-
- (7) Manuel Martins GARRIDO, entrevista n° 13.
-
- (8) Maria Teresa ABRANTES, entrevista n° 8.
- (9) Maria Júlia BOTELHEIRO, entrevista n° 15.
- (10) Francisco Pereira de MOURA, entrevista n°9.
- (11) Manuela SILVA, entrevista n° 16.
- (12) CHEVALIER (Yves), "La Bibliografie et son Usage en Sociologie", Revue Française de Science Politique, vol. 29, n° 1, Fevereiro de 1979, p. 84.
- (13) MERCADÉ (Francesc), "Metodologia Cualitativa e Histórias de Vida", Revista Internacional de Sociologia, vol 44, fasciculo 3, Julho/Setembro de 1986, Madrid, p. 295.
- (14) FERRAROTI (Franco), Histoire et Histoires de Vie, La Méthode Bibliographique dans les Siences Sociales, Meridiens, Klincksieck, Paris, 1990, p.53.
- (15) Pedro LOFF, entrevista n° 3.
- (16) Manuela SILVA, entrevista n° 16.
- (17) Maria Justina IMPERATORI, entrevista n° 1.
- (18) Manuel.Martins GARRIDO, entrevista n° 13.
- (19) Nasilinda GOES, entrevista n° 4.

- (20) Armando Carvalho da FONSECA, entrevista 10.
- (21) Manuel Martins GARRIDO, entrevista nº 13.
- (22) Manuela SILVA, entrevista nº 16.
- (23) TOURAINE (Alain), Critique de la Modernité, Fayard, 1992, p. 243.
- (24) Isabel EVANGELISTA, entrevista nº 5.
- (25) idem.
- (26) KEYNES (J.M.), Théorie Générale de l'Emploi, de l'Intérêt et de la Monnaie, PBP, Paris, 1984, p. 376.
- (27) POLANY (Karl), La Grande Transformation, Aux Origines Politiques et Économiques de Notre Temps, nrf, 1983, p. 69.
-
- (28) Dec. Lei 413/71, ponto 1.
-
- (29) Maria Teresa ABRANTES, entrevista nº 8.
- (30) Graciete FERREIRA, entrevista nº 2.
- (31) Fernando MAIA, entrevista nº 12.
- (32) Armando Carvalho da FONSECA, entrevista nº 10.
- (33) Maria Teresa ABRANTES, entrevista nº 8.
- (34) Maria Justina IMPERATORI, entrevista nº 1.
- (35) Fernando MAIA, entrevista nº 12.
- (36) Graciete FERREIRA, entrevista nº 2.
- (37) Nasciolinda GOES, entrevista nº 4.
- (38) Maria Justina IMPERATORI, entrevista nº 1.
- (39) idem.
- (40) Manuela SILVA, entrevista nº 16.
- (41) idem.
- (42) Armando Carvalho da FONSECA, entrevista nº 10.

I - BIBLIOGRAFIA GERAL

1- **ACCÃO SOCIAL CRISTÃ**, A Igreja e a Questão Social, Encíclicas de Leão XIII, Pio X e Pio XI (texto completo) e outros documentos pontifícios, 3ª edição, Lisboa, 1945.

2 - **BARREIRA** (Cecília), "Homem Cristo Filho: algumas considerações em torno do seu percurso Ideológico Político", Fascismo em Portugal, Actas do Colóquio da Faculdade de Letras, Março de 1980, Lisboa, Biblioteca de História, 1982, pp. 175/184.

3 - **BARRÈRE** (Alain), Déséquilibres Économiques et Contre Révolution Keynesienne, Economica, 1979.

4 - **BOTELHO** (Maria Leonor) e Armando Carvalho da Fonseca, Boletim da Assistência Social, ano 10º, nº107 a 110, Outubro de 1951.

5 - **BRITO** (Maria Anita Quintela de), "A Avaliação Social: Processo Básico de Desenvolvimento Comunitário", Informação Social, vol.I, nº1, Jan/Março de 1966.

6 - **CAIRE** (Guy), "Syndicalismes en crise?", **DURAND** (Michelle), Politiques Économiques et Sociales en Europe, Logiques Sociales, l'Harmattan, Paris, 1992.

7 - **CALADO** (António), Portugal e as Políticas Comunitárias, Livros Horizonte, 1985.

8 - **CARDOSO** (Fernando Magalhães), "Conceitos Fundamentais de Assistência Social", Boletim de Assistência Social, nº119 e 120, Jan./Junho de 1955.

9 - **CARDOSO** (José Luis), "Reler Alfred Marshall no Centenário dos *Principles of Economics*", Estudos de Economia, vol.X, nº3, Abril/Junho de 1990.

10 - **CARVALHO** (Anabela) e Helena MOURO, Serviço Social no Estado Novo, Centelha, 1987.

11 - **CASTRO** (Armádo de), "As Ciências Sociais e Humanas na História da Modernização da Sociedade Portuguesa", O Lugar e o Papel das Ciências Sociais e

Humanas, ed. Universitárias Lusófonas, série Ciências Sociais e Humanas, 1, Lisboa, 1992, pp.41/81.

12 - **CHEVALIER** (Yves), "La Bibliografie et son Usage en Sociologie", Revue Française de Science Politique, vol.29, nº1, Fevereiro de 1979, pp.83/101.

13 - **COELHO** (José Manuel da Silva Gonçalves), O Plano Marshall, trabalho elaborado no âmbito da disciplina 'Estrutura e Funcionamento das Comunidades Europeias, 1991.

14 - **CORREIA** (Fernando da Silva), Boletim de Assistência Social, nº1, 1943.

15 - **COSTA** (Alfredo Bruto da), "Os Investimentos Sociais nos Esquemas de Desenvolvimento", Informação Social, Vol.II, nº 6, Abril / Junho, 1967, Lisboa.

16 - **CPCISS**, "Desenvolvimento da Política Social num Contexto Económico de mudanças Aceleradas e Contínuas"- Papel da Acção Social, XVI Conferência Internacional da Acção Social, The Hague, Agosto 13-19, 1972:

17 - **CROZIER** (Michel) e **FRIEDBERG** (Erhard), L'Acteur et le Système, Éditions du Seuil, 1977.

18 - **CRUZ** (Manuel Braga da), "Notas para a Caracterização do Salazarismo", Análise Social, vol.XVIII, 72 / 73 / 74, 1982, 3º- 4º- 5º.

19 - _____, "As Elites Católicas nos Primórdios do Salazarismo", Análise Social, vol.XXVII (116-117), 1992 (2º-3º).

20 - _____, O Partido e o Estado no Salazarismo, Ed. Presença Lda, Lisboa, 1988.

21 - _____, "O Integralismo Lusitano e o Estado Novo", Fascismo em Portugal, Actas do Colóquio da Faculdade de Letras, Março de 1980, Lisboa, Biblioteca de História, 1982, pp.105/139.

22 - **DAUBLER** (Wolfgang), Market and Social Justice in the EC - The Other Side of the Internal Market, Strategies and Options for the Future of Europe, Basic Findings 3, Bertelsman Foundation, Gutersloh, 1992.

23 - DELORME (Robert), "L'Intégration Européenne et le Rôle de l'État", DURAND (Michelle) (coord.), Politiques Économiques et Sociales en Europe, Logiques Sociales, l'Harmattan, Paris, 1992.

24 - DIRECÇÃO GERAL DA ASSISTÊNCIA, Informação Social, "Formação de Estagiários em Trabalho de Promoção Comunitária", vol.I, nº1, Jan/Março de 1966, Lisboa, pág. 85.

25 - _____, "Actividade Social", Informação Social, Vol.I, nº1, Janeiro / Março de 1966, Lisboa.

26 - _____, Informação Social, nº10, Abril/Junho de 1968.

27 - _____, Encontro dos Superiores e Maiores das Ordens e Congregações Religiosas com Actividades de Saúde e Assistência, Lisboa, Fev. 1966.

28 - DIRECÇÃO GERAL DA INFORMAÇÃO, Segundo Ano de Acção do Governo de Marcelo Caetano, 1970.

29 - DUBY (Georges), "Histoire Récente de l'Économie et de la Société Françaises, de 1945 à nos Jours, dans l'Élan de Productivité, puis dans le Doute de la Crise, les Contradictions de la Nouvelle Société", Histoire de la France, Larousse, 1987, pp.534/595.

30 - DURAND (Michelle) (coord.), Politiques Économiques et Sociales en Europe, Logiques Sociales, l'Harmattan, Paris, 1992.

31 - EGG (Ezequiel Ander), Metodologia y Práctica del DESARROLO DE LA COMUNIDAD, Humanitas, Buenos Aires, 1976.

32 - FERRAROTI(Franco), Histoire et Histoires de Vie, La Méthode Biographique dans les Sciences Sociales, Meridiens Klincksieck, Paris, 1990.

33 - FERREIRA (Dinah), "A importância dos Estágios na Formação em Serviço Social", Intervenção Social, nº2/3, Dezembro de 1985, ISSSL, pp.63/67.

34 - FERREIRA, (Maria Margarida Ponte), Alguns Aspectos dos Sistemas de Segurança Social na C.E.E., Série "Relatórios e Análises", nº1, Ministério das Corporações e Previdência Social, Gabinete de Planeamento, Lisboa, 1973.

35 - **FRAZÃO** (Amaral), Assistência Social e suas Bases Reguladoras, Ed. Gráfica Portuguesa Ltd., Lisboa, 1984.

36 - **FREIRE** (José Galdes), Resistência Católica ao Salazarismo - Marcelismo, Telos, Porto, 1976.

37 - **GERBET** (Pierre), La Construction de L'Europe, Note Siècle, Imprimerie Nationale, Paris, 1983.

38 - **GOES** (Nasciolinda), "Serviço de Cooperação Familiar", Informação Social, nº 4, Outubro/ Dezembro de 1966, Lisboa.

39 - _____, "Serviço de Cooperação Familiar", Encontro dos Superiores e Maiores das Ordens e Congregações Religiosas com Actividades de Saúde e Assistência, Lisboa, Fevereiro de 1966, pp.289/299.

40 - **GOETSCHY** (Janine), "L'Europe Sociale Entre Deux Feux, Force du Marché Unique et Fragilités des Acteurs Supranacionaux", DURAND (Michelle) (coord.), Politiques Économiques et Sociales en Europe, Logiques Sociales, L'Harmattan, Paris, 1992.

41 - **GOMES** (João Veiga), "Segurança Social, Previdência e Assistência", Informação Social (8), Outubro/Dezembro, 1967, Lisboa.

42 - **GONÇALVES** (Assis), Relatórios para Oliveira Salazar - 1931/1939, Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, Agosto de 1981.

43 - **GROEBEN** (Hans Von der), Combat pour l'Europe, La Construction de la Communauté Européenne de 1958 a 1966, Bruxelles, 1984.

44 - **HENRIQUES** (Mendo Castro) e Gonçalo de Sampaio e Melo (org. e pref.), Salazar, Pensamento e Doutrina Política, textos antológicos, Ed. Comemorativa do 1ºcentenário do nascimento do Dr. António de Oliveira Salazar, 1889 - 1989, Verbo, Lisboa / S. Paulo, 1989.

45 - **HERNANDEZ** (Francesc), "El Relato Biográfico en Sociologia", Revista Internationale de Sociologia, Vol. 44, Fascículo 3, Julho/Setembro de 1986.

- 46 - INSTITUTO DA FAMÍLIA E ACÇÃO SOCIAL, Breve Esforço Monográfico, 1965/1972, Documento Interno sobre o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal (CFAP), até 1971 chamado Centro de Preparação de Pessoal (CPP).
- 47 - KEYNES (J.M.), Théorie Générale de l'Emploi, de l'Intérêt et de la Monnaie, PBP, Paris, tradução de Jean Largentaye, 1969.
- 48 - KINDLEBERGER (Charles P.), Marshall Plan Days, Bostom, Allen & Unwin, 1987.
- 49 - LABAREDAS (Maria Rosalina Garcia), "A Luta contra a Fasciszação dos Sindicatos, Resistência Operária e Violência Fascista", Fascismo em Portugal, Actas do Colóquio da Faculdade de Letras, Março de 1980, Lisboa, Biblioteca de História, 1982, pp.259/
-
- 50 - LALOIRE (Marcel), "Objectivos e Dificuldades de uma Política Social Europeia", Análise Social, vol.I, nº4, Outubro de 1963.
- 51 - LESOURD (Jean Alain) e GÉRARD (Claude), Nouvelle Histoire Économique, Tome I, le XIXème Siècle, Armand Colin Éditeur, Paris, 1976, 1992.
- 52 - LOURENÇO (Joaquim), Desenvolvimento Rural na Região Mediterrânica e Reforma da PAC, Ministério da Agricultura Pescas e Alimentação, Doc. Trab. nº6/88, 1988.
- 53 - LUCENA (Manuel de), "Uma Leitura Americana do Corporativismo Português", Análise Social, vol.XVII (66), 1981, 2º, pp.415/434.
- 54 - MAILLET (Pierre), La Politique Économique dans l'Europe d'après 1993, PUF, 1992.
- 55 - MERCADÉ (Francesc), "Metodologia Cualitativa e Histórias de Vida", Revista Internacional de Sociologia, vol.44, fascículo 3, Julho/Setembro de 1986, Madrid, pp.295/319.
- 56 - MARCADÉ (Jacques), Le Portugal au XXème Siècle - 1910/1985, PUF, 1988.

57 - MARJOLIN (Robert), Le Travail d'une Vie - Mémoires 1911-1986, Éditions Robert Laffont, Paris, 1986.

58 - MERRIEN (F.X.), "L'État et les Politiques Sociales, les Origines Sociales et Politiques des Mesures de Protection Social en Europe", DURAND (Michelle) (coord.), Politiques Économiques et Sociales en Europe, Logiques Sociales, l'Harmattan, Paris, 1992.

59 - MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDÊNCIA SOCIAL, Alguns Princípios da Política Social e Corporativa Portuguesa, Biblioteca Social e Corporativa, publicação n.º10, Lisboa, 1958.

60 - MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA ASSISTÊNCIA, Desenvolvimento Comunitário, Seminário de Estudo sobre Desenvolvimento Comunitário e Técnicas Auxiliares de Promoção Social Comunitária, organizado pelo Serviço de Promoção Comunitária do Instituto de Assistência à Família, Lisboa, 1965.

61 - MINTZBERG (Henry), Structure & Dynamique des Organizations, Les Éditions d'Organization, Paris, 1982.

62 - MIRANDA (Jorge), "Aspectos Institucionais de Promoção Social Comunitária", Informação Social, Lisboa (18), Abril/Junho de 1970, pág. 46.

63 - MOGGRIDG (D. E.), As Ideias de Keynes, Mestres da Modernidade, Cultrix, S.Paulo, 1976.

64 - MONET (Jean), Mémoires, Fayard, 1976.

65 - MOUSSIS (Nicolas), As Políticas da Comunidade Económica Europeia, Almedina, Coimbra, 1985.

66 - NUNES (Adérito Sedas), "A Perspectiva Sócio Cultural do Desenvolvimento Económico", Análise Social, vol.I, n.º3, Julho de 1963.

67 - PEREIRA (João da Costa), As Questões Sociais Europeias. Impacto nas Relações Industriais em Portugal, dissertação de mestrado em Gestão, I.S.E., U.T.L., Lisboa, 1986.

68 - PINTADO (Fátima), Quadro Jurídico Fundamental das Comunidades Europeias, Lisboa, 1988.

69 - PINTASSILGO (Maria de Lurdes), Dimensões da Mudança, Edições Afrontamento, Lisboa, 1980.

70 - PISANI (Edgar), La Main et l'Outil, Le Développement du Tiers Monde et l'Europe, Éditions Robbert Laffont, Paris, 1984.

71 - POLANY (Karl), La Grande Transformation, Aux Origines Politiques et Économiques de Notre Temps, nrf, Éditions Galimard, 1983.

72 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO, I Plano de Fomento, Fundo de Fomento Nacional, Lisboa, 1954.

73 - _____, Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento, II) Agricultura, Silvicultura e Pecuária.

74 - _____, Projecto Plano de Fomento para 1959/1964, Lisboa, 1958.

75 - _____, III Plano de Fomento para 1968 - 1973, vol. I e II.

76 - PUEL (Huges), L'Économie au Défi de l'Étique, Éssai d'Éthique Économique, Éthique & Sociéte, Paris, Ed. Cujas, 1989.

77 - REGO (Raul), Horizontes Fechados - Páginas de Política, Editorial Inquérito, Lisboa, 1974.

78 - SECRETARIA DA ASSEMBLEIA NACIONAL, Diário das Sessões (1961/1969)

79 - SECRETARIADO TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA DO CONCELHO, Planeamento em Portugal, Orgânica e Processo, Abril, 1973.

80 - A Segurança Social dos Trabalhadores Através do Seguro Social, Exposição feita por sua Ex.^a o Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Dr. António Júlio de Castro Fernandes, na 1.^a sessão do Conselho Superior da Previdência Social, em 23 de Dezembro de 1946, Ed. do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, nº27, 1947.

81 - **SERRÃO** (Daniel) e Oliveira **MARQUES**, Portugal e o Estado Novo / 1930 - 1960, Ed. Presença, Lisboa, 1972.

82 - **SILVA** (Maria Manuela), "Conceito de Assistência Social: Três Pistas de Evolução", Informação Social, Lisboa (18), Abril/Junho de 1970.

83 - _____, "Aspectos Novos da Cooperação Internacional", Análise Social, vol.I, nº2, Abril de 1963.

84 - _____, " Fases de um Processo de Desenvolvimento Comunitário", Análise Social, vol.I, nº4, Outubro de 1963.

85 - _____ e outros, O Planeamento Económico em Portugal: lições da experiência, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

86 - _____, "Assimetrias Espaciais do Progresso no Continente Português", Análise Social, nº6, vol.II, Abril, 1964.

87 - _____, "Oportunidade do Desenvolvimento Comunitário em Portugal", Análise Social, número especial comemorativo do cinquentenário do ISCEF, vol.II, nº7/8, 2º semestre de 1964, Lisboa.

88 - _____, "O Serviço de Promoção Social Comunitária", Encontro dos Superiores Maiores das Ordens e Congregações Religiosas com Actividades de Saúde e Assistência, Lisboa, Fevereiro de 1966.

89 - _____, "O Gabinete de Estudos Sociais, seus Objectivos"(obra acima referida).

90 - **SOUSA** (Baltazar Rebelo), "Batalhas de Acção Social", entrevista concedida pelo Dr. Baltazar Rebelo de Sousa ao jornalista Alves Fernandes e publicada em O Século, nos dias 6 e 7 de Abril de 1973.

91 - **S.S. JOÃO XXIII**, Mater et Magistra, Ed. Aster, 1963.

92 - _____, Pacem in Terris, União Gráfica, Lisboa 1963.

93 - **STEWART** (Michel), Keynes, Éditions du Seuil, 1967.

94 - **SUBSECRETARIADO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, Regulamento do Instituto de Assistência à Família, Aprovado por Despacho do Subsecretário de Estado da Assistência Social, de 4 de Junho de 1952.

95 - **TAVITIAN** (Roland), Le Systéme Économique de la Communauté Européenne, E.A.P., 1990

96 - Temas Europeus, "Jean Monet, Cidadão da Europa", 1 de Dezembro de 1988 (jornal trimestral).

97 - THOMSON(Paul), The Voice of the Past, Oxford University Press, Walton Street, Oxford, 1978.

98 - TOURAINE (Alain), O Pós Socialismo, Ed. Afrontamento, 1981.

99 - _____, Critique de la Modernité, Fayard, 1992.

100 - TSOUKALIS (Loukas), The New European Economy, The Polits and Economics of Integration, Oxford University Press, 1992.

101 - VAN HELMONT (Jacques), Options Européennes 1945- 1985, Perspectives Européennes, Commissions des Communautés Européennes, Luxemburgo, 1986.

102 - VOLOVITCH (Marie-Christine), "O Círculo Católico Operário do Porto (1898/1911), um Pré-Corporativismo?", Fascismo em Portugal, Actas do Colóquio da Faculdade de Letras, Março de 1980, Lisboa, Biblioteca de História, 1982, pp. 79/103.

103 - ZENHA (Francisco S.)et all, O Caso da Capela do Rato no Supremo Tribunal Administrativo, Afrontamento, Porto, 1973.

II - Fontes

i) Relatórios de Avaliação Anual realizados nos Serviços:

EEEDC / SCF / CPP

1 - Avaliação/Síntese sobre a acção da EEEDC, no âmbito dos objectivos a que se propusera, Janeiro de 1966.

2 - "Experiência Piloto nas freguesias do Bárrio e da Benedita", 1º Relatório/síntese de Avaliação, Julho de 1963.

3 - _____, 2º Relatório/síntese de Avaliação, Janeiro de 1964, EEEDC.

4 - _____, 3º Relatório/síntese de Avaliação, Julho de 1964, EEEDC.

5 - _____, 4º Relatório/síntese de Avaliação, Fevereiro de 1965, EEEDC.

~~6 - Notas Informativas sobre o Serviço de Cooperação Familiar, 1966/1971, pela Chefe do Serviço~~

7 - Relatórios - Plano do centro de Preparação de Pessoal, 1966/1969, pela Chefe do Serviço.

II - Fontes

ii) Outros Documentos de Trabalho

- 1 - COLIN (R.), Seminário "Analyse de la Participation et Strategie du Développement Animé", documento provisório, 1966.
 - 2 - _____, ciclo de conferências "Animation de Base et Développement socio-économique, 1966.
 - 3 - "Le Développement Communautaire: idées et tendances actuelles", Revue Internationale de Service Sociale, nº6, Março de 1960.
 - 4 - EEEDC, "Inquérito Económico Social", ?
 - 5 - 'Encontros de Formação para Pessoal de Saúde dos distritos de Évora, Setúbal, Viana e Viseu',?
-
- 6 - FERREIRA (Maria Gabriela), Síntese das sugestões recebidas no "Encontro de Formação de pessoal técnico" de 26 a 28 de Maio de 1969.
 - 7 - _____, "Avaliação da Formação Permanente", Março de 1969 a março de 1970, SPSC.
 - 8 - FLORA (Isabel Maria Athayde), "O Centro de Formação de Pessoal", seus objectivos e planos, 1966.
 - 9 - _____, Conclusão sumária do "Encontro dos Superiores e Maiores das Ordens e Congregações Religiosas com Actividades de Saúde e Assistência, Lisboa, 1966.
 - 10 - _____, Seminário do CPCISS de 2 a 4 de Junho de 1982, Lisboa, Síntese dos Trabalhos de grupo.
 - 11 - _____, "Background dos Programas de Acção Social e das Actividades dos Trabalhos Sociais, Lisboa, Abril de 1983.
 - 12 - _____, "Tentativa de diferenciação dos conceitos de Desenvolvimento Comunitário, Organização Comunitária e Serviço Social de Comunidades, ?
 - 13 - IAF, Despacho de 16/8/1968, relativo ao início da integração no SPSC de novas unidades de Pessoal Técnico.
 - 14 - _____, "2º Encontro de Técnicos de PSC, Março de 1969.

- 15 - **IMPERATORI** (Maria Justina), "Educação de Base num Processo de Desenvolvimento Comunitário", Comunicação apresentada num Seminário sobre Desenvolvimento Comunitário, levado a efeito pela EEEDC, Viseu, 1965.
- 16 - _____, "Benedita, une Expérience Portugaise de Développement Local Participé", 1971.
- 17 - _____, "'Centros de Interesse', um Método ao serviço da Educação Social", IAF, Lisboa, 1969.
- 18 - _____, "Desenvolvimento local - Caminho possível para a criação de um outro tipo de sociedade, Lisboa, Abril de 1984.
- 19 - _____, Esquema para "Preparação de Actividades de Educação Social" de Assistentes Sociais estagiárias, ?
- 20 - _____, "Educação Social: objectivo, estruturação do sector e programa de acção", pistas para reflexão, 1968.
- 21 - _____, Encontro Anual do Pessoal Técnico da PSC, "Formação de Pessoal em Serviço" e "Formação de Líderes e Animadores da Comunidade", Lisboa, 8 a 13 de Julho de 1968.
-
- 22 - _____, 'Seminário de Formação Complementar para Estagiárias e Assistentes Sociais', Março de 1968, SPSC.
- 23 - **NUNN** (G.N.N.), "Notas (para discussão) sobre Desenvolvimento Comunitário", Programa para Portugal, Dezembro de 1963.
- 24 - _____, "The Relationship Between Community Development and Regional Development", Janeiro de 1964.
- 25 - _____, "Comunity Development Programming", "Regional Development Programming", Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris, 1964.
- 26 - **SILVA** (Manuela), "Fomento da investigação, experimentação e divulgação das técnicas do desenvolvimento comunitário: sua oportunidade no processo de desenvolvimento económico português; o contributo da EEEDC, Janeiro de 1963.
- 27 - _____, "O Desenvolvimento Comunitário como Técnica de Aceleração do desenvolvimento Sócio-Económico", Janeiro/Fevereiro de 1965.
- 28 - _____, "O Problema do Desenvolvimento Comunitário", lição do curso de enfermagem na Escola Artur Navarra, ?
- 29 - _____, "Trabalhos Preparatórios do III Plano de Fomento - Desenvolvimento Comunitário", ?
- 30 - _____, "Grupo de Estudos sobre Formação Profissional para Serviço Social em Comunidades em Vias de Desenvolvimento", relatório.

31 - _____, "O Desenvolvimento Comunitário no Quadro do Progresso Económico-Social das Regiões em Vias de Desenvolvimento", conferência feita às Assistentes Sociais, Abril de 1964.

32 - SPSC, "Encontro Anual do Pessoal Técnico de PSC - 'Avaliação Social'", Lisboa, 8 a 13 de Julho de 1968.

33 - _____, Calendário dos programas de formação de pessoal para 1968/69, pela Chefe do SPSC.

34 - _____, 'Integração nos Serviços Centrais, do grupo de voluntários que vão colaborar no Programa de Promoção Social Comunitária na Madeira, 29 de Junho a 3 de Julho, ?

35 - _____, 'Curso de Agentes de Animação Rural na Madeira', 1968.

36 - VELLAS (M. Pierre), "Régions Sous Développés dans un Pays Industrialisé", Journées Nationales d'Information Agricole, 1960 (conferência)

II - Fontes**iii) Diplomas Legais**

Lei nº 1 998 - Diário do Governo, Série I, 13 /05 /1944

Lei nº 2 058 - Diário do Governo, Série I, 29 /12 /52

Lei nº 2 094 - Diário do Governo, Série I, 25 /11 /1958

Lei nº 2 120 - Diário do Governo, Série I, 19 /07 /1963

Lei nº 2 123 - Diário do Governo, Série I, 14 /12 /1964

Lei nº 2 133 - Diário do Governo, Série I, 20 /12 /1967

Decreto nº 397 - Diário do Governo, Série I, 18 /08 /1970

Decreto nº 512 - Diário do Governo, Série I, 30 /10 /1970

Decreto nº 351 - Diário do Governo, Série I, 08 /09 /1972

Decreto nº 396 - Diário do Governo, Série I, 17 /10 /1972

Decreto Lei nº 37 584 - Diário do Governo, Série I, 17 /10 /1949

Decreto Lei nº 40 478 - Diário do Governo, Série I, 31 /12 /1955

Decreto Lei nº 40 074 - Diário do Governo, Série I, 11 /01 /1975

Decreto Lei nº 44 652 - Diário do Governo, Série I, 27 /10 /1962

Decreto Lei nº 48 166 - Diário do Governo, Série I, 27 /12 /1967

Decreto Lei nº 49 194 - Diário do Governo, Série I, 19 /08 /1969

Decreto Lei nº 446 - Diário do Governo, Série I, 23 /09 /1970

Decreto Lei nº 622 - Diário do Governo, Série I, 18 /12 /1970

Decreto Lei nº 102 - Diário do Governo, Série I, 24 /03 /1971

Decreto Lei nº 413 - Diário do Governo, Série I, 27 /09 /1971

Decreto Lei nº 520 - Diário do Governo, Série I, 15 /12 /1972

Decreto Lei nº 584 - Diário do Governo, Série I, 06 /11 /1973

Decreto Lei nº 114 - Diário do Governo, Série I, 19 /03 /1974

Portaria nº 21 570 - Diário do Governo, Série I, 14 /10 / 1965

GLOSSÁRIO

- ACP** - Acção Católica Portuguesa
BEI - Banco Europeu de Investimentos
BTO - Brigada Técnica de Obras
CCEE - Comité de Cooperação Económica Europeia
CECA - Comunidade Económica do Carvão e do Aço
CEE - Comunidade Económica Europeia
CEEA - Comunidade Europeia de Energia Atómica
CPP - Centro de Preparação de Pessoal
DGA - Direcção Geral de Assistência
EEEDC - Equipa de Estudos e Experimentação de Desenvolvimento Comunitário
EFTA - Associação Europeia de Comércio Livre
FEOGA - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
-
- FSE** - Fundo Social Europeu
GES - Gabinete de Estudos Sociais
IAF - Instituto de Assistência à Família
IAI - Instituto de Assistência a Inválidos
IFAS - Instituto da Família e Acção Social
ISCSPU - Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina
ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão
ISSSL - Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa
JAC - Juventude Agrária Católica
JEC - Juventude Estudantil Católica
JOC - Juventude Operária Católica
MUD - Movimento de União Democrática
OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OECE - Organização Europeia de Cooperação Económica
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONU - Organização das Nações Unidas
OTAN - Organização do Tratado Atlântico Norte
PAC - Política Agrícola Comum
PIB - Produto Interno Bruto
PIF - Plano Intercalar de Fomento
PRE - Plano de Recuperação da Europa
SAD - Serviço de Acção Directa

SCF - Serviço de Cooperação Familiar

SCML - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

SCN - Sistema de Contabilidade Nacional

SEC - Sistema de Contabilidade Económica

SPSC - Serviço de Promoção Social Comunitária

UEP - União Europeia de Pagamentos



ANEXOS

Anexo I

O Serviço de Cooperação Familiar - SCF

Criado por despacho ministerial de 02/08/1965, o SCF iniciou a sua actividade em 28/10/1965.

A sua acção concretizou-se em:

- Programas de educação familiar para pais;
- Programas de formação familiar e doméstica para mulheres e reparigas;
- Programas de ocupação de tempo livre para crianças em idade escolar, adolescentes, jovens e adultos.

O serviço estava praticamente inserido em estruturas institucionais já existentes. Quando desenvolvia actividades da sua própria iniciativa utilizava instalações cedidas por colectividades de recreio, por particulares, ou por entidades dos meios em que actuava.

Todos os anos eram dadas bolsas de estágio a alunas das escolas de Serviço Social e das escolas de Formação Familiar Rural.

1966

Principais actividades:

- Preparação do pessoal com vista ao exercício do trabalho;
 - . Estudo programado
 - . Estudo pessoal
- Preparação e estruturação do funcionamento interno do serviço;
- Preparação do plano de actuação nos locais determinados.

1967

No final de 1967 estavam localizadas três equipas (Funchal, Porto e Loures) desenvolvendo a sua actividade em dois grandes campos de trabalho: instituições de assistência a menores e comunidades geográficas.

1968

Em Dezembro de 1968 estavam localizadas quatro equipas (Funchal, Porto, Loures e Braga), cujas principais actividades foram:

- Estabelecimento de relações entre famílias e instituições de assistência que as sirvam;
- Conscientização e ajuda às famílias no desempenho da sua função educativa;

- Ocupação do tempo livre das crianças em idade escolar, de adolescentes e jovens;

- Formação familiar doméstica:

- . Aquisição de conhecimentos relativos ao exercício ao exercício de funções familiares
- . Modificação de atitudes e comportamentos com vista ao desempenho das funções familiares

1969

Para além das actividades/tipo do SCF, é de referir que em Julho de 1969, e na base de uma redefinição do SPSC a chefe do referido serviço apresentou uma hipótese de tomada de responsabilidade pelo SCF de acções que o SPSC vinha desenvolvendo em vários projectos de Promoção Social e que parecia deverem enquadrar-se no seu âmbito.

1970

Um despacho ministerial de 19/05/1970 impede o SCF de desenvolver novos projectos e admitir mais unidades de pessoal, prevendo a integração do SCF nos planos de acção concertada da Direcção Geral de Assistência.

Nota: elementos retirados de relatórios internos do IAF

ANEXO II

Centro de Preparação de Pessoal: 1965 / 1972

(início da actividade - 2/11/1965)

Elementos retirados dos relatórios anuais do CPP e dum relatório interno do IFAS sobre o CFAP (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal, que veio a seguir ao CPP), "Breve Esforço Monográfico", 1965/1972.

Primeiras Acções

- | |
|--|
| <p>1966 - 'Encontro dos Superiores e Maiores das Ordens e Congregações Religiosas com Actividades de Saúde e Assistência', donde resultaram seis cursos para Auxiliares de Educação em Internatos
Um, ainda em 1966, em colaboração com a Federação Nacional dos Institutos Religiosos femininos e cinco realizados em 1967, em Lisboa e Porto.
- Noticiário sobre os cursos de especialização para professores e educadores de crianças surdas e de crianças e adolescentes portadores de deficiências visuais.</p> <p>1967 - I Encontro Nacional de dirigentes das instituições de Assistência</p> <p>1968 - Curso para Auxiliares de Educação de Infância</p> <p>1969 - Organizado o centro 'Dias de Estudo' para Técnicos dos serviços centrais da DGA</p> |
|--|

Formação de Escolas

- | | |
|---|--|
| <p>1967 - Van - Zeller no Porto
S. Tomé em Lisboa</p> <p>- Escola Paulo VI em Lisboa</p> | <p>Preparam Auxiliares de Educação Infantil</p> <p>Para Educadores de Estabelecimento de Menores e Monitores de Actividades de Vida Diária</p> |
|---|--|

Estágios - I

1967/1972 - Em média dois estágios anuais para 'Ajudantes de Jardim de Infância'

1971 - 3 estágios de curta duração para pessoal com funções de enquadramento em Jardins de Infância
1º estágio para Ajudantes de Creche

1972 - 1ª semana de Aperfeiçoamento para Educadores de Infância dos serviços centrais e dos SADs

Para Pessoal Doméstico das instituições:

1968/1969 - Curso de 'Animadores Rurais', na Madeira, aproveitando os recursos da zona

1972 - Semana de aperfeiçoamento para Agentes de Educação Familiar, Lisboa
Seminário sobre 'Demografia e Problemas da Família'

Estágios - II

1966/1970	- 9 estágios para Ajudantes de Internato de Lares de 3ª Idade
1969	- 1 estágio para Cozinheiros de Estabelecimentos de Idosos 1 estágio para Encarregados de Serviço Doméstico de Lares de 3ª Idade
1971	- 1 estágio para Encarregados Gerais de Estabelecimentos Particulares
1972	- Reciclagem para os Encarregados Gerais que participaram no ano de 1971
1970	- 4 estágios para pessoal de estabelecimentos de educação de crianças deficientes
1970/1971	- respectivamente 2 e 1 acções para Educadores de crianças deficientes visuais.
1970	- Estágio sobre Psicomotricidade para professores de Educação Física
1970/1971	- 4 cursos intensivos de Mobilidade
1971	- I Encontro de pessoal docente em exercício nos vários estabelecimentos para deficientes
1972	- Curso para professores de crianças deficientes intelectuais - Curso de Instrutores de Locomoção para crianças cegas
1972/1973	- Acções de Formação para pessoal de Serviço Social com funções de coordenação e orientação

Bolsas de Estudo concedidas pela 1ª vez em cada ano lectivo

Cursos	1967/68	1968/69	1969/70	1970/71	1971/72	1972/73	Total
Especialização de Profess. e Ed. de crianças def. aud.	5		14	10	13		42
Especialização de Profess. e Ed. de crianças def. vis.	8			18		30	56
Educadores de Infância	19	19	26	18	34	37	153
Auxiliares de Ed. de Infância	62	57	56	52	82	84	393
Educadores de Estabelecimento		25	25	12	22	23	107
Monitores de Activ. de vida diária		37	27	12	26	23	125
Serviço Social						8	8

Actividades de Âmbito Internacional

1966

- Ciclo de Estudos sobre "Funções e Formação de Trabalhadores Sociais Voluntários" - Alemanha.
- Visita de estudo a Paris.
- Congresso internacional de Psicodrama e Dinâmica de Grupo - Barcelona.
- Exposição documental que teve lugar em Washington (Setembro de 1966), aquando da XIII Conferência Internacional de Serviço Social.

1967

- Ciclo de Estudos sobre Funções e Formação de Trabalhadores Sociais Voluntários em Cambridge.

1968

- Representação de Portugal na Pré Conferência Internacional de Serviço Social na Finlândia.
- Participação na XIV Conferência Internacional de Serviço Social em Helsínquia com o tema "Política Social e Direitos do Homem".
- Participação no curso de Instrutores de Mobilidade realizado em Paris.
- Viagem de estudo de professores especializados a Inglaterra.

1969

- Deslocação a Paris de uma consultora de OTL do IAM, para contacto com actividades e organizações de Tempos Livres e num estágio de condução e animação de grupo.
- Trabalhos preparatórios para seminários sobre Animação Global em Tunis.
- Trabalhos preparatórios para o V Congresso Internacional de Didática, Washington.
- Curso de especialização de Educadores de Infância em Paris.

Anexo III - Sumário de um programa realizado em 1968 aquando da integração orgânica no serviço de Promoção Social Comunitária.

A - Programa comum a técnicos e técnicas auxiliares .

1. Apresentação do SPSC nos seus objectivos e linhas gerais de actuação.
2. Apresentação dos projectos em curso.
3. Apresentação de um projecto de zona de Lisboa.

Pretende-se uma reflexão sobre os objectivos do serviço, forma de operar, caso concreto.

4. Funções dos técnicos e técnicas auxiliares de promoção social comunitária.
5. Orgânica interna do SPSC, coordenação e sectores especializados. Canais de comunicação, fichas de atribuições.
6. Apresentação das provisões de serviço existentes.

Pretende-se que todas individualmente tenham oportunidade de ler e trocar impressões sobre todas as provisões do serviço.

7. Regime dos funcionários, assiduidade, faltas, licenças, etc.
8. Apresentação de um dos projectos da zona Norte.
9. Colaboração com outros serviços.
10. Normas de expediente e outras regras administrativas.
11. Formação permanente em serviço.
12. Iniciação do trabalho regional e local, em grupos, sob a orientação das respectivas coordenadoras.
13. Preparação para o trabalho local, a fazer individualmente com a orientação das respectivas coordenadoras.

B - Programa para técnicos.

a) Ciclo de Estudos sobre técnicas de investigação social, onde serão abordados os temas:

- Técnicas de programa social mais utilizadas pelo serviço
- Documentos de trabalho já elaborados
- Estrutura do sector

b) Ciclo de estudos sobre programação e avaliação, onde serão abordados os assuntos:

- Noções sobre programação de trabalho
- Conceitos e técnicas de avaliação social
- Utilização dos registos de trabalho
- Normas sobre elaboração de relatórios
- Estrutura do sector

c) Ciclo de Estudos sobre identificação e formação de líderes, onde serão abordados os seguintes pontos:

- Técnicas de identificação de líderes
- Programas de identificação de líderes e de voluntários
- Técnicas de grupo
- Estrutura do sector

d) Ciclo de estudos sobre educação social:

- A óptica da educação social nos programas de promoção social comunitária
- Colaboração no programa de educação sanitária
- Utilização dos meios audio-visuais
- Documentos de trabalho existentes
- Estrutura do sector

e) Ciclo de estudos sobre cooperativas:

- Noções básicas sobre cooperativas
- Formas de constituição e apoio
- Documentos de trabalho existentes
- Estrutura do sector

C - Programa para técnicas auxiliares:

- a) Ciclo de estudos sobre educação social
- b) Ciclo de estudos sobre técnicas de grupo
- c) Ciclo de estudos sobre meios audio-visuais
- d) Ciclo de estudos sobre relacionamento com a comunidade

D - Cada um dos técnicos deverá procurar o material que julgue conveniente para documentação dos assuntos que lhe foram confiados.

ANEXO IV

OS ACTORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PORTUGAL:

1965/1971, um período charneira

- Guião para as entrevistas -

Entrevista nº

Data -

Nome -

- I -

- II -

1 - Formação de base: Área Científica -
Instituição -

2 - Formações paralelas, ou complementares...

3 - Participação em grupos de reflexão / intervenção:

Em que período da vida...

Repercussões para a carreira...em termos de sensibilização maior ou
menor para algumas áreas...

- III -

Primeira experiência profissional...1º estágio
...1º trabalho

Influências que veio a exercer.

- IV -

A sua chegada ao lugar de

(idade)

Vinha de alguma organização política?

Qual a sua actividade até então?

- V -

Sobre a Assistência Social

1- Qual o seu conceito?

2 - Interessou-se em especial por algum sector... porquê?

(Prioridades na incidência da actuação...)

(Escolha fundamental de intervenção...)

(Métodos de trabalho porque optou...)

(Que inovações... que novas oportunidades...)

(Preocupações com a evolução da política internacional...os novos conceitos ...as novas exigências...)

3 - Falando em Política Social Comunitária:

Que conceito sugere?

A PSC teve o seu fim? Quando? Porquê?

4 - Que questões ao suporte e modo de funcionamento dos serviços de Assistência?

- VI -

Avaliação que faz do período enquanto actor da Assistência Social

1 - Principais bloqueios

2 - Tipo de apoios

- VII -

Finda a Promoção que papel a nível da intervenção política e social ocupou?

Anexo V - Entrevistas**Página**

1 - Maria Justina Imperatori	1
2 - Graciete Ferreira	6
3 - Pedro Loff	10
4 - Nasciolinda Goes	15
5 - Isabel Evangelista	18
6 - Isabel Maria Athayde Flora	25
7 - Maria Raquel Ribeiro	31
8 - Maria Teresa Abrantes	37
9 - Francisco pereira de Moura	42
10 - Armando Carvalho da Fonseca	47
11 - Francisco Neto de Carvalho	53
12 - Fernando Maia	56
13 - Manuel Martins Garrido	65
14 - Maria José Viana	68
15 - Maria Júlia Botelho	74
16 - Maria Manuela Silva	79

MARIA JUSTINA IMPERATORI: Histórico Filosóficas

M.C. - *Sei que estive no SPSC, no sector da Educação Social... e da Avaliação?*

M.J. - Estive sim no sector da Educação Social. Para a Avaliação havia outro grupo, assim como havia outro especializado nas questões da liderança (em que a responsável era a Maria Helena Ferreira), outro na Animação Social (responsável: Gabriela Ferreira). Todos nós fazíamos avaliações, mas havia um que coordenava a Avaliação. A Clara Lopes da Costa que trabalhava na área urbana trouxe também grande inovação. Havia, portanto sectores técnicos e coordenações de zona.

M.C. - *Na altura havia o SPSC e o SCF, que eu inicialmente pensei que funcionavam em colaboração. Depois percebi que não. Mas em 1969, houve uma proposta da chefe do SPSC para que o SCF passasse a trabalhar, nalgumas acções de formação, em colaboração com a PSC. Foi assim?*

M.J. - O SPSC e o SCF eram dois serviços com a mesma categoria. A CF participou em coisas da formação, em sessões, mas não mais. Havia da parte do SPSC uma noção de superioridade sobre a CF, sobretudo na parte central. Havia uma certa competição. Enquanto um era mais formado para um serviço tradicional de Serviço Social, o nosso era mais inovador e a gente tinha uma honra enorme nisso. Era impossível que tivesse sido feita uma proposta mais além do que de participação da CF na formação.

A Nasciolinda Goes veio muitas vezes aos nossos encontros falar do serviço que chefiava, sim senhor. A nível local, com frequência havia coordenação de facto.

Na área da formação eu nunca tive um serviço como esse, em que se tentava abrir as portas para saber tudo o que estava a acontecer no país e no estrangeiro. Dentro de casa, portanto, a gente sabia o que estava a acontecer e, nisso incluída a CF. Havia acções em conjunto, não tanto para que nos dessem as suas técnicas, mas para dizerem o que estavam a fazer, como estavam a fazer e havia muita discussão sobre isso. Inclusivamente, pouco antes de algumas pessoas da Direcção Geral de Assistência se irem embora houve grandes discussões para ver o que se podia fazer de cooperação com todos os serviços.

M.C. - *Como foi parar ao SPSC?*

M.J. - Convidada pela Dra Manuela Silva. Terminada a minha licenciatura fui convidada por ela para ir trabalhar no sector de Educação de Base da EEEDC. Desde logo disse-lhe que não sabia o que era isso e ela forneceu-me uma quantidade de bibliografia. Então, em 1964 fui trabalhar para a EEEDC. Fui para o México em 1966/67 especializar-me sobre o assunto, porque vi que não percebia nada ainda e em 1967 fui para o SPSC, onde estive activa desde Março de 1968.

M.C. - *Houve, portanto conhecimentos e vivências que lhe influenciaram bastante a carreira profissional.*

M.J. - Sim. Participei em muitas coisas da JUC. Todo o grupo com que andei, no tempo de estudante, era dessa ala. Entrei na política também através dessa gente. A minha carreira foi sempre

feita na Acção Católica Portuguesa. Contactei também com a JOC, participei no Graal. Foi através deste último que fiz a alfabetização.

A PSC foi, portanto, o meu segundo emprego. O 1º, onde comecei a aprender, foi a EEEDC.

M.C. - *Havia uma série de pessoas empenhadas neste trabalho que pertenciam à ACP.*

M.J. - O João Salgueiro que nos vinha fazer formação, por exemplo, que, quando estivemos na PSC era o director do Gabinete de Planeamento e foi, no tempo da Lurdes Pintassilgo presidente da JUC.

A gente encontrava-se e dava-se particularmente com essas pessoas.

A Manuela Silva continua a ser a pessoa com quem eu tenho a grande referência da minha vida. Ela marcou directamente dezenas de pessoas. A EEEDC prova, por exemplo uma coisa dela: sabe fechar portas. A Equipa acabou, quando o projecto já podia funcionar por si. Nunca mais tivemos um trabalho com a mesma perfeição da EEEDC e, sobretudo, do SPSC. Mexeu-se com muita coisa que depois do 25 de Abril não avançou.

A Manuela Silva, que nunca se auto-promoveu, tinha uma capacidade enorme de trabalho. Foi também muito importante a forma como passou o testemunho ao Dr. Fernando Maia que foi eleito por nós.

O Dr. Fernando Maia era um homem duma lealdade imensa. Não foi ele que fechou o serviço. Ele foi, em nome da Teresa Lobo convidar-nos a sair.

Eu também não fui propriamente posta fora, mas fui convidada a sair porque estava grávida. Fui então para o Instituto Maternal.

M.C. - *Que colegas conhece que tenham trabalhado a nível local e tenham sido testemunhas desses acontecimentos?*

M.J. - A Maria do Céu Lopes - coordenadora da zona Norte, a Maria Helena Ferreira - coordenadora da zona centro e a Isabel Evangelista, responsável pelo serviço da Madeira. Ela foi testemunha da finalização do SPSC a nível local.

Eu fui testemunha, mas a nível central, assim como a Graciete Ferreira que dava apoio à zona centro do país.

M.C. - *Normalmente mexiam muito com as estruturas locais?*

M.J. - *Começava-se sempre por ir falar com as estruturas existentes. Pela sensibilização dos responsáveis formais. Na implantação de cada novo trabalho ia a Manuela Silva.*

M.C. - *Alguns actores que foram importantes em todo o processo, para além dos que já falamos... e com quem pensa que seria importante contactar.*

M.J. - Com quem tinha interesse falar era com o Dr. Armando Jorge Carvalho da Fonseca, que tinha sido anteriormente director da Maternidade Alfredo da Costa e que foi fundamental em tudo isto. Foi Director Geral da Assistência. O próprio Instituto Maternal existiu enquanto isso durante o tempo do Dr. Carvalho da Fonseca na Assistência. Aí se cria o Serviço de Educação Sanitária que segue os princípios da PSC e que tem além de mim e da Isabel Evangelista, a Dra Rosália que tinha participado na EEEDC e que é chamada para fundar esse serviço.

Carvalho da Fonseca foi Director Geral da Assistência, Presidente do Instituto Maternal, Director da Maternidade Alfredo da

Costa e tem graça que deixa a marca em todas estas coisas. É o homem da grande abertura nisto tudo.

A Isabel Maria Athayde, directora do CPP, foi também importante relativamente à formação das pessoas que trabalhavam dentro das instituições. A Joana Veloso veio seguir a Isabel Athayde, mas não chegou a estar tempo suficiente no CPP. Era amiga do Nuno Bragança, também era da PRAGMA e estava bem por dentro dos acontecimentos da Capela do Rato.

Alfredo Bruto da Costa, deu apoio na área da alfabetização de adultos com a Manuela Silva em Portalegre. Fez trabalho de alfabetização como voluntário e como profissional. Esteve após o 25 de Abril 100 dias como Ministro dos Assuntos Sociais, quando a Maria de Lurdes Pintassilgo foi Primeiro Ministro. Para além disso foi Provedor da Misericórdia.

Maria José Graça Moura (actualmente na Presidência da República) estava bem por dentro do trabalho do Norte.

Tília da Fonseca estava nas Caldas da Rainha.

Todo o trabalho da EEEDC foi criado pela Manuela Silva. Foi ela a autora de tudo isto. E há uma coisa muito interessante - fazia-se muita experimentação. Fiz muita com a Tília da Fonseca sobre 'Centros de Interesse' da população agrícola.

M.C. - *Relativamente à Assistência Social, tendo em conta que toda a vossa actividade não era propriamente assistencial, a palavra Assistência não 'feria'?*

M.J. - Na altura, era uma capa como outra qualquer!...

(Respostas enviadas por escrito)

1. Vínculo ao SPSC
- técnico

2. No desempenho do cargo no sector de Educação Social:
- Os 'bloqueios' foram os inerentes à situação política. Comparados com a situação actual não poderão chamar-se bloqueios!

Seria muito mais complicado fazer qualquer coisa do mesmo género hoje.

- Que tipo de apoios

. Na própria população, os mais importantes. Era muito fácil encontrar aliados. Tanto indivíduos como organizações. Até a TV colaborou, passando 'filmes' realizados por gente da TV (Luís Filipe Costa, Engº Sousa Veloso). A Emissora Nacional, concretamente o Presidente (José Eça de Queiroz) chegou a pôr problemas quanto ao nome do serviço: 'Comunitário? Mas isto é comunista?'

Trabalhou-se também com outros serviços da Administração Pública - aos níveis central e local.

Não se conheciam as dificuldades financeiras que hoje temos nos serviços públicos, pelo que os apoios, organização, estruturas logísticas, apareciam naturalmente.

Tudo era feito com sistemáticas acções de formação, com os considerados melhores especialistas nacionais e estrangeiros em cada área.

- Em termos de satisfação pessoal:

Só com o tempo e por comparação é que posso dizer que foi o trabalho mais compensador profissional e humanamente.

Dos pontos de vista da organização e funcionamento estou ainda a viver à custa do que aprendi na altura; do ponto de vista dos princípios e filosofia tenho-os aprofundado e adaptado a cada realidade, mas são ainda exactamente os mesmos.

Ou seja: a Sra Dra Manuela Silva criou condições perfeitamente excepcionais na minha vida (que ultrapassou o trabalho, pela exigência de consciência de cada passo), tendo sido ela a marcar o rumo de toda a minha carreira profissional posterior.

- Resultados:

Infelizmente o SPSC foi intencionalmente destruído pelo que, ao invés do que aconteceu com a EEEDC, não houve avaliação de resultados, tendo-se mesmo tentado que a memória do trabalho desaparecesse ao nível institucional.

Mais ninguém lhe quiz pegar. Era 'pólvora' mesmo depois do 25 de Abril: dar consciência foi palavra, no Ministério dos Assuntos Sociais, mas nunca se quiz mais do que discursos.

Ficou pessoal bem preparado que hoje influencia as diferentes áreas.

6 - Nasci em Lisboa, em 13 de Março de 1936.

GRACIETE FERREIRA: Assistente Social
(entrevista não gravada)

Tem como formação de base o Curso Superior de Serviço Social de Lisboa. O seu primeiro emprego foi em, 1960/63, num dos três observatórios de estágio que o Instituto tinha na altura.

No SPSC trabalhava a nível central, coordenando a zona Centro.

A convite da Susana Almeida, trabalhou em 1963/65 no Gabinete de Estudos de Economia Aplicada, dirigida pelo professor Francisco Pereira de Moura, na Associação Industrial Portuguesa. Embora residisse em Faro, durante o ano de 1964, trabalhou para esse gabinete que realizava estudos (um deles publicado "Motivações no Trabalho") ao nível dos operários das empresas metalomecânicas e metalúrgicas de Lisboa.

É no Gabinete de Estudos que conhece a Professora Manuela Silva que lançava o SPSC. Como iria residir em Évora no ano de 1965, foi-lhe entregue o projecto de organização de uma cooperativa de criadores de suínos existente na cidade (ver Informação Social, n°3)

...sobre a participação:

A nível da Promoção sabiam que os órgãos locais eram estruturas que não podiam ser parceiros, dado o regime político de então. Para além disso eram 'frouxos'. Assim, eram essencialmente as pessoas que, pertencendo a esses órgãos e porque tinham maior sensibilidade para as questões sociais, se envolviam.

Aos órgãos locais era-lhes dado valor de parceiros 'diplomaticamente'.

No final de 1969 alguns técnicos começaram mesmo a pôr em causa a forma como a participação era levada a cabo, já que achavam que, na realidade, as populações eram obrigadas a ceder aos projectos lançados pelas várias entidades.

(Respostas enviadas por escrito)

1993/04/28

I - Formações paralelas ou complementares:

- Curso de 'Técnicas de Comunicação' promovido pelo Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social (1965/66), Lisboa.
- Curso de Serviço Social de Comunidade promovido pelo SNPSS (1965/66), Lisboa.
- Seminário 'Técnicas de Animação de Base para o desenvolvimento sócio-económico' orientado por M. Roland Colin, director do Institut de Recherche et Formation en vue du développement (IRFED), 1967, Lisboa (organizado pelo GES).
- 'Les Grilles d'analyse en vue de la programmation et evaluation des programmes de développement participé à la base', orientado por Paul Drewr, assistente da Universidade de Colónia, 1968, Lisboa (organizado pelo GES).

- Seminário 'Acção Social em Desenvolvimento integrado', promovido pelo International Council of Social Welfare (ICSW), 1969, Berna Suíça.
- III Congresso da Federation des Centres Sociaux et Socio-Culturels, 1972, Marselha.
- 'Formação dos Trabalhadores Sociais', encontro promovido pelo UCISS, 1972, Bélgica.

II - Grupos de reflexão:

- Grupo interserviços de Serviço Social da DGA, como representante do SPSC, 1967/1970.

III - Respostas ao guião

1. A Assistência Social não se limitava à correcção de situações individuais ou grupais. Era ser perspectivada, tendo em conta a realidade estrutural, no seu espaço sócio-económico, para aí intervir potenciando a dinâmica da evolução que qualquer espaço, constituído por indivíduos ou grupos, sempre contem no seu interior.

2. O conceito de PSC era idêntico ao referido atrás. Concretizando um pouco mais...o processo de desenvolvimento socio-económico na época começava a evidenciar a existência de assimetrias regionais (interior/litoral), assim como o crescimento desordenado de grandes zonas periféricas suburbanas à volta de Lisboa, principalmente, e Porto.

A criação de infra-estruturas sanitárias, a implementação de serviços colectivos e o fomento de redes de comunicação eram medidas a introduzir nas comunidades interiores mais desprotegidas e nos aglomerados à volta das grandes cidades. Porém, estas medidas eram sempre realizadas com a participação/cooperação e organização dos elementos das próprias comunidades, entendidos como sujeitos das acções, portadores de potencialidades a integrar em todo o processo de desenvolvimento.

O SPSC termina em 1971. Na data em que é promulgada a Lei Orgânica do Ministério, os serviços são extintos. Desde 1970 os serviços estavam paralisados, porque não tinham a confiança política do governo. A participação das populações e a organização das mesmas para os programas de desenvolvimento despertavam dinamismos e movimentos ameaçadores numa sociedade muito fechada, muito vigiada. O governo receou não poder controlar a situação...

3. Estive ligada ao MSA de 1967 a 1971, como técnica.

4. Bloqueios/Apoios:

- Nunca encontrei bloqueios até 1970. Apenas alguns acidentes de percurso previstos (indagações da polícia política da altura a propósito de algumas reuniões ligadas a projectos locais em Leiria, Alcanena, etc)

- Os apoios foram amplos e diversificados, podendo enumerar-se alguns:

- * A capacidade de dirigir do Director Geral da Assistência - criativo, incentivador, organizador, democrático. Criou estruturas de participação internas de que destaque o Conselho Interno. Existia na DGA um clima de grande coerência entre os fundamentos/conceitos da Assistência Social e a experiência vivida nos próprios serviços. A participação era, na realidade, um vector da prática no trabalho do dia a dia.

* Os serviços eram organismos vivos, mas apoiados em suportes organizativos que garantiam transparência e progresso no trabalho. No caso do SPSC, os suportes expressavam-se numa gama variada e rigorosa de instrumentos (registos de todos os processos de trabalho, esquemas de programação, avaliação e relatórios actualizados anualmente) e em estruturas integradoras das competências do serviço (coordenação dos projectos locais, estudos, formação de líderes e animadores locais). Estas estruturas tinham um carácter flexível e moviam-se/transformavam-se de acordo com a evolução do trabalho que se ia desenvolvendo no terreno.

* A interacção dos serviços da DGA: para além de existirem grupos inter-serviços para uma reflexão alongada no tempo, havia múltiplos grupos *ad hoc* com elementos dos diversos serviços para apreciação/preparação de trabalhos pontuais.

* O SPSC desenvolvia múltiplas ligações com o exterior, nomeadamente com o Planeamento Central, integrado no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros, assim como com as extensões existentes no país de vários serviços técnicos, especialmente ligados à agricultura e habitação.

* O SPSC procurava ainda constantes apoios no exterior do país, com destaque para o IRFED (Institut de Recherche et Formation en Vue de Développement) que, na época, era uma organização de grande impacto ao nível do aprofundamento das experiências prosseguidas nos chamados "países em desenvolvimento".

5. Os resultados obtidos entre 1966/70 foram óptimos. A nível institucional provou-se ser possível libertar o potencial de empenhamento de centenas de técnicos (situados a nível central e local) que se articulavam em equipas com grande vitalidade, com objectivos claros e interiorizados, com grande espaço para a discussão de ideias, fundamentos e práticas. Sem dúvida que a DGA nesse período foi uma instituição pedagógica de trabalho singular e inesquecível.

A nível das populações penso que podemos também falar de resultados positivos. Além das infraestruturas criadas em muitos locais (saúde pública, equipamentos colectivos), foram vividas experiências decorrentes de programas de educação social e, especialmente, de processos de organização que constituíram acontecimentos marcantes para as comunidades que os viveram, tendo-se estabelecido associações e cooperativas em diversas áreas que sobreviveram à extinção dos serviços.

6. Finda a Promoção fui trabalhar para o ISSSL, onde trabalhei fundamentalmente com os alunos do 4º ano, em orientações de estágio e de seminários. Fiz ainda parte da direcção do Instituto e coordenei dois estudos:

"Contributos para uma política de formação no ISSSL/ caracterização das estruturas de formação no ISSSL", ISSSL, 1972;

"Contributos para uma Política de Formação no ISSSL/ caracterização da actuação dos Assistentes Sociais em diversos sectores na sociedade portuguesa", ISSSL, 1972.

Participei ainda, no âmbito do ISSSL, na comissão que elaborou o documento "Projecto de Reestruturação do ISSSL", apresentado ao Ministério da da Educação em Agosto de 1974.

Ainda durante o ano de 1971, trabalhei num grupo constituído pela Dr^a Manuela Silva, Dr. Fernando Cruzeiro e por mim, no âmbito da Secretaria de Estado do Comércio sobre a problemática da defesa do consumidor. Fiz um levantamento e um estudo sobre as cooperativas de consumo existentes então no país.

PEDRO LOFF: Direito

M.C. - *Fale-me dos seus anos de 1960: da sua experiência profissional...*

P.L. - Participei como aluno e depois recém-formado nos movimentos de 50 e 60. Foi um período duma actividade e duma crença espantosa.

Havia o meio universitário coimbrão, muito fechado e dominado pelas praches e pouco permiável a qualquer coisa que viesse de fora relativamente a contestação. Em Coimbra, nos anos 50 era muito difícil a penetração. No Porto era tudo um pouco dissorado. Havia a faculdade de Medicina, Engenharia, mas não era uma coisa muito estruturada com quem se pudesse contar muito.

Em Lisboa é que nos anos 50 começou a haver uma contestação séria. A primeira contestação que houve foi por causa dum aumento de propinas, que fez com que os alunos da faculdade de medicina começassem a fazer um movimento de contestação ao regime. Foi evidente que esse movimento era unitário, mas dominado pelo partido comunista que fazia avançar e dominou tudo isto.

Em 1950 foi quando se constituiu a NATO e houve um grande movimento do partido comunista contra, assim como dos estudantes universitários de Lisboa que se manifestaram no Instituto Superior Técnico.

O movimento católico progressista estava muito ligado à ideologia dominante, mas teve uma evolução muito grande. A JUC começou a trabalhar e a ver que não podia existir uma dissociação entre as coisas que estavam a acontecer e a doutrina católica. Começaram a aparecer dirigentes progressistas que tomavam posição.

Depois, começa-se a desenhar o movimento anti-colonialista, na ocasião da libertação da Índia e na altura em que se começaram a enviar tropas para lá. Tropas que não podiam resistir! Começa a pensar-se que não seria aquele o caminho para manter o 'império'.

Em 1961 há uma eclosão de acontecimentos em Malange, Angola, que desencadeia uma posição muito clara de revolta nos meios intelectuais, muito. Com a eclosão da guerra colonial começa a ser imposta uma mudança de poder político.

...Havia uma população feminina muito intensa que tinha os seus maridos no ultramar...

Houve então movimentos importantes, como a vigília de S. Domingos.

M.C. - *Participou nesses movimentos?*

P.L. - Eu participei um bocado lateralmente no grupo de Rato.

Nessa altura havia no Serviço Social o padre Honorato Rosa, que foi um homem importantíssimo nesse campo. Foi director do ISSSL e era um homem com uma projecção enorme, que tinha uma dinâmica e lucidez formidável, que marcava.

Havia reuniões do Conselho Escolar e um dia, do Movimento Nacional Feminino, a senhora Supico Pinto que era uma dirigente de relevo na situação dessa altura, convocou o Honorato Rosa. Estava convencida que, como ele era padre, ia dar todo o apoio ao Movimento. O certo é que ele não partilhava das mesmas ideias, mas também não era uma pessoa para fazer grandes contestações...grandes barulhos. Mas era extremamente teimoso. A senhora convocou-o; começaram a falar

de África e ele começou a dizer (nessa altura em que era impossível falar contra a política governamental) que não concordava com aquilo, que aquilo era contra a Igreja, etc, e veio para o Instituto dar conta ao Conselho Escolar da posição que tinha tomado.

O Instituto de Serviço Social vivia, nessa ocasião, de subsídios que a Igreja e o Estado lhe davam. Todo o Conselho Escolar foi praticamente contra o Honorato Rosa: "O senhor foi mesmo dar a sua opinião pessoal, sabendo que estamos aqui em grandes dificuldades e pondo em causa a própria sobrevivência do Instituto?" O Honorato Rosa na sua teimosia diz: "E quem não está de acordo vai-se embora. Eu é que só assim fico bem com a minha consciência". Isto passou-se por volta de 1966/67.

O certo é que o Instituto era uma ilhazinha onde as pessoas falavam e discutiam com liberdade, porque o director, que era um indivíduo muito aberto, defendia muito aquilo em que acreditava. Convidava pessoas de muita categoria para dar aulas, Luis Moita, por exemplo, e outros professores. Havia pessoas doutras formações que eram mais ou menos da chamada ala liberal (...nessa altura eu não fazia esta análise...). Como subdirectora estava a Margarida Abreu, pessoa também de muita craveira e sobretudo com uma filosofia de vida que transpunha na sua didáctica.

A passagem pelo instituto nessa ocasião marcava de facto as pessoas... não era indiferente... havia pessoas, a começar pelos directores, que marcavam...

M.C. - *Foi a sua primeira experiência profissional?*

P.L. - Eu entrei lá pela mão de um amigo, o Pina Prata, que era professor de psicologia e do Fernandes de Almeida, de sociologia, que precisavam de alguém para dar estatística. Chamaram-me e foi com todo o interesse que eu fui.

Mas comecei a minha vida profissional nas estatísticas sociais, que foi uma coisa que sempre achei muito interessante, de maneira que estava muito dentro do assunto.

Participava nas reuniões do Conselho Escolar, procurava fazer os programas articulados... mas estávamos ali por mera carolice. Os aspectos materiais não eram de facto os que mais contavam. Houve tempo em que não ganhava nada, depois comecei a ganhar qualquer coisa, mas, enfim, era mais o interesse que todos tínhamos por aquilo. O Instituto nessa fase tinha uma falta de meios enorme e isso era uma coisa com que as pessoas que lá estavam se preocupavam, porque não podia evoluir sem haver mais meios, nomeadamente no aspecto dos estágios.

A certa altura, para forçar uma posição do Ministério da Educação, a Margarida Abreu achou que aquilo assim não podia continuar, o que deu lugar a uma crise importante lá dentro, porque havia duas alas: uma mais radical - "fecham-se as portas, não há meios, o Ministério não resolve nada, nós andamos aqui a mendigar todos ... estamos a viver da boa vontade". A outra ala, como o Instituto tinha já uma certa tradição em Lisboa, achava - "se isto andar para trás, é uma pena, é um salto muito curto" - e nada garantia que se se fechasse a sua situação pudesse a vir a ser melhor. E a análise que eu faço daquilo é que se se fechasse o Instituto, como os assistentes sociais na altura não eram muito bem vistos pelo Ministério da Educação, acabaria definitivamente. Até porque havia outras faculdades que estavam a nascer, como a da Junqueira, o ISS de Coimbra, o que tiraria facilmente o lugar ao ISSL.

Pouco depois o Carlos Augusto Fernandes de Almeida e eu assumimos que tínhamos que tomar conta daquilo! Andamos a contactar professores para leccionarem e aquilo continuou, mas com um quadro diferente...

O 25 de Abril, foi por seu lado um período controverso e reconheço que a qualidade de ensino não foi a mesma. Já tinha morrido o Honorato Rosa, a Margarida Abreu tinha saído com uma quantidade de pessoas que trabalhavam com ela e as pessoas que vieram não tinham aquele espírito, nem estavam imbuidas daquele ideal que os anteriores tinham... não se fez o que se podia ter feito.

M.C. - *O Sr Dr era de Direito e paralelamente tinha preocupações sociais...*

P.L. - Eu sempre fiquei ligado à parte de Estatística, Técnicas de Investigação e Direito do Trabalho, porque, entretanto, através da minha disciplina notava que as pessoas tinham um curso essencialmente virado para a prática. Assim, todos os exercícios que eu fazia com os alunos eram ligados a situações concretas. A colaboração era também muito estreita com a SCML, razão porque eu trabalho há muito tempo para a SCML. Para mim, é a que tem os melhores assistentes sociais do país. Tem meios, tem uma grande massa crítica, o que não quer dizer que não seja uma casa muito difícil de gerir.

No início dos anos 70, por exemplo, fizemos um levantamento sobre aquilo que os idosos pensavam sobre a situação de internamento e os papéis sociais que lhe podiam estar reservados. Esse trabalho, ainda hoje é um guia. Fizemos o levantamento na cidade de Lisboa para saber o que pensavam do internamento e como é que eles encaravam os seus velhos. Os alunos fizeram os inquéritos porta a porta, por freguesias (e foi feito também nos anos seguintes por gerações de alunos).

M.C. - *Saiu do Instituto em...*

P.L. - Eu saí do ISSSL há três anos (1989).

M.C. - *Mas esteve no IFAS...*

P.L. - Eu enquanto estive no IFAS não dava aulas, porque tinha muito que fazer e porque estava, na ocasião, em conflito com o Instituto. Eu saí do Instituto não por estar em desacordo (até porque as pessoas não devem abandonar as coisas só porque estão em desacordo com o que lá se faz), mas porque me puseram de lá para fora. Por duas vezes, naquela altura eu fui saneado, mas não podemos esquecer a época que se estava a viver! Eu fui saneado da seguinte forma: "Quem vota a favor do saneamento deste sujeito? - 2 ou 3 - Quem vota contra? - ninguém - Quem se abstem? - todos os restantes. Como não havia votos contra eramos saneados.

Entrei no IFAS em 1976 e como era um local privilegiado de estágios de serviço social, eu estava à vontade.

M.C. - *A quem foi seguir?*

P.L. - À Maria Raquel Ribeiro que acumulava o cargo de Directora da Direcção Geral de Assistência, com o de Directora do IFAS.

O lugar de Director Geral da Assistência não estava preenchido, porque se estava já a pensar numa reformulação dos serviços. Havia a DGA que tinha um organismo corporativo - o IFAS - e tinha a parte jurídica do licenciamento das IPSS, mas o grande instrumento de acção era o IFAS, que tinha os SADs, organismos com

muitas limitações em termos operacionais. Entretanto, nessa altura, havia os que vinham do IAF e do Inquérito Assistencial que eram pessoas que tinham praticamente a 4ª classe, que, não sei como foram reconvertidas. Eu não podia concordar que essas pessoas pudessem trabalhar nos SADS, porque é evidente que com essas pessoas não se faz mudança nenhuma.

M.C. - *Esteve no IFAS até...*

P.L. - Estive aí uns 5 anos como director, até à criação dos Centros Regionais de Segurança Social (1980).

Já agora digo-lhe que havia um artigo na antiga Constituição que dizia que a Segurança Social era para todos e a Acção Social estava dentro da Segurança Social. Portanto, tinha respostas genéricas. Ora, não há país nenhum que tenha respostas específicas da Acção Social como "direito subjectivo". Na Acção Social uma das coisas características é proceder a uma avaliação personalizada, para saber o que é que aquela pessoa, família, ou grupo, precisa. Isso não pode ser transformado num direito subjectivo... que a pessoa possa, por exemplo pôr em tribunal...

M.C. - *Na altura os SADS funcionavam, como funcionam agora os serviços de "Acolhimento Social"?*

P.L. - Sim, mas já agora, gostava de dizer, e isto é muito importante para o que se passa agora, o governo socialista de então, quis aproveitar-se de tudo isto para fazer uma imagem de auto-percepção - Segurança Social para todos e a Acção Social não pode estar separada. Esta à partida era contranatura, porque as metodologias de trabalho e as finalidades concretamente eram diferentes. O orçamento não aguentava uma pressão daquela ordem e os profissionais tinham uma frustração enorme por não conseguirem fazer nada, embora tivessem obrigação de fazer tudo.

A minha ideia era que houvesse um sector separado, autónomo da segurança social. Sobretudo os métodos de trabalho era preciso mudar e actualizar, só que aquela estrutura não era possível ser operacionalizada com o mínimo de rigor.

M.C. - *Os 'Atendimentos' já eram postos em causa?*

P.L. - Os 'Atendimentos', por algumas pessoas dos SADS, não eram postos em causa. O que era posto em causa era a atitude de grande parte das pessoas que os faziam. Uma atitude caritativa - "As pessoas davam umas migalhazinhas aos pobrezinhos, e ganhavam um status porque eram pessoas óptimas que davam enquanto houvesse...". Esses ditos profissionais satisfaziam-se imenso. A estes não lhes dava trabalho nenhum e também não resolvia nada.

Pensando nisso, a União das Misericórdias, quando eu estava no IFAS, fez uma proposta que, sendo interessante, era preciso cuidado para que não embarcássemos naquilo. O presidente da União, Virgílio Lopes, disse-me: "O senhor tem aqui uma quantidade de profissionais e nós temos uma União que cobre todos os concelhos do país. Temos as irmandades que conhecem perfeitamente aquela gente que vai aos atendimentos. Dê-nos o dinheiro, as irmandades distribuem-no na mesma e o senhor não gasta nada". Visto isto numa óptica de serviço social assistencialista em que o valor acrescentado do serviço social é zero, ele até tinha razão. Mas era precisamente o que se não podia fazer.

Portanto, fico satisfeito quando começo a ver que há a criação da Direcção Geral de Acção Social e que as coisas começam a separar-se dos regimes. Não o estar separados, mas o serem parceiros,

porque o sector tem respostas e metodologias de trabalho próprias, tem objectivos específicos. São profissionais com estatuto próprio que emergem e que têm que encontrar o seu espaço.

M.C. - Foi para o IFAS porquê?

P.L. - Voltando atrás, o meu percurso profissional foi:

1° - INE, a fazer estatísticas sociais durante bastantes anos.

2° - Ministério das Corporações, no Fundo de Mão de Obra.

3° - Ministério da Educação, onde contribui para uma coisa de que hoje estou muito arrependido. Eu estava no Gabinete de Estudos e Acção Educativa e com as reformas de Veiga Simão demos cabo do Ensino Técnico. Tenho isso na consciência. Estava convencido na ocasião que todos estudarem até o mais tarde possível era uma grande coisa. Hoje não penso assim. Os mais desprotegidos ficam sem saber nada.

4° - No Ministério da Educação, no 25 de Abril, os directores dos estabelecimentos de ensino foram todos saneados e nomeados novos directores. Eu estava no Planeamento de Acção Educativa. O secretário de Estado que era meu amigo, pediu-me que avaliasse essas eleições.

Eu fiquei impressionadíssimo com algumas situações (os tribunais colectivos...) e não agüentei. Não quis colaborar e saí.

5° - Entretanto na Secretaria de Estado da Segurança Social o Henrique Santa Clara Gomes pôs-me como seu adjunto de gabinete. A contestação no IFAS era também enorme (julgamentos colectivos no Largo do Rato...) e pediram-me para ir para lá. É evidente que a certa altura as coisas abrandaram porque as pessoas viram que não podiam entrar em exageros. Estive lá até 1980, até à criação dos CRSSs.

6° - Depois passei para o Ministério da Justiça, para a Reinserção Social, no Centro de Estudos Judiciários, depois para os correios e agora estou em Bruxelas, mas em coisas diferentes: num 'lobbying' empresarial.

NASCIOLINDA GOES: Assistente Social

(Informações enviadas por escrito)

I - Identificação

- Maria Nasciolinda Constantino Goes

.Licenciatura em Serviço Social - ISSSL, terminada em Novembro de 1956.

.Licenciatura em Ciências Político Sociais - iniciada em 1964 e terminada em Julho de 1983 - ISCSP.

.Participação em Grupos de Trabalho diversificados com destaque para:

- 'Grupo Inter-Serviços de Serviço Social' - DGA, 1967/70, funções de coordenadora.

- 'Grupo de Estudo sobre Colocações Familiares' - DGA, 1967/68:

'Grupo de Estudo sobre Conceitos de Modalidades Assistenciais' - DGA, 1969.

- Grupo de Apoio ao Conselho Interno da DGA para Estudo e elaboração de um documento sobre 'A Realidade da Actuação dos Institutos que integram a DGA e sobre os Obstáculos, de ordem externa, à concretizaçãp dos objectivos definidos pelos Serviços' - DGA, 1969/70.

- Grupo Inter-Serviços (Saúde e Assistência) para 'Estudos das normas que hão-de regular as actividades de Serviço Social e Enfermagem de Saúde Pública', Secretaria da Estado da saúde e Assistência, 1971.

- Grupo Inter-Serviços para 'Avaliação Estratégica dos serviços do ex-IAF' com vista à programação futura em base região-Plano - DGA, 1971/72.

- Grupo de trabalho relativo ao despacho nº24/73 da Sub-Secretária de Estado da Saúde e assistência para Estudo da Qualificação e Formação de Agentes de Acção Social-auxiliares sociais, suas funções e diferentes níveis de actuação nos vários campos de trabalho - CFAP, 1973/74 - Funções de coordenadora.

II - Sector da Assistência Social

1. A inovação mais marcante foi a da intervenção do Estado com uma actividade própria, regida por critérios de Justiça Social, planeamento da acção, participação das populações, organização/gestão dos serviços garantindo operacionalidade, trabalho de equipa, participação dos técnicos em estruturas de consulta e de preparação da decisão, formação de recursos humanos a vários níveis:

- Os Institutos chamados de coordenação (IAM, IAI) da acção das IPA (Instituições Particulares de Assistência, que assumiram, afinal, a protecção social das crianças, jovens, idosos), começam a desenvolver uma intervenção de apoio técnico-normativo, mais próxima, cujo percurso conduz ao estabelecimento de acordos de cooperação, verdadeiros contratos, com definição de responsabilidades mútuas, assumidas pelo Estado e pela Instituição, substituindo-se assim os subsídios sem contrapartida (as equipas foram alargadas, integrando pessoal com formação diversificada - assistentes sociais, enfermeiras, terapeutas, educadoras de infância, professores - e organizaram-se por regiões, garantindo, assim, uma cobertura do país).

O IAF, para além da sua actividade tradicional de assistência, passa a integrar dois novos serviços com competências e objectivos diferenciados, abarcando agora outras dimensões de intervenção.

- sócio/educativa e promocional: SPSC
SCF

A DGA desenvolve uma política de gestão de recursos humanos, no sentido da sua valorização, tendo sido criado um Centro de Preparação de Pessoal que, para além da formação/aperfeiçoamento de pessoal já existente nos Serviços e Instituições, apoiou a criação e desenvolvimento de cursos de habilitação profissional, dando origem a novos grupos/categorias de pessoal, recurso indispensável para a implementação de novas actividades junto das crianças, jovens, idosos e deficientes.

2. Do ponto de vista organizacional é de realçar:

- Uma preocupação de planear a actividade do sector na sua interrelação com o contexto económico cultural, procurando-se o conhecimento do mesmo, por meios variados, e garantindo-se um suporte de investigação própria, através da criação do GES (revista editada - Informação Social).

- Uma gestão que procurava uma coerência de actuação entre os vários serviços que integravam a DGA, assegurando-a por vários meios, com destaque para o Conselho Interno, estrutura na qual, para além dos dirigentes e chefias, tinham também assento técnicos de várias áreas, de acordo com os assuntos agendados para as reuniões mensais.

- Uma gestão personalizada pelo Director Geral, que estimulava a qualidade do trabalho, na medida em que, a par da exigência que impunha, reconhecia o esforço, 'elogiava' a competência, confiava nos saberes específicos e capacidades técnicas das equipas.

III - Ligação ao Ministério da Saúde e Assistência.

1. Chefe do Serviço de Cooperação Familiar (Outubro de 1965/Novembro de 1971), por convite pessoal do então Director Geral, Dr. Carvalho da Fonseca.

Dado o Serviço ter sido criado por decisão do Ministro e com a intenção de introduzir novas formas de actuação, para além da tradicional "assistência", sentiu-se todo o apoio superior, manifestado no acompanhamento e avaliação feitos pelo próprio Director Geral.

Ao longo do trabalho desenvolvido identificam-se dois momentos de bloqueio:

- um, quando por ocasião das 'cheias' de 1967, na zona de Loures, a equipa local de CF colaborou com a entidade paroquial, desenvolvendo um trabalho não aceite pela presidência da Câmara, o que levou a uma decisão ministerial de fazer cessar a actividade da mesma equipa;

- outro, quando em 1970, por mudança da equipa ministerial, foram alteradas as orientações gerais dos serviços, tendo surgido decisões quanto ao não desenvolvimento de novos projectos e à não admissão de novas unidades de pessoal.

2. Colocada no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal (CFAP) por despacho da Directora Geral da Assistência, dado o SCF ter sido extinto (Novembro de 1971/Febrero de 1980) - membro da equipa técnica.

IV - Avaliação

- Foi possível desenvolver uma experiência de acordo com as convicções e suportes técnico-científicos possuídos, na medida em que se viveu uma experiência de criação de um serviço, segundo propostas próprias, o que implicou:

1 - na fase inicial:

- elaboração de projectos de organização e de regulamento do serviço;

- actividades de recrutamento e selecção de pessoal;

- organização do plano de integração do mesmo e respectivo acompanhamento da sua execução, numa dupla perspectiva de inserção na orgânica dos serviços e de formação inicial para o desempenho de funções na área específica do SCF.

2 - Na fase de funcionamento das equipas entretanto implantadas: orientação, coordenação e supervisão das mesmas equipas.

- Foi possível organizar um serviço, de acordo com as estratégias julgadas mais correctas, estruturando a sua actividade de modo a criar condições de garantia de qualidade da actuação junto das famílias, grupos e instituições:

- Existência de um sistema de registos de trabalho, base/suporte para análise/avaliação em reuniões de equipa, semanais ou quinzenais, da actividade desenvolvida e para a supervisão feita pelo chefe de serviço às coordenadoras das equipas locais, em deslocações periódicas.

- Realização de encontros anuais inter-equipas para análise e discussão das grandes questões que surgiram na actividade das mesmas equipas.

- Realização periódica de reuniões de estudo sobre temáticas específicas, nas próprias equipas, para construção/desenvolvimento de suportes técnico-científicos para a sua actuação.

- Fomento da participação em acções de formação exteriores para reforço do estudo em equipa.

- Existência, a nível central, de uma equipa de apoio (Serviço Social e Educação Familiar) com funções técnico-normativas - apoio directo às equipas em situações concretas de actuação, organização de instrumentos de trabalho para utilização local.

ISABEL EVANGELISTA: Assistente Social

M.C. - ...Sei que estive no Norte, a trabalhar na Promoção Social...

I.E. - Sim, numa experiência não directamente promovida pelo Serviço de Promoção Social Comunitária, mas que era apoiada por esse serviço. Apoio não só do ponto de vista da formação durante o estágio: tínhamos deslocações mensais para análise dos projectos, com formação teórica; o SPSC subsidiava a Obra de Bem Estar Rural de Baião, onde eu estive a trabalhar, durante cerca de três anos. A Obra de Bem Estar Rural de Baião era uma associação, que hoje em dia se intitula como IPSS, está ligado a uma rede de Jardins de Infância que ainda existe e sei que há uma colega minha que lá está a trabalhar. Qual foi o percurso desde da minha saída, não sei concretamente porque depois desliguei-me um bocado, embora continuasse ainda em contacto com as pessoas... os laços vão-se desfazendo.

M.C. - ...Depois foi para o Funchal...

I.E. - Sim, depois fui para o Funchal, na continuação do trabalho que outras colegas do SPSC tinham já desenvolvido. Havia projectos nos concelhos de Câmara de Lobos, Calheta e Machico. Depois quando eu fui o trabalho foi alargado ao concelho de S. Vicente. No trabalho desenvolvido nessas áreas, relativamente ao dos colegas que nos precederam, não fizemos nenhuma alteração e fundamentalmente era, de acordo com as linhas definidas, um trabalho junto da comunidade no sentido de, com as pessoas, se identificarem problemas e procurar resolvê-los. Evidentemente que o que se pretendia era de algum modo pegar em problemas de fundo, mas as circunstâncias... Nós trabalhamos, embora com um objectivo muito mais lato, no sentido da consciencialização dos problemas das pessoas e que estas, também por si, crescessem e fossem capazes de tomar nas suas mãos o seu próprio destino. De facto, considero de todo o interesse esta meta, mas dadas as particularidades do regime que vivíamos, das nossas próprias limitações, com muitas dificuldades de concretização, evidentemente, que essa era uma meta grande que nos mobilizava. Depois, as coisas concretas passíveis de realização ficavam muito aquém daquilo que pretendíamos. Mas, de qualquer forma, pretendíamos que, através disso, aquilo que fosse possível realizar levasse a que as pessoas pudessem ir abrindo os seus horizontes. Isso era sobretudo no trabalho desenvolvido com jovens, em Câmara de Lobos, Calheta e de algum modo também em Machico.

O que ficou? Câmara de Lobos, por notícias que tenho visto em jornais e na comunicação social, continua a ser uma zona deprimida e uma zona problema - zona piscatória com os seus problemas próprios que os profissionais e suas famílias continuam a ter. Infelizmente, havia já um projecto, antes do SPSC ter começado no Funchal, e eu vim embora sem ele se realizar. Era exactamente um bairro social para os pescadores, porque as pessoas viviam em condições infra-humanas. Esta questão foi sempre também de grande conflito com as instituições, nomeadamente com o Governador Civil, Capitania do Porto, etc, e eu nunca cheguei a perceber exactamente onde é que radicavam as razões da não realização. Calculo que tenha havido problemas económicos mas vim embora em 1971 e o bendito bairro sem se concretizar. Nesta altura, não tenho nenhuma certeza sobre se ele foi ou não construído,

mas a sê-lo, foi muitíssimo mais tarde. Este foi, de facto, um dos problemas amargurante porque na realidade as pessoas não viviam em condições convenientes, o que era mesmo dramático. Havia também problemas de trabalho com as bordadeiras e os trabalhadores de vimes, que eram fortemente explorados. O trabalho que se procurou desenvolver foi considerado contestatário e revolucionário, com todos os problemas inerentes ao facto de estarmos naquela época.

M.C. - *Quais as estruturas que na altura desenvolveram mais as actividades? Quais as mais activas, ou participativas?*

I.E. - Posso dizer-lhe que havia no Funchal uma instituição que era o Instituto Maternal, na área da saúde que, preocupado com as elevadas taxas de mortalidade infantil, tinha desenvolvido uma rede de dispensários materno-infantis, era a área com quem mais trabalhávamos, sob o ponto de vista de educação para a saúde e apoio domiciliário; trabalhávamos muito em cooperação. Por outro lado tínhamos também creches, jardins de infância e actividades de tempos livres das crianças que frequentavam as escolas primárias. Estas instituições eram ligadas ao projecto, com todos os encargos assumidos pela Comissão Distrital de Assistência, que coordenava não só o Instituto Maternal, na área dos dispensários, como todo o pessoal que trabalhava nas creches e jardins de infância.

M.C. - *Autarquias, não se conseguiu o seu envolvimento?*

I.E. - Havia uma grande centralização e as câmaras não tinham a forte componente de intervenção local que depois do 25 de Abril tiveram. Evidentemente que nós procurávamos fazer ponte com tudo quanto era instituição e organismo existente na comunidade. Os ecos e as formas de cooperação possível... enfim, eramos tolerados. Por exemplo o programa de desenvolvimento comunitário da Madeira, com os 4 projectos nos concelhos, procurava uma certa implicação dos organismos regionais existentes, nomeadamente a Junta Distrital e o Governo Civil, embora isso muitas vezes se transformasse mais numa situação formal. Apesar deste aspecto pouco agradável, nós continuávamos a apostar nessa implicação, para vincular as instituições a estes projectos. Anualmente fazíamos a apresentação pública do relatório e do programa de actividades, o que era presidido pelo Governador Civil e onde estava a Comissão Distrital de Assistência e a Junta Distrital que, nessa altura, representava o governo regional. Era o conjunto de departamentos a nível central, da agricultura da pecuária, etc. Bom, procurávamos estabelecer pontes, para que as coisas nunca fossem desligadas. O SPSC, enquanto tal, não tinha verbas para levar avante determinado tipo de projectos. Tinham mesmo que ser as instituições a assumi-las. No caso concreto da Madeira, todos os trabalhadores sociais que estavam ligados a este projecto eram pagos pela Comissão Distrital de Assistência, que nos proporcionou instalações e todo o apoio logístico. Era a nossa entidade mais directa, a quem tínhamos que prestar contas, embora, tecnicamente, dependessemos do SPSC de Lisboa.

M.C. - *Tirou o curso e foi logo para a PSC?*

I.E. - Sim, tirei o curso no Porto e como campo de estágio, escolhi, entre as hipóteses de fazer Serviço Social de Caso, ou Serviço Social de Grupo, ou Serviço Social Comunitário, o Comunitário, porque me pareceu, com todas as limitações que eventualmente tivesse, ser o mais gratificante; sentia-se que fazíamos mais alguma coisa! O Serviço Social de Casos, naquela

altura, punha-me completamente frenética. O 'subsídiozinho', como no velho IAF, era, para mim, um verdadeiro horror.

M.C. - *Na altura faziam estágios todos os anos?*

I.E. - Tinhamos estágios todos os anos, mas no 1º ano eram de observação, depois de Serviço Social de Grupo e também de Caso nalgumas instituições, como no Hospital Maria Pia, mas nunca me senti muito bem nesse tipo de estágios. Já o trabalho de Serviço Social de Grupo gostei mais, embora tivesse sido muito pesado; fui trabalhar com crianças da zona de S. João Novo, área extremamente deprimida, com miúdos em Ocupação de Tempo Livre.

Portanto, fiz o estágio em Baião (em 1966) e depois resolvi continuar o trabalho profissional, até que, finalmente, senti que aquilo tinha muitas limitações. Quer dizer, enquanto projecto de PSC, enfermava de uma visão extremamente paternalista. Sabê como é, quando se acaba o curso, até que o nosso sentido crítico se vá desenvolvendo, analisando e aferindo, nós próprios andamos a descobrir, fazendo... Foi-se criando um certo mal estar dentro de mim. Embora eu gostasse das pessoas (provavelmente não tive capacidade para dar a volta para uma filosofia mais participativa). Mas, de qualquer forma, gostei muito da experiência e acho que me abriu horizontes. E é com os erros que se aprende, não é?

É evidente que tudo isto influenciou muito a minha carreira.

M.C. - *Para além disso era uma época de convicções muito fortes...*

I.E. - Sim, de facto na altura, pretendíamos mesmo mudar as coisas e ao pretender mudar, cada um procurava o seu caminho. Evidentemente que houve todo um conjunto de influências, nomeadamente de leituras que fizemos, de informações que tínhamos, até clandestinas, criação de cooperativas culturais que era uma forma também de as pessoas irem pondo os seus problemas e tentarem influenciar e introduzir grãos de areia nas engrenagens. Eu também fui sócia duma cooperativa. Também era importante o facto de nós, enquanto Promoção Social, termos possibilidade, nas nossas acções de formação, de discutir experiências e termos gente esclarecida, nomeadamente do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, na altura do Planeamento, o João Salgueiro e outros técnicos que lá estavam. Sentíamos que a questão da economia era fundamental para que os projectos não ficassem bloqueados.

Houve iniciativas, até em Baião, que para mim foram o grande mote para sair dali e procurar outros lados. Até, talvez me tenham levado a ficar mais radical. Uma delas foi a organização dum campo de férias para estudantes em que se queria diminuir o desfazamento entre aquilo que era a formação escolar e as realidades onde as pessoas depois eram lançadas. Para quem iria ter papéis de liderança era importante tomar contacto com as realidades, de forma a perceber o que é que estava a acontecer. Através de Associações, cooperativas, etc, compareceram elementos sobretudo de Coimbra e Porto. E claro, as Associações com os seus líderes... Isto foi em 1969 e havia a PIDE por lá metida, que tinha indicações do Governo Civil para acabar com o campo de férias. Felizmente foi à frente porque fizemos luta e o Presidente da Câmara, embora se sentisse entre dois fogos, aguentou firme e fizemos um trabalho bom. Eu fico sem saber se, nessa altura, quem aprendeu mais foram os estudantes ou se fomos nós. No fim de contas, penso que fui eu. Foi uma experiência

muito violenta porque eram hiper-críticos, mas para a minha carreira profissional foi muito positivo.

M.C. - *Na altura não estavam então nada virados para as questões em termos de Assistência...*

I.E. - Não, o menos possível. Quer dizer, havia situações de Assistência, mas tão dramáticas e tão graves, mesmo em Baião, que tínhamos mesmo que recorrer a soluções de assistência. De qualquer forma, a nossa parte assistencial foi sempre de recuperação de situações pontuais; situações, humanamente chocantes, relativamente às quais era preciso tomar uma decisão. Na área da invalidez, houve crianças e adolescentes encaminhadas para os hospitais ortopédicos. Houve por exemplo um adolescente, duma das freguesias para onde não havia estrada, que rastejava e que conseguiu mesmo ficar a andar. Portanto, em situações deste estilo tínhamos que procurar encaminhamentos para instituições de cuidados mais diferenciados. Neste caso o rapaz ficou a andar, mas outros ficaram com canadianas, etc. A nível daquelas situações completamente deprimidas, como eram as de pessoas que viviam numas casas - casebres - completamente miseráveis, fazíamos ponte com o IAF, onde havia colegas que trabalhavam o Serviço Social de Caso. Isto acontecia tanto no Funchal, como em Baião, onde colegas que se deslocavam do Porto cooperavam connosco, simplesmente, através do subsídio.

M.C. - *O SPSC também não tinha capacidade económica para responder duma forma subsidiária.*

I.E. - Nem essas colegas, porque a que estava nesse sector de prestações pecuniárias, os chamados subsídios, tinha, na altura, em 1967/8/9, para o concelho de Baião mais o de Mesão Frio o equivalente ao meu ordenado para prestar apoio às famílias.

M.C. - *Os Planos de Fomento, em discussão na altura: discutiam, participavam?*

I.E. - Sim, nós discutíamos sobre o que eram as grandes opções, as grandes orientações e o que é que isso poderia, de facto, ajudar a 'fazer mexer'. Eu, concretamente, não estive ligada a nenhum projecto de estudo económico. Discutíamos sim, o que é que dali poderia ajudar, nas áreas concretas em que estávamos, o que poderíamos utilizar se porventura houvesse algum programa ou organismo que viesse a ser motor, mas eu nunca estive ligada a nenhum projecto concreto nesse âmbito. Sei que na zona centro houve criação de cooperativas, nomeadamente de calçado, na zona do Bário e da Benedita e na da Lourinhã criação de cooperativas agrícolas.

M.C. - *Na preparação do IV Plano do Fomento tiveram alguma intervenção?*

I.E. - Eu, em relatórios propriamente ditos, não participei. É provável que tivesse havido determinado tipo de questionários, que nós ao nível dos projectos tivéssemos que preencher, mas eu, de todo em todo, não me lembro.

M.C. - *Tinham, portanto, parece-me, uma concepção de Assistência Social, muito ao arrepio da altura.*

I.E. - Pois tínhamos. Não sei se depois as minhas colegas se 'instalaram', mas recusei-me a trabalhar naquela área, porque, de facto, mais do que 'gozar' comigo era 'gozar' com as pessoas a quem nós tínhamos de servir. Era, no mínimo, uma falta de consideração pelas populações. O nosso grande mote, a grande orientação, era

conseguir que as pessoas tomassem consciência da situação em que viviam - que se descobrissem, descobrissem o que havia à sua volta e se confrontassem - que vissem que era possível haver outros caminhos, nomeadamente através da discussão, da participação, encontrar projectos e soluções.

M.C. - *Estava, portanto, no sector 'técnico'. Havia participação interna, isto é entre os profissionais do próprio SPSC? As pessoas tinham direito à palavra e à discussão dos seus trabalhos?*

I.E. - Eu estava no sector operativo e sempre senti que houve discussão franca e aberta.

O que a mim me doi é que houve uma inflexão horrível neste campo. Como é que é possível que nos tempos da ditadura se tenha feito um 'oásis' dentro da própria Administração. A própria D.G.A., enquanto tal, tinha a preocupação que as pessoas se dessem a conhecer, dissessem dos seus problemas, tivessem discussões técnicas, etc, com o director geral e com outros responsáveis, tudo em igualdade de circunstâncias, com efectiva participação. De facto, reuniu-se um conjunto de pessoas que tornou isso possível.

Neste momento, a nível de serviços estamos num refluxo. Desde o momento em que entra Baltasar Rebelo de Sousa e Teresa Lobo, aí foi escavacar completamente a orientação que tinha sido seguida. Nessa altura entrou todo um conjunto de assistentes sociais que não podiam com a Manuela Silva, porque achavam que como era economista, era impossível que estivesse a fazer Serviço Social. Houve colegas que foram 'recuperadas' pelos dirigentes e que foram, com um corpo de técnicos, ao Funchal e fizeram um trabalho nitidamente 'kafkiano', porque, juntando as assistentes sociais todas passaram o tempo a bombardear as colegas do SPSC: "tinham deixado de ser assistentes sociais para serem técnicas de promoção social, portanto tinham sido umas traidoras à profissão". Mas refira-se, elas tinham tido uma completa lavagem ao cérebro e queriam fazer-no-la. Esta foi, de facto uma das piores situações da minha vida profissional porque eu e as minhas colegas do SPSC sentimo-nos ali acusadas e tivemos que estar o tempo todo a ripostar e a dizer-lhes que estavam completamente enganadas. Evidentemente que eu moralmente senti-me vencedora... elas sentiram que não tinham razão!

M.C. - *Depois transitou para o Instituto Maternal.*

I.E. - Exacto, porque perante uma situação daquelas não queria continuar no serviço. O SPSC tinha sido completamente desvirtuado. O Dr. Carvalho da Fonseca, que era um homem cheio de entusiasmo, já se tinha também ido embora. Primeiro foi o Carvalho da Fonseca e depois foi a Manuela Silva. Quando entrou o Baltasar Rebelo de Sousa, evidentemente que estes tiveram que 'saltar', porque achou que era um serviço revolucionário e que isto não podia continuar a ser assim, porque não havia nenhum serviço que reivindicasse a Promoção Social e que a PS tínhamos que a fazer todos e era definida pelo governo. O que, de facto, desvirtuava toda a PS; o nosso conceito era precisamente ao contrário.

Depois duma coisa destas evidentemente que eu não podia continuar naquele serviço, procurei outros sítios para trabalhar.

M.C. - *A Promoção Social acabou...*

I.E. - A partir do momento em que nós sabemos que o Carvalho da Fonseca sai, Manuela Silva também, embora continuássemos com o Fernando Maia, quando começa a haver, a nível central todo o conjunto de acontecimentos que referi, tornou-se claro que as coisas

já não eram as mesmas. A PS, o seu espírito e filosofia próprias acabaram.

M.C. - *Formou-se em Serviço Social e não teve mais formações complementares a não ser as formações que iam tendo constantemente.*

I.E. - Sim, houve colegas que tiraram na altura a licenciatura, mas eu, por uma questão de teimosia, não aderi. Quando, reconhecidamente, o currículo dos nossos institutos era superior ao outro, por causa de se ficar doutor... eu não andava à procura de 'canudo', só para ser doutor! E, inclusivamente sofri as consequências durante muito tempo, mas pura e simplesmente recusei essa saída.

M.C. - *Alguma avaliação relativamente a esse tempo. Normalmente as pessoas ficam bastante empolgadas a falar dele...*

I.E. - *Foi um tempo extremamente criativo.*

M.C. - *Principais bloqueios que encontrou.*

I.E. - A questão política bloqueava bastante, mas a económica também. Nós éramos pagos pela D.G.A., ou pelo SPSC, ou pelos organismos com quem tivéssemos acordos de cooperação. No Funchal era a Comissão Distrital de Assistência. Para além disso o problema económico levantava-se também no que se refere aos projectos, enquanto resposta necessária que pudesse responder aos problemas das pessoas, porque a depressão económica era grande, sobretudo com os pescadores e as bordadeiras. A criação duma cooperativa ainda foi uma questão que se pôs, mas depois não havia grandes condições, tanto mais que havia também por parte das populações desconfianças: populações que tinham sido sempre individualistas não iam depois, 'por obra e graça do Espírito Santo' começar a cooperar. Isto era um trabalho longo e acabamos por nunca chegar a poder apoiar o lançamento de cooperativas.

A nível local havia instituições que dentro do âmbito das suas competências ajudavam e apoiavam a realização de determinado tipo de projectos, mas muito mais os projectos de carácter social: ocupação de tempos livres, animação do trabalho de jovens, creches e jardins de infância, embora pudesse haver por parte de outros organismos, cedência de instalações, ou outras.

O C.P.P. apoiou também na preparação de pessoas que depois iam trabalhar para creches e jardins de infância.

Nós, tínhamos a nossa própria formação desenvolvida através do SPSC. Havia por exemplo cursos de integração e uma coisa que eu nunca mais vi: a DGA tinha feito um Manual de Integração para toda e qualquer pessoa que entrasse para o Serviço: os diplomas legais, os objectivos e competências dos diversos organismos, os organogramas. Aliás, nós tínhamos um período de integração em que, embora pudessemos estar a trabalhar, tínhamos espaços de discussão: inseríamo-nos na instituição em que estávamos no sentido de saber quem era quem, e quem fazia o quê.

Depois do 25 de Abril, que tantas esperanças nos deu e em que pensamos que as coisas pudessem ser diferentes, embora acontecessem coisas extremamente interessantes, como o SAAL, as comissões de moradores, tudo isso, que depois também entrou em refluxo, a verdade é que a participação das instituições, nas discussões, etc, já não foi a mesma. Houve também, como aliás era natural, alguns exageros por parte dos profissionais, na forma como

conduziam determinado tipo de discussões dentro dos serviços. Houve um excessivo radicalismo que fez com que as pessoas ficassem até amedrontadas e que efectivamente, porque não tinham coragem de pôr em causa a participação, continuam a tê-la como 'coroa de glória' mas têm medo disso. Aliás veja o que acontece hoje em dia com diplomas fundamentais, que não dão direito a qualquer tipo de discussão, como o novo Código Penal, por exemplo. A decisão política continua a ser do governo que foi democraticamente eleito, e discussões fundamentais não são feitas, quando só teriam a ganhar porque as coisas podem aperfeiçoar-se. Hoje em dia alguém que consiga levantar alguma questão é considerado força de bloqueio. Em vez de se estimular a criatividade e o interesse e entusiasmo das pessoas, dando-lhes possibilidades de elaborarem projectos e propor as alterações que achem convenientes, porque os projectos quando surgem não são logo perfeitos, há sempre coisas que podem ser aperfeiçoadas, não ouvem, nem aproveitam. E é um desperdício estarem a pagar às pessoas não aproveitando todas as suas capacidades. Mas hoje em dia é o que está a acontecer. Até sob um ponto de vista financeiro, que parece que é a única coisa que balisa a orientação política - vejam o que podem aproveitar, para potenciar os recursos disponíveis!

Eu quando li a Lei de Bases da Segurança Social devo dizer que me deu vontade de chorar...

I.E. - Diga-me uma coisa: este trabalho vai servir para quê?

M.C. - *Este trabalho é a minha Tese de Mestrado. O que eu quero provar é que, a formação, as motivações, as preocupações das pessoas que trabalharam na altura tiveram influência sobre todo o tipo de trabalhos que foi feito. Que realmente foi uma época em que houve profissionais com formações variadas, interesses variados, sensibilidades variadas e que isso foi importante para os serviços de promoção que se foram implementando.*

I.E. - Eu estava era a ver que um trabalho desses, talvez fosse importante ser entregue aos responsáveis. Não sei é se iriam gostar... Isto vai parecer conversa de ETs...

ISABEL MARIA ATHAYDE FLORA: Assistente Social

M.C. - ...Deu aulas no Instituto de Serviço Social e representa um pouco a história do Serviço Social em Portugal e a luta pela sua afirmação...

I.M. - O que não sabe é que as grandes evoluções do Serviço Social começaram em Lisboa, sobretudo com a vinda de um padre belga que nos fez supervisão. O primeiro sítio onde começou a haver supervisão tecnicamente feita foi por aquele grupo que fez o curso com o padre Wander Zeguell.

M.C. - ...Acabou o curso e foi dar aulas, entrou logo para o corpo docente?

I.M. - Sim, sim entrei logo como monitora. Depois morreu o professor de Métodos de Trabalho e eu encabeci essa cadeira. Depois, fui dando muita coisa...as coisas complicadas como o serviço social ligado à psiquiatria na infância, à psiquiatria de adultos, o desenvolvimento comunitário, serviço social de comunidades. Bem, dei muita coisa e agora não sou capaz de me lembrar de tudo quanto dei, porque fiz uma carreira muito longa no Instituto. Dei aulas até 1964 e depois estive dois anos na Junqueira. Saí, portanto, em 1964 do Instituto. Formei-me em 1947 e entrei logo para o corpo docente. O meu primeiro serviço foi ir ao I Congresso de Serviço Social que se realizou na Suíça logo a seguir à Guerra. Comecei bem! Em Outubro seguinte comecei a dar aulas. Primeiro como monitora e tinha o acompanhamento das alunas todas nos estágios hospitalares. No segundo ano fiz o acompanhamento nos Serviços Médico Sociais, tuberculose, cancro, todas essas coisas eram comigo também. No terceiro ano fazia o acompanhamento dos estágios na Tutoria e também fui monitora de Centros Sociais. O Centro Social da Bempostinha, quando a Maria José Viana adoecia era eu que ia para lá orientar o Centro e o Centro Social do Menino de Deus que foi criado por mim. Era uma casa onde funcionava qualquer coisa de assistência a crianças, mas o rés do chão estava abandonado e nós criamos lá um Centro Social, que eu fui abrir como orientadora de estagiárias finais.

Eu apanhei toda a evolução daquele Instituto desde o trabalho social de caso, até à introdução das técnicas mais evoluídas.

M.C. - Nos anos 50/60, houve muita remodelação?

I.M. - Houve muita coisa e por exemplo o trabalho do Padre Wander Zeguell foi extraordinariamente importante para nós porque nos colocou na perspectiva da supervisão: como é que se pode ajudar os alunos e os profissionais a melhorarem a sua atitude, sem ser duma forma autoritária. Portanto, a nossa supervisão é uma supervisão de reflexão e não de orientação, ao contrário das brasileiras, porque estas não fazem supervisão, mas orientação: impõem uma determinada metodologia. A nossa supervisão é ajudar as pessoas, não dizendo como as coisas são, mas ajudá-las a encontrar os seus problemas e os seus problemas na relação com os outros.

Eu agora só tenho uma supervisão, mas durante muito tempo tive chefes de serviço em supervisão, porque elas não podiam discutir os seus problemas de chefia do serviço com as suas subordinadas e como sabe quem chefia um serviço tem sempre problemas com as pessoas a quem chefia. Portanto, era exactamente no sentido da reflexão e do

fazer as pessoas encontrarem-se, através da expressão dos problemas e da consideração dos caminhos possíveis, o que não é nada orientar um serviço. É despertar a pessoa para a análise da sua problemática na relação com os outros. Isto tanto no serviço social de Atendimento Directo de clientes, onde também há muitos problemas... a gente não gosta de toda a gente... e temos às vezes clientes extremamente difíceis.

Eu lembro-me de um caso na Bempostinha de atender uma velhota que vinha pedir um subsídio porque tinha que desempenhar a camisa do filho. O filho só tinha duas camisas. Ela tinha empenhado uma e ele precisava dela para mudar. Depois, no fim volta-se para mim e diz-me: "Ai, a senhora podia dar-me mais alguma coisinha para eu comprar um bifinho". Eu saltei logo na cadeira. Porque é que havia de ser um bifinho que era a carne mais cara que se comia naquela altura? Quer dizer eu saltei na cadeira, mas não reagi em relação à pessoa, mas vontade não me faltou para lhe dizer: "Tenha juízo e coma uma perna de frango que é muito mais barato". Mas está a perceber: mesmo a pessoa que tem bastante controlo sobre si própria de vez em quando reage... Portanto, a supervisão era toda nesta linha e quando começaram a vir as brasileiras viraram tudo de "pernas ao ar" porque chamavam supervisão, mas não era: era orientação.

M.C. - Em que altura saiu do Instituto?

I.M. - Quando o Padre Honorato ficou como director eu saí com a directora, a Sra D. Maria Carlota Lobato Guerra. Eu saí como subdirectora, quer dizer, comecei por ser monitora no 1º ano e saí como subdirectora. Isso também tem uma História. Eu a princípio tinha dito que não saía. A Sra D. Maria Carlota saiu porque era boa demais e não punha ordem nas pessoas: deixava as monitoras fazerem o que elas queriam, irem aos dancings e terem namorados, o que era perfeitamente normal naquela idade, mas enfim, e havia uma auxiliar do apostulado que fazia a intriga toda com o Senhor Patriarca. O Senhor Patriarca disse que ela (Sra D. Carlota) realmente era muito boa mas que não tinha mão, portanto tinha que se ir embora. Eu a princípio não sabia como é que a coisa tinha chegado ao Senhor Patriarca, disse que não me ia embora e que se quisessem que eu fosse tinham que me mandar, porque eu voluntariamente não me demitia. Quando percebi que tinha sido uma das pessoas da casa que tinha feito a intriga toda, resolvi que não ficaria lá nem mais um dia.

Depois ficou o Padre Honorato como director. Depois morreu, como sabe, mas a cabeça mandante era a Margarida Abreu, que está agora na Católica. Entretanto veio o 25 de Abril, aquilo levou uma volta, uma coisa descomunal. Eu uma vez passei pela frente do Instituto e vi em letras encarnadas: "Não ao Serviço Social Tecnocrático". E faziam-se coisas piores... Penso que o Porto não foi tão agitado como Lisboa. Lisboa foi a desordem completa e brutal. Tinha lá dentro pessoas de esquerda e os alunos só iam estagiar para sítios de orientação de esquerda e praticamente não iam fazer serviço social... iam fazer política!

Eu tive uma supervisada que fez o curso nessa altura que não sabia pegar num caso. Estava fora de Lisboa num serviço de idosos, mas fazia também atendimento de casos. Uma vez disse-me: "o que é que eu hei-de fazer a esta menina?" Eu respondi: "É muito simples, é aplicar a regra do Serviço Social de Casos". Ela abriu os olhos e perguntou o que era isso, ao que eu respondi: "É o estudo, o diagnóstico ou interpretação e a acção construtiva, ou tratamento". Ela não fazia ideia nenhuma disso... Portanto, não me admira que haja aí muita gente que não saiba o que está a fazer. Pode estar a fazer

coisas muito boas, mas que não são Serviço Social, pelo menos segundo as técnicas que eu aprendi.

M.C. - *Para além da sua ida à Suíça, participou em mais seminários, encontros, formações várias ...*

I.M. - Fui a muita coisa. Fui à Suíça, ao congresso, a um seminário em Inglaterra, à Alemanha (outro seminário), à Grécia, etc. Na Inglaterra fui convidada a dirigir um grupo. Já tinha o meu 'crédito' estabelecido pela actuação que tinha tido noutros anteriores.

Como resultado da minha actuação no congresso da Grécia fui convidada para fazer o mestrado nos Estados Unidos América, onde, por razões de ordem familiar acabei por não ir. Por outro lado, o Professor Adriano Moreira, estava eu a trabalhar na Junqueira, disse-me que não serviria de nada e desconvenceu-me.

M.C. - *Mas, de qualquer forma isso ajudou a que lutasse ainda mais pelo reconhecimento do Serviço Social?*

I.M. - Concerteza, porque eu quando estive na Junqueira o Professor Adriano Moreira obrigou-me a fazer a licenciatura. Como sabe, lá tinham o mestrado e a licenciatura e admitiam as assistentes sociais a fazer só a licenciatura em Ciências Sociais e Políticas, que foi o que eu fiz antes de ir para o CPP.

Depois o Adriano Moreira criou um curso de Serviço Social lá, do qual eu fui monitora, mas que acabou por nunca ser reconhecido pelo Ministério. O curso durou quatro anos e os alunos saíram licenciados em Ciências Sociais e não em Serviço Social.

M.C. - *Depois foi para o Centro de Preparação de Pessoal?*

I.M. - Fui. Tinha duas colegas, minhas antigas alunas, que trabalhavam no IAF. Eram muito próximas do Director Geral da Assistência, Carvalho da Fonseca, e este pediu-lhes se conheciam alguém capaz de organizar um serviço daqueles. Elas falaram-me, eu aceitei e criei o Centro de Preparação de Pessoal desde o princípio.

Este Centro não era um serviço de Assistência à Família. Era de preparação de técnicos para as variadíssimas actividades de instituições, umas fechadas e outras abertas, e directamente dependente do Director Geral. A Manuela Silva era do Serviço de Promoção Social Comunitária e eu do CPP, portanto, era só, só, formação de pessoal.

Nessa perspectiva é que eu preparei aqui uma série de coisas para si: 'O CPP, seus objectivos e Planos', 'O apuramento dos problemas surgidos' (eu fui para lá em Outubro/65 e isto foi feito em Fevereiro/66) - esta foi a primeira grande actividade do CPP, que foi um trabalho feito com religiosos e religiosas que trabalhavam em instituições de assistência. Tem também aqui toda a actividade do CPP: os relatórios anuais. Havia muito a perspectiva de que as pessoas se promovessem para terem capacidade para trabalhar com os outros. O CPP, como vai ver, criou imensos cursos numa perspectiva de valorização das pessoas para o exercício das suas profissões no aspecto educativo e assistencial, uma vez que era para trabalhar mais com os pequeninos e deficientes.

Não tenho ideia de ter feito coisas para a Terceira Idade. O problema não era tão agudo como hoje, porque as pessoas ainda tomavam conta dos seus velhos. Pelo menos, dá-me ideia que nunca foi feito nada de muito estruturado.

M.C. - *Nessa época apostavam essencialmente na infância?*

I.M. - Exacto. Aliás, isso correspondia a uma perspectiva do director geral, que era muito mais virado para estes aspectos do que para a assistência pura do subsidiozinho. Ele foi do I.A.M. para director geral, portanto também fez o seu caminho.

Foi um homem com quem eu nunca tive o mais pequeno problema, porque quando era para ter não tinha. Punha as coisas claras. Uma vez mandou-me chamar para me dar um raspanete e acabou por me pedir desculpa, depois de esclarecidas as coisas. Mas tinha coisas muito especiais. Uma das brigas que tivemos é porque ele achava que os inspectores deviam ir aos lares das raparigas e entrar nos quartos sem bater à porta... Não queria bidés nas casas de banho de todas as instituições, por ser uma fonte de propagação de doenças venéreas... Depois de discutirmos, ficou então de falar ao arquitecto para que fizesse os bidés sem rolha, todos com água corrente. Outra vez, não queria bacios nos quartos dos velhos... O que só revelava que nunca tinha tido um velho em casa para saber como são os problemas, porque a gente aprende muita coisa com a nossa própria família! Eu tive um avô que morreu muito velho, uma avó que morreu cega e paralítica, tive uma mão paralisada 20 anos e sem fala... portanto tive uma vivência pessoal de situações difíceis, o que me permitia argumentar com uma certa segurança.

M.C. - *Foi um período em que, de qualquer forma, se podia 'bater o pé'?*

I.M. - Bateria-se o pé com 'tino'. Porque bater o pé sem 'tino', só dá asneira. Bater o pé com argumentos válidos convence e havia espaço a que pusessemos a nossa opinião. Eu nunca senti bloqueios na altura.

Havia por vezes problemas complicados. Lembro-me dum curso de formação para professores de cegos. Eu preparei tudo, mas havia uma directora que trabalhava com cegos. No fim do ano eu fiz a primeira avaliação do 1º curso e em vez de começar pelos aspectos positivos, achei que era muito mais produtivo começar pelos aspectos negativos. Puxei pela língua a todos os professores presentes e à directora: o que correu mal. A certa altura a directora começou a chorar convulsivamente e eu fiquei atónita, sem saber porque é que ela estava a chorar. Ela dizia que a culpa era dela, ela é que não tinha sabido fazer, orientar, etc. Eu disse-lhe que não, não era nada daquilo. A minha perspectiva era saber o que é que não tinha corrido bem para se saber como resolver e ultrapassar. Mas isso foi uma grande lição para mim. Eu nunca mais comecei uma avaliação pelos pontos negativos.

Outra coisa interessante que se fez foi a formação no asilo de Alcobaca do pessoal, que eram as empregadas domésticas. Para saberem com agir junto das pessoas. As pessoas punham algum descrédito no curso, porque achavam que depois iria voltar tudo à mesma coisa. Propus então, que passado um ano nos deslocássemos lá, para fazer a avaliação com elas. Ficou tudo admiradíssimo com o resultado.

M.C. - *O CPP era em Lisboa. Como é que os cursos chegavam às instituições?*

I.M. - Ou vinham pessoas dos vários sítios, ou vinham pessoas duma instituição. Houve uma coisa só que se fez no Porto com as Doroteias que tinham uma casa de assistência a crianças. Com o nosso apoio elas fizeram um curso para as agentes de educação familiar que iriam trabalhar com as educadoras de infância. Esse

curso, feito no Porto teve a duração de um ano e foi a Madre Cunha a grande animadora dessa actividade.

M.C. - *E se houvesse algum pedido de intervenção numa instituição, onde as coisas não estariam a correr muito bem?*

I.M. - Não, isso não era connosco. Nós não tínhamos absolutamente nada de fiscalização. A única coisa que poderíamos fazer era propor a pessoas dessa instituição que viessem aos nossos cursos. Mas não eramos nós, CPP, que tomávamos essa iniciativa. Fazer formação sim, se as instituições o pedissem, ou abrissem as portas, mas nunca por imposição nossa. A Cooperação Familiar é que sensibilizava as instituições ou sugeria a participação das pessoas nos cursos.

Raramente se faziam coisas para uma só instituição. Normalmente abria-se concurso e admitiam-se pessoas de variadíssimas instituições. Só ao Porto é que nos deslocávamos porque tínhamos uma colaboração muito activa das Doroteias. A casa que tinham permitia organizar cursos até por um ano. De resto, fomos à Madeira também, onde estivemos uma semana com o pessoal das instituições que lá funcionavam.

M.C. - *A Sra Doutora depois saiu do CPP porquê?*

I.M. - *Por razões de ordem pessoal.*

M.C. - *E não voltou para a escola.*

I.M. - Não, porque eu era da 'velha guarda'. Eu era uma pessoa 'impossível'. Deixei mesmo de pôr os pés no Instituto.

M.C. - *Mas em termos de Serviço Social continuou bastante activa, dá-me ideia...*

I.M. - Continuei sempre a acompanhar. Ainda há pouco tempo era presidente da Assembleia Geral do Sindicato e Secretária da Assembleia da Associação dos Profissionais de Serviço Social. Continuei sempre ligada às Assistentes Sociais. O serviço foi variando, eu fui fazendo coisas interessantes e mesmo nos Serviços Sociais do MSA, se o serviço social se criou naquele serviço, foi por mim, não foi pelo director. Portanto eu nunca me desliguei.

M.C. - *Foi tirar o Curso de Serviço Social já com ideias muito seguras?*

I.M. - Não, eu queria ser engenheira química. A minha paixão era saber como é que as coisas eram por dentro. O meu pai opôs-se terminantemente, porque achava que uma mulher não era engenheira química. Entretanto eu vivia em Beja e havia lá uma rapariga, filha de um amigo do meu pai, a Luísa Galvão, que estava no Instituto a fazer o curso de Educação Familiar e o pai falava muito bem do curso que a filha estava a fazer. O meu pai é que me influenciou para eu ir para o Instituto de Serviço Social e eu aceitei o desafio, porque eu em Beja não queria continuar e tinha razões para isso. Fiz o 7º ano de letras e de ciências, já não podia fazer mais nada ali. Depois de estar no Instituto uns meses é que eu percebi o que era o serviço social e o meu interesse do 'por dentro'.

Depois entretanto fiz uma grupanálise, de maneira que o meu trabalho de grupo tem duas componentes: a do serviço social de grupo (mas às vezes não é serviço social que a gente está a fazer) e a componente grupanalítica. Isso fez-me aprofundar mais as coisas do grupo e o conhecimento das pessoas.

Neste momento sou a vice presidente da direcção da Sociedade Portuguesa de Grupanalise. Mantenho-me activa.

...eu já fiz 70 anos... a história é comprida!

M.C. - *Alguma avaliação do tempo em que trabalhou no CPP: bloqueios, aberturas...*

I.M. - Eu penso que nessa altura dada a evolução das próprias técnicas de serviço social, a destriça entre o serviço social de relação individual, o serviço social de grupo e o de comunidade, tudo isso constituiu uma primeira reestruturação.

Do meu serviço eu obtive praticamente tudo o que foi preciso, porque tinha um director geral que estava empenhado e que era um homem extraordinariamente activo, respeitador e humano.

As pessoas, entre as quais os directores dos vários institutos tinham medo dele. Fazia reuniões mensais com o pessoal dos vários institutos e não imagina a dificuldade que tinham em se exprimir diante dele. Ele era hiper-crítico, mas eu nunca tive medo de falar com ele.

M.C. - *Nesta época, nota-se que havia convicções fortes relativamente àquilo que as pessoas faziam. As pessoas estavam normalmente ligadas a movimentos, ou não?*

I.M. - Havia de tudo. A Maria Raquel Ribeiro foi deputada, portanto essa era política. Eu nunca pertenci a partido político nenhum. Fui da Mocidade Portuguesa como toda a gente foi. Depois, havia dois grandes movimentos religiosos a Acção Católica e as Noelistas. As Noelistas brigavam com a Acção Católica, mas a AC não brigava com as Noelistas.

MARIA RAQUEL RIBEIRO: Assistente Social

M.C. - *Assistência Social nos anos 60/74...que prioridades ao nível da intervenção...que influências recebeu...?*

M.R. - No exercício da carreira profissional uma das coisas que me influenciou foi perceber que o que tínhamos da nossa identidade cultural tinha muito a ver com os padrões que os outros tinham no campo da Protecção Social. Só que a gente aqui vivia fechada neste rectângulo e estávamos como que condenados a ter a taxa de mortalidade infantil que tínhamos...

M.C. - *Na altura onde estava a trabalhar?*

M.R. - Comecei a trabalhar em Janeiro de 1949, no IAF. Nesse Instituto havia 3 assistentes sociais - uma que era a chefe de serviço social, outra em Lisboa e outra em Coimbra, embora esta última estivesse também a maior parte do tempo em Lisboa. Depois, começaram a entrar mais assistentes sociais e começaram a criar-se as delegações do IAF desde Viana do Castelo, aos Açores e à Madeira, isto já em 1950.

Mas entretanto, eu toda a vida fui uma pessoa um bocado inconformista e não podia com as coisas estáticas. Apesar de ter dado a volta ao país e de ter ajudado a criar as delegações, queria muito ter trabalho directo. Fui então a primeira Assistente Social a fazer trabalho directo nos concelhos subúrbios da cidade de Lisboa, em ligação com aquilo a que depois se veio a chamar as Comissões Municipais de Assistência. Em instalações cedidas pelos presidentes das câmaras eu fazia Atendimento Directo nos concelhos de Oeiras, Cascais, Sintra e Loures. Ao mesmo tempo ajudava na planificação deste tipo de serviços ao longo de todo o país.

Mas, ao mesmo tempo, andava descontente, porque não gostava de ser só uma funcionária pública.

Na altura, o director do IAF era um tenente - Assis Gonçalves - de Vinhais, que me tratava por Menina Raquel... o que eu achava também tudo muito pouco profissional...

Por outro lado, não queria ser uma pessoa desajustada. Conversei então com algumas amigas minhas que eram Noelistas e me disseram que havia uma obra social que precisava de uma directora técnica, assistente social. Era uma casa de mães solteiras que estava a funcionar há um ano e a assistente social que lá estava tinha saído. Eram, portanto, mães solteiras que tinham tido o primeiro filho.

Comecei a trabalhar nessa obra noelista, só que tinha que cumprir os horários públicos. Dormia lá, fazia lá a vida e trabalhei assim até 1958. Nunca deixei o IAF (já fiz 44 anos de serviço público), porque ali trabalhava como voluntária. Dessa forma, como vivia lá, era aí que tinha o meu trabalho de 'casos' e fiz uma experiência engraçada, até porque achava que o curso não me tinha dado nessa área uma formação capaz. Nessa altura estava muito marcado, mesmo internacionalmente, o chamado "Case Work", "Group Work" e "Community Work" e eu achei que para fazer um trabalho sério com as mães me devia especializar em "Case Work".

Entretanto adoeceu a Chefe de Serviço Social do IAF, Maria Leonor Correia Botelho, que foi para o Caramulo, e a direcção nomeou-me substituta. Passei então a ter os dois tipos de trabalho, Trabalho

de Caso e Direcção do IAF, mas achava que quer numa área, quer noutra, me faltavam conhecimentos. Eu já tinha tido um contacto em Roma, em 1950, num congresso internacional de Serviço Social e tinha procurado saber como é que podia fazer um curso de aperfeiçoamento durante as férias, porque não podia deixar de ser funcionária... Em 1951, nos chamados cursos de verão, estive quase três meses numa Universidade em França e fiz o curso que se chamava na altura "La Psychologie des Profondeurs". Portanto, tirei psicologia e filosofia.

No ano seguinte fiz um curso de verão em Paris e em 1953 tive possibilidade de fazer um curso de "Case Work" em Bruxelas. Eu achava que precisava muito de melhorar os meus conhecimentos porque os casos que apareciam no IAF ou eram de grave crise de pobreza, ou então muito individuais de desajustamento - ex-presidiários, por exemplo, e na altura não havia mais serviços oficiais organizados. No IAF, nós fazíamos aquilo a que chamávamos um serviço de "cangalheiro", porque ia lá parar tudo.

Depois desse curso estive quase para ir para o Canadá, não fui por problemas particulares, para me especializar também em "Case Work".

Em 1954 tive uns contactos com Genêve, num programa de Serviço Social da Europa, onde pus algumas preocupações, porque estávamos muito fechados. No Ministério dos Negócios Estrangeiros havia a PIDE em cheio, ..., tinham conhecimento que havia uma portuguesa que andava sempre no estrangeiro, mas através desses contactos eu entrei noutra fase da minha vida profissional. Comecei a ver, através dum Plano de Desenvolvimento Social que os serviços não precisavam só de "Case Work", não era só uma gestão administrativa e burocrática dos Serviços Sociais. Aliás para mim foi sempre muito útil ter os dois modelos: o de um serviço público e o de um a nível micro (o do Lar de raparigas).

Entretanto iam entrando assistentes sociais para o IAF, muito com carácter assistencial e eu não podia com aquilo, porque via que não se passava daí, não atrasava nem adiantava! Em Maio de 1957 a Maria Leonor Correia Botelho voltou e por coincidência o então secretário de estado, como havia muitas queixas e muitos pedidos, como ainda agora há, pediu ao IAF uma assistente social que às terças feiras fôsse atender àquelas queixas e àqueles pedidos. Passei então eu a ir e conseqüentemente a ter acesso a um membro do governo e a poder falar e dizer que daquela forma só se gastava dinheiro, mas não se saía da 'cepa torta'.

Aliás, eu estou a lembrar-me que cheguei ainda a trabalhar, no trabalho directo, com um subsecretário de estado da Assistência, o Dr. Ribeiro Queirós que desconfiava tanto do trabalho das assistentes sociais que eu cheguei uma vez a responder-lhe com certa fúria, dada a sua desconfiança.

Entretanto o Dr. Queirós sai e vem o Dr. J.G. Melo e Castro para subsecretário, que tinha saído de deputado e era um homem muito aberto, tinha estudado na Bélgica e todas as suas tendências eram para um socialismo em Portugal. Continuei no serviço de atendimento, mas em finais de 1957 ele disse que achava que se devia começar a resolver alguns problemas da cidade, dos maiores que eram os das barracas. Nessa altura o provedor da Misericórdia de Lisboa convidou-me para ir trabalhar para lá, destacada por 3 meses para a Misericórdia onde não havia Serviço Social... tinha tido três colegas... mas o serviço era essencialmente o pagamento de subsídios para as chamadas 'Ajudas Técnicas', pagar funerais, etc. Eu então que sabia o horror em que funcionavam os lares, etc, pedi 5 ou 6 meses para andar por ali, só queria uma secretária e uma administrativa

para começar a pôr tudo em ordem, até conseguir conhecer a Misericórdia.

Fui na altura nomeada Chefe de Serviço Social e a minha maior preocupação eram as crianças que estavam nos lares e as pessoas que viviam nas barracas da Curraleira - quase todas pessoas emigradas do Norte, mas algumas já faziam parte da segunda geração. Quis antes de mais criar uma equipa técnica para conhecer as pessoas que viviam aí (através de inquéritos) e ver se com a Câmara se conseguia algum apoio para a construção de casas, etc. Ao mesmo tempo achava que por um lado aquilo devia ser integrado num trabalho muito mais vasto e que, por outro, havia na Curraleira muitos casos que precisavam de apoio. Concordaram com a ideia e nós fizemos só uma pequena prospeccção, com o apoio duma equipe organizada pelo Instituto de Serviço Social de Coimbra, que foi trabalhar para a equipa. A partir do verão à medida que das escolas foram saindo técnicas, foram-se organizando os recursos humanos para formar uma verdadeira equipa técnica.

Nos estabelecimentos da Misericórdia era inacreditável como viviam as crianças naquela época. Havia um estabelecimento que era a chamada 'Ala da Rainha Dona Leonor' onde, num corredor enorme, os miúdos estavam horas praticamente às escuras. Eu não podia de maneira nenhuma concordar com aquilo e a primeira coisa que fiz foi pedir carta branca para ir falar com o Dr João Santos, o pedo-psiquiatra, para vir ver essas crianças. Elas olhavam para nós como 'moscas', a carência afectiva era impressionante. Nessa altura, fruto dos meus estudos de "Case Work", achei que devia estudar psicologia infantil e, nas férias, fui para França, para um Centro de Investigação Infantil. Entretanto, a provedoria deu-me simultaneamente a reformulação dos equipamentos dos estabelecimentos de crianças (de idosos só havia um) e permitiu que fizéssemos colónias nas férias. Então, fui à escola de Educadoras buscar alunas finalistas e estagiárias que organizaram as primeiras colónias de férias em casas que estavam fechadas e eram da Misericórdia. Houve uma motivação do director de Serviços do Património e directores de Serviços Financeiros, todos se revelaram muito motivados em colaborar com a provedoria e o governo. Desde então começaram a fazer-se programas para a renovação dos lares... havia crianças que nunca tinham visto o sol, nem uma árvore... era uma coisa incrível e claro que cerca de 50% desses da Ala Rainha estavam com problemas terríveis e criamos um departamento quase só para eles.

Entretanto, relativamente ao estudo da Curraleira tive um problema horrível porque um dia fui almoçar 'Tête à Tête' com jornalistas ... aquilo foi apanhado ... saiu no jornal mas os artigos ficaram todos cortados pela censura e o provedor foi atacado directamente pelo Salazar que queria saber quem era uma assistente social Raquel que lá estava que devia ser 'destrambolhada'. O dito jornalista ofereceu-me os recortes dos artigos que ainda lá tenho. Aquilo passou e eu fiquei por lá até 1971.

Antes disso já o IAF tinha feito um protocolo em que ficou decidido que a Acção Social da cidade de Lisboa passasse para a SCML, como ainda hoje se mantém.

O Provedor dr. Melo e Castro, tinha já como ideia, no início de 1960 criar o totobola, o departamento de apostas mútuas, para trazer rendimento à SCML. Paralelamente, já se falava em fazer a transferência dos serviços sociais do IAF para a Misericórdia. Houve então assistentes sociais que passaram a coordenar toda a Acção Social em certas zonas definidas. Entretanto achavamos que para além do trabalho de atendimento, do trabalho de caso, do trabalho nas

zonas degradadas, que devíamos preocupar-nos com cursos de aperfeiçoamento, não só dos quadros da Misericórdia, mas de outros sectores de Serviço Social - de empresa, etc. Foi muito interessante essa época de trabalho, para o qual fui buscar a Maria José Viana, Olga Pinheiro, etc, e a atenção dada às zonas degradadas, assim como às novas áreas de renovação urbana.

Aí eu trabalhei muito na Acção Católica. Naquela altura havia os intelectuais católicos que estavam também muito empenhados, desde o Nuno Teotónio Pereira, ao João Salgueiro, para ver os problemas pelas várias perspectivas. Entretanto o Melo e Castro saiu e voltou ao Parlamento. Eu estava como presidente da Comissão Instaladora do CPCISS, e estava prevista uma Conferência sobre os Direitos do Homem em Helsínquia, organizada pelo Conselho Internacional de Acção Social, fizemos um relatório sobre o trabalho com o Mário Murteira e outros, mas não quiseram que o relatório fosse divulgado. Depois não nos queriam deixar ir e eu disse que só a PIDE é que nos podia proibir... que nós íamos durante as férias e não como funcionários, houve uma trapalhada muito grande. Acabaram por nos deixar sair, mas com uma pessoa do Ministério das Corporações. O senhor que foi, por acaso era uma pessoa com quem eu me dava muito bem, e quando lá chegou telefonou logo para o Ministro a dizer que afinal não estava lá a fazer nada porque nós tínhamos sido muito bem recebidos.

Acontece, no entanto, que quando estávamos em Helsínquia houve uma colega que foi mais tarde e nos levou os jornais a dizer que o Salazar tinha caído da cadeira, que estava muito mal e que aquilo era para morrer. Eu que entretanto tinha tirado férias e levava na ideia arranjar qualquer coisa lá fora porque já não aguentava trabalhar em Portugal, achei que devia voltar. Mas só depois de estar o Marcelo Caetano no governo é que conseguimos divulgar o relatório.

Em 1969, com o Marcelo Caetano, com um grupo onde entrou o Sá Carneiro, Magalhães Mota, Joaquim Macedo, Miller Guerra e outros, fomos com um grupo independente para a Assembleia da República.

M.C. - ...essa veia política já vinha de trás!

M.R. - Isso era aquilo de que me quiseram convencer, mas depois o que é certo é que depois o Sá Carneiro saiu, o Miller Guerra renunciou também. O Marcelo Caetano desconcertou-nos muito, o que eu lhe disse mesmo, porque ele tinha sido meu professor de direito. Aliás ele foi um impulsionador do Serviço Social em Portugal: era o professor Marcelo Caetano e o prof. Pinto Coelho na área de direito, o professor Gentil e o Pulido Valente da área da medicina, que com a Condessa de Rilvas deram o primeiro passo. O Marcelo era um bocado ambivalente: teoricamente aceitava e achava muito bem, mas depois na prática... No entanto, depois de sair da Escola e antes de ser Presidente do Conselho ele era presidente de Associação de Serviço Social.

Depois em 1971 fui convidada para ir para Directora Geral da Assistência, deixei a Misericórdia e passei a ter funções e responsabilidades a nível do país. Era na época ministro o Baltasar Rebelo de Sousa e o meu problema com o Dr Marcelo é que a dada altura eu era contra, como sempre fui, o corporativismo, mas não me podiam pôr fora porque tinha sido o Marcelo Caetano que me tinha nomeado como Directora Geral. Depois começou a constar-se que eu era comunista ... O Silva Pinto um dia provocou uma reunião com os chefes todos e os delegados no Instituto Nacional do Trabalho, na grande sala do Rato da DGA, para dizer que as delegações do IFAS passavam a

ser assumidas por gente do ministério das corporações... É claro que eu não concordei e achei que havia só uma coisa a fazer: pôr o meu lugar à disposição porque não aceitava aquela forma de trabalhar, mas disse de imediato que iria telefonar ao Dr. Marcelo Caetano para que ele me recebesse ainda naquela tarde. Eu ia pôr precisamente o meu lugar à disposição. Claro que eu não saí e o Silva Pinto apanhou uma reprimenda e lá continuei na DGA até 1974.

Entretanto estava como subsecretária da Assistência a Dra Teresa Lobo que queria fazer lugar político. Ia pelo país todo prometer tudo e depois não havia meios para o fazer. Por causa disso eu estive para sair da DGA, mas entretanto ela saiu, foi para deputada e eu fiquei até ao fim da legislatura que terminou em 1973. Depois continuei, porque se adivinhava já que o regime estava a cair de podre.

Lembro-me perfeitamente como se fosse hoje que eu tinha uma acção marcada em Genève sobre Planificação do Serviço Social para a Europa. Isto em Março de 1974, já eu não estava na Assembleia porque tinha saído em 1973. Ainda cheguei a ir em finais de Março para Genève. Mas se me perguntarem o que é que eu lá trabalhei em questões de Planeamento, eu não sei nada, porque eu chegava de manhã e a maior preocupação era ler os jornais e todos falavam de Portugal, projectando tudo o que estava para acontecer.

No de independentes a que eu pertencia, tínhamos grandes contactos com o General Spínola que estava na Guiné e não sabíamos o que estava para acontecer, mas sabíamos que alguma coisa se estava para dar. De Genève fui para Turim porque tinha que organizar o trabalho para o Seminário sobre Desenvolvimento Comunitário, na sequência de um que tínhamos organizado com o CPCISS no Estoril com o Francisco Pereira de Moura e outros. Ainda fui ter com uma assistente social, chefe dos serviços em Turim, mas muito inquieta, e lembro-me que programamos o seminário, com o pressentimento de que não se ia realizar. E não se realizou mesmo. Chego a Portugal e havia uma visita programada do Secretário de Estado para a Guarda e para Coimbra. Chegamos à guarda não havia telefones. Em Coimbra a mesma coisa, mas diziam-me que era das tempestades, o que eu não acreditei de maneira nenhuma.

Chego a Lisboa uma hora antes das tropas avançarem ... às 2 ou 3 da manhã telefona-me o dr. Peixoto do Amaral, avisando-me para não ir para a rua que estava em revolução. E pronto...estavamos em 1974.

M.C. - *A SCML teve portanto um trabalho importante em termos de Assistência Social. Que tipo de coordenação existiu, se é que existiu (ou houve bloqueios), com o SPSC, o SCF e o CPP?*

M.R. - Trabalhei na Misericórdia de Lisboa 13 anos desde 1958 a Abril de 1971 e foram os melhores anos da minha vida profissional.

Trabalhamos com o SPSC quer nos bairros novos, quer nos degradados. Organizamos o Serviço de Promoção Social primeiro com a Olga Pinheiro e depois com a Adelina Odete que está agora no IAC a trabalhar.

Em termos de formação, esta não era feita através do CPP, porque tínhamos a nossa própria formação. Criamos um núcleo para o serviço social do pessoal da SCML e tínhamos outro núcleo para a formação, quer de educadoras, quer de técnicas de serviço social e até para as Instituições Particulares que trabalhavam connosco.

Nessa altura tivemos algumas dificuldades com a Direcção Geral, porque achavamos que era muito dirigista e começou a ter muita influência política e não técnica...e eu isso separo. Uma coisa são as nossas opções políticas e outra coisa é a tecnicidade que tem que ser utilizada.

Acções programadas com o SPSC, como lhe disse fizemos, com o SCF não, porque isso achavamos que estava mais ligado com o trabalho no terreno.

MARIA TERESA ABRANTES: Assistente Social

M.C. - ...fale-me da sua vivência profissional na década de 60 e o que é que influenciou a sua prática.

M.T. - Acabei o curso em 1961 e na escola introduziram, no meu último ano o trabalho de comunidades. Nesta altura alguns dos estágios eram em Centros Sociais e o trabalho que se fazia era muito pontual com grupos de jovens, mas muito numa perspectiva só de trabalho de grupo, com aquele grupo isolado, etc.

Iniciei depois a minha carreira de assistente social a montar centros sociais, no bairro da Encarnação, e uma das coisas que tinha sempre em mente é que não se podia trabalhar só com grupos, porque os grupos têm que se relacionar uns com os outros. Fui assim tentando trabalhar, um bocado empíricamente, com uma comunidade, concretamente com um bairro que era onde eu estava implantada. Mas, no fundo, tudo numa aproximação possível duma realidade, porque nós saíamos da escola sem saber fazer muita coisa, aliás como hoje. Hoje há, apesar de tudo, uma perspectiva mais global que nessa altura não tínhamos. O que havia de Serviço Social era a Mary Richman e mais nada e essa também era mais numa perspectiva de caso, perspectiva de que eu nunca gostei muito. Portanto, gostava muito mais de fazer uma abordagem global do que propriamente individual.

Acontece que comecei a trabalhar no bairro da Encarnação, depois fui para a Bempostinha onde comecei a fazer já um trabalho com as forças do bairro, com a Junta de Freguesia, o que nesta altura ainda era complicado, com as escolas, um bocado com as famílias, sempre no sentido duma aproximação do Centro Social ao bairro, às instituições, às famílias, etc.

Para mim houve uma coisa muito importante que aconteceu nesta época que foi a vinda de duas assistentes sociais brasileiras: a Lurdes Medeiros - que era a técnica do trabalho comunitário - e a Lúcia Castilho - esta mais do caso e da supervisão. Como eu sempre tive muitas estagiárias e sempre fui supervisora da escola, tive a sorte de ter supervisão com elas e aprendi imenso na reflexão do trabalho. Uma das coisas que eu de facto aprendi foi a abordagem de uma comunidade com a Lurdes Medeiros. Foi nesta altura, e isso penso que para mim foi o passo mais decisivo, pelo menos ao nível de Lisboa, que elas nos ensinaram a planificar a acção: a montar um serviço com um plano de trabalho, com os objectivos definidos, com as várias etapas, etc, que era o que nós não fazíamos porque funcionávamos em actividades estanques. Aparecia um grupo de meninas fazia-se uma actividade para as meninas, aparecia um grupo de jovens fazia-se uma actividade para jovens... e não havia nada que planificasse, que definisse, que obrigasse a uma investigação para perceber exactamente o que é que era mais necessário, etc. Ora isto para mim, que andava justamente à procura da 'pólvora', deu-me um esquema mental de que para trabalhar uma comunidade é necessário primeiro estudar essa comunidade, saber quais são os problemas e depois quais são os recursos com que se pode tentar responder a esses problemas; que de facto sozinhos não podemos fazer nada.

Acontece que os anos 60 foram uma época áurea em que a minha geração começou a acordar e a tentar formas de luta contra o regime. Nessa altura, como sabe, existia a PIDE, com toda a força, e nós assistentes sociais eramos *personas non gratas* porque havia

aquelas que compactuavam ou aquelas que trabalhavam com as populações e que a pouco e pouco iam tentando minar, do ponto de vista de consciencialização das populações, para que percebessem o que andávamos a fazer. Portanto, eles não gostavam muito de nós.

Nessa altura não havia liberdade de imprensa, de expressão, nem de decisão, mas foi precisamente quando começou todo um trabalho nos Centros Sociais, ligados à Igreja, fazendo-se uma certa reflexão aberta com os grupos, que ia reflectindo a realidade social. A pouco e pouco foram proibindo que essas coisas se fizessem e a única hipótese que havia de fazer reuniões para reflectir temas, como o da guerra em África, por exemplo, era ao nível dos Centros Paroquiais, ao nível da PRAGMA e outras, que eram associações cívicas que estavam muito debaixo da mira deles. As paróquias, mesmo com PIDES lá pelo meio, iam permitindo que se fizesse alguma coisa. Eu considero que, de facto, foi importante o papel da Igreja em toda esta transição, embora o nosso trabalho fosse muito ao nível do apostolado, das missões que havia nas paróquias, etc. Outra coisa foi a PSC e a CF que formaram muita gente, os técnicos que trabalharam na Promoção, são pessoas que conseguiram um esquema mental duma certa análise sociológica, duma análise económica e de como é que se fazia uma planificação e uma intervenção comunitária ao nível duma área ao nível dum distrito, dum concelho ou duma freguesia.

M.C. - *Havia uma certa diferença em termos de extensão no país entre a PSC e a CF...*

M.T. - Sim, aliás, era interessante confrontar as pessoas dos dois serviços, até porque havia uma certa fricção entre elas. No fundo tinham objectivos diferentes: A PSC era, para mim, muito mais global, tentando um desenvolvimento económico e social em simultâneo, a CF era muito mais ao nível das famílias, no fundo, um bocado na linha em que nós já trabalhávamos e que portanto pouco trazia, em minha opinião, de inovador. Fazia o que nós fazíamos, com uma metodologia mais sistematizada, etc, porque a Nasciolinda é uma mulher espantosa, extraordinariamente arrumada mentalmente e portanto o que se fazia com os grupos era muito estruturado e organizado. De qualquer maneira era muito ao nível dos grupos, o que a mim não me atraía muito. Mas, eu nunca estive directamente, nem com uns, nem com outros, porque só entrei para a DGA em 1969. Antes andei pelos Centros Paroquiais de Lisboa: Encarnação, Bempostinha e Alfama, onde estive até 1968. Portanto, nessa altura, eu nem sequer era funcionária pública. O que era bom por um lado, mas por outro, não tive a sorte de fazer a 'Escola da Manuela Silva', por exemplo, que eu penso que foi muito importante, apesar da grande raiva de algumas assistentes sociais relativamente à Manuela Silva. Ela foi uma mulher extraordinariamente importante! Eu agora tentei fazer a história do trabalho comunitário em Portugal, convidaram-me até para ir a França falar sobre o assunto, e deu-me imenso gozo ver isso: houve essas duas correntes, mas, de facto, a PSC fez uma escola. Formou imensa gente, criou uma perspectiva de trabalho interdisciplinar que aliás foi fundamental para o Serviço Social - o confronto com outros técnicos e outros profissionais - e deu uma abordagem global das situações, que as pessoas não tinham.

A PSC acabou abruptamente, porque havia ainda a repressão toda, a PIDE, e porque o sr. ministro (B.Rebello de Sousa) achava que era a população que devia ir ter com elas e não os técnicos com a população. O Baltasar até era uma pessoa que para aquela época tinha uma certa visão dos problemas, só que estava tão condicionado por aquela política, que não foi capaz de ultrapassar isso.

M.C. - *Portanto em 1969 entrou para a DGA.*

M.T. - Sim, foi praticamente na altura em que isto foi 'extinto'. De qualquer maneira ficou uma 'escola' que continuou. Cada um foi para as suas bandas mas, ou pelo esquema mental que passou e pela investigação que foi feita, o que é certo é que as pessoas aprenderam essa metodologia. As da PSC com a experiência e nós que estávamos mais ligadas aos Centros Sociais com as tais técnicas brasileiras.

M.C. - *Na preparação dos P.F., em que eram chamados vários sectores a colaborar, qual foi a vossa participação?*

M.T. - Nós não participamos. Essa participação foi feita mais ao nível da PSC, que fornecia elementos, etc. Eu entrei logo para a formação de pessoal e portanto...era mais formação. Eu para mais, fazia formação de professores de cegos.

Entretanto, em 1968/69 estive em Paris a trabalhar com emigrantes, o que também me deu outra perspectiva de trabalho, completamente diferente. Mas foi interessante porque eu ia para trabalhar com os emigrantes, ao nível do trabalho de caso, que era o que o Serviço Social Francês atirava para nós, mas mesmo aí, como tinha esta costela de trabalho comunitário e não acreditava no trabalho só de caso, começamos a fazer um trabalho junto das paróquias que tinham Acção Social com os emigrantes portugueses, ou junto de alguma câmaras, num trabalho conjunto. Houve realmente experiências engraçadas que extravazaram o atendimento individual que era o que tínhamos que fazer. Na altura, não havia ainda o ensino do português em França e às 5^{as} feiras, que as crianças tinham o dia livre, fazíamos uma série de actividades lúdicas, tudo em português, para elas aprenderem a língua. Realizou-se um trabalho com os emigrantes de esclarecimento dos seus direitos, de consciencialização dos seus problemas e dificuldades.

M.C. - *A Igreja, que foi sempre conotada como sendo submissa ao Regime, em 1968 era muito mais aberta.*

M.T. - Em 1968, sim. Alguns! Porque em 1968 havia o Cardeal Cerejeira, como sabe. Mas havia também o bispo do Porto que era uma voz que 'clamava no deserto', mas que acabou por estar em França exilado não sei quantos anos. De qualquer maneira, nessa altura, havia mais gente a falar do que há agora.

A Igreja, nessa altura, teve, apesar de tudo, um papel importante. Ao nível, por exemplo do movimento sindical, em que havia o Partido Comunista e havia os católicos metidos nisso. Eu nessa altura estava na direcção sindicato, porque andei sempre metida nestas barulhadas, e havia 3 pessoas da direcção que participavam na Intersindical. Uma delas era eu, outra era uma socióloga, a Teresa Rosa que está no ICSTE e era a Dinah Ferreira que é professora no ISSSL. Nós as 3 participávamos nas reuniões da Inter. Havia também os Centros Paroquiais, que eram uns oásis onde se podia falar. Eu penso que uma das coisas importantes, ainda que hoje em dia se fale da Investigação/acção e da participação, do partenariado e tal, são nomes bonitos, mas vêm de facto de há muitos anos, chamávamos era outras coisas e fazíamos as coisas de outra maneira, mas no fundo era a mesma metodologia. Eu nessa altura, já tentava funcionar em cada zona, com todos os recursos que lá existiam. Já percebíamos que tínhamos que nos aliar aos parceiros que existiam. Só que não chamávamos parceiros, chamávamos instituições, forças vivas. De facto

o trabalho comunitário começou em 1960, não com a PSC, que veio depois, mas um bocado a partir de movimentos como os da Acção Católica: havia pessoas que militavam cristamente, mas iam tentando fazer este trabalho.

M.C. - Poder-se-á dizer que com a entrada de Baltasar Rebelo de Sousa e a formação do IFAS tudo isso terá ido um pouco por "água abaixo"?

M.T. - Acabou, sim, por se cair num serviço social sectorizado: havia as Crianças, os Idosos, a Família...era tudo compartimentado e ou as pessoas tinham uma perspectiva global, ou não tinham (e a maioria não tinha). Claro que cada um trabalhava segundo a perspectiva que tinha interiorizada, mas eu como estava mais na formação, não sei como é que tudo se passou concretamente. Estive até 1968 nos Centros Paroquiais e sei o que é que se fez, depois fui para Paris, ligada à Cáritas, do ponto de vista técnico e do ponto de vista administrativo ligada ao consulado, de 1969 a 1973 estive na Direcção Geral, na Formação.

M.C. - Que tipo de formação?

M.T. - Estava ligada ao Ensino Especial, estabelecimentos que tinham sido criados pelo Carvalho da Fonseca e que eram dependentes da D.G. da Segurança Social e tinham uma Ana Maria B. da Costa e um Antonino Amaral à frente, que eram quem orientava esta Educação Especial. Eu estava no CFAP, onde tínhamos uma equipa para formação deste pessoal, desde vigilantes, até professores especializados.

Em 1973, puseram-me na rua, por causa do caso da Capela do Rato. Como eu tinha uma bolsa para ir para o Brasil fazer o Mestrado em Serviço Social, para lá fui, mas sem a Bolsa, porque a Teresa Lobo, então Secretária de Estado da Segurança Social pôs-me na rua e não me deu a bolsa.

Regressei depois em 1974. Vim para recolher os dados para a tese, mas depois fiquei e já nem pensei mais em mestrado...era muito mais importante viver a revolução...

Em 1974, voltei para o IFAS, estive a trabalhar em Cascais onde se fez um trabalho extraordinário, com a coordenação de todos os serviços onde havia assistentes sociais; houve realmente um trabalho de participação e envolvimento de todos. Fizemos um levantamento de cada freguesia e estávamos a tentar fazer uma planificação conjunta de todos os serviços, inclusivé a Câmara e as Juntas de Freguesia, para planificar a Acção Social ao nível do Concelho. Isto foi em 80, só que depois obrigaram-nos a trabalhar novamente sectorizadamente e todo o trabalho feito acabou. Ameaçaram mesmo toda a equipa com um processo disciplinar. Estas contradições são precisamente o grande divórcio das escolas com a realidade.

M.C. - Na altura em que trabalhava no Centros Sociais tinha ligação com o IAF, ou com o SPSC, etc?

M.T. - Sim, essencialmente com a SCML, que era a entidade que fazia (e faz) a Acção Social na zona de Lisboa. Tinha imensos contactos com as assistentes sociais de Alfama que era onde eu estava. Aliás, nessa altura com a Maria Raquel Ribeiro, e com as duas brasileiras, houve inclusivé uma montagem de serviços que até aí não havia, porque se faziam e planificavam acções pontuais. Foi justamente nesta época que os serviços começaram a organizar-se. Trabalhou-se imenso com a agricultura e os serviços de extensão rural.

M.C. - *Essas colegas Brasileiras, pareceu-me, em conversas que tive com outras colegas que foram um tanto controversas, isto é a sua supervisão foi, por alguns sectores, posta em causa.*

M.T. - *É que havia as colegas com uma tendência mais psicanalítica, como a Isabel Maria Athayde que fazia uma supervisão analítica e as brasileiras faziam uma supervisão pedagógica e técnica. Elas ajudaram um bocado a reflectir a própria profissão: o que era o Serviço Social e o seu tipo de intervenção. Neste campo é preciso não esquecer que as pessoas são extremamente marcadas pela época que se vive.*

M.C. - *Bloqueios que sentiu ao longo dessa época.*

M.T. - *Bloqueios senti a partir de 1978, em que foi muito difícil continuar a fazer um trabalho comunitário, porque se sectorizou tudo outra vez.*

M.C. - *Aquando da passagem pela Formação, qual a sua principal preocupação?*

M.T. - *Era o papel dos educadores, numa comunidade.*

M.C. - *O que a levou a ir em 1969 para a DGA?*

M.T. - *Convidaram-me para ir para lá. Eu nunca tinha sido funcionária pública na vida, tinha acabado de chegar de Paris, não tinha trabalho, quem me convidou foi uma grande amiga minha, a Joana Veloso. Eu gostei da equipa que lá estava e aceitei. Estive lá de 1969 a 1973.*

M.C. - *Em termos de divulgação de informação, apesar do regime ela era conseguida...*

M.T. - *Nós fazíamos e no CFAP, apesar de sabermos que havia lá pelo meio pessoas que seriam da PIDE, eramos muito críticos e fazíamos as pessoas reflectir sobre o que se passava, ainda que não dissessemos concretamente qual era a nossa opinião. Aliás, nessa altura, toda a DGA tinha uma perspectiva de esquerda. E foi possível uma reflexão técnica entre todos os técnicos dos vários sectores o que foi muito importante, inclusivé pela participação que houve e democracia que se criou.*

FRANCISCO PEREIRA DE MOURA: Economista

M.C. - *Em 1965, foi quando, de facto, começou a PSC, só que ela veio de trás... as ideias...*

F.M. - Foi no tempo de Marcelo Caetano, enquanto ministro da presidência, em 1957/58, que se deu a formação de equipas de economistas, engenheiros/agrónomos, juristas, a trabalhar nos Planos de Fomento e esses conjuntos, que trabalhavam nos chamados planos sectoriais, começaram a ter maior abertura para os problemas sociais e a tentar penetrar um bocadinho no mundo da Assistência Social. Eu penso que muitas dessas ideias giravam já muito em torno das equipas dos Planos de Fomento.

M.C. - *Nessa altura já era professor no Instituto.*

F.M. - Era, desde 1950, altura em que acabei o curso.

M.C. - *Influenciou, então um pouco, em termos das matérias que leccionava.*

F.M. - Concerteza, até porque eu desde 1957 era mais duas coisas: em primeiro lugar era Procurador à Câmara Corporativa, portanto participei na discussão dessas coisas, fui até relator do Plano Intercalar, em segundo lugar comecei a ensinar no Instituto de Serviço Social de Lisboa. Por outro lado estava um pouco mais ligado a meio do que é vulgar para economistas, porque a minha mulher é formada pelo Instituto de Serviço Social de Lisboa, até esteve na direcção, portanto eu ia ouvindo, tomando contacto e ficando mais sensibilizado, para os problemas e estruturas da Assistência Social, do que, por exemplo, a generalidade dos meus colegas que não tinham esse tipo de contacto directo. Nomes como o da Raquel Ribeiro, e outras que foram minhas alunas, eram meus conhecidos.

M.C. - *Anteriormente, havia já preocupações suas nesse campo?*

F.M. - Isso, já do tempo de estudante, da JUC. Pessoas, por exemplo do Partido Comunista, que eram os nossos opositores, também tinham grande abertura para as questões sociais, embora noutra linha e noutro tipo de soluções. Mas a massa dos estudantes não estava militante nem dum lado, nem de outro e era muito amorfa.

M.C. - *A sua intervenção ao nível da EEEDC...*

F.M. - Isso foi através da Associação Industrial. Houve o Congresso da Indústria em 1957, eu era uma espécie de secretário geral daquilo e foi uma coisa que agitou muito certos meios, mas aí era mais o crescimento económico que estava em causa. Logo que acabou o Congresso da Indústria a Associação convidou-me para fundar um Centro de Estudos. Depois convidei a Manuela Silva para trabalhar comigo e escreveu um livro sobre Desenvolvimento Comunitário, embora a experiência da Benedita fosse anterior. Mas a minha intervenção nisso, foi um bocado nesse contexto. Por outro lado o meu contacto com a Manuela Silva era dos seus tempos de estudante aqui. Ela entrou em 1949, eu acabei em 1950 e através da JUC tivemos contacto.

Depois através da minha mulher ia tendo notícias das coisas que havia, problemas, etc, a partir de 1957, mais intensamente por estar no ISSL, em que participava também em reuniões com outros professores e assistentes sociais, a minha mulher no sindicato,

(durante alguns anos foi presidente do sindicato dos assistentes sociais) e depois na direcção do Instituto e tudo isso.

Por outro lado, na Câmara Corporativa as preocupações sociais eram muito fortes. Pessoas como Mota Veiga, Pires Cardoso, Castro Caldas e outras, traziam essas coisas ao de cima. Quando foi da discussão dos diplomas da reforma agrária, em 1960/61, apresentados pelo governo, houve um Projecto de Parecer que teve 8 declarações de voto, que era uma coisa raríssima. Foram do Castro Caldas e minha, que eramos os chamados "comunistas" pelos grandes latifundiários claro, mas nas declarações de voto, na nossa linha, contra o Parecer, havia também pessoas como Pires Cardoso, que era professor de direito neste Instituto, Braga da Cruz, professor de direito de Coimbra, Gomes da Silva, professor de direito da faculdade de Lisboa, outros que estavam mais ligados à técnica, digamos, à necessidade de transformar as infraestruturas agrárias, como o Trigo de Morais, ... em toda esta gente a preocupação era sobretudo social. Havia um projecto do Governo que tinha uma preocupação social, sem dúvida.

Por outro lado, o Marcelo Caetano, como ministro da presidência, impulsionou a preparação do II Plano de Fomento, formando equipas e começou com muita abertura para as questões sociais, aliás ele também era professor no ISSL, e mesmo presidente da Direcção da Associação de Serviço Social (não sei é precisamente em que altura), que patrocinava o Instituto, digamos assim. Era portanto uma pessoa, por si, já muito sensibilizada para os aspectos sociais. Nesse II Plano, embora não tanto como nos seguintes, mas mais do que no I, estava já vincada uma faceta social. No Plano Intercalar de Fomento já bastante mais e, depois, nos outros planos.

Nessa altura já não era com o Marcelo Caetano, mas, ele tinha deixado semente. Os serviços estavam extraordinariamente sobrecarregados com o dia a dia e não tinham, em postos chave, técnicos com formação moderna, (coisa que noutros países era corrente); e o que o governo fez, a partir sobretudo do II P.F., foi convidar para a constituição de equipas, técnicos, professores e organismos (na preparação do PIF eu participei, na parte da Indústria, através da Associação Industrial e fui chefiar a equipa de Planeamento Industrial). Esses grupos de técnicos trabalhavam sob a dependência directa do Ministro da Presidência e em ligação também com os ministros das respectivas pastas.

Quanto ao IV Plano de Fomento, eu só acompanhei de fora e não participei directamente, porque estava politicamente na oposição, embora grande parte dos meus amigos e daqueles com quem eu trabalhava directamente estivessem metidos nisso. Portanto, eu não estava tão afastado como isso. As minhas preocupações é que eram outras - já não acreditava na mudança do regime por dentro. As coisas estavam tão graves que eu achava que só um golpe de fora, um golpe militar, poderia resolver o problema e levar a uma mudança de regime.

M.C. - *Mas na PSC apostava...*

F.M. - Isso sim, sem dúvida nenhuma.

M.C. - *E ao nível das cadeiras que leccionava, fazia transpirar, digamos assim essas preocupações?*

F.M. - Claro e dei várias cadeiras. Comecei a minha carreira nas cadeiras gerais de economia do 1º e 2º ano, com programas que foram variando em diferentes fases. (1950/57, 1961/70, 1970/72 e já depois de uns tempos de interrupção, em 1975/77 e, novamente, 1984/90); também dei Economia IV: em 67/68 o primeiro

semestre sobre Planeamento Industrial e o 2º acerca de Desenvolvimento Regional; e lecionei Política Económica no 4º ano da licenciatura (1978/80) e no Curso de Mestrado em Economia, iniciado em 1981. Desde o ano passado estou a trabalhar em Economia do crescimento e do desenvolvimento. Mas eu gosto de voltar ao 1º e 2º ano, de vez em quando. O 1º ano é muito importante, senão mesmo decisivo; aliás a opinião não é só minha: um professor americano dizia 'o ensino de economia no 1º ano, era a coisa mais importante que um economista podia fazer para influir na sociedade; e um prémio Nobel e professor como Samuelson (MIT), mesmo pelo final da carreira, voltava cada 4 ou 5 anos a dar a disciplina introdutória do 1º ano!

M.C. - *Em termos de convicções e de vontade de informação, nessa época (década de 60), havia grande vontade... sentiu bloqueios a esse nível?*

F.M. - Antes de responder a isso, vou chamar a atenção para um aspecto de que não falamos e que eu acho importante, porque explica muitas das coisas que aconteceram nessa altura. Há uma coisa, que sobretudo aos estrangeiros, ao estudar a situação portuguesa, faz uma confusão tremenda. Na segunda parte dos anos 30 e mesmo nos 40, estando nós num regime de direita, havia muita gente com preocupações e atenta aos problemas sociais, às vezes dizendo até coisas duras e de crítica às situações existentes. Coisas, por vezes inesperadas num regime daqueles. Eu penso que isso andava ligado à ideia corporativa, muito inspirada no ensino social da Igreja, fossem as pessoas católicas ou não, e eram sobretudo jovens delegados do Instituto Nacional do Trabalho (quase todos formados em direito), ainda muito novos e idealistas, não estavam 'estragados' pela vida, que eram postos em contacto com as realidades sociais e em posição não propriamente de fazer grande obra, mas pelo menos de mandar relatórios e chamar a atenção para problemas graves; e pelo contacto com Governadores Cívicos, Câmaras e GNRs, chegavam a ter uma intervenção relativamente eficaz. Encontram-se depois alguns deles em funções governativas, por ex. o Trigo de Negreiros, que até era um homem conservador, mas que tinha efectivamente ideais sociais e de sentido de transformação - sensibilidade para as situações sociais. Para já não falar, por exemplo, no Teotónio Pereira da primeira fase (anos 30). Penso que há que ter presente este factor, a carreira destas pessoas, o seu papel dentro do regime e a própria evolução que tiveram, leis que originaram, etc. Embora todas as movimentações dos anos 60, a candidatura de Delgado, os Planos de Fomento, os engenheiros e economistas (quer daqui, quer do Porto) a afirmar-se como novo grupo, com ideias novas, com projectos de planeamento e de desenvolvimento, tudo isso teve influência e projecção. Eles traziam para Portugal as novas ideias estrangeiras. E mais, no campo do Serviço Social existe a Associação Internacional de Serviço Social, e lembro-me de fazerem reuniões cá em Portugal e inclusivamente de um professor francês que mandou traduzir (adaptando os exemplos à realidade francesa) as lições que eu dava em serviço social ("Problemas Fundamentais da Economia") para francês. Portanto, está a ver, eramos um país 'fechado, pequeno, periférico', mas conseguimos ter esses contactos. Para mim, por exemplo, foram oportunidades muito formativas.

M.C. - *O Sr. Dr. teve portanto responsabilidades, quer em termos de Serviço Social, quer em termos de Economia...*

F.M. - Sim, sim, até porque eu ensinei lá até 1974.

M.C. - *O seu desacreditar da mudança de regime em Portugal, teve influência na sua aposta maior, ou menor na PSC?*

F.M. - Quando eu falo em "desacreditar" é na capacidade do regime em que estávamos, de se transformar e evoluir com suficiente profundidade por dentro, endogenamente. Até 63/64, acreditei. Embora com dúvidas e desconfianças dei o que estava ao alcance das minhas forças. Tive esperança, depois, quando Marcelo Caetano foi para o governo; o que me desiludiu logo foi uma frase do discurso de posse dele, à cerca da situação e guerras coloniais. Depois em 1969, é que eu já aparecia nas listas da oposição.

Marcelo Caetano tentou relançar a sua política de liberalização, por um lado, e resolver a questão colonial, que era uma questão chave e de que dependia tudo. Em 1972, numa viagem a Moçambique, já no aeroporto, e a iniciar o regresso, fez um discurso com todo o pensamento dele que era a tese federalista - ele achava que era possível constituir um estado federal de Portugal com as colónias. Mas chegou a Lisboa e teve que fazer um discurso exactamente ao contrário: as pressões militares da 'linha dura' eram uma coisa louca. Ora, a partir daí, não podia haver qualquer esperança, a não ser se houvesse um golpe de Estado.

Em termos de Assistência Social (incluindo sistemas como o da saúde ou da segurança social) houve influências muito positivas, apesar de todas estas pressões, quer dos directores gerais, quer dos próprios ministros. Martins de Carvalho era um homem muito aberto mas, sobretudo, Neto de Carvalho foi um ministro excepcional.

M.C. - *Em termos dos serviços de Assistência Social e do SPSC, não teve, portanto, influência directa.*

F.M. - Não, não tive influência directa nenhuma; mas ia sabendo de muitas coisas pelas Assistentes Sociais.

M.C. - *O Sr.Dr. desde 1950, até agora, deu sempre aulas aqui.*

F.M. - Não em 1972 fui preso (- o caso da Capela do Rato -) e demitido e só depois de sair da cadeia é que soube que tinha sido nomeado professor catedrático (15 dias antes)!

M.C. - *A 'Capela do Rato', não tinha nenhum organizador, tinha?*

F.M. - O principal organizador dessa célebre vigília penso que foi o Luís Moita.

Havia uma acção muito importante do Padre Alberto Neto, que era professor de moral no Pedro Nunes, por quem os alunos tinham uma admiração enorme, depois foi nomeado capelão da Capela do Rato e aí começou uma experiência de renovação. Havia imensa gente das mais diversas freguesias de Lisboa que ia à missa ali, só para o ouvir, ter contacto com ele e uns com os outros - começavam a construir uma visão cristã renovadora e empenhada. Já havia os chamados "católicos progressistas", outros que não eram sequer católicos. Eu até nem concordava com essa designação...mas pronto, foi essa que criou escola.

Mas a Vigília, não teve nada a ver com o Padre Alberto. Foi o Luís Moita, o Nuno Teotónio Pereira, os dois Cordovis, mas depois houve grupos que também se misturaram, da Isabel do Carmo e do Carlos Antunes.

Eu passei por lá...o ambiente estava muito bom, de meditação, a obrigar a reflectir ... resolvi ficar. A certa altura

chegou a polícia de choque e fui logo enviado para uma carrinha porque estava precisamente à porta. ...

No dia 10 de Janeiro libertaram-me e eu soube que estava demitido. Depois voltei ao Instituto em 1974, mas estou convencido que mesmo que não houvesse o golpe de 74 eu voltava, porque aquilo suscitou reacções internacionais muito duras (de professores franceses, norte-americanos - entre os quais quatro prémios Nobel do MIT e de Harvard, etc...); e o recurso que interpuzemos para o Supremo Tribunal Administrativo e que iria ser decidido precisamente a 25 e 26 de Abril (ironia do destino!) estava relatado no sentido de anular a decisão do Conselho de Ministros.

ARMANDO CARVALHO DA FONSECA: Economista

M.C. - *A Política da Assistência Social nos anos 60... a PSC..., como viveu esse período enquanto actor, que influências exerceu, quais as prioridades que estabeleceu de intervenção?*

C.F. - O início da experiência de Promoção Social com a Dra Manuela Silva, no IAF, é anterior a 1965. Só que em 1965, quando eu fui para a DGA e se reestruturou tudo, ela passou para a DGA e o Instituto passou a funcionar integrado na própria DGA. Porque a questão é esta: a reforma de 1945, era uma reforma que teoricamente até estava bastante avançada, porque muitas coisas até continuaram, só que nunca foi cumprida.

A DGA era um núcleo administrativo que depois tinha vários institutos técnicos: de Assistência aos Menores, Assistência à Família, o Instituto de Assistência aos Inválidos, o Instituto Maternal, que tinha 3 maternidades e havia o Instituto Nacional de Assistência aos Tuberculosos e o Instituto de Assistência aos Leprosos. Mas a reforma nunca teve grande execução e dava-se até a circunstância que os institutos despachavam directamente com os ministros, ou os secretários de estado, de modo que o director geral estava um bocado à margem dessas coisas. Só que lá estavam também nessa altura os Assuntos Hospitalares, que era ao que o meu antecessor, Agostinho Pires se dedicava muito especialmente. Depois quando foi criada a Direcção Geral dos Hospitais, estes deixaram de estar dependentes da DGA, para terem uma direcção geral própria. Entretanto os Institutos foram despachando directamente com o ministro e tinham sobretudo falta de quadros técnicos, a não ser o Maternal, que tinha pessoal já mais qualificado, mas como digo ele actuava teoricamente em todo o país, embora em Lisboa não actuasse porque era a Misericórdia e depois tinha as 3 maternidades em Lisboa (Alfredo da Costa), no Porto (Júlio Dinis) e em Coimbra (Bissaia Barreto, que na altura não tinha esse nome).

Com a minha ida em 1965 para a DGA, deu-se uma volta burocrática e passou a integrar os institutos: passaram a despachar com o director geral e não com o ministro. Anteriormente, até a Casa Pia, sendo um sector de menores, despachava directamente com o ministro. Portanto, a situação na DGA era tão pouco agradável na altura que, quando o Dr. Neto de Carvalho me convidou para ir para lá, eu comecei por dizer que não. Só quando ele me disse que se ia trabalhar a situação dos institutos é que eu aceitei ir para lá. Porque dinheiro havia, o que não havia era quadros.

Suponho que já falou com a Isabel Maria Athayde, portanto falou com o sector de formação que se criou. A Nasciolinda ficou com a CF, porque o IAF, ficou com 3 sectores: Com a PSC, a CF, o CPP...e com o resto. O resto eram aqueles subsídios que anteriormente se davam, procurando arranjar-se critérios, mas sempre tipo "esmolinha". Claro que o pessoal que lá estava procurava trabalhar o melhor possível, mas era sempre 'a sobra'.

Nós não tínhamos pessoal formado e o Ministério da Educação Nacional (MEN) também não formava, mas por outro lado nós só tínhamos obrigações nos aspectos da Assistência Social. Não tínhamos por exemplo que ensinar surdos, ou que ensinar cegos. Somente o que sucedia é que o MEN não o fazia, portanto qual era a nossa alternativa(?): ou fazíamos nós, ou não educávamos os cegos e quando

chegassem a adultos ficavamos a sustentá-los até eles morrerem, sem os recuperar. Por isso criamos serviços, sabendo que não eram da nossa competência directamente, que seriam transitórios. Por isso se criou o CPP, com diplomas que eram passados por nós, onde esteve a Isabel M. Athayde, que foi quem começou, depois saiu, por razões familiares e foi para lá a Joana Veloso. Esse pessoal era destinado não só aos organismos oficiais, como aos particulares com quem fazíamos acordos. Esses acordos substituíam os subsídios anteriores, porque até essa altura, e desde 1945/46, os subsídios eram dados um bocado de forma empírica. Era pelo conhecimento que os ministros e os secretários de estado tinham da situação das instituições e alguns tinham um conhecimento bastante profundo. A partir desta altura, começamos a fazer "regime de acordo". Era preciso que funcionassem dentro de determinadas regras: tanto as crianças como os velhos não deviam ficar fechados...etc.

M.C. - *Portanto as instituições passaram a ter que obedecer a determinadas regras se queriam ser subsidiados.*

C.F. - Exacto. Era, aliás a melhor arma que nós tínhamos em qualquer dos sectores. Portanto, fazia-se acordo, recebiam um 'x' por menor, em que nós aprovassemos a admissão. Não quer dizer "nós admiti-lo", porque as instituições eram livres de escolher as pessoas necessitadas da terra, mas tinham que preencher uns determinados requisitos, tinham que ter uma razão social que justificasse o seu internamento. Desse acordo, a partir de certa altura, passou a fazer parte a obrigação de ter 'x' unidades de pessoal. Pessoal preparado, tanto quanto era possível, no Centro. Isso até foi feito com a colaboração de algumas congregações religiosas, sobretudo com as Doroteias, que deram uma colaboração muito grande. Foi para o caso de Jardins de Infância e dos deficientes e até para o sector de Inválidos e de Velhos. Esses acordos estavam portanto condicionados por aquilo que se consideravam normas adequadas e não por aquelas que as instituições normalmente faziam, algumas das quais, extraordinariamente fechadas.

No sector de Menores Deficientes procurou-se dar uma formação complementar aos professores que educavam e ensinavam cegos, surdos e deficientes intelectuais. Aí desenvolveu-se muito mais no sector dos cegos e dos surdos. Primeiro, porque se deu prioridade - o dinheiro não chegava para tudo e era muito mais recuperável o cego, do que um deficiente profundo, que, portanto, ficava para trás. Procurou-se fazer uma base com estabelecimentos, apoiados numa instituição que era formalmente de Assistência Particular (a que hoje se chama de Solidariedade Social), com estatutos aprovados, de acordo com a lei, e que prestava contas nas condições das instituições particulares. Só que eram instituições criadas por nós, dirigidas por pessoas esclarecidas e aí é que nós conseguimos funcionar. Porque, se fossem serviços oficiais, se queríamos alugar ou comprar um prédio, nunca o conseguiríamos comprar, porque a Fazenda Pública era sempre de opinião que a renda era muito cara. No entanto, não arranjavam mais barato e nós não conseguimos comprar. Essas instituições, como eram particulares, tinham uma facilidade grande, nós davamos-lhes o dinheiro e eles compravam o prédio e foi assim que se criaram alguns estabelecimentos, todos fora de Lisboa, porque os de Lisboa era com a SCML. Esses estabelecimentos seriam o padrão para os particulares e nalguns casos eram os únicos: como por exemplo em Ponta Delgada ou no Funchal, onde não se justificava que houvesse mais. Prestavam contas ao Tribunal de Contas, nas condições gerais.

Tinhamos também acordos com as congregações e as instituições particulares de assistência para darem alojamento a menores que estavam a frequentar as escolas. Dentro da ideia sempre de evitar os internamentos. Aí progrediu-se com muito esforço, até que se conseguissem os primeiros liceus e as primeiras escolas que recebessem as crianças cegas. Foi o Passos Manuel de Lisboa, foi o S.Manuel do Porto, que inicialmente não queriam porque achavam que iam criar problemas por serem cegos. Portanto esses estabelecimentos de base era para poderem dormir os que eram de fora, mas que tanto, quanto possível, ao fim de semana fossem ter com a família. Só entretanto, em período mais adiantado é que este esforço de integração passou para a Educação Nacional.

Para os estabelecimentos de velhos e inválidos também havia um regime de acordo, também com obrigação de só internarem aqueles casos que eram justificados e não casos em que era apenas a família a querer ver-se livre dos velho. Procurou que se fizessem actividades para as pessoas de idade e que se abrissem ao exterior, fazer Centros de Dia. Não é que se fizesse muito, mas fez-se o que foi possível.

Em relação à minha permanência, acabou em Janeiro de 1971. Acabou também a da Manuela Silva, a da Joana Veloso, devido a uma certa modificação de natureza política. Quando eu fui para a DGA, o Primeiro Ministro ainda era o Dr. Salazar. Quando veio para ministro o Dr. Baltasar, isso correspondeu a um período em que o Dr. Marcelo Caetano fez uma certa viragem. Houve toda aquela abertura, que apareceu e que "encolheu", e sucede que a dada altura começaram a ter um certo receio da forma como nós trabalhavamos. Nós trabalhavamos na DGA com um Conselho Interno onde toda a gente que trabalhava ao nível central, participava e onde se discutiam os assuntos e enfim, discutindo-se assuntos de natureza social é evidente que o problema político arrastava, porque os problemas existiam de facto e portanto, não podiam ser ocultados. Isso é evidente que provocou uma certa reacção relativamente a várias pessoas e por outro lado o Dr, Baltasar conhecia algumas das pessoas que lá estavam de quem ele não tinha gostado, da Mocidade Portuguesa e não sei que mais. Era o caso, por exemplo do Prof. Melo de Carvalho, que era uma pessoa com um feitio muito difícil, mas de muito nível, muita iniciativa e que foi muito útil no sector dos menores. Era esse um dos elementos que eles queriam afastar. Depois afastaram a Manuela Silva, a Joana Veloso e eu acabei por sair também. A mim não me podiam afastar de repente, porque eu tinha nomeação vitalícia, portanto só com um processo disciplinar. Mas é evidente que eu não podia continuar quando desapareciam exactamente as várias pessoas que estavam a encabeçar os vários sectores. 'Não se faz omelete sem ovos'! Havia como que uma rede. E porque é que eles se quiseram libertar dessa rede? Porque, sendo a DGA um órgão antigo e sem quadros, nós beneficiamos de um "regime de instalação", que na altura só havia no sector da Assistência Social. Era ainda uma disposição legal saída da lei de 1945: quando se criava um estabelecimento, ou um serviço, durante um certo tempo tinha que se saber quais eram as necessidades, portanto, tinham um regime de instalação, que permitia admitir pessoas e actuar com certa liberdade de gestão, o que não acontecia em condições normais, embora as contas fossem prestadas nas condições habituais. Portanto, toda a gente que 'entrou' quando se deu a reformulação, estava ainda em regime de instalação, que cessou quando o ministro quiz e não chegou a sair a reforma que estava prevista de passagem de Direcção Geral de Assistência Social, para Dir. Geral de Acção Social e, conseqüentemente aprovação dos quadros.



Entretanto saiu Neto de Carvalho e foi para lá Baltasar Rebelo de Sousa. Entretanto eu tinha tido um convite do Dr. Neto de Carvalho para ir para a CP, como director de pessoal, o Dr. Baltasar estava "contentíssimo" por eu sair, portanto, saí de Director Geral, passando para o Conselho Superior de Acção Social, que era um organismo de estudo o que me permitia estar simultaneamente nesse lugar e na CP. Algumas pessoas ainda permaneceram lá, as que pertenciam ao quadro, e outros foram para outros locais onde continuaram a desenvolver acções, de certa forma dentro da mesma linha.

M.C. - *Havia colaboração entre esses serviços e a PSC, ou a CF?*

C.F. - A PSC, era experimental, estava nas áreas onde trabalhava. Era uma coisa que só estava implantada em determinadas áreas. Tinha os Açores e a Madeira que eram áreas óptimas para fazer experiências, ao longo do país, etc. O que não havia era no conjunto do país. Mesmo a CF, com a Nasciolinda, era também experimental, para se ver até que ponto se podia caminhar naquele sentido. Não havia uma orgânica global.

Estes serviços não terminaram, as pessoas é que saíram. A DGA tinha, por ex, um GES, onde era directora a Manuela Silva e que tinha uma revista, a 'Informação Social'. Ora toda a equipa saiu ao mesmo tempo que eu.

Mas reconheço que aconteceu uma coisa. Eu, trabalhei muito com assistentes sociais, mas na fase da reestruturação dos institutos, não as pus numa posição a que estavam habituadas. À frente das Instituições, nos aspectos de direcção administrativa pus quase sempre enfermeiras de Saúde Pública, que tinham uma preparação, por formação, a nível dos aspectos organizativos. Mesmo quando saiu a Isabel Maria Athayde, que tinha sido escolhida por mim, quiseram substituí-la por uma outra assistente social. Eu não quis e criou-se uma certa reacção. Com o Baltasar, casado com uma assistente social, aí houve também uma certa reacção que ajudou aos aspectos políticos, como é evidente.

A dra Joana Veloso que a substituiu tinha uma formação de base em matemática, mas trabalho voluntário no campo social.

M.C. - *O Sr. Dr. é formado em economia. Houve vectores que influenciaram a sua preocupação com o social?*

C.F. - Nunca trabalhei muito em actividades ligadas com a economia. Estive cerca de 3 anos como Inspector do Ministério das Corporações e Previdência Social. Entretanto, o Trigo de Negreiros veio para a Assistência e foi o que fez a tal lei de 1945 e convidou-me para vir para a DGA e para o IAF. Aí fiquei no IAF, donde transitei para o Instituto Maternal, onde fizemos uma campanha de Saúde Pública que foi uma coisa que sempre me interessou muito e alimentou a minha sensibilidade para o social. Depois veio a Promoção Social... e eu nunca me interessei por contabilidade, portanto nunca me interessaria o aspecto propriamente de contabilidade. Aliás todas as minhas leituras continuam a ser para o sector saúde, segurança, etc.

À bocado esqueci-me de lhe dizer que em 1971, se deu outro fenómeno: a junção de Assistência Social e Previdência Social. Ora a Previdência Social é seguro, é financiamento. Só em Portugal e em Espanha é que a Segurança Social, por questões políticas tinha serviços próprios. O que se preconizava era que a Previdência financiasse e a Assistência, como acção social, é que manteria as



Entretanto saiu Neto de Carvalho e foi para lá Baltasar Rebelo de Sousa. Entretanto eu tinha tido um convite do Dr. Neto de Carvalho para ir para a CP, como director de pessoal, o Dr. Baltasar estava "contentíssimo" por eu sair, portanto, saí de Director Geral, passando para o Conselho Superior de Acção Social, que era um organismo de estudo o que me permitia estar simultaneamente nesse lugar e na CP. Algumas pessoas ainda permaneceram lá, as que pertenciam ao quadro, e outros foram para outros locais onde continuaram a desenvolver acções, de certa forma dentro da mesma linha.

M.C. - *Havia colaboração entre esses serviços e a PSC, ou a CF?*

C.F. - A PSC, era experimental, estava nas áreas onde trabalhava. Era uma coisa que só estava implantada em determinadas áreas. Tinha os Açores e a Madeira que eram áreas óptimas para fazer experiências, ao longo do país, etc. O que não havia era no conjunto do país. Mesmo a CF, com a Nasciolinda, era também experimental, para se ver até que ponto se podia caminhar naquele sentido. Não havia uma orgânica global.

Estes serviços não terminaram, as pessoas é que saíram. A DGA tinha, por ex, um GES, onde era directora a Manuela Silva e que tinha uma revista, a 'Informação Social'. Ora toda a equipa saiu ao mesmo tempo que eu.

Mas reconheço que aconteceu uma coisa. Eu, trabalhei muito com assistentes sociais, mas na fase da reestruturação dos institutos, não as pus numa posição a que estavam habituadas. À frente das Instituições, nos aspectos de direcção administrativa pus quase sempre enfermeiras de Saúde Pública, que tinham uma preparação, por formação, a nível dos aspectos organizativos. Mesmo quando saiu a Isabel Maria Athayde, que tinha sido escolhida por mim, quiseram substituí-la por uma outra assistente social. Eu não quis e criou-se uma certa reacção. Com o Baltasar, casado com uma assistente social, aí houve também uma certa reacção que ajudou aos aspectos políticos, como é evidente.

A dra Joana Veloso que a substituiu tinha uma formação de base em matemática, mas trabalho voluntário no campo social.

M.C. - *O Sr. Dr. é formado em economia. Houve vectores que influenciaram a sua preocupação com o social?*

C.F. - Nunca trabalhei muito em actividades ligadas com a economia. Estive cerca de 3 anos como Inspector do Ministério das Corporações e Previdência Social. Entretanto, o Trigo de Negreiros veio para a Assistência e foi o que fez a tal lei de 1945 e convidou-me para vir para a DGA e para o IAF. Aí fiquei no IAF, donde transitei para o Instituto Maternal, onde fizemos uma campanha de Saúde Pública que foi uma coisa que sempre me interessou muito e alimentou a minha sensibilidade para o social. Depois veio a Promoção Social... e eu nunca me interessei por contabilidade, portanto nunca me interessaria o aspecto propriamente de contabilidade. Aliás todas as minhas leituras continuam a ser para o sector saúde, segurança, etc.

À bocado esqueci-me de lhe dizer que em 1971, se deu outro fenómeno: a junção de Assistência Social e Previdência Social. Ora a Previdência Social é seguro, é financiamento. Só em Portugal e em Espanha é que a Segurança Social, por questões políticas tinha serviços próprios. O que se preconizava era que a Previdência financiasse e a Assistência, como acção social, é que manteria as

actividades porque tinha as técnicas próprias nessa matéria. Com a junção fez-se ao contrário. Como a Previdência era mais formal, fez-se a "integração ao contrário", o que contribuiu muito para a desintegração. Entretanto, os serviços das Caixas de Previdência integraram a parte da saúde e como é evidente, quando não está inteiramente separado, no dia a dia o cuidado primário absorve inteiramente aquele que é a educação e tudo isso morreu (esclarecimento: o que se pretende dizer é que no campo da saúde, o "tratamento", o cuidar do doente é prioritário e quando os serviços integram os aspectos preventivos, falta o tempo para estes serem exercidos. O mesmo acontece no campo social em geral). Não tenho, por exemplo, estado nos Açores, mas tenho estado com pessoas que trabalharam comigo lá e que dizem que se perdeu completamente; nós tínhamos uma separação, as enfermeiras faziam saúde pública, faziam o ensino das mães, faziam toda a parte preparatória, depois é que a pessoa passava para o médico, e a auxiliar de enfermagem dava injeções e mais nada. Depois isso foi-se tudo desagregando, fundamentalmente porque saiu uma grande parte da equipa e dos que ficaram uma grande parte foi absorvida.

M.C. - *Na altura havia também uma grande preocupação com a partilha das ideias que vinham de fora. Era essa também uma preocupação da DGA?*

C.F. - Sim, era, porque nós até estávamos habituados a usar de bolsas da OMS. Eu fui lá fora não sei quantas vezes. No nosso sector não tínhamos as mesmas regalias, mas procurávamos que as pessoas fizessem visitas e frequentassem cursos. Estas eramos nós que pagávamos ajudas de custo e transportes. As pessoas iam visitar, ver como funcionavam outros serviços, colher novas técnicas, uma vez que os sectores estavam em evolução constante, e cá tinham depois que apresentar um relatório. Fundamentalmente no sector dos deficientes era onde mais necessidade tínhamos de aprender, porque cá o ensino era muito fechado. Neste sector era subsidiada uma instituição privada: a Fundação M. Sain, ainda existente.

No Instituto de Assistência aos Inválidos criamos duas instituições para reabilitação de cegos adultos que não tinham sido ensinados em devido tempo. Ao mesmo tempo procurávamos dar-lhes uma certa formação e procurávamos colocá-los naquelas actividades que eram compatíveis com a sua limitação.

M.C. - *Na altura a Terceira Idade, não constituia ainda um problema?*

C.F. - Não, só havia a preocupação de humanizar, abrir os lares e formar Centros de Dia, mas pouco se fez relativamente a isso. Como o país estava cheio de Asilos, na corrente acepção da palavra, nós não deixávamos mudar o nome, se não mudassem os métodos de trabalho. Nesse sector ainda se chegou a publicar um diploma para regularizarem a criação e funcionamento de lares de rendimento, de exploração. Mas havia um abismo entre o que nós davamos e o que era preciso para aquilo funcionar capazmente.

M.C. - *Falou no rigor que havia para que não mudasse o nome de Asilo se não mudasse o funcionamento. Não achava então controversa a palavra Assistência, uma vez que aquilo que faziam também não era Assistência?*

C.F. - Repare a lei de 1945, define Assistência Social com um conceito muito amplo que briga com o conceito de Saúde Pública da OMS. No espírito de quem fez aquela lei, englobava: "Saúde e

Assistência Social". É evidente que a palavra estava desacreditada, tão desacreditada que nós queríamos mudá-la para Acção Social. Mas as palavras não têm culpa. A forma como as coisas funcionam é que levam a que as palavras se degradem. Ora na época havia uma equipa a trabalhar que via horizontes e que não estava agarrada a conceitos e ideias pré-concebidas - as pessoas "empenhavam-se". Ninguém pensava em horários. Os técnicos que trabalhavam a nível central tinham um ponto para assinar onde eram eles os próprios responsáveis em pôr a entrada e a saída (processo de que fui sempre bastante partidário) e que estava em poder duma secretária. Todos tinham uma secretária, não havia uma dactilografia central, mas o certo é que as pessoas se autocontrolavam e trabalhavam mais horas do que aquelas que eram obrigadas.

M.C. - *Sentiu bloqueios na sua actuação?*

C.F. - Durante o período em que ainda era o Dr. Salazar e não tinha ainda havido a anunciada abertura do Marcelo Caetano, dava-se a circunstância do ministro não se preocupar muito com os aspectos políticos (refiro-me, é evidente, à "politiquite"). Preocupava-o muito mais era que as coisas andassem. O Dr. Neto de Carvalho era um espírito aberto e excepcionalmente interessado nas questões, sem se preocupar com as ideias políticas das pessoas, desde que estivessem dentro do espírito de trabalho.

Fui, isso sim, várias vezes avisado por amigos, que me preveniam que não devia continuar a fazer as reuniões de Conselho Interno, porque eram mal vistas e porque "diziam mal do governo"...mas esse era o meu método de trabalho, não alterava. Em termos de avaliação, acho que foi um período bastante positivo: trabalhou-se muito, com muito gosto. Este período e aquele em que estive no Maternal, foram os mais importantes da minha vida profissional.

M.C. - *Qual a sua opinião sobre a PSC após 1971?*

C.F. - É evidente que o serviço precisava de se reestruturar, mas é muito difícil estruturar um serviço como a PSC, porque o que havia eram experiências locais que não era possível generalizar ao país, porque nem havia recursos para de repente generalizar. Tinha que se colher mais experiência e tinha que haver flexibilidade. Mas a partir de 1971, não tenho elementos que me permitam apreciar a sua evolução.

FRANCISCO NETO DE CARVALHO: Formado em Direito

M.C. - *Na minha tese de mestrado sobre a Assistência Social nos anos 60 (mais concretamente a partir de 1965 até 1971), pretendo demonstrar que a formação, experiências profissionais e de vida dos actores, tiveram influência marcante nas políticas que foram implantadas na altura... Existiram na sua formação factores influentes nesse sentido?*

N.C. - Não, nunca me interessei pela política, como política. Estive por acidente no Ministério da Saúde e Assistência, assim como tudo o que me aconteceu na vida foi por acidente: desde o curso de direito (terminado em 1945) que tirei em Coimbra, o tempo em que leccionei no ISS (também em Coimbra), a minha passagem pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, etc.

... Aliás, repare, a análise de um período em si pode ser enganadora, já que o mesmo tem que ser visto segundo três perspectivas:

- económicas
- sociais
- antropológicas.

Com a industrialização, perdemos a nossa importância na Europa. Na altura (1820) tínhamos uma agricultura pobre e um regime absolutista. O desenvolvimento da indústria gera necessidades económicas e de comércio, o que veio rebentar com as instituições.

Na 1ª república temos um país subdesenvolvido onde a parte política não se 'casa' com o económico. Houve essencialmente uma elite reduzida e pouco significativa que quis implantar ideias. Porque é que vivendo nós já numa monarquia parlamentar, se fez uma revolução?

M.C. - *Qual a sua carreira profissional após o curso de Direito?*

N.C. - Comecei como assistente na faculdade de Direito. Depois, segui a carreira diplomática, tendo estado de seguida como director geral do Trabalho, a representar Portugal no Comité da OCDE.

Em 1962 recebo um convite do Dr. Supico Pinto, para Ministro da Saúde e Assistência, convite que recuso. O país tinha uma economia tradicional, sem hipóteses de transformação dados os níveis de analfabetismo e pobreza que existiam. Para além disso não era dado ao Ministério da Saúde e Assistência o lugar que merecia.

Nos anos 60, vivendo nós numa economia tradicional atrasada, dá-se em Portugal uma grande mudança. Estávamos a abandonar a sociedade tradicional para entrar mais directamente na fase industrial. Nessa altura as taxas de desenvolvimento da Europa atingiam 9%.

... Começamos a participar nas organizações internacionais...

A viragem que se deu em Portugal deveu-se a um conjunto de pessoas que contactavam com organizações internacionais.

O que acontecia é que estávamos pouco à vontade porque não possuíamos os elementos estatísticos e outros, que o estrangeiro nos pedia. Nós não os tínhamos, mas eles eram considerados uma exigência.

Esta situação acontecia em todos os ministérios, razão porque houve dificuldades na elaboração do II Plano de Fomento.

Estávamos, apesar de tudo isto, a tentar modernizar Portugal ao nível da Europa...

Em 1963 o Dr. Martinez (anterior Ministro da Saúde e Assistência) incompatibiliza-se com Salazar, eu volto a ser convidado e acabo por aceitar. É interessante verificar que eu era o 3º Ministro da Saúde e Assistência que vinha do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

M.C. - *Sendo formado em Direito, as suas preocupações com o social foram extremamente exigentes...*

N.C. - Fui para Direito, mas não gostei. Nunca gostei. Reconheço, no entanto, ter capacidade organizativa, gosto de planeamento e de gestão. No período em que estive no Ministério do Trabalho criei serviços que ainda hoje existem.

Para além disso, para mim os princípios da Solidariedade Social são muito exigentes: em qualquer lugar eu acho que devo dar o que posso.

Quando entrei no Ministério da Saúde e Assistência, o que lá existia era pura "assistência". Os próprios médicos eram voluntários.

Senti desde início a necessidade de pensar os problemas, não em termos de "assistência", mas de saúde.

Um pouco por toda a parte aconteceram transformações profundas no país. Quando Marcelo Caetano foi para Primeiro Ministro, tínhamos já um país diferente. O grau de analfabetismo estava já em 20 e tal por cento. Estávamos preparados para entrar na democracia, só que o Marcelo Caetano não soube fazê-lo. Grande parte do país estava já também industrializado.

M.C. - *Quais as suas principais preocupações como Ministro da Saúde e da Assistência?*

N.C. - Quando entrei para o MSA, recebi um ofício do Ministro das Finanças a dizer que não havia dinheiro para dar de comer aos doentes dos hospitais. Paralelamente, vieram a lume as condições precárias em que os doentes eram tratados, pelo que convidei o Dr. Salazar e o Ministro das Finanças a irem visitar os hospitais. Como recusaram, foram-lhes enviadas algumas fotografias, onde estava bem patente essa realidade.

Tive assim como principais preocupações:

- Estabelecer prioridades para a construção de hospitais de acordo com as necessidades,

- Dar lugar a que o MSA fosse incluído no Plano de Fomento.

- Criar um GES: a Assistência era dada pontualmente e eu sempre tive um espírito sistematizador. Era preciso conhecer as famílias portuguesas. Para a criação do GES convidei a Dra Manuela Silva.

- A criação do SPSC tinha subjacente o aproveitar da experiência da Dra Manuela Silva no Desenvolvimento Comunitário, rompendo-se desta forma caminho para novas experiências.

- Criação de instituições necessárias para acolher crianças surdas-mudas, a partir dos 3 anos, para atendê-las em devido tempo. Em especial privilegiava-se o regime ambulatório.

Na saúde mental não tivemos capacidade para entrar.

Nesta época foi excepcional o trabalho e participação das religiosas no sentido de abrir as instituições de menores, até então extremamente fechadas.

Estava-se em 1968 ainda à espera da reorganização do Ministério.

Eu saí e fui para a C.P., fazer também um trabalho de organização e gestão.

M.C. - *O que considera que foi essencial no período?*

N.C. - Planeamento, organização, disciplina.

M.C. - *Quais os principais bloqueios?*

N.C. - Um Ministério das Finanças onde não há dinheiro;
Uma Assistência Social com lugar de 2º plano;
Falta de pessoas com preparação necessária para determinados cargos e com capacidade para funcionar e gerir.

Para a administração dos hospitais, por exemplo, tive que mandar formar pessoas no estrangeiro.

M.C. - *Refira uma explicação sobre o porquê do serviço que montou ter acabado...*

N.C. - *Por uma questão que não referi:*

- Marcelo Caetano achava que devia ser um médico a gerir a saúde. Eu saí, depois saiu o Dr. Carvalho da Fonseca e com ele o resto da equipa...

FERNANDO MAIA: Curso Superior de Ciências Sociais e Políticas

M.C. - *Relativamente à Assistência Social nos anos 1965/1974, gostaria de saber alguma coisa sobre a sua experiência e os vectores que influenciaram o seu posicionamento enquanto actor.*

F.M. - O início do meu contacto com os serviços do então MSA deu-se a partir dos finais de 1969. Isto só para dizer que não apanhei logo o início do período que considera.

Do meu ponto de vista os dois aspectos mais salientes que aconteceram, em termos duma nota clara de renovação de serviços, objectivos e até de concepções e práticas de trabalho, foram por um lado a criação de novos serviços no então IAF, visto que havia nessa fase o IAM, o IAI (que impropriamente se designava assim porque na realidade ele se ocupava das pessoas idosas) e o IAF. Estes 3 Institutos vieram mais tarde a ser integrados num único que foi o IFAS. Nos finais dos anos 60 ainda existiam os Institutos separados, que tinham sido criados na sequência da Lei n° 35 108 de 1945, e no IAF foram criados 2 serviços novos que deram o primeiro tom duma visão diferente da tradicional Assistência em Portugal. Eu diria que ~~marcaram precisamente a viragem do conceito de Assistência Pública~~ para o conceito de Assistência Social. Esses serviços foram o de CF e o de PSC, que procuravam justamente exercer os seus fins numa óptica claramente de prevenção das situações de necessidade e promoção dum papel individual e comunitário na melhoria das condições de vida, individual, familiar e das próprias comunidades, o que significa que a componente propriamente reparadora e paliativa da Assistência tradicional foi dando os seus passos novos no sentido dum enriquecimento com as duas outras componentes - da prevenção e da promoção do desenvolvimento, da participação dos próprios interessados nos processos de desenvolvimento. Isto em particular através do SPSC, porque o SCF tinha uma óptica mais restrita, embora também importante, mas que se interessava mais particularmente pelos problemas da família.

Os problemas da comunidade eram mais ao nível do SPSC, que através de projectos implantados em vários pontos do país e em áreas que, ou particularmente deprimidas, ou com notórias potencialidades de desenvolvimento nessa época, mais justificavam a existência de um serviço dinamizador de comunidades, numa óptica nova como a que eu referi. Em relação a zonas deprimidas lembro-me, p. ex., dos projectos de promoção social existentes no Porto e em Coimbra, em articulação com as respectivas Cáritas Diocesanas, e também o projecto de PSC da Madeira que teve um impacto importante, ao tempo, em zonas com problemas particularmente sérios. Lembro-me do projecto que tínhamos em Câmara de Lobos onde uma mudança de hábitos era absolutamente decisiva em termos de mudança das condições de vida das populações. Em Câmara de Lobos a natalidade atingia níveis elevadíssimos, dos mais elevados do país, famílias com 8, 10, 12 e mais filhos eram normais, o quadro de pobreza generalizada era acentuado, uma comunidade piscatória fundamentalmente em que as tradições herdadas de muitos anos não libertavam as pessoas para uma visão mais aberta e ajustada às realidades que entretanto iam acontecendo. O trabalho que se realizou lá foi importante, visto que este projecto fez nascer o primeiro Jardim de Infância, os primeiros Centros de Animação Comunitária, os primeiros Centros de Convívio e, mais tarde, o primeiro Lar de Idosos, que entretanto vieram a servir

de polos de desenvolvimento local e de criação de outras vivências e outros modos de encarar a vida. Lembro-me que às pessoas não lhes passava pela cabeça comer carne de galinha, além de que raramente comiam qualquer outra carne visto que todos os seus hábitos estavam orientados para o peixe e fora disso as batatas. Havia problemas sérios ao nível da saúde por carências proteicas diversas e introduzimos o hábito das pessoas criarem galinhas e coelhos, para passarem a utilizar essa carne, não apenas nas situações de doença - as pessoas entendiam que matar uma galinha só devia acontecer em situações muito difíceis. Houve aí esse primeiro passo que foi importante, por outro lado, como a elevadíssima taxa de natalidade andava claramente associada ao crescimento da pobreza, deram-se os primeiros passos no sentido da criação de algumas iniciativas de Planeamento Familiar e foram as primeiras que se realizaram lá. No conjunto do país foram também pioneiras essas acções que então se realizaram. Na Madeira havia também outros projectos em Machico, S. Vicente e alguns outros.

Em zonas com potencialidades de desenvolvimento, lembro-me do projecto do Cachão, que era uma zona agro-industrial com potencialidades interessantes em que se entendeu que valia a pena lançar este programa, numa outra zona do Norte foi o projecto de Marco de Canaveses, houve também projectos localizados no distrito de Viana do Castelo que foi em Areosa, Afife, Carreço e Estorãos, de modo que foi através desses projectos que, a pouco e pouco se foi criando, nas áreas onde decorriam, uma visão diferente da 'Assistência Pública', que foi perdendo o seu cunho predominantemente caritativo herdado do passado, de resposta paliativa, meramente reparadora e adquirindo uma componente, ao tempo, inovadora, orientada para o desenvolvimento das comunidades locais, com a participação dos próprios interessados. Todo este trabalho envolvia da parte dos técnicos um esforço grande no sentido de levar as pessoas a participarem nos processos em que estavam directa e pessoalmente interessadas.

Penso que este foi um dos aspectos importantes nesta fase e que foi completado com os primeiros passos dados no sentido da criação da rede de equipamentos sociais, ao tempo. Na verdade, aproveitando disponibilidades dos primeiros PF, que foram na altura instituídos, e que correspondem de algum modo ao PIDACC de hoje, partiu-se para o arranque daquilo que é hoje a rede de equipamentos sociais ao nível de Creches e Jardins de Infância, Lares para Idosos e ainda estabelecimentos para alguns deficientes. Lembro-me, p.ex., que na Madeira o primeiro estabelecimento para deficientes surgiu no âmbito do nosso programa de DC. O mesmo, por ex. relativamente ao Jardim de Infância de Câmara de Lobos, que foi o primeiro que surgiu na Madeira. Cá, essa rede também se foi alargando, com a construção de novos equipamentos e com uma outra filosofia de apoio a equipamentos sociais que já existiam, nomeadamente no âmbito de Misericórdias e de Centros Sociais e Paroquiais, em que se procurava que o seu funcionamento, quer para crianças, quer para idosos, quer para pessoas portadoras de deficiência, a acção que aí se desenvolvesse fosse vista já não naquela velha óptica fechada, tradicional, mas numa perspectiva aberta e projectada na comunidade e de forma que a comunidade sentisse que esses estabelecimentos estavam ao seu serviço e não constituíam favores dos poderes públicos; representavam a nossa óptica, e essa era a defesa que fazíamos nas nossas intervenções, algo a que as populações tinham direito, não no sentido de direitos exigíveis administrativa e judicialmente, como as prestações pecuniárias da Segurança Social, mas que se tratava de

respostas importantes e que deviam ser do interesse das populações e elas próprias a definir prioridades. É que a pouco e pouco foi-se criando a noção de que os equipamentos não deveriam ser construídos através de decisões vindas de Lisboa e o que se fazia era o resultado dum identificação de necessidades e de prioridades depois dum trabalho feito com as próprias comunidades locais. Esta foi uma fase nova e muito interessante do desenvolvimento do trabalho no fim dos anos 60 e nos primeiros 2/3 anos da década de 70.

Entretanto assistiu-se ao crescimento de algumas desconfianças em relação a esta metodologia de trabalho que por ser nova suscitou dificuldades, incompreensões, nomeadamente ao nível de autoridades locais, governadores civis, autarcas, que não compreendiam bem que este tipo de serviços pudesse trabalhar assim tão abertamente com a população - no fundo, tentar abrir as comunidades locais para uma outra visão das coisas, para não se manter aquela óptica tradicionalista do conformismo em que as pessoas aceitavam o que lhes quisessem impor, sem que tivessem nenhuma participação em todo esse processo. Esta metodologia nova foi importante, não só pelo seu carácter inovador, mas porque mexeu com as comunidades onde trabalhamos e até com os líderes formais locais que não se conformavam tão facilmente com este modo de actuar. Daí que tivéssemos então, adoptado uma outra estratégia - envolver também os próprios líderes formais locais no próprio processo, para que não fossem eles, pelo poder que exerciam, ou pelas suas desconfianças, a criar dificuldades em relação ao andamento dos projectos e sobretudo em relação à marcha de quanto de inovador e de rico tinha esta nova perspectiva de trabalho. Esta, em grande síntese, a primeira nota de grande inovação que penso dever ser sublinhada em termos da transição do conceito e da prática de Assistência Pública para um conceito e uma prática de Assistência Social nos finais dos anos 60 e princípio dos anos 70.

A outra nota é já de natureza puramente legal. Foi a aprovação do Dec.Lei 413/71, em que pessoalmente tive oportunidade de trabalhar, e que procurava consagrar em termos legais, precisamente uma nova óptica de trabalho. A legislação anterior ainda estava muito marcada pela concepção tradicionalista e clássica da Assistência, mesmo com alguma componente repressiva que vinha da legislação anterior, e o Dec.Lei 413, se bem que do meu ponto de vista pudesse ter ido mais longe, deu, apesar de tudo, uma nota bastante inovadora: integrou num único instituto coordenador os anteriores Institutos de Assistência à Família, a Menores, a Inválidos (como se chamavam), passa inclusivamente a acolher uma terminologia nova, diferente e mais correcta, na legislação anterior em parte nenhuma se falava em DC e em objectivos dessa natureza, e passa o 413 a acolher abertamente uma terminologia nova e a apontar para metodologias de trabalho muito diferentes a partir do novo Instituto Coordenador - o IFAS - que depois na sua fase já regulamentar levou à criação de serviços públicos de Assistência Social implantados em cada distrito, que foram os SADs. Essa orgânica também não existia assim na fase anterior. O que foi existindo foram serviços, ou projectos implantados aqui ou acolá, nesta óptica ou do SCF, ou do SPSC. A primeira pessoa a dirigir esse serviço foi uma pessoa notável de capacidade e de visão, que foi a Dra Maria Manuela Silva, e eu substitui-a na chefia desse serviço quando, em meados de 1969, ela foi nomeada para ir dirigir o Gabinete de Planeamento do então MSA. Fui nomeado por um processo que nunca deixarei de recordar, porque julgo que deve ter sido a primeira vez que um dirigente da

administração pública foi designado através dum voto, por eleição interna.

M.C. - *Antes desta nomeação estava já no SPSC, em que sector?*

F.M. - Estava nos serviços centrais, porque havia um conjunto de projectos e havia aqui um conjunto de técnicos que apoiavam esse trabalho que se desenvolvia no terreno, técnica e metodologicamente. Eu fazia parte, como técnico estagiário de 3ª classe, desse grupo de técnicos que estavam aqui em Lisboa. Estava na área de Desenvolvimento Comunitário.

Penso que foi muito importante esta evolução operada pelo Dec.Lei 413 e a legislação que se lhe seguiu, nomeadamente referente ao IFAS. A partir de 1974 as coisas sofreram alterações, eu próprio tinha já passado para o Planeamento da então DGA e o desenvolvimento do trabalho do IFAS, nomeadamente em termos de realizações no terreno, já não o acompanhei tão de perto.

M.C. - *Só para eu precisar um bocadinho: em 1971, o Sr.Dr. estava...*

F.M. - No SPSC. Na sequência do '413', além de ter sido criado o IFAS, criou-se também a DGAS, que tinha a Inspeção Superior de Tutela Administrativa e eu fui nomeado, nessa altura, para ir dirigir o serviço de Planeamento que se criou na DGAS.

No Dec.Lei 413, não estava definido qualquer serviço de Promoção Social, porque se entendeu, e a meu ver bem, que a função do DC prosseguisse, não através dum serviço específico, mas através de serviços do IFAS, implantados a nível distrital, que eram os SADs, que além de realizarem atribuições de natureza tradicional, subsídios individuais e familiares nas situações de carência, se ocupava de outro tipo de actividades, entre elas a CF e o DC local. Ao ser criado o IFAS foram extintos os anteriores institutos e com eles os serviços respectivos. Salvaguardou-se esta óptica nova, virada para o desenvolvimento das comunidades, através dos SADs. Este aspecto parece-me importante porque os SADs procuraram prosseguir com o trabalho que vinha sendo realizado, julgo que nuns casos a continuação dos projectos anteriores foi bem conseguida, noutros não, mas lembro-me que os serviços ligados à Cáritas Diocesana do Porto, à Cáritas Diocesana de Coimbra e os projectos da Madeira prosseguiram bem. Julgo que os projectos de Viana do Castelo a pouco e pouco foram entrando em fase de algum declínio. Alguma coisa ficou sempre, mas em termos de continuidade não. O Cachão ainda prosseguiu durante alguns anos, mas com a saída da Assistente Social que lá estava para o Porto creio que o projecto não prosseguiu. Mas enfim, as duas notas que nesta parte final do período a que se reporta a sua investigação, mais salientes foram, antes do 413, o funcionamento e desenvolvimento do trabalho dos serviços novos - CF e PSC - a metodologia nova imprimida e o aproveitamento que então se fez das primeiras disponibilidades dos Planos de Fomento atribuídas aos serviços para efeitos de investimentos e que conduziram ao lançamento da primeira rede oficial de estabelecimentos.

M.C. - *Nessa altura o problema da 3ª Idade ainda não tinha emergido....*

F.M. - Sim, em relação à pessoa idosa, porque o fenómeno do envelhecimento da população portuguesa nessa altura ainda não se punha com carácter particularmente preocupante, tratou-se mais de criar alguns lares e até de fazer obras de remodelação noutros que

existiam, apoios às Instituições Particulares, no sentido de melhorarem as condições de Assistência que eram prestadas aos idosos, mas não ainda no quadro de uma política mais concertada, que tivesse na base o problema de que o envelhecimento demográfico do nosso país fosse uma coisa séria, e na altura ainda não era, nem em Portugal, nem na maior parte da Europa, visto que se vivia ainda a parte final do chamado "Baby-Boom", posterior à II Guerra Mundial. Os problemas da acentuação do envelhecimento acontecem mais a partir de finais dos anos 60, na Europa mais industrializada. Depois as décadas de 70/80 já foram apontando mais para esse aspecto mais preocupante que hoje já nos atinge de um modo particularmente sério. Se olharmos, por ex. à tx de descendência média de 1.56, que hoje temos, essa é sem dúvida preocupante para um país como o nosso, visto que situações destas nos países altamente industrializados, são situações esperadas e normais. O que não seria esperado é que isso acontecesse entre nós tão cedo. Na altura era já muito reconhecido que, com o crescente ingresso da mulher na vida profissional activa, nessa fase acentuava-se claramente, porque a procura de mão de obra feminina foi crescente, portanto a procura de Creches e Jardins de Infância acentuava-se também. Foi também com esses primeiros dinheiros dos PF que surgiram os primeiros Centros de Paralisia Cerebral: novas construções e melhoria de estabelecimentos anteriormente existentes - problemas novos, preocupações novas. O aproveitamento dessas verbas dos PF, traduziu-se de facto numa óptica diferente de investir.

M.C. - *Tendo entrado no SPSC em 1969, sentiu desde logo a preocupação com os estudos a efectuar para incluir nos PF? Era uma prática constante?*

F.M. - Sim, sim e isso depois veio a ter maior concretização com a criação do tal serviço de Planeamento na DGAS, visto que os serviços centrais do Planeamento, que eram no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros, começou a tornar-se mais exigente em termos da caracterização dos projectos, do modo de os apresentar, da elaboração das fichas, etc. As coisas começaram portanto a aparecer numa forma já mais organizada, mas aquela nota de envolvimento dos interessados locais na elaboração dos projectos, essa nota não se tinha perdido e foi ainda nessa óptica que se trabalhou tendo em vista o lançamento dessas primeiras iniciativas, sobretudo na criação dos estabelecimentos oficiais, os quais, dos que existiam, funcionavam em condições francamente más, como a Casa Pia de Lisboa, ainda com características herdadas dos séculos anteriores, nomeadamente do século XIX. Esses serviços oficiais estavam desacreditados, funcionavam mesmo muito mal, portanto, houve uma óptica nova na criação de serviços oficiais a partir de meados da década de 60, no IAF.

M.C. - *Qual é concretamente a sua formação?*

F.M. - Sou formado em Ciências Sociais e Políticas, pelo ISCSP de Lisboa, pertencente à Universidade Técnica de Lisboa; foi objecto de sucessivas remodelações, alterações curriculares, pedagógicas, etc. Começou por ser o antigo Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, que no início dos anos 60 sofreu uma importante reestruturação e passou a ser uma escola fundamentalmente virada para a sociologia, as ciências sociais em geral e a ciência política em particular.

Terminei a minha licenciatura em 1966, fui fazer o serviço militar, ao tempo, fui parar a Moçambique e quando regresssei fui convidado pela Dra Manuela Silva para passar a trabalhar no SPSC,

precisamente em 1969. Foi também uma opção que partiu de mim, eu estava muito interessado nisso e conhecia a Dra Manuela Silva.

M.C. - Houve outro tipo de vectores que influenciaram a sua opção profissional?

F.M. - A minha formação académica estava muito orientada para as questões sociais, embora com uma forte componente da Ciência Política, mas tive muitas cadeiras de sociologia, de metodologia das Ciências Sociais, do Desenvolvimento Comunitário, em particular da História da Protecção Social e toda essa matéria me interessava muito.

No trabalho em concreto, encantou-me foi ver como é que em tão pouco tempo foi mesmo possível sensibilizar as pessoas para a aquisição de hábitos e atitudes de mudança. No plano prático o que mais me sensibilizou foi o conjunto dos projectos que tínhamos na Madeira, em particular o de Câmara de Lobos: pessoas que tiveram que enfrentar problemas com os párocos locais, porque passaram a adoptar medidas contraceptivas, passaram a ir ter os filhos no hospital (havia imensa mortalidade à nascença) não foi fácil naquela época. Penso, aliás, que ainda hoje não seria naquele sítio. Eramos na altura um grupo de gente jovem, com grande entusiasmo, e conseguíamos fazer ver às pessoas que tinham direitos como cidadãos e que era possível mudar as coisas.

Não esqueçamos que nesse tempo existia a PIDE, portanto havia sempre o receio, quando organizavamos uma reunião com a população, para fazermos uma acção de animação/sensibilização, para esse processo de mudança que julgávamos importante, nunca tínhamos a certeza de quem estava na assembleia. Esta experiência, vivida por todos nós, no plano profissional foi extremamente importante e presto a minha homenagem a um conjunto de pessoas que conheci, visto que estavam no terreno, no dia a dia lá, e que talvez arriscassem mais do que eu. Penso que é necessário prestar também homenagem a um homem que foi o então Director Geral da Assistência, Dr. Carvalho da Fonseca, que foi o homem da abertura para tudo isto, porque se não fosse a sua própria maneira de ser, nós nos serviços talvez não estivessemos encorajados para esta visão extremamente aberta e muita coisa não se teria feito. Ele conseguiu, por exemplo, convencer os responsáveis da Saúde a criar o primeiro posto Materno Infantil na Madeira e depois a pouco e pouco, foi-se alargando a rede de postos de Assistência Materno Infantil. Havia também muita mortalidade infantil por falta de vacinação, p.ex. e de problemas que afectavam uma vida inteira. Foi portanto uma fase em que, muito mais que em fases posteriores, nós sentimos que o que estávamos a fazer junto das populações, no terreno, tinha resultados visíveis em prazos curtos e com efeitos humana e socialmente muito importantes.

Penso que quem lida com estas realidades do social, em que os resultados da acção não são visíveis a curto prazo, um processo de alguma frustração pode nascer, precisamente porque os resultados não os vemos de imediato, não sabemos se alguma vez os chegaremos verdadeiramente a ver e isso muitas vezes no plano profissional, sem dúvida que é frustrante. Ora bem, nós, e esta é uma nota importante, nessa fase, vimos os resultados. Trabalhávamos com as pessoas, envolvíamos as pessoas, levavamo-las a compreender quais eram os seus próprios problemas e a serem elas a encontrar soluções para esses mesmos problemas e trabalhávamos em conjunto para definir as prioridades. Houve depois uma segunda fase, que foi a ida de especialistas na área da deficiência, porque as deficiências proteicas, os hábitos alimentares, a alcoolização das crianças, levou

ao aparecimento de muitas crianças e jovens portadores de deficiências, nomeadamente intelectuais; também os traumas durante o parto que conduziam a problemas irreparáveis. Começamos a falar e a denunciar abertamente este tipo de coisas. Depois verificamos que não bastaria só falar com as próprias populações, porque compreendemos que precisávamos de aliados, sob pena de sermos hostilizados e a partir daí, nada feito. Esses aliados eram os párocos, os autarcas locais e às vezes os governadores, a quem explicávamos em que consistia o nosso trabalho, qual era a finalidade dele, o que pretendíamos, porque havia desconfianças de que éramos uns agitadores.

Uma vez um presidente duma câmara do Norte, a quem nós fomos explicar (nessa altura ainda estava a ser integrado no serviço e fui com a Dra. Manuela Silva) o que era o SPSC, em que consistia o projecto, quais os objectivos que pretendíamos levar a cabo junto com a população local, etc, ...o senhor ouviu e no fim disse: "Posso fazer uma pergunta?... Depois de o ouvir só me resta uma dúvida, Promoção Social Comunitária, terá alguma coisa a ver com o comunismo?" Mas foi engraçado, que conseguimos até convencê-lo que não tinha e depois fomos bastante apoiados.

M.C. - *Em termos de bloqueios, tanto antes de 1971, como depois, o que sentiu?*

F.M. - Localmente os bloqueios em relação à nossa acção tinham a ver com o desconhecimento das pessoas da acção, porque quando esclarecíamos bem em que consistiam as coisas, passava a haver adesão e o acolhimento melhorava muito.

Ao nível central e político, quando se formou o governo nos princípios dos anos 70, o novo governo tinha ideias, ao nível do ministério, de reestruturar as orgânicas e isso teve a ver com o que veio a ser o Dec.Lei 413/71. Devo dizer que tivemos a sensação que alguma coisa que apressou o 413/71, nomeadamente a extinção dos serviços novos, foi a existência de alguma desconfiança política a respeito destes serviços, visto que, aparentemente a óptica tradicional da Assistência Pública era mais cómoda para o poder político, do que a de abertura e de indução para a abertura, no sentido da mudança. Alguma hostilização começou a existir, a ponto do SPSC e do SCF serem extintos, mesmo antes da aprovação do Dec.Lei 413/71. Não quiseram estar com mais contempções e extinguiram-nos pura e simplesmente. As pessoas foram dispersas por vários sítios, o que traduzia também essa desconfiança. Eram serviços que mexiam com as populações, agitavam, lembravam e diziam às pessoas que tinham direitos que deviam reclamar e não colocá-los aos seus superiores duma forma servil, o que, naturalmente, não agradava ao poder político.

Eu um dia fui chamado à Praça de Londres, à Dra. Teresa Lobo, que me disse, que era chegada a altura de acabar com esses serviços porque o governo tinha outras ideias. Mais tarde fui convidado para trabalhar como assessor no gabinete dela, onde estive algum tempo até ter saído com um processo disciplinar. A seguir a isso é que fui nomeado para o Planeamento da DGAS.

Foi uma época aliciante, em que se fizeram coisas novas, se adoptou uma metodologia nova e precisamente porque era algo de novo suscitou desconfianças e dificuldades. Entretanto é interessante também relacionar todo este processo com o facto de ter havido nos finais de 60, início de 70, uma melhoria geral das condições de vida da população portuguesa. Já não se punham tanto problemas da fome, de

um número excessivo de pessoas a pedir na rua, a própria realidade convidava e induzia à transição da óptica tradicional da Assistência Pública, para uma óptica moderna de Assistência Social, que naturalmente vinha enriquecer a velha perspectiva de Assistência Pública, muito reparadora e paliativa, para uma preocupação de natureza preventiva e também voltada para o desenvolvimento das comunidades locais. Isso traduzia também uma mudança da própria realidade no terreno. As realidades forçaram de resto, a própria reestruturação orgânica que se operou.

M.C. - *Em 1970 o Dr Baltasar ficou logo com os dois ministérios?*

F.M. - Sim, houve uma fusão das Corporações e da Saúde, visto que o MSA deixou de existir como Ministério, passou a ser uma Secretaria de Estado, integrada no âmbito do então Ministério das Corporações e da Saúde.

O próprio preâmbulo do Dec.Lei 413/71 aludia a uma ideia de que com a evolução que estava a acontecer se admitia que os sectores da Previdência Social e da Assistência Social, dada a complementaridade entre as duas áreas, pudessem, no futuro, vir a dar origem a um sector de Segurança Social. Essa ideia era claramente admitida - com a evolução que se vinha operando, os sectores da Previdência e da Assistência podiam vir a dar origem a um só sector: ~~"substituição progressiva dos sistemas de Previdência e da Assistência para um Sistema Integrado de Segurança Social.~~

M.C. - *Na altura, em 1969, tinham já muita ligação à Europa?*

F.M. - Não. Portugal nessa fase continuava perfeitamente isolado em relação ao mundo, em termos técnicos não acompanhavamos a evolução do que acontecia lá fora. Lembro-me que em 1972 pude participar num Seminário das NU, que decorreu durante 15 dias em Oxford, sobre os problemas das populações particularmente carenciadas, mas Portugal, por razões de ordem política, encontrava-se fortemente isolado de toda a participação em organizações internacionais. Refiro-me à nossa ausência de participação no Conselho da Europa, em termos do programa de desenvolvimento social das NU, os nossos contactos com a OIT eram relativamente raros, com a AISS não existia sequer contacto. Ao nível da CPCISS as coisas tinham um carácter que também traduzia as mesmas dificuldades da época: um forte isolamento nosso, ou porque nem sequer eramos convidados a participar, ou porque não havia disponibilidade política para nos autorizar a ir e sobretudo para financiar as deslocações.

Quanto à informação, alguma nos chegava, e mais uma homenagem deve ser prestada à Dra Manuela Silva, porque ao criar o GES, permitiu que houvesse uma biblioteca através da qual os nossos serviços iam tendo acesso a publicações que nos iam situando e nessa fase, podemos dizer que não andavamos desactualizados. Obras notáveis da época nos chegaram. Fez-se publicar durante vários anos a revista Informação Social, com bastante interesse dada a craveira das pessoas que foram convidadas a apresentar os seus artigos: foi um espaço de informação e debate.

Foi um período importante porque era diferente de tudo o mais, era o não aceitar o conformismo da rotina, o conformismo de se pensar que os problemas da pobreza e das situações de carência se resolviam rezando 3 Avé Marias; era um levar as pessoas a compreenderem e a participarem de um modo muito activo num processo

que interessava a todos. Em termos das comunidades locais isso foi importante.

MANUEL MARTINS GARRIDO: Arquitecto

M.C. - *Conforme a nossa conversa anterior, situando-nos nós na Assistência Social nos anos 1965/74, pretendo essencialmente conhecer as pessoas que nela intervieram, quais as prioridades que colocaram na sua intervenção, que vectores ao nível da formação, ou que outro tipo de experiências levaram a que fossem mais sensíveis para o social.*

M.G. - Para mais facilmente me recordar dos anos a que se refere eu trouxe o Curriculum, onde, na nota biográfica, tenho a forma como me insiro nessa época.

Em 1965, julgo que era Ministro da Saúde o Dr. Neto de Carvalho, aparece como Director Geral da Assistência o Dr. Armando Carvalho da Fonseca que reestrutura todos os serviços (Institutos de Assistência aos Manores, Assistência à Família e Assistência aos Inválidos). Coloca à frente dos serviços gente nova, dinâmica, com uma grande vontade de fazer "coisas novas" e uma enorme qualidade técnica.

Eu e outros arquitectos e engenheiros que trabalhávamos já no Ministério da Saúde e Assistênci, nas designadas Brigadas Técnicas, criadas em 1961 pelo Ministro Martins de Carvalho, com o objectivo de dar orientação e acompanhar a construção de edifícios sociais, quer públicos quer privados e ainda elaborar estudos, projectos e pareceres, passamos a dar apoio muito mais directo e frequente à Direcção-Geral de Assistência.

Para mim essa época é das mais ricas e interessantes em termos profissionais, não só pelas oportunidades de alargar e melhorar a rede de equipamentos sociais, como pela possibilidade de realizar um trabalho de equipa, com técnicos muito qualificados e com o próprio Director Geral que acompanhava de perto todos os trabalhos e tinha uma intervenção extremamente estimulante. Esse contacto trouxe atrás de si o desenvolvimento de laços de amizade que ainda hoje perduram.

O Dr. Carvalho da Fonseca não era um homem de gabinete. Estava interessado em fazer uma "revolução" na Assistência e conseguiu fazê-la. Num curto espaço de tempo conseguiu uma enorme cobertura nas várias áreas sociais, aqui no Continente e também nos Açores e na Madeira.

Quanto às prioridades colocadas na intervenção, entre 1965/1974 os aspectos mais relevantes no domínio da Assistência Social têm a ver com a criação de equipamentos sociais.

Destinados a melhorar a saúde das crianças e a apoiar as famílias e, em especial, as mães trabalhadoras, criaram-se muitas creches e jardins de infância que, além de tomarem conta das crianças, forneciam refeições e asseguravam a vigilância de saúde.

Começam também a aparecer os Centros de actividades de tempos livres.

Para as crianças "privadas do meio familiar normal" foram remodelados e reorganizados vários internatos tentando os técnicos "modernizar" os estabelecimentos e proporcionar às crianças um ambiente o mais parecido possível com o da sua família.

Construíram-se ou adaptaram-se edifícios para internatos e semi-internatos destinados à educação de crianças surdas, cegas e deficientes intelectuais.

Iniciou-se toda uma acção de apoio à população de idosos.

É de salientar que muitos dos estabelecimentos pertenciam a Instituições Particulares de assistência (hoje IPSS), com excepção dos estabelecimentos destinados a deficientes que, na sua maioria, eram criados e mantidos pela Direcção-Geral de Assistência.

Partia-se de uma situação muito má, ou pela inexistência de equipamentos para acolher as crianças, os jovens e os idosos com necessidade de apoio de qualquer espécie, ou pela má qualidade dos que existiam e que era mais notória nos internatos (asilos) para crianças e para idosos.

O esforço desenvolvido pelo grupo de técnicos do quadro da DGA a que fiz já referência, apoiados pelo Director-Geral e pelos Directores dos Institutos de Assistência aos Menores e Assistência aos Inválidos, produziu apenas alguns resultados que considero importantes se tivermos em conta o contexto em que se vivia na época.

É evidente que muitas das coisas que se fizeram estarão hoje desactualizadas e ultrapassadas. Todavia, aquela época terá sido, em termos de realização profissional, para muitas das pessoas que participaram no processo, absolutamente notável.

Quanto à formação, indispensável para o trabalho desenvolvido, a maioria dos técnicos e eu próprio tivemos possibilidade de visitar vários países estrangeiros (França, Holanda, Bélgica, Reino Unido e até mesmo a Espanha) e ver o que se fazia nesses países nas várias áreas de intervenção (creches, jardins de infância, internatos para menores, lares de idosos, estabelecimentos para deficientes, etc.). Também aqui em Portugal se realizaram encontros, seminários, e outras acções deste tipo com vista não só a actualizar o pessoal técnico mas também a informar os responsáveis pelas instituições privadas das modernas tendências de assistência social.

O Dr. Carvalho da Fonseca considerava a formação de tal maneira importante que uma das suas primeiras decisões foi criar um Centro de Formação de Pessoal para preparar os quadros e o restante pessoal para as tarefas que iriam desempenhar nos estabelecimentos.

M.C. - *Como arquitecto, estava mais ligado aos espaços. Quais as principais preocupações?*

M.G. - Estava ligado aos espaços e à programação. No âmbito das Brigadas Técnicas, nós estávamos sempre disponíveis para fazer projectos e aptos para elaborar programas. E também a acompanhar as obras, o que fazíamos, a maior parte das vezes e quando se tratava de obras da própria Direcção Geral acompanhados do Director Geral que gostava de seguir pessoalmente os trabalhos.

Julgo que o interesse pela programação que ainda hoje mantenho, vem dessa época.

Quanto à concepção dos espaços, a formação que íamos adquirindo e os contactos com os técnicos da área a que o projecto se destinava, permitia-nos fazer algumas inovações.

Acabámos com os grandes estabelecimentos, com os grandes dormitórios, enfim, tentávamos encontrar e pôr em prática soluções mais de acordo com as ideias que à época eram mais comuns na Europa.

M.C. - *Como disse no início fez o seu trabalho de fim de curso já virado para os Jardins de Infância ...Trazia já preocupações próprias?*

M.G. - Eu defendi tese em 1956 e, nessa altura, tinha alguma ligações profissionais com o Algarve, designadamente com o Dr. Brito da Mana, delegado do Instituto Maternal, organismo responsável pela assistência materno-infantil.

Deste contacto nasceu a possibilidade de fazer o projecto para o Centro de Assistência Materno-Infantil de S. Brás de Alportel que ainda existe e que funciona. Aproveitei esse trabalho para fazer a minha tese.

M.C. - *Antes da programação eram feitos estudos prévios, das necessidades, da zona, etc? Havia ligação com outros serviços, como o da Promoção Social?*

M.G. - Sim, havia sempre uma fase prévia de contactos com os Serviços Centrais e com os técnicos locais. E durante a programação e a fase de projecto esses contactos continuavam.

M.C. - *No seu trabalho, sentiu bloqueios?*

M.G. - Não, todo o nosso trabalho resultava de uma enorme colaboração. Quando se iniciava o estudo de qualquer equipamento é porque se previa que houvesse financiamento para a obra. A ninguém interessava bloquear a criação de equipamentos sociais que, embora por motivos diferentes, eram importantes para quem os fazia e para quem os recebia.

Bloqueios de outro tipo também não se faziam sentir até pela natureza das nossas funções.

Pelo contrário, tínhamos o apoio da própria Secretária de Estado - a Dr^a Teresa Lobo - que gostava de acompanhar as obras e visitar os estabelecimentos.

M.C. - *Acha que essa forma de trabalhar teve o seu fim?*

M.G. - Esta forma de trabalhar evoluiu como tudo.

A grande mudança é, hoje, verificar-se uma maior descentralização. Há uma maior responsabilidade local pelos equipamentos. O apoio que hoje se dá é completamente diferente.

As nossas preocupações actuais têm a ver com os aspectos técnico-normativos. Nessa linha - e agora na área da população idosa à qual estou ligado desde antes de 1974 - estudamos e preparamos documentos técnicos para apoio dos serviços regionais.

M.C. - *Disse há pouco, que não era possível trabalhar-se agora como na altura. Porquê?*

M.G. - Porque o país é diferente, o contexto é diferente, as necessidades são diferentes.

Logicamente não poderíamos continuar a decidir a nível central o que deveria fazer-se em Trás-os-Montes.

Penso, no entanto, que há aspectos que devem ser melhorados na articulação entre serviços centrais e serviços regionais.

MARIA JOSÉ LENCASTRE VIANA: Assistente Social

M.J. - Nasci em 1913, acabei o curso em 1941 e houve muita coisa de 1941 em diante que foi importante para aquilo que se fez nos anos 60. A nossa forma de trabalhar não vem, no entanto, só do que a escola nos dá, mas daquilo que nós levávamos já para a escola. Primeiro, eu pertencia a uma família onde havia uma pessoa muito interessada por problemas sociais e que marcou muito a minha infância. Depois, era uma época em que não havia tanto aquela avidez de ganho, talvez porque não houvesse tanta necessidade. Eu fiz o curso do liceu e depois pensei que realmente precisava de fazer qualquer coisa, porque o meu pai estava muito velho e estava doente. Queria formar-me em Direito, o meu pai não se importava, mas a minha mãe não concordava porque não era costume, etc.

Um dia ouvi falar da abertura do Instituto de Serviço Social de Lisboa. Tinha sido criado por influência da Condessa de Rilvas, uma belga casada com um português, que conhecia o serviço social da Bélgica e que falou nisso ao senhor Cardinal Patriarca, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, ao tempo. Como tinha que ter uma certa projecção, nessa altura aquela senhora apresentou um trabalho, num congresso da UN, onde explicou o que era o serviço social, muito e... embora depois o Instituto não tivesse nada a ver com a UN - foi criado pelo Sr. Cardinal Patriarca de Lisboa; era obra da Igreja.

Portanto, eu quando ouvi tudo isto, como tinha vontade de fazer qualquer coisa, falei com uma amiga minha, então muito doente, que me influenciou para o curso de Serviço Social, que era o que ela gostaria também de fazer, se pudesse...

Fui então para o Instituto de Serviço Social de Lisboa (ISSL). Era algo que eu tinha em vista que me podia ajudar a ganhar a minha vida, mas que teria uma projecção na vida dos outros. Fui para lá, para ser útil aos outros, para o contacto directo com os outros. Depois houve muita coisa que nos marcou. Através da Condessa de Rilvas, que conhecia muitas assistentes sociais em França, foi escolhida para directora uma mulher realmente extraordinária - Marie Thérèse Lévêque Demarly - e essa senhora tinha sido, coisa muito importante naquela época, assistente social 'chez Citroën'. Ora ser assistente social numa fábrica como a Citroën era qualquer coisa. Veio viver para Portugal, era uma pessoa extremamente aberta, muito comunicativa, muito fantasista o que também era preciso. Num país onde não havia nada, se a pessoa não tivesse muito para dar, não tivesse uma imaginação muito grande, não conseguia andar para a frente. Ela fez de cada aluna uma amiga.

Eu era uma pessoa um bocadinho tímida e fui logo muito marcada pela personalidade de Mademoiselle L.. Por outro lado havia outra coisa que me fazia o maior dos espantos: os professores do ISSL eram quase todos católicos, mas professores universitários que vinham das suas faculdades e davam do seu tempo ao ISSL, sem receberem nada, a não ser um almoço de confraternização feito pelas alunas do Curso de Educação Familiar, que todos os anos os reunia. Mas nós sugerevamo-nos a muito, porque havia professores que iam fazer exames, por exemplo às 10h da noite, porque, sobretudo na época dos exames, durante o dia estavam sempre nas faculdades. Isso era para nós o testemunho duma generosidade, dum empenhamento, de qualquer coisa que nos dizia: nós vamos fazer uma coisa importante, uma vez que estas pessoas todas têm dedicação à causa. Este facto marcava-nos muito. Havia professores que tinham uma vida muito cheia e que

alternavam nas matérias a leccionar. Havia uma pluralidade de cadeiras, talvez pouco aprofundadas e um bocadinho repetitivas, mas isso depois foi-se melhorando. Eu fiz o meu curso, fui uma boa aluna e saí cheia de entusiasmo, sem contudo nunca me definir muito - gostava de tudo.

M.C. - *Faziam estágios?*

M.J. - Fazíamos estágios numa progressão grande. O 1º ano tratava o homem 'normal'. Aprendíamos Puericultura, Anatomia, etc. Mas é preciso situarmo-nos na época em que eu entrei no ISSL. Não havia enfermeiras de Saúde Pública, não havia Educadoras de Infância, de maneira que nós, ao mesmo tempo, tínhamos que ser preparadas para lançar mão a uma pluralidade de actividades, que depois acabariam, logicamente, por passar a pessoas com formação específica. Por exemplo, mais tarde abriu uma escola de Educadoras de Infância, cuja fundadora foi aliás uma assistente social.

Nós fazíamos estágios em hospitais, serviços de Puericultura, etc, fazíamos visitas a instituições, depois a crítica, ou análise das mesmas, etc.

No 2º ano entrávamos já no tipo de doenças como a tuberculose, o cancro, mas não ainda do foro mental (essas ficavam para o 3º ano). Portanto, havia uma gradação no conhecimento da pessoa e ao mesmo tempo havia também a introdução de outras cadeiras como

Direito Civil, Direito Constitucional, etc. Os estágios eram feitos, p.ex., no Instituto de Oncologia, nos Hospitais Cívicos e aí havia por vezes um certo desfazamento, porque nós sabíamos o que devíamos fazer, mas as enfermeiras é que não sabiam o que nos haviam de mandar fazer, não sabiam qual era o nosso papel e muitas vezes queriam-nos atribuir tarefas que nem sequer permitiam o contacto com o doente. Aparecia porém um ou outro médico que, sendo mais novo, compreendia melhor. No fim tínhamos que apresentar no ISSL os relatórios dos estágios que tínhamos feito, do que achávamos que era útil, ou não, porque o ISSL estava-se a "construir" ainda e nós tínhamos que tentar fazer uma avaliação, o que nem sempre era fácil.

No 3º ano entrava-se já noutros âmbitos, como o da psiquiatria: Psiquiatria Infantil, com o professor Victor Fontes, Psiquiatria de Adultos, com o Prof. Barahona Fernandes e outros, o que era muito útil.

Os nossos relatórios eram sobre um caso que tínhamos estudado, às vezes até casos perigosos de doentes agressivos... situação familiar, comportamento na família e no trabalho, etc.

Acabado o curso tínhamos o estágio final. Antes porém, tínhamos que desenvolver um trabalho e o que eu apresentei foi uma Monografia sobre Vila do Conde, com o estudo de uma família local.

Tínhamos também estágios no Centro Social da Bempostinha, e sobre isso cheguei a elaborar um trabalho, 'Os Centros Sociais, Factor de Revigoração Familiar', que foi base do então chamado Exame de Estado. Para mim, a experiência mais enriquecedora da minha vida profissional foi talvez o trabalho que desenvolvi no Centro Social da Bempostinha que tinha sido iniciado por Maria Leonor Botelho, e a que posteriormente dei todo o meu entusiasmo.

Acabado o curso em 1941, comecei a trabalhar numa coisa muito pouco interessante que se chamava o Centro de Inquérito Assistencial que estava dependente da Misericórdia de Lisboa. Era uma espécie de Central, a exemplo de outros já criados na Europa só que era um serviço demasiado centralizado para que pudesse dar resultado. Estive lá muito pouco tempo, porque não gostei do trabalho e passei

para o ISSL, para ser professora e monitora de Serviço Social e ao mesmo tempo dirigir o Centro Social da Bempostinha. Aí, foi, como já disse, outro dos meus trabalhos mais agradáveis e talvez o mais marcante. Estávamos numa freguesia com umas dimensões muito próprias para ser trabalhada. A casa estava situada numa posição bastante central e havia uma série de acções: trabalhávamos em contacto com a Paróquia (porque embora a obra não fosse propriamente da Igreja nós pertencíamos ao Patriarcado), tínhamos contacto com a J. de Freguesia, com o Centro de Saúde, cuja enfermeira chefe, Maria Palmira Tito de Morais, era uma mulher notável; isso dava-me uma multiplicidade de valores que era muito interessante. Por um lado tínhamos a parte Assistencial em que estudávamos os casos, procurávamos ajudar a resolvê-los com a colaboração dos próprios interessados, da Misericórdia ou outras instituições que podiam prestar auxílio. Por outro lado as boas relações que existiam com a Saúde ou outros, levou a que o Centro se desenvolvesse a partir dessa multiplicidade. Começou então a levantar-se o problema de que as crianças não tinham para onde ir e abriu-se a casa às crianças (as educadoras familiares faziam lá os seus estágios) que quando acabavam a escola iam para lá. ~~Como precisavam de ler criou-se uma biblioteca, que depois se ampliou porque a biblioteca tinha que servir também os mais velhos. Começaram ainda a aparecer rapazes e nessa altura pensou-se que era preciso arranjar também um homem que trabalhasse lá. Contactou-se um rapaz~~ que tinha sido escuteiro e que organizou aquilo em equipas primeiro dos mais pequenos, depois dos maiores onde se iam buscar chefes para os mais novos. Enfim, tudo se desenvolveu como uma bola de neve, mas muito de acordo com as necessidades da freguesia. Enquanto os pequenos se contentavam com coisas simples, os mais velhos eram mais exigentes. A casa não era muito grande, mas depois surgiram outras coisas... o teatro... a aprendizagem do francês... reuniões de mães... criou-se um estilo de vida verdadeiramente comunitário. **Tínhamos uma grande preocupação: humanizar as coisas. Ter a certeza que cada um era conhecido por si próprio... isso para eles era uma coisa importante. Ainda cheguei a encontrar um rapaz mais tarde que me disse: "Nunca se falou no Centro sobre a importância da pessoa humana, mas foram as senhoras que mo ensinaram pela sua atitude"...**

De dois em dois meses fazíamos uma reunião com os chefes de equipa e todos os elementos que trabalhavam no Centro, onde cada um falava e dava a sua opinião. Um dia eu disse: "Bem, parece que já temos a opinião de todos e a mais votada é esta". De repente, diz uma vizinha de lá: "Eu peço desculpa, mas eu ainda não disse nada. A minha opinião é esta..." Quer dizer eles sentiam que tinham um lugar e que esse lugar era para ser desempenhado.

Mais tarde, houve pessoas que começaram a ter necessidade de ir ao Centro à noite, porque de dia não tinham tempo. Prontifiquei-me a ir lá uma vez por semana, desde que não fosse sozinha. Logo se propuseram os mais velhos a fazer-me companhia e assim foi. Eu nunca estive sozinha, nem precisei nunca de ir abrir a porta à noite. Sempre senti da parte da população em geral e deles uma grande receptividade e amizade. Esta experiência no Centro foi para mim muito marcante.

Estive desta forma ligada ao ISSL 12 anos, nos últimos 2 anos como professora. Eu era também muito procurada pelos professores para estar nas mesas de exame. Isto porque achavam importante a minha análise relativamente às respostas das alunas, uma vez que as julgava, segundo a importância do que tinham dito enquanto futuras Assistentes Sociais. Isto aliás foi uma coisa que sempre se procurou definir.

Em 1960 entrei para os Hospitais civis de Lisboa, convidada, por uma questão até política, como acontece em todas as épocas. Era preciso criar o Serviço Social nos Hospitais Civis, porque ia haver um congresso hospitalar e 'não era possível' que ali não existisse Serviço Social. Lá fui para me lançar nessa nova actividade. Por outro lado dava-me uma condição económica melhor (mais 500\$ por mês). Nos Hospitais Civis foi uma outra abertura. Eu aprendi imenso, mas também nesta altura já nós estávamos viradas para 'as novidades'. Eu ia muitas vezes a França, aliás não tínhamos dificuldades nenhuma, nunca senti problemas, trazia tudo quanto havia de jornais, revistas desde os da esquerda até aos mais direitistas. Nessa altura já se falava muito em 'Case Work' e começou a vir a Portugal um técnico belga que nos abriu novos horizontes. Mais tarde fizemos também uns cursos sobre trabalho de grupo e isto tudo era feito, ou através do sindicato, porque nesse tempo havia um sindicato que nós tínhamos criado e a cuja direcção eu também pertenci. O aparecimento destas técnicas foi já um grande passo e recebíamos também as auxiliares sociais que quisessem participar. A par disto, eu era ainda professora da escola de S. Pedro de Alcântara que tinha o curso de Auxiliares Sociais. Aí também era engraçado porque elas tinham muitas dificuldades e de vez em quando eu fazia uma coisa de que as alunas gostavam. Escolhia uma que fazia de Auxiliar Social e uma outra ia pôr o seu caso. Depois no fim havia uma crítica, iniciada pelas alunas, o que era também considerado, para os métodos utilizados na altura, uma coisa nova.

Nos Hospitais Civis eu era Chefe de Serviço Social, mas de início só tinha a trabalhar comigo uma auxiliar social. Mas foi óptimo, porque os hospitais precisavam muito de tudo aquilo quanto tinha aprendido até então porque, com casos individuais havia imenso trabalho, como trabalho de grupo havia muito especialmente com o pessoal. Havia muitas questões sobre as quais tínhamos que nos reunir o que dava lugar a um trabalho de grupo menos formal, mas que era uma abertura para pessoas que não estavam habituadas a nada disso. O problema era a falta de Assistentes Sociais, porque não havia uma para cada hospital. Foi, no entanto, muito enriquecedor o contacto com os médicos quer para nós, quer, suponho, para eles próprios. Trabalhávamos com todo o tipo de problemas desde o das admissões, das altas, da falta de apoio familiar e como tal de falta de uma situação segura para que as pessoas pudessem sair: primeiro, porque a sua ausência criava complicações em casa e depois porque o hospital precisava de ter vagas. Esta era uma das situações difíceis do Serviço Social, mas apesar da falta de instalações para trabalharmos, a forma como nós trabalhávamos, para procurarmos servir, ajudou muito a que depois nos dessem melhores instalações, embora nós em certas coisas fôssemos absolutamente intransigentes.

Nos Hospitais Civis de Lisboa nós tínhamos a parte de Serviço Social especialmente relacionado com a saúde, p.ex., no hospital do Rego, que eram doenças contagiosas, ou no caso das doenças cancerosas, fazíamos inquéritos porque havia muitos doentes que não compareciam nas datas marcadas. O médico apresentava uma lista desses casos e nós elaborávamos um questionário que era depois discutido com o médico, para ver se continha todas as questões que eram necessárias ao seu trabalho. Foi muito interessante, porque parecia que estávamos a fazer uma espécie de Saúde Pública. Havia casos em que as esposas referiam que eram os maridos que as não deixavam comparecer na consulta. Abordados estes, por vezes justificavam essa atitude, por acharem que as consultas eram desnecessárias, p.ex. porque as mulheres já tinham sido operadas há

dois anos, ou porque, se recebiam um bilhete assinado pelo médico para elas lá irem é porque havia qualquer coisa entre os dois, para ele se lembrar disso. Todo o nosso trabalho que se desenrolava a partir daí - de informação - foi importante e ajudou em muita coisa. Nós colaborávamos no sentido das doentes virem, de se verificar os falecimentos, ou outras situações. Também tínhamos a parte de ajuda, quando por exemplo, não havia remédios, quando as pessoas se deslocavam e não tinham para onde ir, etc. Arranjávamos pensões que recebiam os doentes, mediante um determinado valor - comiam o almoço no hospital e jantavam e dormiam na pensão. Havia também uma grande colaboração nossa com os serviços de psiquiatria, quando as pessoas precisavam de apoio, de 'mãe', serviço que era quase exclusivo, meu, e que levou a que se criassem relações, algumas das quais ainda hoje perduram.

Este trabalho levou a que eu e outras colegas, que tínhamos idênticas dificuldades, procurássemos uma supervisão em Serviço Social do Professor Eduardo Cortesão, que nos supervisava nos casos difíceis. Ele era psicanalista, mas a supervisão era só no que se relacionava com o serviço social. Foi um apoio que durou cerca de quatro anos e em que ele pretendia essencialmente levar-nos a reflectir sobre o nosso posicionamento perante as pessoas e como reagir, assim como perceber porque é que perante certos casos nós tínhamos uma determinada atitude. Portanto, o que acontecia é que nós andávamos na frente duma série de coisas que se vieram a fazer posteriormente - íamos 'pescando' o que precisávamos, o que nos permitiu depois largar passos em Serviço Social.

Depois, fizemos um curso para supervisoras em Serviço Social com um técnico francês que vinha a Portugal de 6 em 6 meses. Nos intervalos éramos supervisadas por uma pessoa de cá; onde colocávamos as situações e problemas em que nos envolvíamos e que sentíamos que nos transcendiam, no sentido duma solução, duma resposta ou duma ajuda. O que acontece é que na nossa profissão é muito difícil não estarmos envolvidas, num mínimo que seja (esta é a minha opinião).

Outra coisa que fizemos nos hospitais foi pôr a funcionar uma pequena biblioteca nas enfermarias, contactar as pessoas que visitavam os hospitais, colaborar com os capelães.

Havia uma coisa que tinha muita importância que era o Natal dos Hospitais Civis. Todos entravam; havia um júri nomeado pelo SNI, prémios, dava-se uma lembrança a cada doente e procurava-se que os enfermeiros se entusiassem a dar um aspecto natalício ao hospital. Havia pessoas que só queriam ir mesmo na véspera de Natal para casa, para assistirem a tudo. Fazia-se um concurso de presépios aos quais eram concedidos prémios e menções honrosas. O grande êxito foi um ano em que um médico do Banco construiu tudo em ligaduras gessadas e todas as figuras que afluíam ao presépio representavam as pessoas que afluíam aos hospitais: o mendigo, o homem sem a perna, a prostituta, toda essa 'miséria' eram as personagens.

Trabalhei nos Hospitais até 1966 e depois Maria Raquel Ribeiro, que estava então na Misericórdia de Lisboa, convidou-me para ir dirigir um Centro na rua da Rosa (havia então 4 em Lisboa; este cobria uma vasta área do Bairro Alto até à Mouraria). Aí o trabalho foi muito interessante, especialmente com os 'sem residência'. Recebiam-se muitos marginais da cidade de Lisboa mas trabalhávamos também com as famílias da zona.

Entretanto, eu queria vir para o Porto. Vim para cá e trabalhei desde 1967 até Setembro de 1972 na Junta Central das Casas dos Pescadores (Ministério das Corporações e Previdência Social). Já

era um trabalho mais complicado, porque cobria a área de Espinho até Caminha. Tinha nalguns sítios auxiliares sociais, noutros não tinha, havia obras que eu precisava de apoiar, como Jardins de Infância, Internatos, etc, o que resultava um trabalho muito mais complicado, porque tinha que estar muito por fora do Porto. Fazia também intervenção individual que eram os atendimentos personalizados e familiares. Como era Assistente Social Chefe da Junta Central das Casas dos Pescadores, tinha ainda que ir muitas vezes a Lisboa.

Em 1972 M^a Raquel Ribeiro então Directora Geral da Assistência e chamou-me para ser delegada da Direcção Geral da zona Norte. Tinha então sido criado o IFAS. No 1º ano reunia bastante com as delegadas distritais do Porto, Braga e Viana do Castelo, onde se discutiam os trabalhos a desenvolver, como por exemplo alguma experiências de desenvolvimento comunitário em curso. Em 1973 reunia também com Vila Real e Bragança. Nos três primeiros distritos havia Assistentes Sociais; nos outros não, o que levava a que o trabalho fosse mais difícil.

A última experiência profissional foi no Albergue Distrital da Mendicidade, na rua Monte dos Burgos, de 1975, creio, a princípios de 1983.

M.C. - *Sentiu bloqueios ao longo da sua actividade profissional?*

M.J. - Com os chefes directores, com os Ministros e subsecretários havia uma boa relação.

Os principais bloqueios foram a carência de profissionais (devido a certas profissões que se não tinham ainda desenvolvido, como as Educadoras de Infância e Enfermeiras de Saúde Pública) e os limites económicos. Ao mesmo tempo, o ter sido pioneira em Serviço Social foi entusiasmante pelo ritmo e empenhamento posto no trabalho, uma vez que era uma profissão que tinha que se afirmar: obrigava a "esgatanhar", a procurar, mas trazia alguma insegurança também.

M.C. - *Em termos de Avaliação rápida de toda a sua carreira...*

M.J. - Foi muito positivo o ter passado por serviços diversos, ambientes tão diferentes, tudo enfim...

MARIA JÚLIA BOTELHO: Assistente Social

M.J. - Aquando da passagem do IAF para o IFAS, através do Dec.Lei. 413/71, os serviços encaminharam-se para fazer desaparecer as delegações distritais e transformarem-se em SADs. A intenção era serem esses serviços, a nível distrital, representantes da DGA. Criaram 3 Direcções de Serviços: a Alzira Fraga na Zona Centro, a Irene Aleixo na Zona Sul e a Maria José Viana para a Zona Norte. Eu estava em Santarém (era delegada distrital), vinha do IAF, e era portanto a Irene Aleixo, quem fazia a coordenação dessa zona. Havia lá uma colega que vinha da PSC, em Alcanena. Na PSC tanto se podia fazer um bom trabalho, como fazer um trabalho ao nível de relatórios sem haver trabalho de campo. Pode fazer-se uma programação muito linda, uma avaliação em função daquilo que se fez, mas sem que isso corresponda a um trabalho efectivo de campo. Isso eu criticava e fazia-me realmente um bocado de confusão, mas a Irene Aleixo apoiava muito esse estilo de trabalho.

Eu estava mais para um trabalho de campo efectivo; mesmo que isso não correspondesse a uma face muito visível de programação e de avaliação, em termos escritos (e sei que é um erro porque deve haver as duas coisas), mas na altura estava muito mais virada para esse género de trabalho.

O meu percurso foi: entrei como assistente social e estive 8 meses em Santarém a fazer integração, com a Felicidade Marques, que era delegada distrital.

Em Novembro de 1953 fui para os Açores, estive 1 ano com a delegada distrital e outro ano sozinha. Vim de lá em 1955 (foi para lá a Fernanda Viana) e fui para Braga coordenar a delegação. Estive lá 2 anos. Fui para a delegação do Porto, como assistente social coordenadora (coordenava 6 assistentes sociais e 4 Auxiliares Sociais). Era um lugar que se pensava criar, assistente social de coordenação, o que nunca chegou a acontecer, mas eu estive nessas funções 4 anos. No último ano estive até com funções de chefia de toda a delegação e tinha que coordenar as diversas secções: em Sto Tirso, em Amarante, Entretanto eu tinha concorrido para delegada distrital, concurso de provas públicas. Foi nessa altura que se criou o Ministério da Saúde e Assistência (em 1958) - O Martins de Carvalho era ministro da Saúde e Assistência e tinha trazido com ele para director do IAF o Romano de Castro. O ministro promovia reuniões da Assistência onde estava gente da Saúde e era um homem com uma capacidade de trabalho notável (tenho a impressão que a lei da abolição da prostituição teve a ver com a saída dele).

Depois fui para delegada distrital de Aveiro. Estive lá 3 anos e meio, até que meti licença ilimitada desde Abril de 1966 a Outubro de 1969. Em termos de PSC este foi um período muito importante.

Em 1969 regressei ao IAF e fui para Santarém, onde estive 3 anos e meio e depois vim para Viana, em 1973. Vim substituir o Dr. Pacheco de Amorim que foi para o Maternal.

Os serviços de Assistência à Família eram de natureza assistencial, embora se utilizasse também o recurso a outros serviços do meio, empenhando-os na colaboração. Não havia na altura nenhum esquema de previdência, de maneira que as situações de doença,

desemprego, invalidez, tudo isso, ia buscar uma cobertura na Assistência.

A previdência teve um período largo (1948) de capitalização, através de acções da CP, p.ex. Houve muitos anos de contribuições em que, de facto, as pessoas contribuíam, mas praticamente não tinham direito a nada. Depois passaram a ter abono de família, através das Caixas Distritais de Abono de Família. Nós delegações do IAF e depois SAD) tínhamos subsídios de natureza eventual, mensal e os subsídios de invalidez (que eram de 60\$00 e 100\$00). Trabalhávamos com o apoio das Comissões Municipais de Assistência, não tínhamos meios de transporte (em Santarém já tive e houve um carro no Porto quando eu lá estava).

M.C. - *Então trabalhavam fixas...*

M.J. - Praticamente, ou íamos de camioneta ou de comboio. Normalmente ia-se ter contacto com as Comissões Municipais de Assistência, porque não havia outra possibilidade. Algumas destas Comissões tinham Auxiliares Sociais, que depois foram integradas nas tais secções do IAF.

Nós, durante muito tempo, funcionamos também como delegações do Centro de Inquérito Assistencial e fizemos inquéritos para os hospitais, para atribuição do escalão.

M.C. - *Quando voltou aos serviços em 1969, notou diferença no seu funcionamento?*

M.J. - Não, era a mesma coisa. Eu Santarém, só tive uma pessoa que vinha do SPSC, mas como eu de facto não lhe via um trabalho de campo muito visível... via umas programações muito bonitas e umas avaliações muito justificativas, do que não se tinha feito da programação, mas trabalho de campo eu não via e isso não 'mostra diferenças', embora eu tenha sabido que houve alguns trabalhos importantes como os da Benedita.

Quando começou a Promoção estava eu em Aveiro, lembro-me de ter ido ao Porto ouvir uma acção de sensibilização da Dra Manuela Silva. Na zona de Aveiro não houve nada com a Promoção. Aliás, Aveiro e Coimbra tinham tido uma actividade já antiga de trabalho de comunidades liderado pela Alzira Fraga. Não se chamava Promoção, mas a linha de intervenção era a mesma. A Alzira Fraga tinha estado em Aveiro onde começou a interessar-se pelo trabalho com uma obra de Recuperação de Mulheres e começou a dar apoio. Quando foi para Coimbra começou a fazer alguma intervenção comunitária, um trabalho com uma equipa, numas freguesias rurais. Nessa altura, eu ia tendo conhecimento, mas a gente encontrava-se menos. Tínhamos reuniões, mas com características diferentes: no âmbito dos subsídios, da acção desenvolvida, do tipo de pessoas atendidas, o tipo de problemas, etc. Depois a Alzira é que fez algumas comunicações a propósito do trabalho que desenvolveu e fez aqueles cursos de Formação Feminina, também ligados à Promoção. Aqui em Viana fez-se um curso destes nas Argas, Caminha e outro em Paredes de Coura: ensinar as raparigas a cozinhar e os trabalhos manuais, o bordado e a costura, mas eu achava que havia coisas que falhavam. Não ensinavam, por ex. economia doméstica, para ajudar as pessoas a quantificar as suas despesas e a tirarem mais rendimento.

A experiência de Promoção que havia em Santarém situava-se em Alcanena, que tinha o problema dos curtumes. A colega que lá estava tinha estado nas Caldas da Rainha e depois tinha vindo para Alcanena. Mas nunca vi reuniões dela à noite com a população, porque continuava a viver nas Caldas.

Mas a Promoção trabalhava perfeitamente à parte. Só quando em 1971 saiu o '413' e essa colega foi integrada e veio trabalhar connosco, é que eu passei a acompanhar algum trabalho desse género. Até aí era um divórcio total.

Na criação do IFAS eu era delegada distrital de Santarém e a Irene Aleixo era directora de serviços da DGA.

Como delegadas distritais, de certa forma nós, tínhamos mais autonomia. As delegações distritais não tinham autonomia financeira. Recebíamos o dinheiro de Lisboa, os nossos vencimentos já vinham preparados de Lisboa, tínhamos que dar conta da nossa assiduidade a Lisboa, mas havia algum poder de decisão a nível local. Tínhamos as verbas dos subsídios eventuais, que aplicávamos. Os subsídios de invalidez e os mensais era por despacho do director do IAF. Não assumíamos compromissos permanentes. Às vezes vinha uma pessoa de fora, como eu cheguei a ir a Castelo Branco, fazer uma espécie de supervisão sobre a concessão dos subsídios mensais.

Só pouco antes do 25 de Abril é que os nossos subsídios de invalidez passaram a Pensões Sociais. Quem tinha subsídios de invalidez pelo IFAS passou a ter Pensão Social.

As pessoas que trabalhavam connosco eram de variadíssima formação. Havia os que tinham o liceu, os que tinham a 4ª classe e o curso de visitadoras sanitárias. As mulheres também não tinham muito acesso à instrução e também havia muito poucas Assistentes Sociais. O meu curso - 1948/52 - foi o maior até então: em Coimbra entramos 52, mas acabamos 13. O 1º e 2º ano era comum ao de Puericultura, depois o 3º e 4º anos é que eram diferentes, porque as que tiravam Puericultura ficavam com o 2º ano. Havia as que entravam com o 5º ano do liceu, mas tinham que fazer mais um ano, o preparatório.

M.C. - *A experiência de Adrão, como é que foi lançada?*

M.J. - Isso foi outra história. Aconteceu que houve uma oferta da OCDE de um sociólogo para Portugal, dentro do âmbito de ajudas ao país. Não sabiam o que lhe haviam de mandar fazer e mandaram-no para a Direcção Geral. Ele tinha feito um trabalho em África e a partir daí começou a pensar neste novo tipo de trabalho - desenvolvimento por objectivos. Era ao tempo da Comissão de Coordenação da Região Norte (na altura com outra denominação) o Lagrifa que estava no Parque da Peneda-Gerês. O Parque tinha sido criado sem apoios nenhuns e andava o Lagrifa a bater às portas dos ministérios e das direcções gerais a pedir apoios. A Maria Raquel tinha lá o técnico e oferece-o. A sra D. Maria José Viana era directora de serviços da região Norte, responsável, portanto, pelo trabalho nos 3 distritos do Parque: Braga, Viana e Vila Real. A Fátima Tiago estava em Viana e eu destaquei-a para esse trabalho.

Acontece que quando eu vim para Viana a Promoção tinha acabado, pela desconfiança que trazia, perante os poderes instituídos, dado ser uma forma de afirmação das populações, etc. Pôs-se uma tampa sobre a fervura (como agora está a acontecer) e elas ficaram um bocadinho sem ter que fazer.

O que eu noto na formação das que passaram na Promoção é que até agarram algumas coisas e têm muito respeito pela pessoa humana, muito respeito pelo utente (coisa que aliás lhes era dada pela escola por onde andaram). Para além disso, elas entraram como pessoas com um tratamento de privilégio, tinham melhores vencimentos, tinham carro para se deslocar, tinham mais pulso livre, não tinham tanta sujeição.

M.C. - Com o IFAS o serviço ficou mais dividido por sectores...

M.J. - Sim, havia as que estavam na Infância e Juventude, as da 3ª Idade, mas procurou-se fazer uma certa rotação.

Esta sectorização deu-se porque em Lisboa também havia o sector da 1ª e 2ª infância (que surgiu em 1974), o da 3ª Idade, etc.

Foi quando Lisboa começou a descentralizar o trabalho das instituições e apareceram dentro do IFAS as várias áreas, que nós aqui também nos organizamos por áreas. A gente tinha que saber o pessoal que estava nas instituições, o processamento era em função disso. Estávamos então divididos por sectores: Família e População Activa, Infância e Juventude e sector dos Idosos.

Depois começamos a trabalhar por zonas, mas mantendo os sectores. Os acordos também passaram a ser diferentes e também houve a integração do CRSS.

Eu tenho pena, mas poucos relatórios restaram do tempo da Promoção. Havia uma avaliação feita pela Augusta Negreiros sobre o trabalho de Estorãos.

O Romano de Castro, o Carvalho da Fonseca, o Peixoto do Amaral eram uns homens interessados. Eu quando tive problemas com dois governadores civis, tive o director pelo meu lado. Quando eu disse que me recusava a ser uma mera tesouraria, que quando dávamos subsídios tinham que ser devidamente fundamentados, ter um parecer técnico e não ter razões políticas (porque para além de assim ser injusto o tratamento dado a essa pessoa era o de outras pessoas em relação a essa) para depois se poder defender o serviço, nunca mais tive problemas e nunca mais se falou nisso. Outra vez no Faial (onde o governador civil era um reizinho) o governador civil queria dar um subsídio a alguém que tinha uma determinada conotação. Eu disse que não concordava, que isso era com ele e eu não tinha nada com aquilo. O homem então disse que eu era muito simpática, mas que por razões políticas não servia. Já depois de eu me ter vindo embora e estar em Braga aparece uma queixa contra mim a dizer que eu só cedia a favores. Eu não recuei e disse, que quem me tinha feito a acusação que o provasse e se se provasse que me levantasse um inquérito disciplinar. A queixa foi arquivada, mas eu até gostava que tivesse seguido.

M.C. - Na altura em que não tinham carros, os 'Atendimentos' eram muito mais limitados!

M.J. - Eram só na sede, mas também éramos muito menos. No entanto, em Santarém fui encontrar uma situação muito diferente: era uma zona rural (de latifúndio) em que as pessoas em períodos de chuva não tinham trabalho, tinham mesmo fome e não havia nenhuma Segurança Social. Havia alguma construção civil e havia o campo. Nos 'atendimentos' criavam-se por vezes situações aflitivas, sobretudo porque as possibilidades e os recursos eram muito poucos.

Em Santarém havia várias secções: a de Coruche, a de Torres Novas, a de Tomar, a de Vila Nova de Ourém e a de Benavente. Eu às vezes ia aos concelhos dar despacho, ou então vinham elas lá fazer reuniões de equipa, tudo com Técnicos Auxiliares Sociais, quase todos com o respectivo curso.

Na minha vida profissional estive sempre a coordenar, mas só fui delegada distrital a partir de Aveiro. Só com o 414/71 é que apareceram as primeiras carreiras e a categoria de Técnica Chefe de Serviço Social. Porque quando havia o IAF o quadro era apenas de

direcção. Só tinham os lugares de quadro o director, o director adjunto, a chefe de Serviço Social e os delegados distritais. Havia também um chefe de secretaria em Lisboa. Todo o resto do pessoal era contratado.

M.C. - Qual a relação entre o Centro de Inquérito Assistencial e o IAF?

M.J. - O Centro de Inquérito Assistencial só fazia inquéritos para atribuição do escalão das pessoas que iam para os hospitais, mas era só em Lisboa. As delegações do IAF é que tinham também competências para fazer esses inquéritos.

MARIA MANUELA SILVA: Economista

M.C. - *Em termos de Assistência Social, e tendo em conta o que eu quero demonstrar na dissertação, a formação dos actores teve influência nas políticas que foram implementadas, neste caso, na época de 60 até 1974, mais concretamente (o trabalho o dirá) até 1971.*

Gostaria que me contasse um bocado a sua implicação na altura, no trabalho que foi feito em termos de Assistência Social, e o que é que influenciou a sua preocupação pelo social, uma vez que o curso de Economia era pouco sensível para estas questões, segundo me tenho apercebido em conversa com outras pessoas que tiveram a mesma formação. Houve influências, para além da formação, que foram importantes para a actividade na altura?

M.S. - O que me levou a entrar no Ministério foi pura e simplesmente um convite do então Ministro da Saúde, o Dr. Neto de Carvalho, que tinha sido director geral do Trabalho no anterior Ministério das Corporações e que nessa qualidade me tinha conhecido quando eu era Assistente dos Serviços de Acção Social, que foi o meu primeiro trabalho profissional. No Ministério das Corporações havia um departamento que era o chamado 'Serviços de Acção Social', cujo objectivo era prestar acompanhamento à organização sindical e promover a defesa dos direitos dos trabalhadores. Claro que tudo isso tem que ser reportado à época com os critérios e os conceitos que então se tinha. Eu entrei para os Serviços de Acção Social e nessa situação conheci o Dr. Neto de Carvalho. Quando o Dr. Neto de Carvalho foi para Ministro da Saúde já eu não estava no Ministério das Corporações, porque entretanto tinha estado no estrangeiro, tinha inclusivamente tido contacto com os problemas do Desenvolvimento Comunitário, com a teoria e a formação em DC e tinha tentado formar em Portugal uma exoeriência de desenvolvimento comunitário através de uma equipa intitulada a EEEDC. Desde 1961 que essa equipa vinha trabalhando, já haviam sido publicados alguns estudos sobre a experiência e eles eram do conhecimento do Ministro.

Por seu lado o Ministro Neto de Carvalho estava empenhado em fazer uma nova Lei Orgânica do Ministério. Assim, a reestruturação dos serviços de Assistência faziam parte dum plano mais vasto e para a levar por diante o Ministro queria rodear-se de um conjunto de pessoas que viabilisassem essa reestruturação. Penso que foi nesse quadro que se lembrou de me convidar para vir a dirigir um órgão criado pela nova estrutura que era o GES. Eu nessa altura estava muito polarizada ainda pelas questões da Promoção Social Comunitária e do DC em geral e, digamos, "negocieei" esse convite com uma contrapartida que era a de criar dentro do IAF um novo serviço que fosse de PSC. Isto porque me tinha apercebido que, para levar por diante planos de DC, Portugal dispunha praticamente de todas as valências necessárias com os respectivos enquadramentos administrativos, mas não dispunha de nenhum órgão que garantisse a concretização da dinamização das populações, acerca das suas necessidades e recursos, a formação dos quadros locais e a organização da comunidade para o desenvolvimento, ou seja, era necessário criar, a nível da administração pública, um serviço que se especializasse nas questões da animação de comunidade e na organização das comunidades para o desenvolvimento. Esse serviço foi então criado e foi o SPSC que veio depois a surgir na própria reforma do IAF.

Dada a abertura do Ministro e também um conceito amplo de Assistência que o informou, dado o facto de ter sido nomeado um novo Director Geral da Assistência, também com grande abertura para este tipo de problemas, foi possível, a pouco e pouco, ir alterando, na prática, o próprio conceito de Assistência Social. Eu nunca estive propriamente envolvida nos serviços directos de prestação de Assistência e o meu contributo situou-se fundamentalmente a dois níveis:

a) criação, lançamento e estruturação do SPSC e formação das pessoas no âmbito do SPSC;

b) criação do GES a quem, entre outras funções, competia o planeamento da Assistência Social (elaboração e acompanhamento da execução dos Planos de Fomento).

E foi esta a origem da minha entrada no Ministério da Saúde, que se deveu portanto a duas coisas: por um lado o conhecimento pessoal do Ministro e por outro lado a experiência que já havia sido realizada no domínio do desenvolvimento comunitário, que tinha já 4 anos (1961/1965).

M.C. - *Foi, portanto feita, pela Sra Dra, uma contra proposta ao Ministro...*

M.S. - Sim, porque a ideia inicial do Ministro era simplesmente que eu me viesse a ocupar da direcção do GES. Eu sugeri-lhe outra pessoa para dirigir o Gabinete, concretamente o Professor Sedas Nunes (já falecido). Sei que ainda houve contactos do Ministro com o Professor, que acabou por recusar. O Ministro querendo preencher esse lugar volta a insistir comigo e foi neste contexto que eu aceitei - a meio tempo no GES, com a condição de se vir a criar um SPSC, onde ocuparia outro meio tempo.

O Ministro queria remodelar o Ministério e dentro dessa remodelação tinha previsto a criação do GES. Depois, houve também a reforma do IAF, na qual tive participação activa. Quando esta foi feita foi possível criar dentro do IAF 3 serviços: o de Assistência directa, que continuou na linha de prestação individualizada da Assistência, o da CF, a quem cabia fundamentalmente as questões da formação dos grupos e do serviço social familiar, e o tal outro serviço da PSC, que entretanto tinha funcionado a nível experimental dentro do próprio IAF.

M.C. - *Para além da formação sobre Desenvolvimento Comunitário, que fez em França, houve mais vectores que influenciaram a sua perspectiva de intervir no social?*

M.S. - Sim, eu acho que o principal elemento pode traduzir-se pela minha postura perante a vida e pela minha convicção de que é possível trabalhar pela transformação das estruturas sociais no sentido duma sociedade mais justa e mais fraterna. Nesse sentido julgo que a formação em economia é um instrumento valioso, na medida em que permite compreender os mecanismos económicos de produção e de correcção das injustiças sociais. É certo que o curso de Economia não me preparou directamente para este tipo de questões (nessa altura os cursos tinham ainda menor componente social do que hoje acontece) mas deu-me uma formação geral suficiente para, por mim própria, procurar outro tipo de leituras e de informação. Aliás não posso esquecer que desde a conclusão do curso, sempre fiquei integrada em estruturas de investigação no domínio do social. Primeiro no chamado Gabinete de Estudos Corporativos e mais tarde no Centro de Estudos Sociais e Corporativos. Nos próprios Serviços de Acção Social tive oportunidade

de me debruçar sobre questões de emprego, salários, contratação colectiva, etc..

M.C. - *Foi mesmo a Sra Dra que formou o SPSC ?*

M.S. - ... Que o concebi, que fiz as primeiras propostas de regulamentação, que contactei as primeiras pessoas e as recrutei, preparei a sua formação, etc. Aí, realmente o Ministro deu-me 'carta branca'.

A formação era dada no início sob a forma de programas de integração, seminários de formação e, sobretudo uma prática de trabalho continuamente reflectida sob a forma de relatórios e reuniões de coordenação regulares.

M.C. - *A sua primeira experiência profissional foi, portanto, no Ministério do Trabalho /Corporações.*

M.S. - Praticamente, porque no ano a seguir ao curso trabalhei apenas num projecto de investigação - análise da estrutura dos salários em Portugal - num Centro de Estudos do INE, mas aí como bolsreira. Portanto a primeira experiência profissional foi no Ministério das Corporações, nos Serviços de Acção Social.

M.C. - *Quando é que começou a leccionar?*

M.S. - Leccionei no Instituto de Serviço Social de Lisboa, na Escola de Auxiliares Sociais de Lisboa, na Escola Superior de Serviço Social de Coimbra, no Instituto Superior de Sociologia e Gestão, a partir de 1960. Mas foi muito mais tarde, já em 1970 que, por convite do Professor Moura que nessa altura já conhecia o meu trabalho (já nessa altura eu era directora do GES) já leccionava em outros locais que fui para o ISCEF (hoje ISEG).

M.C. - *Que cadeiras leccionava na altura? Política Social?*

M.S. - Ensinei muitas coisas. Economia, Planeamento, Desenvolvimento Comunitário, Planeamento Social, Participação no Desenvolvimento, Política Económica e ultimamente Política Social.

M.C. - *A Assistência Social em 1965 era uma política 'desvalorizada'. Não tinha cabimento nos próprios Planos de Fomento. Esse cabimento foi-lhe dado, porque o trabalho do SPSC foi sendo reconhecido, ou porque o Ministro tinha essas preocupações também?*

M.S. - Na evolução dos próprios PF interessa saber que o I PF foi nitidamente um Plano de Infraestruturas; o II PF já tinha uma componente de investimento nos sectores económicos e sociais e o PIF, pela primeira vez, procura ter uma visão mais ampla do funcionamento da economia e da sociedade e já introduz alguns contributos no domínio do Emprego, das Relações Humanas, etc. Esses Planos davam lugar à elaboração de relatórios de execução em que os vários serviços entravam, na medida em que tinham investimentos integrados nesses Planos. Dentro do Ministério da Saúde, era o GES que era responsável quer pela elaboração desses relatórios, quer depois, nos períodos apropriados, pela elaboração dos próprios PF, no capítulo respectivo. Ora, isso levou a um aperfeiçoamento grande a nível da própria gestão, nomeadamente na elaboração de indicadores do controlo da execução dos Planos, de reconhecimento das necessidades, o diagnóstico das situações, e tudo isso foi um grande trabalho do GES. O próprio Gabinete criou uma dinâmica para responder a essa necessidade mais ampla do Planeamento.

M.C. - Aquando da criação dos vários Institutos e dos serviços de Saúde primária, o SPSC esteve implicado na formação de alguns?

M.S. - Directamente, não, porque não era o seu papel. O SPSC procurava, fundamentalmente, aproveitar os serviços que existiam, para os colocar junto das populações, fazer a sua informação junto das populações e prepará-las para que utilizassem bem esses serviços. Quando se procurava elaborar algum plano de organização e desenvolvimento da comunidade, naturalmente que havia uma forte colaboração com os serviços já implementados. Por vezes era a própria dinâmica dos SPSC que levava a criar nos locais onde esses serviços funcionavam esses centros. Por exemplo eu lembro-me que na Madeira, em Câmara de Lobos, foi através do SPSC que foi criado o Centro Social com diferentes valências, incluindo Jardins de Infância. Não era o SPSC que ia criar isso, mas promovia a sua criação e sobretudo a organização da população, para que fossem bem aproveitados esses serviços.

M.C. - Os serviços, em termos de chefia, reuniam-se frequentemente?

M.S. - Sim e o Dr. Carvalho da Fonseca foi um elemento chave, um elemento dinamizador durante esse período. Havia reuniões mensais com todos os responsáveis de serviço, presididas pelo DGA, onde cada técnico, e não só os responsáveis de serviço, tinha a possibilidade de se exprimir. Isso permitia quer uma consciência comum face à informação e aos problemas, quer o limar de arestas de conflitualidade, quer a preparação de convergências, etc.

M.C. - Ao nível dos outros Ministérios também existia em termos de Directores Gerais esta preocupação?

M.S. - Não. O Dr. Carvalho da Fonseca era uma personalidade rara, e particularmente rara na época, porque aliada a uma grande capacidade de visão geral, tinha grande capacidade de realização e controlo minucioso da execução. Ele é de formação Económica, o que poderá também ter ajudado, e estava extremamente motivado.

M.C. - Uma coisa que eu verifiquei em conversas anteriores é que até a formação dos Institutos tinha em mente uma concepção de assistência muito inovadora, relativamente à que ainda hoje se pratica e se praticava na altura; as pessoas vinham 'incomodar' os vários parceiros, presidentes de câmaras, governos civis. Não havia medos dessa gente, dado o regime político em que se estava?

M.S. - Tanto havia que o SPSC acabou cinco anos depois de ter começado e numa altura em que, em termos da dinâmica do próprio serviço e da acção concreta que se estava a realizar, se tinha atingido uma eficiência grande. Estavam criadas infraestruturas, estavam definidas as bases de funcionamento, estavam formadas equipas de pessoal e aquelas que estavam localizadas nas várias regiões plano do país, tinha-se feito uma articulação com o próprio Planeamento Económico, nomeadamente com o departamento responsável pelo planeamento regional. Tinha havido inclusivamente um relatório do GES, que tinha merecido o louvor do próprio Ministro e na altura em que tudo isso estava a mexer é demitido o director geral, a directora do GES, a directora do CPP e são ameaçados uma série de outros quadros. Tudo isto por razões meramente políticas. O que é importante é investigar como foi possível toda esta dinâmica durar 5 anos e a velocidade das coisas que aconteceram durante esses 5 anos. Isto também demonstra a importância, por um lado das personalidades, do

aproveitamento do feixe de relações pessoais - eu como economista estava bem relacionada no meio dos economistas o que permitiu, por exemplo, que com o prof. Francisco Moura tivesse podido rapidamente constituir uma equipa de estudo e experimentação de desenvolvimento comunitário, que com o Departamento Central de Planeamento tivesse podido aproveitar também da dinâmica das outras pessoas que se encontravam nesse departamento, como o Dr. Miguel Caetano. Mostra também a vulnerabilidade destes processos, apesar de estarem criadas as estruturas. Num país de forte repressão política, as próprias estruturas não resistem ao poder político.

M.C. - *Em termos de bloqueios foi esse o que mais sentiu?*

M.S. - Foi o único. Quer dizer em relação às autarquias, dum modo geral havia boa colaboração e como elas eram envolvidas na participação do processo. Já se escolhiam os locais onde havia maior abertura, esse era um dos critérios.

M.C. - *Na altura, havia também uma preocupação muito grande na formação das pessoas que trabalhavam nos serviços.*

M.S. - Sim. Havia um programa de formação permanente e uma avaliação também muito segura, porque as pessoas ficavam a residir nas várias regiões, mas tinham uma avaliação regular a nível central - tudo isso chegava ao director geral. Era um director geral motivado, com objectivos definidos e que trabalhava de acordo com esses objectivos.

M.C. - *Em termos da sua avaliação desse período, que elementos acha que seria importante registar, em termos de reflexos que tenha havido na forma de trabalhar das pessoas que, terminado o SPSC, foram para outros serviços?*

M.S. - Eu penso que a maneira como funcionaram os serviços de PSC marcou, de facto, as pessoas que lá passaram. Marcou-as não só no plano da concepção do social e da forma de intervenção no social, como também em método de trabalho, de exigência e rigor no trabalho. E ainda hoje, falando com várias pessoas, elas identificam-se como tendo pertencido aos SPSC. O SPSC não foi uma coisa, digamos, sem importância na vida das pessoas. Foi realmente um marco. Relativamente à Assistência Social no seu conjunto, julgo que confluíram diferentes factores: a concepção - foi de facto a modernização que entrou neste sector da Assistência; a competência, quer o ministro, quer o director geral preocupavam-se por trazer para o sector gente capaz, independentemente das suas ideologias e dos seus quadrantes políticos, mas gente capaz de trabalhar; em 3º lugar, julgo que se criou uma organização que compatibilizava uma grande flexibilidade com descentralização, cada pessoa sabia exactamente o que é que devia fazer, com uma grande coordenação e avaliação. Isso permitiu de facto uma eficácia invulgar nos serviços públicos, um dinamismo invulgar, etc. Julgo que para isso contribuiu muito a experiência do director geral, que já vinha sendo feita no domínio da Protecção Materno-Infantil, talvez influenciado pela experiência da OMS, mas não há dúvida que ele tinha um perfil que efectivamente se revelou de uma eficácia enorme. Ninguém se sentia oprimido ou controlado pelo director geral, ou pelo ministro, havia uma grande confiança nas pessoas, mas também a certeza de um grande 'feedback'. Criavam-se instrumentos de avaliação bastante rigorosos.

M.C. - *Na altura Portugal estava muito fechado relativamente ao exterior, mas havia muita informação que entrava cá o que levava a*



que as pessoas estivessem permanentemente informadas com o que se passava. Não havia desconfianças em relação à forma como a informação chegava? Como é que chegava?

M.S. - No âmbito dos serviços em que me encontrava, não havia essa desconfiança. Pelo contrário, havia mesmo um incentivo para que se aproveitasse das iniciativas, quer das NU, quer doutras proveniências, que servissem de contributo à formação. Eu lembro-me que não estava ainda há muito tempo no ministério e fui incentivada a participar num seminário sobre Participação Local no desenvolvimento em Israel. Eu julgo que esses incentivos foram um factor muito importante na formação das pessoas e contribuíram muito para uma maior abertura.

A desconfiança foi despoletada passados 5 anos. A mudança deu-se com a vinda do Marcelo Caetano e a substituição do ministro, Neto de Carvalho pelo ministro Baltasar Rebelo de Sousa e a subsecretária Teresa Lobo. Isso foi realmente um momento de viragem, com acentuação de uma linha conservadora e de seguidismo político. A Assistência voltou a caracterizar-se por ser um instrumento do poder político.